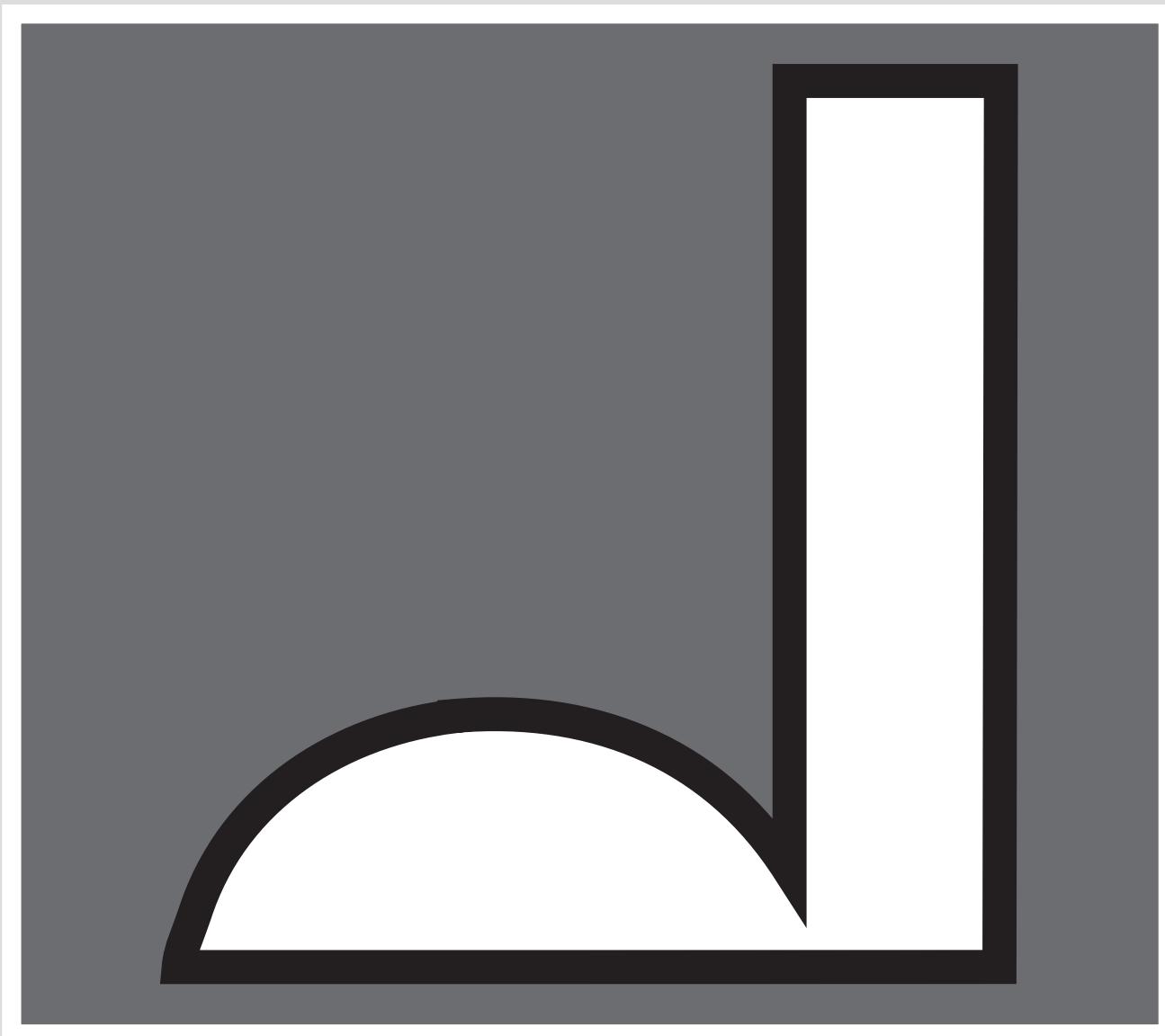




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - N° 019 - QUARTA-FEIRA, 5 DE MARÇO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente

Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN²

1º Vice-Presidente

Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente

Alvaro Dias – PSDB-PR

1º Secretário

Efraim Morais – DEM-PB

2º Secretário

Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário

César Borges¹ PR-BA

4º Secretário

Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário

1º - Papaléo Paes – PSDB-AP

2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE

3º - João Vicente Claudino – PTB-PI

4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP) – 28	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 27
LÍDER Valdir Raupp	LÍDER Ideli Salvatti – PT	LÍDER Demóstenes Torres
VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles	VICE-LÍDERES Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azereedo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes Romeu Tuma ⁴
LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp	LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti	LÍDER DO DEM – 14 José Agripino
VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves
	LÍDER DO PTB – 6 Epitácio Cafeteira	LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio
	VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
	LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 2 Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda	
	LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella	
	LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	
LÍDER DO PDT – 5 Jefferson Péres	LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB
VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias		VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

¹ Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 2.10.2007).

² Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007).

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
---	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 22ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 4 DE MARÇO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 193, de 2008, de autoria do Senador Jayme Campos, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta de 5 membros titulares e igual número de suplentes, com prazo de funcionamento de 12 meses, destinada a verificar, in loco, o risco ambiental em que vivem os 31 municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE em seu “mapa do desmatamento”.* 4390

Nº 194, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de aplauso ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Sr. José Miguel Insulza, pela disposição de promover reunião extraordinária do Conselho Permanente daquela entidade para debater e solucionar pacificamente o conflito entre Equador e Colômbia....*

Nº 195, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de louvor ao intelectual e escritor Jô de Araújo.* 4390

Nº 196, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de louvor ao Embaixador Marcílio Marques Moreira.* 4391

Nº 197, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de louvor à Fundação Bienal de São Paulo.* 4392

Nº 198, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar entre os dias 6 e 10 de março do corrente, a fim de participar do VII Congresso da USBIG, em Boston, Estados Unidos.* ..

Nº 199, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 17, de 2006, e 7, de 2005, com o Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, já apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 183, de 2003, e 291, de 2005.* 4393

1.2.2 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, *que acrescenta o § 3º do art. 217 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro*

de 1990, e altera o inciso II do § 2º do art. 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estender o direito à pensão por morte aos filhos e dependentes até os 24 anos de idade, quando estudantes. 4393

Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2008 – Complementar, de autoria da Senadora Serys Ilysh-Sarenko, *que regulamenta o disposto no artigo 153, VII, da Constituição Federal, para instituir o Imposto sobre Grandes Fortunas e dá outras providências.* 4393

Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella, *que institui a Política Nacional de Abastecimento.* 4397

Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella, *que dispõe sobre a isenção do imposto de renda da pessoa física e da contribuição previdenciária incidentes sobre o valor da bolsa concedida por estabelecimento de ensino ao filho de professor.* 4398

Projeto de Resolução nº 7, de 2008, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, *que cria, no Senado Federal, a Comissão da Amazônia e dá outras providências.* 4401

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis, para recebimento de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 7, de 2008, lido anteriormente....

1.2.4 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 6, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, *que altera dispositivos constitucionais relativos ao limite máximo de idade para a aposentadoria compulsória dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.* 4403

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 75, de 2006, e 67, de 2007.....

1.2.6 – Ofício

Nº 55/2008, de 4 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH. *Designação da Senadora Roseana Sarney para integrar, como suplente, a referida Comissão.* 4405

1.2.7 – Mensagem do Presidente da República

Nº 13, de 2008-CN (nº 78/2008, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário.

4405

26/2008, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Fernando Antonio Brito Fialho* para ser reconduzido ao cargo de Director da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. **Aprovado**.

4439

1.3.1 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 404 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo por base os arts. 40 e 50 do Regimento Comum, e o art. 132 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que tratam da apresentação de destaques nas proposições apreciadas em sessão conjunta e sobre a apreciação conclusiva por parte da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre as emendas oferecidas às matérias orçamentárias.

4446

1.3.2 – ORDEM DO DIA (continuação)

Item extrapauta

Requerimento nº 194, de 2008, lido no expediente da presente sessão. **Aprovado** com supressões, tendo usado da palavra os Senadores Jefferson Péres, Aloizio Mercadante, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, Gerson Camata, Renato Casagrande, Magno Malta, Alvaro Dias, José Agripino, José Nery, Mário Couto e Marconi Perillo.

4447

São os seguintes os itens cujas apreciações ficam sobrerestadas, em virtude da falta de acordo para a apreciação do item 1:

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 395, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, duzentos e cinqüenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais, para os fins de especifica.

4459

Item 2 (Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permitar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao § 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

4459

Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 397, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Considerações sobre o uso de células tronco embrionárias em pesquisas científicas, tema que será objeto de decisão, amanhã, pelo STF, sobre sua legalidade. Registro de consideração a respeito do Deputado Antônio Palocci.

4406

SENADOR GERSON CAMATA – A desestabilização da América Latina, provocada pela guerrilha das Farc.

4408

SENADORA KÁTIA ABREU – Registro da comemoração, este ano, dos 200 anos da abertura dos portos brasileiros, que estão em situação de caos e ineficiência.

4410

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Reflexão sobre o problema da criança abandonada.

4413

SENADOR MÃO SANTA – Defesa da rejeição da medida provisória que proibiu a venda de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

4415

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da realização de reunião simultânea dos grupos de trabalho encarregados da elaboração de diretrizes para implementação de artigos que da Convenção-Quadro para o Controle do uso do tabaco da Organização Mundial de Saúde.

4418

SENADOR JOÃO PEDRO – Reflexão sobre o tema das pesquisas com células tronco embrionárias.

4420

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Denúncia da organização *World-Check* de que o Brasil havia programado quatro vôos secretos para vender armas de fogo à Venezuela.

4422

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional amanhã, dia 5, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, para a apreciação do Projeto de Lei nº 30, de 2007-CN.

4435

1.2.10 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE – Considerações sobre o pronunciamento do Senador Arthur Virgílio e o contato telefônico feito por S. Exa. com o Ministro Nelson Jobim. Justificativas para apresentação de requerimento de aplauso ao Secretário-Geral da OEA.

4437

1.3 – ORDEM DO DIA

Item extrapauta

Parecer nº 98, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Romero Jucá, sobre a Mensagem nº 39, de 2008 (nº

estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.....	4459	Item 11 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004) Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que <i>altera a redação do art. 228 da Constituição Federal</i>	4461
Item 4 (Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal) Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.....	4459	Item 12 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004) Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que <i>altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal</i>	4461
Item 5 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno) Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc : Senador Antonio Carlos Júnior), que <i>aprova a programação monetária para o quarto trimestre de 2007</i>	4460	Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004) Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que <i>altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece...</i>	4461
Item 6 Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que <i>dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação</i>	4460	Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004) Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que <i>incluir parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos</i>	4461
Item 7 Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que <i>altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar</i>	4460	Item 15 (tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003) Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que <i>acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos</i>	4461
Item 8 Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que <i>incluir o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar</i>	4460	Item 16 Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que <i>estabelece diretrizes gerais de Programa Nacional de Habitação para Mulheres com responsabilidade de sustento da família</i>	4461
Item 9 Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que <i>altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de deputados e senadores)</i>	4460	Item 17 Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que <i>altera os arts.47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a Administração e o Conselho Fiscal das sociedades cooperativas)</i> ..	4461
Item 10 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004) Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que <i>altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal</i>	4460	Item 18 Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung,	

que altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.	4462	Item 26 Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).....	4463
Item 19 Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele).....	4462	Item 27 Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).....	4463
Item 20 Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.....	4462	Item 28 Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.	4463
Item 21 Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).	4462	Item 29 Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.	4463
Item 22 Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.	4462	Item 30 Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.....	4463
Item 23 Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.	4462	Item 31 Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).....	4463
Item 24 Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).....	4462	Item 32 Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.	4464
Item 25 Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).....	4463	Item 33 Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.	4464
Item 34 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)		Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.	4464

Item 35	Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.	4464	enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.	4465
Item 36 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)	Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.	4464	Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.	4465
Item 37	Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.	4464	Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.	4465
Item 38	Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).	4464	Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.	4465
Item 39	Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.	4465	Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.	4465
Item 40	Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.	4465	Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.	4465
Item 41	Requerimento nº 1.302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Shessarenko, que requer com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas,	4465	1.3.3 – Leitura de requerimentos Nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Srs. Senadores, solicitando a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de pedofilia.	4465
			Nº 201, de 2008, de autoria do Senador Papá-leo Paes, solicitando voto de aplauso à Comunidade Acadêmica da Universidade Federal do Estado do Amapá – UNIFAP.	4469
			Nº 202, de 2008, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando voto de congratulações à Rede Globo de Televisão.	4469
			Nº 203, de 2008, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando voto de congratulações à Asso-	4469

ciação Nacional dos Membros do Ministério Público e ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais.

Nº 204, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e outros Srs. Senadores, *solicitando a realização de sessão especial em homenagem ao tenista Gustavo Kuerten – Guga.*

Nº 205, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores, *solicitando a realização de sessão especial, no dia 6 de maio de 2008, destinada a homenagear o ensino técnico.*

1.3.4 – Comunicações da Presidência

Retificação e republicação do texto da redação final do Projeto de Resolução nº 1, de 2008 (Parecer nº 152, de 2008-CDIR), nos termos do expediente recebido do Senador Gerson Camata, relator da referida proposição, informando a ocorrência de inexatidão material devida a lapso manifesto, cuja correção não importa em alteração do sentido da matéria. A referida proposição foi aprovada pelo Senado Federal na sessão do dia 20 de fevereiro último.

Retificação e republicação do texto da redação final do Projeto de Resolução nº 2, de 2008 (Parecer nº 153, de 2008-CDIR), nos termos do expediente recebido do Senador Cícero Lucena, relator da referida proposição, informando a ocorrência de inexatidão material devida a lapso manifesto, cuja correção não importa em alteração do sentido da matéria. A referida proposição foi aprovada pelo Senado Federal na sessão do dia 20 de fevereiro último.....

1.3.5 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JOSÉ SARNEY – Transcrição de matéria publicada no jornal O Globo, de domingo e segunda-feira, que revela o trabalho humano, vigoroso e corajoso de Dom Eugênio Sales.

SENADOR PAULO PAIM – Importância da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, que trata do reajuste das aposentadorias e das pensões.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Considerações sobre visita do Ministro Nelson Jobim ao Congresso para esclarecer denúncia sobre envio secreto de armas à Venezuela.

SENADOR INÁCIO ARRUDA – Comentários a respeito da crise entre Colômbia, Venezuela e Equador.

SENADOR MAGNO MALTA – Satisfação pela leitura do requerimento que cria a CPI da Pedofilia.

4470	SENADOR HERÁCLITO FORTES, como Líder – Comentários sobre a viagem do Governador do Piauí à Europa.	4503
4470	1.3.6 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia	
4470	Requerimento nº 184, de 2008, lido em sessão anterior. Aprovado.	4508
4470	Requerimento nº 198, de 2008, lido no Expediente da presente sessão. Aprovado.	4508
4471	1.3.7 – Discursos encaminhados à publicação	
4471	SENADOR PAPALEÓ PAES – Preocupação com o desmatamento da Amazônia.	4508
4471	SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários ao Relatório de 2007 do Sebrae.....	4510
4472	1.3.8 – Comunicação da Presidência	
4472	Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quarta-feira, dia 5, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	4511
4472	1.4 – ENCERRAMENTO	
4472	2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 4-3-2008	
4475	3 – EMENDAS	
4475	Nºs 1 e 2, apresentadas à Medida Provisória nº 420, de 2008.	4518
4475	4 – ATO DO DIRETOR-GERAL	
4475	Nº 367, de 2008.	4521
4475	<u>SENADO FEDERAL</u>	
4475	5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
4475	– 53ª LEGISLATURA	
4475	6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
4475	7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
4475	8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
4475	9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
4475	10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
4475	11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
4491	<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
4491	12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
4491	13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
4494	14 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL	
4498	15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
4501		

Ata da 22^a Sessão Deliberativa Ordinária, em 4 de março de 2008

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Magno Malta,
Papaléo Paes e João Vicente Claudino*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARCIMENTO

Senado Federal

SF - 13/200

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 4/3/2008 07:39:33 até 4/3/2008 21:31:08

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIRO SANTANA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM Buarque	X	X
Bloco-PT	MS	DELCIODIO AMARAL	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPILY	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDEI SALVATTI	X	X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PTB	PI	JOAO VICENTE CLAUDIO	X	
DEM	RN	JOSE AGRIPINO	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	X
PMDB	PI	MÁO SANTA	X	X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAZI	X	X
Bloco-PT	MT	SÉRYS SHLESSARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 69 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A lista de presença registra o comparecimento de 69 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 193, DE 2008

Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 74 e 75 do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada Comissão Temporária Externa, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, com prazo de funcionamento de 12 (doze) meses, destinada a verificar, **in loco**, o risco ambiental em que vivem os 31 municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE em seu “mapa do desmatamento”.

Justificação

Cada geração tem o peso das decisões políticas que consegue suportar. Aos nossos contemporâneos, coube um dilema: manter o ritmo de desenvolvimento dos meios de consumo e, antagonicamente, reduzir o impacto do crescimento sobre o meio ambiente. Ou seja, produzir mais sem degradar a natureza. É uma operação complexa, porque mexe em mecanismos econômicos seculares, assentados em estruturas sociais imperturbáveis.

Vivemos uma situação de difícil compreensão na Amazônia. O Ministério do Meio Ambiente ameaça punir agricultores de municípios que figuram no chamado “mapa da devastação”, organizado pelo INPE, negando-lhes o direito ao desmate, sem levar em consideração que a maioria das derrubadas na região é feita de forma clandestina. O assunto deve ser tratado com equilíbrio, nem sob o prisma exclusivo dos preservacionistas, e muito menos pela óptica devastadora dos expansionistas.

Diminuiremos o desmatamento com investimentos em tecnologia, em pessoal especializado, em educação e, sobretudo, com um plano de manejo que oferte novas alternativas econômicas para os proprietários de terra e para os homens fixados na região. O maior legado de nossa geração será a preservação do planeta.

Governo e sociedade precisam debater um novo modelo de fiscalização, fortalecendo entidades como o Ibama e reconhecendo o papel social dos produtores rurais. Para tanto, creio ser nosso dever verificar **in loco** os municípios relacionados pelo INPE, assumindo o papel de árbitros serenos não de uma disputa

ideológica, mas da conversão de interesses comuns da sociedade nacional pela exploração equilibrada dos recursos naturais da Amazônia brasileira.

Precisamos salvaguardar nosso bioma, contudo, sem condenar essas regiões ao isolamento político, à degradação moral e à asfixia econômica. Preservar o meio ambiente é uma obrigação ética tão vital quanto buscar alternativas para um território que quer produzir um Brasil melhor.

Sala das Sessões, 4 de março de 2008. – Senador **Jayme Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, inciso II, alínea **c**, item 6, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 194, DE 2008

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, seja apresentado Voto de Aplauso ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Sr. José Miguel Insulza, pela disposição de promover reunião extraordinária do Conselho Permanente daquela entidade para debater e solucionar pacificamente o conflito entre Equador e Colômbia.

Justificação

Considerando os tradicionais e sólidos laços de amizade que unem os povos de Brasil e Equador e de Brasil e Colômbia;

Recordando o papel destacado que o Brasil teve na MOMEPE (Missão de Observadores Militares Equador-Peru), que obteve êxito na solução pacífica do contencioso territorial que envolveu esses dois países, através de negociações exaustivas e estreita cooperação entre todos os interessados;

Assinalando que, por força de seu texto constitucional, a República Federativa do Brasil rege-se, em suas relações internacionais, pelos princípios da não-intervenção e da solução pacífica dos conflitos, entre outros;

Considerando que o multilateralismo é princípio caro a todas as nações que almejam a construção de ordem mundial justa, equilibrada e pacífica;

Enfatizando que ações militares extraterritoriais contrariam frontalmente o princípio da não-intervenção e outros princípios inscritos na Carta das Nações Unidas, notadamente o disposto em seu Art. 2º, alínea Iª, que afirma a igualdade jurídica dos Estados, pedra-de-toque do concerto pacífico das nações;

Considerando que intervenções em terceiros países só se justificam, a luz do Direito Internacional Pú- blico, em circunstâncias excepcionais, tais como crise humanitária, guerra civil e agressões graves à ordem internacional, bem como somente têm legitimidade quando devidamente autorizadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas;

Lembrando, ademais, que a Carta da OEA, em seu Artigo 18, condena peremptoriamente intervenções unilaterais, da seguinte forma: *Nenhum Estado ou grupo de Estados, tem o direito de intervir direta ou indiretamente, seja qual for o motivo, nos assuntos internos ou externos de qualquer outro. Este princípio exclui não somente a força armada, mas também qualquer outra forma de interferência ou de tendência atentatória à personalidade do Estado e dos elementos políticos, econômicos e culturais que o constituem;*

Observando que políticas intervencionistas e unilateralistas, executadas ao arreio do sistema de segurança coletiva das Nações Unidas, além de terem sofrido repúdio internacional, vêm fracassando totalmente no Iraque e no Afeganistão;

Recordando que essas políticas sofreram dura derrota política interna nas últimas eleições legislativas norte-americanas e, agora, correm o sério risco de serem novamente repudiadas nas próximas eleições presidenciais;

Conscientes de que a implantação de tais políticas na América do Sul, seja a que pretexto for, redundará em prejuízos incalculáveis à paz e à segurança hemisféricas, assim como à integração da região, projeto estratégico que conta com o empenho decidido do Brasil;

Convictos que a ação militar perpetrada pelo governo da Colômbia no território do Equador que resultou na morte de insurgentes das Farc, inclusive de um membro de seu secretariado, Raul Reyes, pode ser interpretada como uma violação da soberania desse último país e dos princípios instituídos na Carta das Nações Unidas e na Carta da OEA;

Observando que tal ação não encontra justificativa sólida, nem sob o pretexto da autodefesa, nem sob o pretexto da perseguição, pois é fato notório, atestado pelo governo do Equador, que o acampamento das Farc objeto do ataque não desenvolvia nenhuma atividade militar;

Preocupados com a crescente internacionalização do conflito interno colombiano;

Desejosos em contribuir para que os conflitos regionais, inclusive o relativo à insurgência colombiana, possam ser resolvidos pela negociação transparente e franca, num ambiente de cooperação que englobe todas as nações da região; e, por último;

Certos que o bom senso e a racionalidade prevalecerão neste triste episódio e que todos os envolvidos saberão colocar os interesses maiores da paz e da segurança hemisféricas acima de suas idiossincrasias políticas;

Manifestamos nosso integral e irrestrito apoio ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Sr. José Miguel Insulza, pela disposição de promover reunião extraordinária do Conselho Permanente daquela entidade para debater e solucionar pacificamente o conflito entre Equador e Colômbia.

Sala das Sessões, 4 de março de 2008. – Senador **Aloizio Mercadante**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 195, DE 2008

Requer Voto de Louvor ao intelectual e escritor Jô de Araújo, pelo seu livro “Memorial de Rosamundo” – Amazônia na Trilha dos Seringais.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Louvor ao intelectual e escritor Jô de Araújo, pela publicação de seu livro *Memorial de Rosamundo – Amazônia na Trilha dos Seringais*.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do autor.

Justificação

Intelectual criado no Amazonas, Jô de Araújo morou durante anos ao lado de um lago no baixo Rio Solimões, onde conheceu profundamente a Amazônia. Estudou em Manaus e em Fortaleza, ingressando a seguir na Ordem Dominicana e, nessa condição, foi para a França e se especializou em Filosofia Tomista e Teologia com os dominicanos de Toulouse. Em 1964, participou dos movimentos de combate ao regime de exceção, desligando-se da Ordem religiosa Dominicana em 1967. Além de “Memorial de Rosamundo”, ele é autor de “A Hora e a Vez da Cidadania” e “Era Outono em Paris”. Por todos os títulos, Jô de Araújo é merecedor do Voto de Louvor que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 4 de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de louvor solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 196 DE 2008

Requer Voto de Louvor ao Embaixador Marcílio Marques Moreira, pela impecável e digna postura durante sua passagem pela Comissão de Ética da Presidência da República.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Louvor ao Embaixador Marcílio Marques Moreira, ao desligar-se da Comissão de Ética da Presidência da República, da qual foi Presidente, ali cumprindo exemplar postura como homem público honrado e de vida pública correta.

Requeiro, ainda, que o Voto de Louvor seja levado ao conhecimento desse ilustre cidadão brasileiro, que soube cumprir com irretocável zelo a missão a ele confiada..

Justificação

O Embaixador Marcílio Marques Moreira demonstrou à Nação o que dele era esperado: dignidade e altivez, correção e honradez. Ele presidia a Comissão de Ética da Presidência da República, dela renunciando ao perceber que sua conduta correta, como pôde demonstrar por ocasião do episódio em que recomendara o afastamento do Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, pela incompatibilidade de ali continuar simultaneamente com a função de Presidente do PDT. A partir daí, sentiu que crescia, no Palácio do Planalto, a equivocada conotação de adversário do Governo. O Embaixador foi meu Professor no Instituto Rio Branco, pelo que eu o conheço bem, nele vendo uma pessoa íntegra. Não poderia nem de longe conviver num Governo que o considerava de maneira adversa e sem correspondência com sua lealdade no cumprimento exato do dever público.

Pelos seus méritos e diante da conduta exemplar com que sempre se conduziu como homem público, o Embaixador Marcílio Marques Moreira é merecedor do Voto de Louvor que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 4 de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 197, DE 2008

Requer Voto de Louvor à Fundação Bienal de São Paulo, pela iniciativa de realizar, na Capital paulista, exposição de arte sobre a amazônica, com trabalhos de 150 artistas de todo o País.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Louvor À Fundação Bienal de São Paulo, pela realização, na Capital paulista, no Pavilhão da Bienal, de exposição sobre a Amazônia, com trabalhos de 150 artistas de todo o País.

Requeiro, ainda, que o Voto de Louvor seja levado ao conhecimento do Curador da Bienal, Jacopo Crivem Visconti e, por seu intermédio, aos artistas que expõem no Ibirapuera obras sobre a Amazônia.

Justificação

Há momentos em que a arte não apenas encanta. Ela fala! E de forma viva, mais vivo do que qualquer outro argumento! É o que está ocorrendo em São Paulo, no Pavilhão da Bienal, no Parque do Ibirapuera. Ali, a partir de 4 de março de 2008, estão sendo expostos trabalhos de 150 artistas de todo o Brasil, versando sobre o tema sem dúvida mais nacional da atualidade: a Amazônia.

A Mostra reúne nomes de expressão no cenário artístico do Brasil, que, com seus trabalhos, fazem um alerta para a necessidade de preservação da Floresta Amazônica. A Fundação Bienal quer, com essa exposição, “falar” ao povo. E está de fato falando o que precisa ser falado, para lembrar que a Amazônia precisa de mais atenção. A Amazônia, com a Grande Floresta e com o homem que habita a região. Pelo significado da Mostra, a Fundação Bienal de São Paulo é merecedora do Voto de Louvor que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 4 de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de louvor solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 198, DE 2008

Requeiro, nos termos dos artigos 13 e 40, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja autorizada minha ausência do país entre os dias 6 e 10 de março do corrente. Na oportunidade estarei participando, a convite do Dr. Karl Widerquist – Coordenador nos Estados Unidos da Basic Income Guarantee Network, do VII Congresso da USBIG que ocorrerá em Boston, Massachusetts, Estados Unidos. No dia 9 de março apresentarei a palestra Uma Renda Básica para Democratizar e Pacificar o fraque.

Sala das Sessões, 4 de março de 2008. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 199, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 17, de 2006, e nº 7, de 2005, ao Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, já apensado aos Projetos de Lei de Senado nº 183, de 2003, e nº 291, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões 4 de março de 2008. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 49, DE 2008

Acrescenta o § 3º ao art. 217 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e altera o inciso II do § 2º do art. 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estender o direito à pensão por morte aos filhos e dependentes até os 24 anos de idade, quando estudantes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º art. 217 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º

“Art.217.....

.....
§ 3º As pessoas mencionadas no inciso II do **caput** deste artigo poderão ser beneficiárias das pensões até os vinte e quatro anos de idade, se ainda estiverem cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau. (NR)”

Art. 2º O inciso II do § 2º do art. 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 77.....

.....
II – para o filho, a pessoa a ele equiparada ou o irmão, de ambos os性os, pela emancipação, ao completar 21 (vinte e um) anos de idade ou ao completar 24 anos de idade se universitário ou cursando escola técnica de segundo grau, salvo se for inválido.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição tem o objetivo de garantir a pensão temporária por morte aos filhos, enteados, irmãos órfãos, menores sob a guarda ou tutela e demais dependentes, que ainda estejam cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau, em razão de óbito de servidores públicos federais ocupantes de cargos efetivos e das pessoas vinculadas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), entre os quais estão os servidores públicos federais ocupantes de cargo em comissão de livre provimento.

Dessa maneira, esses jovens poderão ter a oportunidade de concluir sua formação profissional e serão mais bem preparados para assegurar o seu próprio sustento.

Não podemos deixar de nos sensibilizar com o drama enfrentado por jovens que, com idade acima de 21 anos e abaixo dos 24 anos de idade, sendo considerados dependentes pela legislação em vigor em razão de serem estudantes, perdem seus pais ou mães precocemente e têm, com isso, colocada em cheque a possibilidade de conclusão de seus estudos. De súbito deixam de ser considerados dependentes em razão do evento “morte” dos pais.

Nos dias de hoje, em que a qualificação profissional ganha cada vez mais relevância, a conclusão de um curso técnico ou de nível superior constitui re-

quisito para uma adequada inserção no mercado de trabalho. Devemos ainda enfatizar que a melhoria na formação profissional produz reflexos positivos não apenas para aqueles que aprimoraram sua instrução, mas para a sociedade como um todo.

O Estado já reconhece essa realidade ao conceder a possibilidade de abatimento, para fins de recolhimento de imposto sobre a renda, para os contribuintes que tenham dependentes de até 24 anos de idade, na condição de estudantes de escolas técnicas ou de instituições de ensino superior. Este projeto busca fazer justiça, portanto, ao equiparar o tratamento aplicado aos beneficiários de pensão de servidores públicos e pessoas vinculadas ao RGPS aquilo que já é concedido pela legislação tributária.

Por essas razões, submetemos o presente projeto de lei à consideração de nossos Pares, solicitando sua aprovação.

Sala das Sessões, 4 de março de 2008. – Senador **Expedito Júnior**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Art. 217. São beneficiários das pensões:

I – vitalícia:

a) o cônjuge;

b) a pessoa desquitada, separada judicialmente ou divorciada, com percepção de pensão alimentícia;

c) o companheiro ou companheira designado que comprove união estável como entidade familiar; d) a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do servidor;

e) a pessoa designada, maior de 60 (sessenta) anos e a pessoa portadora de deficiência, que vivam sob a dependência econômica do servidor;

II – temporária:

a) os filhos, ou enteados, até 21 (vinte e um) anos de idade, ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez;

b) o menor sob guarda ou tutela até 21 (vinte e um) anos de idade;

c) o irmão Órfão, até 21 (vinte e um) anos, e o inválido, enquanto durar a invalidez, que comprovem dependência econômica do servidor;

d) a pessoa designada que viva na dependência econômica do servidor, até 21 (vinte e um) anos, ou, se inválida, enquanto durar a invalidez.

§ 1º A concessão de pensão vitalícia aos beneficiários de que tratam as alíneas **a** e **c** do inciso I des-

te artigo exclui desse direito os demais beneficiários referidos nas alíneas **d** e **e**.

§ 2º A concessão da pensão temporária aos beneficiários de que tratam as alíneas **a** e **b** do inciso II deste artigo exclui desse direito os demais beneficiários referidos nas alíneas **c** e **d**.

LEI N° 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Art. 77. A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em parte iguais.

§ 2º A parte individual da pensão extingue-se:

II – para o filho, a pessoa a ele equiparada ou o irmão, de ambos os sexos, pela emancipação ou ao completar 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se for inválido;

(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa*)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 50, DE 2008–COMPLEMENTAR

Regulamenta o disposto no art. 153, VII, da Constituição Federal, para instituir o Imposto sobre Grandes Fortunas e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído, com fundamento no art. 153, VII, da Constituição, o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF).

§ 1º Para os efeitos desta lei considera-se grande fortuna o patrimônio cujo valor exceder a 3 milhões de Bônus do Tesouro Nacional – BTN.

§ 2º O patrimônio é constituído de todos os bens e direitos, de qualquer natureza, qualquer que seja seu emprego ou localização, conforme constante da declaração anual de bens do contribuinte, diminuído do valor das dívidas. As dívidas vinculadas serão deduzidas do valor dos bens ou direitos a que corresponderem, até o valor destes.

§ 3º O Poder Executivo poderá excluir do patrimônio tributável bens de pequeno valor de mercado.

Art. 2º O imposto tem como fato gerador a existência de patrimônio cujo valor exceda ao previsto no § 1º do artigo anterior.

Art. 3º A base de cálculo do imposto é o valor do patrimônio existente no dia 31 de dezembro do ano anterior ao exercício financeiro.

Art. 4º O imposto será cobrado de acordo com a seguinte tabela progressiva:

Classes de valor do patrimônio (em BTN)	Alíquota
Até 3.000.000	Isento
Mais de 3.000.000 até 6.000.000	0,1%
Mais de 6.000.000 até 9.000.000	0,2%
Mais de 9.000.000 até 12.000.000	0,4%
Mais de 12.000.000	0,7%

Art. 5º São contribuintes do imposto as pessoas físicas domiciliadas no País, o espólio e a pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior em relação ao patrimônio que tenha no País.

Art. 6º No regime de comunhão de bens os cônjuges serão tributados em conjunto: No regime de separação de bens os cônjuges poderão optar pela tributação em separado.

Parágrafo único. Os bens e direitos de filhos menores serão tributados juntamente com os de seus pais.

Art. 7º No cálculo do imposto será dado crédito do valor dos impostos estaduais, municipais, incidentes sobre a propriedade, efetivamente pagos pelo contribuinte no ano anterior sobre bens integrantes da base do Imposto sobre Grandes Fortunas, até o produto do valor desses bens pela alíquota de que trata o art. 4º.

Art. 8º Na declaração a ser apresentada no exercício de 2009, correspondente à posição do patrimônio em 31 de dezembro de 2008, o contribuinte declarará o valor de mercado de bens e direitos naquele dia. Esses valores serão acolhidos pela autoridade fiscal, a menos que diversos ao valor de mercado, ou se não tiverem origem em rendimentos declarados.

Parágrafo único. A partir da declaração correspondente a 31 de dezembro de 2008, os valores constantes da declaração de bens serão atualizados segundo a variação do BTN. Os bens ou direitos adquiridos a partir de 1º de janeiro de 2009 serão corrigidos a partir do mês da aquisição (art. 10).

Art. 9º Para efeito de cálculo do ganho de capital de que trata a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, o custo de aquisição dos bens ou direitos será:

I – em relação às aquisições efetuadas até 31 de dezembro de 2008, o valor constante da declaração a que se refere o art. 8º; e

II – em relação às aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, o definido no art. 16 da lei referida no **caput** deste artigo.

Art. 1º A correção monetária do custo de aquisição de bens ou direitos, de que trata o art. 3º, § 2º, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, é efetuada segundo a variação mensal do valor do BTN.

§ 1º O termo inicial da correção monetária é:

a) 31 de dezembro de 2008 para os bens constantes da declaração de bens apresentada no exercício financeiro de 2009; e

b) o mês da aquisição do bem ou direito, para os adquiridos a partir de 1º de janeiro de 2009.

§ 2º No caso de aquisição com pagamento parcelado, o termo inicial da correção monetária, para a atualização do custo, é o mês de cada pagamento.

§ 3º O termo final é o mês em que for realizado o ganho de capital.

Art. 11. Anualmente, no mês fixado pelo Poder Executivo Federal, a pessoa física deverá apresentar declaração do Imposto sobre Grandes Fortunas, em modelo aprovado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 1º O imposto será convertido em quantidade de BTN Fiscal mediante a divisão de seu valor em reais pelo valor de BTN, Fiscal vigente no primeiro dia útil do mês de janeiro do exercício financeiro.

§ 2º O imposto será pago em seis prestações mensais iguais, expressas em quantidade de BTN Fiscal, vencíveis no último dia útil de cada mês de abril a setembro do exercício financeiro.

§ 3º Os valores do imposto e de cada parcela serão expressos em quantidade de BTN Fiscal até a segunda casa decimal, quando resultarem fracionários, abandonando-se as demais.

§ 4º Nenhuma parcela, exceto parcela única, será inferior ao valor de cem BTN Fiscal.

§ 5º O valor de cada parcela em reais será determinado mediante a multiplicação de seu valor expresso em quantidade de BTN Fiscal, pelo valor do BTN Fiscal do dia de seu pagamento.

Art. 12. A pessoa jurídica será solidariamente responsável pelo pagamento do Imposto sobre Grandes Fortunas, sempre que houver indícios de que sua constituição ou existência visa a dissimular o verdadeiro proprietário dos bens ou direitos que constituam o seu patrimônio ou a apresentá-las sob valor inferior ao real.

Art. 13. A administração e fiscalização do Imposto sobre Grandes Fortunas compete à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Parágrafo único. Aplicam-se subsidiariamente ao Imposto sobre Grandes Fortunas, no que couber, os

dispositivos da legislação do Imposto de Renda referentes a administração, lançamento, consulta, cobrança, penalidades, garantias e processo administrativo.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O imposto sobre Grandes Fortunas está previsto em nossa carta magna no art. 153, inciso VII, na seção que trata dos Impostos da União. Entretanto sua regulamentação depende de lei complementar, que até o presente momento nenhuma proposição concluiu sua tramitação instituindo o citado imposto.

O Constituinte incluiu esta previsão do IGF como forma de corrigir as graves disparidades econômicas entre pessoas e classes sociais, que através de um modelo de tributação de grandes fortunas poderia contribuir para a redução das injustiças provocadas pela acumulação de riquezas, sendo que muita desta acumulação é fruto da sonegação fiscal.

Devo por primeiro destacar que a apresentação deste projeto não pretende de forma alguma criar um imposto “Hobin Hood” ou acabar com a miséria de nosso povo como consequência de sua instituição, mas garantir que todos paguem impostos e que aqueles que ganhem mais paguem mais, até mesmo para garantir a redução de outros tributos, especialmente àqueles incidentes sobre os mais pobres.

O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), entidade privada que, entre outras atividades, se dedica a apurar a carga tributária, estimou que um valor equivalente a 39,11% de toda a arrecadação tributária não ingressou nos cofres públicos das três esferas de Governo, em 2005. Como o total da arrecadação foi de R\$733 bilhões, a estimativa de sonegação e informalidade é de R\$287 bilhões.

Esta informação demonstra a importância de tributação das grandes fortunas, uma vez que grande parte deste volume sonegado é realizado pela pequena parcela mais rica da população.

Segundo levantamento do The Boston Consulting Group, há no país aproximadamente 190 mil brasileiros com mais de US\$1.000.000,00 investidos no mercado financeiro, ou seja pouco mais de 1% da população brasileira é considerada milionária. Segundo este mesmo levantamento estima-se que há em poder destes milionários US\$675 bilhões, o que equivale a quase 50% do Produto Interno Bruto do Brasil.

Nos parece um montante elevado concentrado nas mãos de uma parcela muito pequena da população brasileira, desta forma tributar grandes fortunas

traria o benefício de mais recursos a serem aplicados em programas sociais, visto que o volume de recursos arrecadados, mesmo que com uma alíquota relativamente baixa, seriam bastante significativos.

Desta forma o objetivo do projeto é garantir o cumprimento de um preceito constitucional de tributar as grandes fortunas e garantir maiores recursos para os programas sociais do Governo Federal.

Espero contar com o apoio dos nobres pares para enfim termos em nosso ordenamento jurídico a regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas.

Sala das Sessões, 4 de março de 2008. – Senadora **Serys Shiessarenko**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

TÍTULO VI Da Tributação e do Orçamento

CAPÍTULO I Do Sistema Tributário Nacional

Seção III Dos Impostos da União

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

- I – importação de produtos estrangeiros;
- II – exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;
- III – renda e proventos de qualquer natureza;
- IV – produtos industrializados;
- V – operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;
- VI – propriedade territorial rural;
- VII – grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

§ 1º É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.

LEI N° 7.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988

Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º

Art. 3º O imposto incidirá sobre o rendimento bruto, sem qualquer dedução, ressalvado o disposto

nos arts. 9º a 14 desta Lei. (Vide Lei nº 8.023, de 12-4-90)

§ 1º Constituem rendimento bruto todo o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos, os alimentos e pensões percebidos em dinheiro, e ainda os proventos de qualquer natureza, assim também entendidos os acréscimos patrimoniais não correspondentes aos rendimentos declarados.

§ 2º Integrará o rendimento bruto, como ganho de capital, o resultado da soma dos ganhos auferidos no mês, decorrentes de alienação de bens ou direitos de qualquer natureza, considerando-se como ganho a diferença positiva entre o valor de transmissão do bem ou direito e o respectivo custo de aquisição corrigido monetariamente, observado o disposto nos arts. 15 a 22 desta Lei.

§ 3º Na apuração do ganho de capital serão consideradas as operações que importem alienação, a qualquer título, de bens ou direitos ou cessão ou promessa de cessão de direitos à sua aquisição, tais como as realizadas por compra e venda, permuta, adjudicação, desapropriação, dação em pagamento, doação, procuração em causa própria, promessa de compra e venda, cessão de direitos ou promessa de cessão de direitos e contratos afins.

§ 4º A tributação independe da denominação dos rendimentos, títulos ou direitos, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem dos bens produtores da renda, e da forma de percepção das rendas ou proventos, bastando, para a incidência do imposto, o benefício do contribuinte por qualquer forma e a qualquer título.

§ 5º Ficam revogados todos os dispositivos legais concessivos de isenção ou exclusão, da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas, de rendimentos e proventos de qualquer natureza, bem como os que autorizam redução do imposto por investimento de interesse econômico ou social.

§ 6º Ficam revogados todos os dispositivos legais que autorizam deduções cedulares ou abatimentos da renda bruta do contribuinte, para efeito de incidência do imposto de renda.

Art. 4º Fica suprimida a classificação por cédulas dos rendimentos e ganhos de capital percebidos pelas pessoas físicas.

(À *Comissão de Assuntos Econômicos*)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 51, DE 2008

Institui a Política Nacional de Abastecimento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Abastecimento (PNA), cujos objetivos são:

I – assegurar à população brasileira a oferta e a qualidade dos alimentos e dos insumos indispensáveis à produção de produtos alimentícios;

II – proporcionar o acesso local a suprimentos médicos preventivos e emergenciais;

III – estimular a formação de estoques reguladores e estratégicos objetivando absorver excedentes e corrigir desequilíbrios nos preços de alimentos, combustíveis, energia, medicamentos e água potável, decorrentes de manobras especulativas;

IV – mitigar o risco da escassez de água potável;

V – garantir ao pequeno e ao médio produtor os preços mínimos e a armazenagem para a guarda e a conservação de seus produtos;

VI – fomentar o consumo dos produtos básicos e necessários à dieta alimentar das populações carentes.

Art. 2º A Política Nacional de Abastecimento fundamenta-se nos seguintes princípios:

I – segurança alimentar;

II – sustentabilidade no fornecimento de suprimentos médicos preventivos e emergenciais;

III – investigação científica e tecnológica voltada aos problemas de armazenagem e abastecimento;

IV – direito de acesso à água potável;

V – integração entre ações locais, regionais e nacionais, visando aperfeiçoar a aplicação dos recursos financeiros;

VI – cooperação entre órgãos públicos e organizações não-governamentais;

VII – estímulo às atividades da agricultura familiar e ao associativismo;

VIII – incentivo à expansão e ao aperfeiçoamento da rede de armazenamento sob controle da iniciativa privada; e

IX – atendimento às carências alimentares em áreas desassistidas ou não suficientemente atendidas pela iniciativa privada.

Art. 3º Compete ao Poder Público, no âmbito da Política Nacional de Abastecimento:

I – definir planos de ação regionais e nacional, com a participação de órgãos estaduais e municipais de desenvolvimento;

II – capacitar os agentes para a execução das ações de acompanhamento e controle dos estoques públicos e privados;

III – estimular o associativismo, o cooperativismo e a agricultura familiar;

IV – promover a geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias;

V – fiscalizar a aplicação dos recursos provenientes de incentivos creditícios e fiscais;

VI – promover a geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias;

IX – estabelecer preços mínimos para os produtos objeto da Política Nacional de Abastecimento;

X – assegurar a infra-estrutura local necessária ao atendimento das populações carentes;

XI – prover sistema de informação de preços e estoques de ampla difusão; e

XII – manter ações de preservação dos mananciais públicos.

Art. 4º Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Justificação

O atual modelo brasileiro de mínima formação de estoques encontrou na abertura ao comércio exterior, com intervenções governamentais pontuais no mercado interno, um paradigma capaz de redefinir o papel intervencionista do Estado, que vinha perdendo força ao longo da década de 80 e se reduziu muito ao final da década de 90.

No novo modelo, coube à abertura do mercado brasileiro para o comércio exterior a função, antes atribuída aos estoques nacionais, de amenizar os efeitos de choques de oferta ou de demanda internos.

Além disso, a redução de recursos públicos, os problemas na administração dos estoques e a abertura do mercado brasileiro ao comércio internacional através da redução ou eliminação de impostos de importação conduziram à criação de instrumentos de captação de recursos mais eficientes do que os usados tradicionalmente pela Política de Garantia de Preços Mínimos vigente até 1995. Nessa época, teve início a política de subsídio ao estoque privado, com vistas à manutenção de preços sem que o Governo fosse obrigado a adquirir a produção por meio das Aquisições do Governo Federal (AGF).

Entretanto, embora a diversificação dos instrumentos de financiamento da produção e da comercialização agrícolas tenha contribuído para amenizar o desequilíbrio fiscal, presente por toda a década de 80 e parte da década de 90, o resultado da adoção do novo modelo levou também ao equívoco do abandono da estrutura governamental de armazenamento.

Obviamente, o País não podia conviver com os problemas que a administração ultrapassada dos estoques apresentava havia décadas. Mas, além da regulação do mercado e do equilíbrio fiscal, novos desafios se impõem, exigindo que os problemas observados na administração dos estoques sejam superados com o

emprego de métodos de gestão e tecnologias mais eficientes e de menor custo para o Estado.

Os desafios atuais, uma vez que os estoques não têm mais a mesma importância na regulação do mercado que tinham na economia fechada, são de natureza até mais nobre. Trata-se de assegurar a todos os brasileiros a segurança alimentar e mitigar o risco de colapso no fornecimento de combustíveis e energia, além do acesso a suprimentos médicos para uso em emergências e permitir o consumo de água potável.

Para respeitar esses direitos inalienáveis, o Poder Público não pode prescindir de uma estrutura mínima de armazenagem e formação de estoques estratégicos. Precisa ampliar as ações para além da atuação da Conab, uma vez que a Companhia Nacional de Abastecimento não cuida de energia, reservatórios de água ou estoque de combustíveis. Em outras palavras, torna-se necessária uma Política Nacional de Abastecimento, com uma articulação mais ampla entre os órgãos do executivo. A proposição que ora apresentamos traz a preocupação fundamental de garantir direitos básicos aos brasileiros, sem perder de vista o equilíbrio fiscal.

Finalmente, salientamos que a aprovação deste projeto permitirá ao Estado brasileiro a possibilidade de ações tempestivas diante de calamidades regionais, uma vez que os estoques mínimos já se encontrarão disponíveis em cada local. Por isso, esperamos contar com o apoio das Senhoras e dos Senhores Senadores para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, 4 de março de 2008. – Senador **Marcelo Crivela**.

(Às Comissões de Ciências, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 52, DE 2008

Dispõe sobre a isenção do imposto de renda da pessoa física e da contribuição previdenciária incidentes sobre o valor da bolsa concedida por estabelecimento de ensino ao filho de professor.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar acrescido do inciso XXII, com a seguinte redação:

“Art. 6º

.....
XXII – o valor da bolsa concedida ao filho ou enteado do professor do próprio estabele-

cimento de ensino, desde que não seja utilizado como substituição de parcela salarial e que seja acessível a todos os professores do estabelecimento." (NR)

Art. 2º O art. 28, § 9º, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido da alínea **z**, com a seguinte redação:

“Art. 28

.....
§ 9º

.....
z) o valor da bolsa concedida ao filho ou enteado do professor do próprio estabelecimento de ensino, desde que não seja utilizado como substituição de parcela salarial e que seja acessível a todos os professores do estabelecimento.

..... (NR)”

Art. 3º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos 60 (sessenta) dias da publicação desta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Esta lei só produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 3º.

Justificação

É praxe entre os estabelecimentos de ensino particulares brasileiros a concessão de bolsa de estudo aos dependentes dos seus professores contratados. Em alguns casos, isso passou a integrar o acordo coletivo de trabalho, mas essa não é necessariamente a condição para o benefício, que decorre, tradicionalmente, da liberalidade e de uma política de motivação do pessoal adotado pelas instituições.

Paralelamente, dessa prática colhem-se outros efeitos, tais como a tranquilidade que o professor adquire ao saber que seu filho está próximo a ele, cumprindo suas obrigações discentes. Evidentemente, essa tranquilidade se reverte em motivação e eficiência no trabalho docente.

Tais bolsas de estudo não têm, absolutamente, caráter salarial, bastando para esta conclusão aten-

tar para o fato de que as bolsas são concedidas em número variável em relação a cada professor, pois o número de filhos e enteados de cada um é, por definição, variável. Os professores que não têm dependentes não são beneficiados. Ora, fosse o benefício de caráter remuneratório, não poderia haver distinção entre os profissionais.

Não há o menor sentido em considerar a bolsa como salário em espécie, para os fins de tributação do imposto renda e da contribuição previdenciária. Se assim fosse, a consequência lógica seria a obrigatoriedade de extensão do benefício, na forma de pecúnia, mesmo aos professores que não têm filhos.

Por outro lado, na área do imposto de renda, para considerar a bolsa como renda tributável, haveria que considerar a despesa correspondente e sua dedução, numa soma de resultado zero. Ou seja, haveria uma renda fictícia, com a qual o professor pagou ao próprio colégio, incorrendo numa despesa fictícia. Mais fácil é considerar isenta tal renda fictícia.

A matéria comporta, também, uma consideração de equidade. Os pais (professores ou não) que têm filhos matriculados em escola pública e que, portanto, recebem um benefício em espécie do Estado, nem por isso são tributados pela parcela de renda fictícia que, afinal de contas, isso representa.

Na área da previdência social a isenção não causa qualquer prejuízo, considerando o caráter contraprestacional da contribuição. Ou seja, se essa renda fictícia não é considerada como base contributiva, simplesmente ela não vai entrar no cálculo dos benefícios do segurado.

Sala das Sessões, 4 de março de 2008. – Senador **Marcelo Crivela**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 7.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988

Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 6º Ficam isentos do imposto de renda os seguinte rendimentos percebidos por pessoas físicas:

.....
LEI N° 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

**PUBLICAÇÃO CONSOLIDADA
DA LEI N° 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991,
DETERMINADA PELO ART. 12 DA LEI N° 9.528,
DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997**

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

LEI ORGÂNICA DA SEGURIDADE SOCIAL

**TÍTULO I
Conceituação e Princípios Constitucionais**

**CAPÍTULO IX
Do Salário-de-Contribuição**

Art. 28. Entende-se por salário-de-contribuição:

§ 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta lei, exclusivamente: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

**LEI COMPLEMENTAR N° 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta lei complementar:

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das

despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**Seção II
Dos Orçamentos**

Art. 165. leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 6º – O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os projetos que acabam de ser lidos vão às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 7, DE 2008**

**Cria, no Senado Federal, a Comissão
da Amazônia e dá outras providências.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os arts. 72, 77 e 107 do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 72.....

.....
XI – Comissão da Amazônia – CA.”
(NR)

“Art. 77.....

.....
XI – Comissão da Amazônia, 17.”(NR)
“Art. 107.....

I –

I) Comissão da Amazônia: às quartas-feiras, doze horas.

.....” (NR)

Art. 2º O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do art. 104-C, com a seguinte redação:

“Art. 104-C. À Comissão da Amazônia compete opinar sobre proposições pertinentes aos seguintes temas:

I – desenvolvimento sustentável;
II – ordenamento territorial;
III – assuntos indígenas;
IV – exploração dos recursos naturais;
V – políticas de desenvolvimento regional, dos Estados e dos Municípios;
VI – planos regionais de desenvolvimento econômico e social;

VII – programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento da região;

VIII – integração regional;

IX – agências e organismos de desenvolvimento regional;

X – outros assuntos correlatos.”

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Amazônia brasileira compreende cerca de 3,5 milhões de quilômetros quadrados, o que equivale a 42% do território brasileiro. Se considerados os 5,2 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia Legal, composta pelos sete estados da região Norte e, ainda, pelo Estado de Mato Grosso e o oeste do Estado do Maranhão, tem-se o equivalente a 61% do território brasileiro.

A grandeza da Amazônia pode ser constatada nos mais variados aspectos. A bacia fluvial Amazônica possui um quinto da disponibilidade mundial de água doce. A Amazônia abriga 33% das florestas tropicais do planeta e cerca de 30% das espécies conhecidas de flora e fauna.

Apesar de sua imensa riqueza natural, a Amazônia é palco de realidades contrastantes. Embora constitua extensa reserva de água doce, a falta de políticas e investimentos públicos compromete o abastecimento de água, o saneamento básico e o gerenciamento de resíduos sólidos, o que mantém significativa parcela da população em condições insalubres.

A região responde por quase metade do potencial energético brasileiro, no entanto, a capacidade instalada aproveita somente dez por cento desse potencial. A Amazônia é a região brasileira que apresenta a menor cobertura de domicílios atendidos com eletricidade, com alto déficit na zona rural.

Apesar de possuir a maior rede fluvial do país, com cerca de vinte mil quilômetros de extensão e boas condições de navegabilidade, especialmente na estação das chuvas, o transporte fluvial opera com baixo grau de eficiência e em condições precárias.

O potencial de atividades econômicas ligadas ao turismo sustentável é bastante promissor, contudo, encontra barreiras em relação à infra-estrutura de transportes, ao saneamento e à qualificação da mão-de-obra.

A indústria florestal não madeireira tem grande potencial de crescimento, principalmente no que tange ao beneficiamento primário da matéria-prima para

a elaboração de fitoterápicos e fitocosméticos. Entretanto, essa bioindústria depende do desenvolvimento de tecnologias em diversos níveis, o que demanda políticas e incentivos específicos.

A desconexão entre a indústria e a produção primária acaba por beneficiar outras regiões do país, uma vez que, com exceção da madeira, apenas uma pequena parte da produção local de matérias-primas é submetida a algum tipo de processamento industrial.

Todos esses fatores indicam a necessidade urgente de se debater e colocar em prática políticas que unam o setor público e a iniciativa privada e garantam o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

O Senado Federal, em suas diversas comissões temáticas, desempenha importante papel na discussão a respeito das políticas públicas mais adequadas à solução dos problemas da região, entretanto, a relevância da questão amazônica exige atuação ainda mais decisiva desta Casa.

Acreditamos que somente uma comissão temática específica poderá satisfazer à premente necessidade de amplo e profundo debate nacional acerca da complexa realidade da região, razão pela qual razão pedimos aos nobres pares apoio à iniciativa de criação, no Senado Federal, da Comissão da Amazônia.

Sala das Sessões, 4 de março de 2008. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**

LEGISLAÇÃO CITADA

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Art. 72. As comissões permanentes, além da Comissão Diretora, são as seguintes:

- I – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE;
- II – Comissão de Assuntos Sociais – CAS;
- III – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ;
- IV – Comissão de Educação – CE;
- V – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA;
- VI – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH;
- VII – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE;
- VIII – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI;
- IX – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR;
- X – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA. (NR)

CAPÍTULO II **Da Composição**

Art. 77. A Comissão Diretora é constituída dos titulares da Mesa, tendo as demais comissões permanentes o seguinte número de membros:

- I – Comissão de Assuntos Econômicos, 27;
- II – Comissão de Assuntos Sociais, 21;
- III – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 23;
- IV – Comissão de Educação, 27;
- V – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 17;
- VI – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, 19;
- VII – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 19;
- VIII – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, 23;
- IX – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, 17;
- X – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, 17.

§ 1º O membro da Comissão Diretora não poderá fazer parte de outra comissão permanente.

§ 2º Cada Senador poderá integrar até três comissões como titular e três como suplente. (NR)

Art. 107. As reuniões das comissões permanentes realizar-se-ão:

I – se ordinárias, semanalmente, durante a sessão legislativa ordinária, nos seguintes dias e horários:

- a)** Comissão de Assuntos Econômicos: às terças-feiras, dez horas;
- b)** Comissão de Serviços de Infra-Estrutura: às terças-feiras, quatorze horas;
- c)** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: às quartas-feiras, dez horas;
- d)** Comissão de Assuntos Sociais: às quintas-feiras, onze horas e trinta minutos;
- e)** Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional: às quintas-feiras, dez horas;
- f)** Comissão de Educação: às quartas-feiras, onze horas e trinta minutos;
- g)** Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle: às terças-feiras, onze horas e trinta minutos;

h) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa: às terças-feiras, doze horas;

i) Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo: ás quartas-feiras, quatorze horas;

j) Comissão de Agricultura e Reforma Agrária: às quintas-feiras, doze horas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O projeto que acaba de ser lido ficará perante a Mesa pelo prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, a, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, DE 2008

Altera dispositivos constitucionais relativos ao limite máximo de idade para a aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os dispositivos da Constituição Federal abaixo enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 93.

VI – a aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40, exceto no que se refere ao limite de idade determinado pelo § 2º do art. 101. (NR)

.....”

“Art 101.

§ 1º

§ 2º Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão aposentados compulsoriamente aos setenta e cinco anos. (NR)

Justificação

A expectativa de vida do brasileiro vem aumentando progressivamente, alterando de forma significativa o perfil etário da população. Esse fato ganha consistência

com a ampliação da urbanização, a formação de uma classe média com melhores condições educacionais, aliados aos inegáveis avanços das ciências de saúde que tornou mais longeva parte de nossa sociedade.

A Constituição Federal, ainda não assimilou totalmente tais mudanças demográficas, pois proíbe que alguém com mais de setenta anos possa ser servidor público ou mesmo nomeado para cargos de magistrado e outros de semelhante relevância.

Há anos venho tentado trazer este debate ao mundo normativo. Entretanto, é notório que o assunto de se aumentar, no amplo espectro das funções públicas, a idade limite para 75 anos para a aposentadoria compulsória ainda não encontrou um consenso.

Esta proposta busca assim fazer essa atualização, ainda que restrita aos cargos de ministros do Supremo Tribunal Federal – , haja vista a freqüência com que nos chegam notícias de casos de pessoas, com alto preparo intelectual e largo tirocínio profissional, afastadas compulsoriamente de suas atividades.

As três últimas Constituições brasileiras fixaram em setenta anos esse afastamento compulsório, ampliando, assim, em dois anos, a situação das Cartas imediatamente anteriores, as de 1934 e 1937.

No entanto, onde a sociedade mais teria a ganhar se alargássemos o limite de idade objeto desta proposta seria exatamente na mais

alta Magistratura, pois nada mais apropriado à atividade jurisdicional que esta seja exercida por julgadores calejados e experimentados, pois sabemos que a letra inerme da lei nem sempre é suficiente para estabelecer uma decisão ou sentença justas.

Devemos acrescentar que a nossa proposta não atinge aqueles que podem requerer sua aposentadoria com base em seu tempo de serviço. Constitui-se apenas numa faculdade para aqueles que querem permanecer nesta nobre função pública.

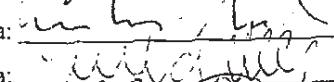
Para nós é estranho que renomados juristas com mais de setenta anos, que foram exemplares e eficientes servidores públicos, ou até mesmo ex-ministros do Supremo Tribunal Federal, possam ser contratados para elaborar caríssimos pareceres jurídicos para a administração pública e sejam proibidos para atuar como integrante das instituições públicas.

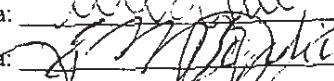
Desta forma, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação desta emenda constitucional.

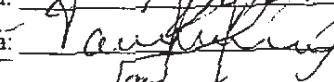
Sala das Sessões, 4 de março de 2008. – Senador **Pedro Simon**.

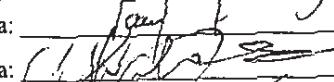
ASSINATURAS DOS SENHORES SENADORES

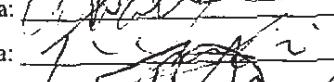
01 Assinatura:  Nome: MÁRIO MACÊDO

02 Assinatura:  Nome: JÚLIO DE OLIVEIRA

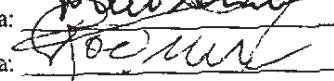
03 Assinatura:  Nome: JÂNIO VASSOURAS

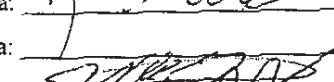
04 Assinatura:  Nome: ARMANDO VELLOSO

05 Assinatura:  Nome: FERNANDO COLLOR DE MELLO

06 Assinatura:  Nome: NEUDO DE CONTO

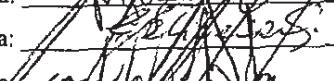
07 Assinatura:  Nome: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

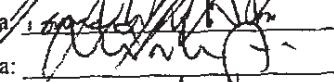
08 Assinatura:  Nome: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

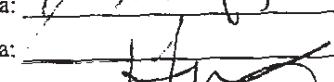
09 Assinatura:  Nome: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

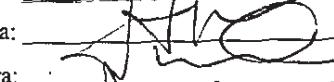
10 Assinatura:  Nome: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

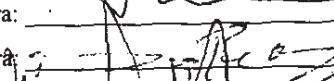
11 Assinatura:  Nome: RUY CARNEIRO

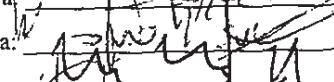
12 Assinatura:  Nome: RUY CARNEIRO

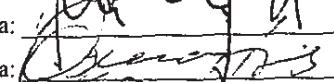
13 Assinatura:  Nome: RUY CARNEIRO

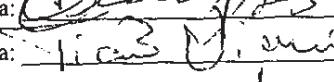
14 Assinatura:  Nome: CÍCERO NOGUEIRA

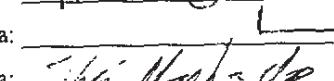
15 Assinatura:  Nome: VERRY

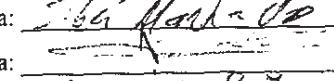
16 Assinatura:  Nome: VACHER PEREIRA

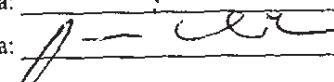
17 Assinatura:  Nome: ELIAS VAZ

18 Assinatura:  Nome: CRISTOVAM BUARQUE

19 Assinatura:  Nome: GERALDO ALCKMIN

20 Assinatura:  Nome: HÉRCULES FORGES

21 Assinatura:  Nome: MAGNO MALTA

22 Assinatura:  Nome: FLÁVIO ARNS

23 Assinatura:  Nome: OSCAR PICADO

24 Assinatura:  Nome: TITO VIANA

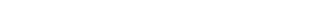
25 Assinatura:  Nome: SÃO MACHADO

26 Assinatura:  Nome: JEFFERSON PÉRES

27 Assinatura:  Nome: JANDU

28 Assinatura:  Nome:

29 Assinatura:  Nome:

30 Assinatura:  Nome:

31 Assinatura: Nome:

32 Assinatura: Nome:

33 Assinatura: Nome:

34 Assinatura: Nome:

LEGISLAÇÃO CITADA**CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

VI – a aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40;

Seção II
Do Supremo Tribunal Federal

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo único. Os ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

(À *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2006** (nº

5.434/2005, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no tocante ao ensino da arte (determina a obrigatoriedade do ensino da arte e da cultura nos diversos níveis da educação básica);* e

– **Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2007** (nº

6.633/2006, na Casa de origem), que *denomina Ponte Governador Ivar Figueiredo Saldanha a segunda ponte sobre o Estreito dos Mosquitos, na BR-135, ligando a ilha de São Luís ao continente, no Estado do Maranhão.*

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício GLPMDB nº 55/2008

Brasília, 4 de março de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação da Senadora Roseana Sarney – PMDB/MA, para integrar a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, como membro suplente, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Valdir Raupp**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– A Presidência designa a Senadora Roseana Sarney para integrar, como suplente, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos do expediente lido.

Sobre a mesa, Mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM N° 13, DE 2008-CN

Mensagem nº 13, de 2008-CN (nº 78/2008, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 6º do art. 2º da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, relatório de avaliação do cumprimento da meta de supéravit primário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A mensagem que acaba de ser lida vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra pela ordem ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que me inscreva como segundo colocado para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a está inscrito.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da mesma forma, gostaria de me inscrever para fazer uma comunicação inadiável, assim que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a está inscrito para uma comunicação inadiável.

A Senadora Serys Slhessarenko fará uso da palavra como oradora inscrita, sem prejuízo da ordem dos oradores inscritos.

Inscrevo-me para uma comunicação inadiável.

Com a palavra, a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Agradeço também ao Senador Gerson Camata, por ter-me cedido o lugar, para falar para uma comunicação inadiável, mas falarei como oradora inscrita. Agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, tenho dois temas para tratar na tarde de hoje. Um deles diria que é de relevância para a humanidade. Em outras oportunidades, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, já opinei nesta tribuna sobre o uso de células-tronco embrionárias em pesquisas científicas.

No ano passado, em iniciativa inédita, o Supremo Tribunal Federal (STF) realizou audiência pública sobre o assunto, em julgamento naquela Corte. Em nobre iniciativa, a mais alta Corte do nosso País abriu as portas para especialistas, propiciando o debate sobre o uso de células-tronco embrionárias. Os Ministros aceitaram discutir sobre quando a vida começa. Trinta e quatro cientistas, a favor e contra pesquisas que usam células-tronco embrionárias humanas, enfrentaram-se diante de Ministros togados, no Supremo Tribunal Federal, em Brasília. Longe de seus laboratórios, os pesquisadores tentaram convencer S. Ex^as sobre a pergunta central e decisiva: quando começa a vida? O debate serviu para ajudar os Ministros do STF nessa decisão sobre a constitucionalidade da Lei de Biossegurança, aprovada em 2005, que autoriza a pesquisa com células-tronco extraídas de embriões produzidos *in vitro* para fins de reprodução assistida.

Células-tronco embrionárias são capazes de se diferenciar em qualquer tecido no corpo, sendo, portanto, uma aposta da medicina no tratamento de várias doenças hoje incuráveis. Para serem obtidas, elas requerem a destruição de embriões com poucos dias de existência.

A lei permite, Sr. Presidente, o uso de embriões inviáveis para gestação ou que estejam congelados há mais de três anos. O ex-Subprocurador-Geral Claudio Fonteles, autor do questionamento, diz que não se pode permitir que embriões sejam usados na pesquisa. Ele cita o art. 5º da Constituição Federal, que assegura o direito à vida. Para ele, “se a vida começa na fecundação, a pesquisa com embriões é inconstitucional, porque os destrói”.

Então, Sr. Presidente, o que o Supremo Tribunal Federal de nosso País deverá julgar amanhã será uma

Ação Direta de Inconstitucionalidade que impede a pesquisa com células-tronco de embriões no Brasil.

As pesquisas com células-tronco embrionárias foram aprovadas em nosso País em março de 2005, dentro da Lei nº 11.105/2005, de Biossegurança. Em maio do mesmo ano, o então Procurador-Geral da República entrou com essa ação, pedindo que as pesquisas fossem proibidas. Sabiamente, muito sabiamente, o Relator do processo, Ministro Carlos Ayres Britto, resolveu convocar audiência pública, para que o Supremo Tribunal Federal pudesse chegar a um entendimento.

“As células-tronco passaram a ser a grande expectativa dos pacientes da comunidade científica para se pensar em curar, um dia, doenças neurológicas que são incuráveis”, disse a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rosália Mendez-Otero, por ocasião do encontro.

“Temos um compromisso importante com a pesquisa. Precisamos dar mais chances às pessoas. Não há segurança de cura, mas, se não estudarmos essas células, não vamos saber”, afirmou também a neurocientista Dr^a Lúcia Braga, da Rede Sarah de Hospitais.

No dia 15 de julho de 2004, fiz desta tribuna um pronunciamento sobre células-tronco e volto à questão, fazendo as mesmas indagações.

Primeiramente, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, o que é célula-tronco? É um tipo de célula que pode se diferenciar e constituir diferentes tecidos no organismo. Essa é uma capacidade especial, porque as demais células geralmente só podem fazer parte de tecido específico. Por exemplo, células da pele só podem constituir a pele. Outra capacidade especial das células-tronco é a auto-replicação, ou seja, elas podem gerar cópias idênticas de si mesmas.

Por causa dessas duas capacidades, as células-tronco são objeto de intensas pesquisas hoje, pois poderiam no futuro funcionar como células substitutas em tecidos lesionados ou doentes, como nos casos de Alzheimer, Parkinson e doenças neuromusculares em geral ou ainda no lugar de células que o organismo deixa de produzir por alguma deficiência, como no caso de diabetes.

As células-tronco funcionam como “curinga”, ou seja, teriam a função de ajudar no reparo de uma lesão. As células-tronco da medula óssea, especialmente, têm uma importante função: regenerar o sangue, porque as células sanguíneas se renovam constantemente.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, os Ministros do Supremo Tribunal Federal decidirão amanhã, quarta-feira, dia 5 do corrente, a legalidade de pesquisas com células-tronco de embriões humanos por

cientistas brasileiros. O processo tem como Relator o eminente Ministro Carlos Ayres Britto. Espero que o Supremo Tribunal Federal julgue, com a visão de que não existe nada de antiético nesta defesa. O que existe é o objetivo claro de salvar vidas, de melhorar as perspectivas dos que não têm esperança, e, por isso, como Senadora da República, como cidadã e como mãe e avó, é meu dever alertar e me posicionar: proibir a pesquisa com células-tronco é um erro.

Foi com essa convicção que defendi e votei favoravelmente pela liberação das pesquisas com células-tronco embrionárias para fins terapêuticos no Brasil.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)
– V. Ex^a me permite um aparte, Senadora Serys Slhessarenko?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)
– É para lhe dar os parabéns pela tranqüilidade e segurança com que V. Ex^a defende uma tese tão importante como essa. Creio que não é o caso de obstarmos a que a Ciência avance nesse campo, até porque se trata da pretensão de salvar vidas, ao contrário do que se diz ultimamente, ou seja, que esse procedimento sacrificaria a vida. Não se trata disso, sabemos todos. Esse embaraço que poderá sofrer a ciência, caso isso se concretize, equivaleria, na Idade Média, a fazer com que um cientista se retratasse da afirmação de que a Terra gira em torno do Sol. Ontem mesmo assisti pela televisão ao depoimento de uma cientista aqui de Brasília, da UnB, que afirmava que os embriões congelados, se introduzidos no útero de uma mulher, não gerariam vida. Olha só que coisa! São informações que a sociedade precisa ter. Fala-se desses embriões como se eles já constituíssem vida ou como se eles pudessem gerar vida imediatamente após serem introduzidos no útero de uma mulher. Segundo ela, que falou com muita segurança, isso não prospera, isso não é verdade. Então, veja: cientistas estão debruçados sobre essa questão com o propósito de salvar ou melhorar a vida de pessoas que, de uma forma ou de outra, têm uma remota chance de voltar a se mover, de voltar a andar, de voltar a enxergar, de ter restabelecidos os seus sentidos. Isso é uma coisa linda! Parabéns a V. Ex^a pela defesa de uma tese tão importante e fundamental para todos nós.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigado, Senador Geraldo.

Concedo aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Professora – professoras plantam a semente do saber –, entendemos como Sócrates, que, pregando muito bem, dizia: “Só tem um grande bem: é o saber; só tem um grande mal:

é a ignorância”. Meu professor de cirurgia, Papaléo, o Professor Mariano de Andrade, dizia: “A ignorância é audaciosa”. Nós acreditamos em Deus, no Filho de Deus, que nos deu sabedoria e fez evoluir a Ciência. Há pouco o Geraldo Mesquita falou muito bem da época medieval: ficavam os homens parados, os monges orando e meditando porque tudo adviria de Deus. Aí, um punhado de homens bravos acreditaram no estudo e no trabalho. Estudando e trabalhando, mudaram o mundo. Passou-se a reconhecer, Camata, com o Renascimento, o estudo casado com o trabalho. Foram liderados por Leonardo da Vinci, Miguel Ângelo, Rafael, Dante Alighieri; na política, Maquiavel, com sua obra *O Príncipe*. Eles criaram a bússola, que é a mãe da globalização, a pólvora, a imprensa, o livro, a comunicação e a ciência. Sei da história da Medicina, particularmente da Cirurgia. Quantos e quantos cirurgiões do passado, Papaléo, foram excomungados, perseguidos, porque queriam estudar o corpo humano. Abrir o tórax era pecado, era uma blasfêmia, era motivo para ser excomungado. O tórax era uma caixa sagrada, dizia a ignorância. O coração poder ser trocado por outro: é a Ciência. E como sofreu essa gente! Este Senado teve essa responsabilidade. Nós estamos aqui para fazer leis boas e justas. Essa foi uma lei boa e justa, nascida aqui, nesta Casa dos pais da Pátria, que entendem o evoluir da civilização. Isso é para o bem. Vou mais atrás que o Geraldo: ir contra essa lei não significa voltar para o período medieval não, significa voltar para a Idade da Pedra Lascada. A ignorância não seria só audaciosa: seria audaciosa e burra!

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Eu pediria dois minutos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– V. Ex^a já teve a concessão de três minutos, mas vamos lhe dar mais um minuto.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Lembrando o nome de Mayana Zatz, grande cientista brasileira e internacional, tenho certeza de que nós teremos parecer favorável em relação a essa questão amanhã.

Mas eu queria fazer aqui, Sr. Presidente, considerações a respeito de um querido companheiro nosso. Iria até fazer um discurso sobre isso, mas, infelizmente, não tenho tido oportunidade para tanto em função da escassez de tempo.

Refiro-me ao companheiro Antônio Palocci, nosso Deputado Federal por São Paulo e ex-Ministro da Economia, pessoa que teve e tem papel importantíssimo no Brasil. Ele já foi – e tem sido – elogiado inclusive por ex-ministros do governo anterior. O ex-Ministro Pedro Malan, há poucos dias, fez uma fala em que mostrou profundo respeito pelo ex-Ministro Antônio Palocci.

O companheiro Palocci tem sido alvo das mais severas críticas na mídia nacional por causa da denúncia que fez o Ministério Público. Devo dizer à Nação brasileira que a denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal, na pessoa do Sr. Procurador-Geral da República, que merece todo o nosso respeito e acatamento, representa, neste momento, somente o pronunciamento de um órgão que, por função, deve acusar.

O que não podemos é fazer linchamento. É neste momento, Sr. Presidente, nesta oportunidade, a partir dessa denúncia, que o nosso companheiro Antônio Palocci vai poder expor a sua versão para a Justiça e para o povo brasileiro. Não podemos admitir que haja, como já disse aqui, tentativas de linchamento moral de um homem como o Deputado e ex-Ministro da Economia Antônio Palocci, não podemos admitir que ele seja condenado antes de ter sido julgado. Quem tem de fazer o julgamento é a Justiça. Nós concordamos totalmente com isso.

Não podemos ter é julgamento antecipado, linchamento. Julgamento sem ser o da Justiça é linchamento antecipado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Obrigado, Senadora Serys Sthessarenko.

A Presidência comunica às Srs. Senadoras e aos Srs. Senadores que se encontra sobre suas bancadas, à disposição de V. Ex^{as}, exemplar do Relatório da Presidência relativo aos trabalhos do Senado Federal realizados em 2007.

Senador Mão Santa, V. Ex^a, como um dos grandes defensores desta Casa, veja os resultados dos nossos trabalhos. Àqueles que nos estão assistindo também, que recebem informações distorcidas sobre os trabalhos da Casa no sentido de que a Casa não trabalhou o suficiente no ano passado, quero aqui dizer que está constatado, em 1.085 páginas, em letras cujo tamanho da fonte é 9 e 10, o trabalho realizado pela Secretaria do Senado, Secretaria extremamente competente.

Sentimos muito quando a Casa é ofendida, porque, quando isso acontece, são ofendidos todos os servidores da Casa. Esta Secretaria nos dá a honra de, hoje, poder apresentar ao povo brasileiro o resultado dos trabalhos desta Casa, que não é feita só por nós, Senadores. Somos parte de um trabalho para o qual também contribuem técnicos altamente preparados e capacitados, que honram as funções que exercem quando praticam suas atividades no Senado Federal.

Esta Casa é essencial para a democracia, é uma Casa brilhante, que precisa ser olhada com muito mais atenção pelos órgãos que informam a opinião pública.

Que denunciem, sim, os erros que cometemos, mas que exalte os trabalhos tão positivos que o Senado Federal tem executado para o bem desta Nação!

Com muita honra, presido esta sessão em que é apresentado o livro que relaciona os trabalhos da Casa no ano de 2007.

Os Srs. Senadores e as Srs. Senadoras estão de parabéns, assim como o corpo de apoio técnico, os funcionários desta Casa, a Secretaria da Mesa, que merecem nossos cumprimentos, nosso reconhecimento pelo belo trabalho que fazem para a Nação por meio do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata para uma comunicação inadiável.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.)
– Congratulo-me inicialmente, Sr. Presidente, com as palavras de V. Ex^a, nas quais exalta o belíssimo trabalho que representa uma parte, não tudo, daquilo que o Senado produziu durante o ano passado.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, na quinta-feira próxima passada, falei aqui sobre o problema das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) na América Latina, sobre os fatores de desestabilização da amizade que deveria existir entre os países latino-americanos, e propus, secundando requerimento que tramita na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que, além da Senadora colombiana que se interessa pela libertação dos quatro mil reféns – não são setecentos – das Farc, fosse convidada para vir à Comissão a Senadora Bittencourt, ex-candidata a Presidente da Colômbia, que, há seis anos, está em poder da guerrilha. Veríamos se as Farc permitiriam que ela viesse aqui. Se são as grandes forças democráticas, como dizem alguns elementos de Esquerda, por que não permitiriam que essa Senadora aqui viesse?

Então, no fim de semana, ocorreu o desfecho da desestabilização, mais uma vez, da América Latina.

O que temos de considerar? Quem está desestabilizando as relações entre a Colômbia e o Equador não é o governo da Colômbia, é a narcoguerrilha, são os terroristas das Farc. Com a permissão dos governos do Equador e da Venezuela, eles atacam na Colômbia e se refugiam em território de outros países.

O que ocorreu? Essa desestabilização provocou o seguinte: o Equador na fronteira; as Forças Armadas da Colômbia fustigaram; os terroristas refugiados em território do Equador, com o olho grande do governo do Equador, atingiram equipamentos militares das Forças da Colômbia. As Forças colombianas revidaram, e, em combate, pereceu um dos chefes dos terroristas, um

tal de Reyes. As Forças Armadas da Colômbia entram em território do Equador.

Aí houve o problema da entrada do Sr. Chávez na guerra. Pegaram o *laptop* do tal Reyes, que era o chefe, o representante dos terroristas na área internacional. E o que havia nesse *laptop*? O Chávez, coitado, antes de ser anunciado o conteúdo do *laptop*, já botou a cara na reta, dizendo que ia invadir, que era guerra, e mandou as Forças Armadas da Venezuela para a fronteira da Colômbia. Ele ficou irritado não por que ocorreu um choque entre os terroristas que ele protege – ele e o Sr. Fidel Castro são protetores do terrorismo internacional há muitos anos –, mas por que pegaram o *laptop*. No *laptop*, está inscrito: financiamento da Venezuela às Farc de US\$300 milhões, além de 100 milhões de pesos colombianos enviados pela guerrilha a Chávez quando ele estava preso. Lembrem-se de que ele deu um golpe de Estado há alguns anos. Ele recebia dinheiro da guerrilha das Farc, dinheiro da cocaína que destrói o Brasil, dinheiro da cocaína que deixa o Brasil mal no mundo, como o grande mercado de onde sai a cocaína para a Europa, a cocaína que financiou o armamento das Farc.

Diz-se ainda na carta de Márquez da guerrilha que Chávez prometeu, por meio de seu Ministro Chacín, “que ia contribuir com uns estilingues velhinhos que tinha guardados por aí e que ele sabia que ainda funcionavam”. Quer dizer, ele estava mandando armamento para a guerrilha das Farc na Colômbia.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Infelizmente, não posso conceder aparte a V. Ex^a, porque estou fazendo uma comunicação inadiável, Senador Magno Malta. O Regimento Interno me impede, mas eu teria muito prazer de lhe conceder o aparte se pudesse. Com a anuência do Presidente, V. Ex^a pode tudo.

Mas, então, veja V. Ex^a que o grande problema de Chávez foi que ele ficou aborrecido com a apreensão do *laptop*, que continha documentos secretos – e todo mundo já sabia – dessa ligação umbilical, estreita, de patrocínio, de um chefe de estado com um grupo de terroristas narcotraficantes. Esse foi o grande problema que fez com que o Presidente da Venezuela se intrometesse, de modo cruel, ameaçando com guerra e com invasão, no conflito infelizmente provocado pelos desestabilizadores, que são as Farc. A Colômbia está sendo acusada, ela não é desestabilizadora; as Farc o são.

Tenho um certo temor, Senador Magno Malta, porque o Brasil, que deveria ficar neutro, já não está neutro, porque disse que a Colômbia tem de pedir desculpas – já tomou partido. O Brasil ficou ao lado das

Farc, ao lado dos terroristas, ao lado do Fidel, ao lado do Chávez. Como vai agora mediar um conflito se já tomou partido de um lado?

O Brasil devia ter-se poupado. Era hora de pensar um pouco no que dizer. Era hora de deixar a paixão de lado e de ser mais neutro. Numa hora desta, o Brasil, uma nação líder, metade da América Latina, não poderia ter-se colocado numa posição tão infeliz como aquela em que nosso Ministro das Relações Exteriores se colocou.

Temos de solicitar à Comissão de Relações Exteriores da Câmara e à do Senado que o pedido de entrada da Venezuela no Mercosul tenha sua tramitação paralisada. Não pode um homem que ameaça fazer guerra e que ameaça invadir outro país, o que é um fator desestabilizante, fazer parte do Mercosul, porque, daqui a pouco, ele desestabilizará também o Mercosul. É o pedido que quero fazer ao Senador Heráclito Fortes, como bom Presidente que é da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A melhor maneira, neste momento, de contribuirmos para a paz no continente latino-americano é termos a cabeça no lugar e vermos que a desestabilização não veio da Colômbia, mas, sim, da presença dos narcotraficantes e dos narcoguerrilheiros que infestam a América Latina.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço ao Senador Gerson Camata.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de ter colaborado um pouco com o pronunciamento do Senador Gerson Camata. Todos sabemos que as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) deixaram de ser um movimento político de libertação, de ideologias, e viraram tão-somente um braço do narcotráfico, pois vivem e se alimentam do narcotráfico, da prática do terror e do dinheiro de seqüestro.

Sr. Presidente, quando presidi a CPI do Narcotráfico – e V. Ex^a tem conhecimento –, prendemos um traficante brasileiro chamado Leonardo, que fazia negócios com o Presidente do Suriname, que ficou preso na Holanda – não o Leonardo; o Leonardo foi preso em Belém pela CPI do Narcotráfico –, porque enviava armamento do Suriname para as Farc a troco de cocaína. O Exército mandava arma, e ia embora a

cocaína para lá. E o intermediário era um narcotraficante brasileiro.

Quando Fernandinho Beira-Mar fugiu da fazenda dos Morel, no Paraguai, a CPI do Narcotráfico tinha um mandado de prisão da Interpol. Os Deputados Moroni Torgan, Laura Carneiro, Celso Russomano e Wanderley Martins e eu fomos ao Paraguai, porque havíamos acertado com o Presidente Macchi, do Paraguai, um encontro às 3 horas da manhã, em que ele nos entregaria Fernando Beira-Mar. Ele não cumpriu o que tratou conosco. Fomos para lá em dois aviões pequenos, e, naquela madrugada, ele desapareceu. Ficamos lá até a manhã do dia seguinte, para desespero do Embaixador brasileiro, que achava que íamos ser assassinados de qualquer maneira lá dentro. E ficamos lá. Ele fugiu de lá para a Colômbia. As Farc deram guarida a Fernandinho Beira-Mar, que pagava um aluguel de 10 milhões por mês para ser guardado pelas Farc, até que foi preso e recambiado. O então Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, Josias Quintal, juntamente com a Dra Márcia Velasco, Promotora do caso Fernandinho Beira-Mar, foi lá buscá-lo.

Então, quero dizer ao Senador Gerson Camata, do meu Estado, por quem mantenho respeito – quando vem à tribuna do Senado, traz temas importantes para a vida da Nação –, que precisamos utilizar o tempo desta sessão para refletir sobre a posição que o Brasil deve tomar nessa discussão, sobre o tipo de comportamento vai assumir com relação a esse maluco chamado Hugo Chávez. Como pano de fundo, ele quer brigar com o mundo inteiro, para justificar a situação caótica interna em que vive: falta de abastecimento e de alimentação, revolta dos pobres contra ele. Então, cria um pano de fundo nessa situação com os vizinhos, tentando criar uma crise dentro da América que só existe na cabeça dele.

É preciso realmente – concordo com o Senador Gerson Camata – que o Brasil saiba como se posicionar. É verdade que não dá para comungar e fazer coro – vendo o crime – com as Farc, que fazem aglutinar o uso e o abuso das drogas, a mortandade, os seqüestros e a indecência contra seres humanos por meio do dinheiro fácil da droga, porque esse é o principal negócio das Farc. Não dá para o mundo assistir a isso calado! É preciso, de fato, que o mundo reaja contra esses guerrilheiros de araque, que, na verdade, são narcotraficantes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Concedo a palavra à nobre Senadora Kátia Abreu, como oradora inscrita, sem prejuízo da ordem. O primeiro inscrito é o Senador João Pedro e, em seguida, a Senadora Kátia Abreu, que fará uso da palavra. Após

a Senadora Kátia Abreu, falará o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Colegas Senadores, Colegas Senadoras, mais uma vez venho a esta tribuna, como o tenho feito ao longo de um ano e pouco de mandato no Senado Federal, para falar do mesmo assunto – muitas vezes, do mesmo assunto; na maioria das vezes, do mesmo assunto –, os portos, as hidrovias e as ferrovias desse País.

Hoje, recebemos a grata visita do Ministro Pedro Brito, da Secretaria Especial de Portos, na Confederação Nacional da Agricultura, para discutirmos assuntos de interesse das empresas do agronegócio, da economia brasileira. Discutimos pontos importantes, especialmente do agronegócio, do setor primário, que tanto vêm atrapalhando o desenvolvimento desse setor e dos demais setores do País.

Sr. Presidente, estamos comemorando este ano 200 anos da Abertura dos Portos Brasileiros, mas, infelizmente, existe grande decepção e vergonha nacional nessa comemoração.

Sr. Presidente, o Tribunal de Contas da União, no último dia 27 de fevereiro, na quarta-feira passada, aprovou, por unanimidade, Senador Gerson Camata, no seu Pleno, auditoria nos portos brasileiros, que estão na iminência de apagão por ineficiência. Há mais de um ano que venho a esta tribuna falar sobre esse assunto. Agora, vejo fortalecida minha tese, e de várias pessoas do País, de que os portos brasileiros estão um caos verdadeiro e precisam urgentemente da atenção do Governo Federal.

Isso tudo ocorreu – quero aqui ser bastante sincera, Sr. Presidente – não só na administração atual do Governo Federal, no Governo do PT. Ao longo dos anos, os investimentos nos portos brasileiros não foram feitos à altura do crescimento da produção nacional. Houve falta de visão estratégica e falta de visão empreendedora por parte dos nossos governantes, que deixaram que a iniciativa privada crescesse, que aumentasse sua produtividade, mas não calçaram essa importante produção com a infra-estrutura adequada para nosso País.

Sr. Presidente, nos últimos quinze anos, estamos assistindo a uma transferência na região de produção nacional. O Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo continuam produzindo muito, mas vimos expansão exorbitante nos Estados do centro-norte brasileiro. E essa transferência na produção de grãos, especialmente também da pecuária, não foi acompanhada de infra-estrutura, como hidrovias, por-

tos e também ferrovias. Estamos vendo acanhamento por parte das ferrovias em comparação há 40 anos; estamos vendo praticamente zero de investimento nas hidrovias do País; estamos observando, diante do PAC, na contramão da história, um investimento excessivo apenas na construção de rodovias – ao contrário da China, nossa grande competidora; ao contrário dos Estados Unidos, onde mais de 50% do transporte é hidroviário e, em segundo lugar, ferroviário.

Sr. Presidente, temos de aproveitar este momento de comemoração dos 200 anos não apenas para lembrar o passado: o Rio de Janeiro, capital; a chegada da Família Real, na mudança para o Rio, após passar por Salvador; a abertura dos portos ao comércio exterior. Não podemos ficar restritos às lembranças do passado sem podermos comemorar o presente.

Estamos comemorando a abertura dos portos com essa triste auditoria, determinada pelo Tribunal de Contas, dos portos brasileiros.

Quero aqui aproveitar para parabenizar o Ministro-Relator da matéria, Marcos Vilaça, que teve a coragem, a grandeza de apresentar um problema tão grave ao País, baseado num relatório bastante consistente, bastante real. Ele conseguiu convencer todos os conselheiros do TCU para que essa auditoria fosse aberta em todos os portos deste País, que estão à beira, repito, do apagão, da ineficiência.

Sr. Presidente, para se ter uma idéia, em 1997, exportávamos, apenas de grãos, 40 milhões de toneladas. Dez anos depois, em 2007, exportamos 102 milhões de toneladas. Um incremento de quase 150%, apenas de grãos, apenas da agricultura brasileira, de produtos que passam pelos portos do Brasil e seguem por esse mundo afora. Diante desse aumento de 150% na produção de grãos, não houve nem 20% de investimento nos portos do Brasil.

Quero aqui exemplificar, Sr. Presidente, com o porto de Itaqui, no Maranhão, em São Luís do Maranhão. É um porto importantíssimo para a região centro-norte, especialmente para meu Estado, Tocantins, que é grande produtor de soja, de carne bovina, de milho e de arroz. Precisamos de investimentos nesse porto. O porto de Itaqui tem uma demanda, colegas Senadores, de 5 milhões de toneladas; e, hoje, só consegue exportar 1,8 milhão de toneladas. O que está acontecendo? Estamos atrasados no cronograma de Itaqui três anos, com um orçamento de R\$100 milhões. Enquanto isso, o que acontece com essas outras 3 milhões de toneladas que deveriam ter vazão pelo porto de Itaqui, no Maranhão? Elas têm suas rotas desviadas: vêm pelas estradas esburacadas do País, aportam e saem no porto de Paranaguá, dificultando e encarecendo o custo da produção e também acarretando um acúmulo nas

exportações daquele porto, Paranaguá, um dos mais ineficientes do mundo – não só do Brasil; um dos portos mais ineficientes do mundo.

Sr. Presidente, o porto de Paranaguá tem administração estadual. Há portos com administração federal, portos com administração municipal e portos com administração estadual. Itaqui, Paranaguá e Rio Grande, no Rio Grande do Sul, são três portos com administração estadual. O porto de Itajaí, em Santa Catarina, que é administrado pela prefeitura, é extremamente eficiente; funciona à altura dos padrões internacionais. O próprio porto de Santos, que tem melhorado sua *performance*, é administrado pela União.

Mas, francamente, colegas Senadores, Senadoras e Presidente, os três portos administrados por esses três Estados não estão à altura da produção nacional. O porto de Paranaguá, com recolhimento de taxas das embarcações do transporte, tem R\$350 milhões na conta e não faz investimento no calado, que é necessário fazer. Agora, a Marinha do Brasil, com senso de responsabilidade, proibiu que navios sejam atracados no porto de Paranaguá à noite, devido ao alto risco nesse transporte, por falta de investimento, por falta de sinalização, por falta de competência administrativa e, principalmente, por falta de responsabilidade com o País. É um crime de lesa-pátria o que estão fazendo não só com o Paraná, porque Paranaguá é um porto brasileiro, não é um porto apenas paranaense.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permite-me, Ex^a?

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – V. Ex^a me permite?

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Senador Camata, o Senador Romeu Tuma levantou primeiro o microfone. Por favor, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Claro que sou um admirador de V. Ex^a pelos assuntos que traz a essa tribuna. Eu estava lendo, hoje, no *Jornal do Senado*, um discurso do Senador Cristovam Buarque, em que disse que todos os Senadores desta Casa deveriam lançar-se candidato a Presidente. E V. Ex^a preenche todos os pré-requisitos. Se o DEM for inteligente, sem dúvida, fará de V. Ex^a uma candidata com grande projeção nacional, por entender de vários assuntos que afigem a sociedade brasileira. Quanto a esse problema dos portos, eu quero até cumprimentar V. Ex^a, com muita emoção, se pudesse assim dizer, porque, no dia em que a Abertura dos Portos completou 200 anos, eu pedi uma sessão especial, e não só homenageei D. João VI, como fiz um apelo para que as verbas do PAC fossem rapidamente investidas para melhorar a infra-estrutura dos portos e das estradas a que V. Ex^a se referiu. Ficamos assustados, porque houve um au-

mento bastante grande da produção de grãos, como, ontem, foi mostrado na televisão – de soja, milho e outros grãos –, mas há filas de caminhões para entregá-los nos portos e fazer o escoamento da safra. Então, o grito de V. Ex^a é muito importante, não só porque a senhora entende perfeitamente de agronegócio, mas porque, como brasileira, quer que este País realmente tenha solidez na sua estrutura,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – ... principalmente de importação e exportação, na defesa do cidadão. Obrigado pelo aparte, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada, Senador Romeu Tuma. Quero parabenizar sua iniciativa de promover a comemoração dos 200 anos da Abertura dos Portos no Brasil, em que esteve presente o Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura, que, posteriormente, convidou-me para uma visita ao Ministério, a fim de conversarmos sobre essa questão dos portos. Realmente, V. Ex^a foi responsável por uma grande oportunidade que se abriu nesta Casa, nessa comemoração dos 200 anos, para que nós, Senadores, pudéssemos denunciar a situação atual dos portos em todo o Brasil.

Para se ter uma idéia, Senador Romeu Tuma, apenas no ano de 2007, pagamos de *demurge*, que é a multa por hora parada, apenas pelos fertilizantes que importamos, US\$150 milhões. Isso dá para construir três terminais, três berços dentro de um porto ou de três portos. Isso é inadmissível, porque funciona como um táxi.

(Interrupção do som.)

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite mais um momento, por favor?

É o mesmo que contratar um táxi e deixá-lo parado na porta de uma reunião que pode durar uma hora ou cinco horas. O dono do táxi não vai se incomodar, porque a bandeira vai estar ligada e rodando. Em relação ao navio é igual. Se eu compro fertilizante de determinada empresa e contrato um navio para trazê-lo ao Brasil, ele não vai se incomodar de ficar esperando um dia ou quarenta dias, porque isso é pago. O “taxímetro” do navio vai ficar rodando e isso vai ser pago pelas empresas que estão importando o fertilizante.

Esse US\$150 milhões serão pagos e cobrados do bolso do agricultor brasileiro. É ele que vai pagar o ônus da incompetência da administração do porto de Paranaguá. Não é a primeira vez que o Tribunal de Contas da União manda auditar os portos do Brasil. Já por três vezes, foi pedida intervenção no porto de

Paranaguá e o Governo brasileiro nada fez para interceder.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senadora Kátia Abreu, vou-lhe dar mais três minutos.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Em três minutos V. Ex^a encerra, não é?

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Por favor, Sr. Presidente. Já estou terminando.

Obrigada, Sr. Presidente.

Estamos, então, transferindo todo esse ônus para o agricultor brasileiro, que, depois, procura o Governo Federal para dizer que não consegue pagar as suas contas, apesar de a soja e outros produtos estarem com bom preço. Na realidade, está todo mundo ganhando com essa supersafra, em termos de tonelagem e de preço, menos o agricultor brasileiro, porque 75% de toda a safra que está com esse preço já foram comercializados com as *tradings*, com as fornecedoras, pelo preço anterior. O agricultor só vai colher e entregar a safra a esses fornecedores e às *tradings* do Brasil. Cerca de 75% dos agricultores não alcançarão os preços que estão sendo praticados pelas *commodities* no mundo afora.

Sr. Presidente, antes de encerrar, quero dizer que a Medida Provisória nº 412, em tramitação na Câmara dos Deputados, trata do Reporto. Ela apenas prorroga um incentivo fiscal para as empresas que investem no Reporto. Isso é muito importante e acredito que o mérito dessa medida provisória deverá ser aprovado nesta Casa.

Como diz a imprensa todos os dias, Sr. Presidente, nós, parlamentares, estamos aprendendo a pegar carona nas MPs. Se queremos aprovar alguma coisa nesta Casa, somos obrigados a pegar carona para protocolar nossas emendas, que, às vezes, não têm nada a ver com o mérito da MP.

Tive a sorte de ter essa do Reporto, que, pelo menos, é similar e está dentro do contexto, e protocolei novamente algumas emendas – o que já devo ter feito dez vezes em MPs que passam por aqui – relacionadas aos portos do Brasil. São várias emendas, sobre as quais eu poderia falar, mas, como o Presidente só me deu mais três minutos – e já se passou um minuto –, quero falar sobre três delas, que são vitais para o Brasil.

Existe a cobrança do Fundo da Marinha Mercante: 25% de todo o frete de importação devem ser pagos a esse Fundo, para fortalecer a indústria naval

brasileira. Isso é reserva de mercado. O cidadão brasileiro que quiser comprar um navio com o dinheiro do Fundo da Marinha Mercante será obrigado, apesar de pagar juros e de penhorar o seu patrimônio, a comprar navio brasileiro, que é ineficiente e não-competitivo. Eu sou proibida de comprar um navio japonês, um navio chinês, um navio indiano. Sou obrigada a tratar dessa reserva de mercado, e os estaleiros nacionais não estão à altura da fabricação desses navios.

Eu peço, então, Sr. Presidente, que seja trazida à Casa essa crítica com relação aos 25% do frete do Fundo da Marinha Mercante, que não existe em lugar nenhum do mundo. Isso traz um custo de 5% para a produção do agronegócio brasileiro, Senador Gerson Camata. Cinco por cento do custo da produção brasileira estão no Fundo da Marinha Mercante.

(Interrupção do som.)

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Mais três minutos, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senadora Kátia Abreu, vou-lhe dar só mais um minuto, porque há outros oradores inscritos e V. Ex^a já ultrapassou em 15 minutos o seu tempo.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Está bom, obrigada. V. Ex^a está coberto de razão, mas já estou terminando.

Pedimos, então, que isentem pelo menos a importação de fertilizantes do Fundo da Marinha Mercante.

A outra coisa é a seguinte: é muito mais barato transportar uma produção do Brasil para qualquer lugar do mundo, do que dentro do próprio Brasil – do Rio Grande do Sul para Pernambuco, por exemplo –, porque o combustível do frete de longa distância é totalmente isento de impostos e o combustível que é usado na cabotagem nacional, em toda a costa brasileira, está eivado de impostos, o que tira a competitividade dessa cabotagem, de extrema importância para o País.

Por último, falo da reserva de mercado de que trata a Resolução nº 517/2005, da Antaq.

Ela, simplesmente, Senador Mão Santa, proíbe a construção...

(Interrupção do som.)

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – ... de porto privado no Brasil.

Um minuto, Sr. Presidente, pois é a última emenda. Eu prometo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senadora Kátia, V. Ex^a já ultrapassou em 15 minutos o seu tempo.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Essa emenda diz respeito à construção de porto privado. Ou seja,

essa resolução transforma a Lei dos Portos, uma ótima lei, que permite a construção de porto privado por quem tenha ou não produção própria. Essa resolução diz que porto privado só poderá ser construído por aquele cidadão empresário que tiver produção própria. Não há mais de dez pessoas, no País, com condições de ter um porto privado. Apenas as grandes produtoras de papel e celulose, as metalúrgicas, como a Vale do Rio Doce. Enfim, não chegam a meia dúzia as empresas brasileiras que têm produção própria para construir um navio.

Nós pedimos – e, hoje, o Ministro da Secretaria Especial de Portos nos garantiu que essa resolução está sendo estudada – que ela seja revertida, a fim de que o Governo brasileiro, que não tem recursos para a construção de portos, permita que a iniciativa privada, ávida pela construção de portos, possa ver superada essa resolução ridícula da Antaq. Assim, os empresários brasileiros poderão...

(Interrupção do som.)

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – ...construir os portos para transportar a produção própria ou a de terceiros.

Obrigada.

Durante o discurso da Sra. Kátia Abreu, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Concedo a palavra ao benevolente, paciente, eminente Senador da República pelo Acre, amigo da Senadora Kátia Abreu, Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado pelo “benevolente”, Senador Magno Malta. Trago um assunto aqui, Senador Magno Malta, e, como V. Ex^a está presidindo a Mesa e não poderá me apartear, e como eu sei que o assunto tem residência fixa no seu coração, tomo a liberdade de falar em meu nome e em seu nome também sobre o assunto. Eu havia me comprometido aqui, tempos atrás, de, sempre que possível, intercalar os pronunciamentos das matérias que trago ao Senado Federal com os reclamos daqueles que nos escrevem, mandam e-mails, cartas, por vezes angustiadas, trazendo questões e problemas que os afligem, à sua comunidade ou ao grupo ao qual pertencem.

Trago, hoje, a esta Casa, Senador Magno Malta, um assunto muito importante. Recebi um e-mail da Claudete, datado de 4 de março em que ela – aliás, ela não pede nada para si, não pede nada para o grupo ao qual pertence – que coisa linda! –, pede

que a gente dê atenção e volte os olhos para uma criança abandonada. Aproveito o *e-mail* enviado pela Claudete para a gente ferir um pouquinho este assunto aqui em plenário.

V. Ex^a, Senador Magno Malta, que é pai de tantos filhos, que acolhe tantas crianças na instituição que V. Ex^a dirige, quero dizer que fiquei tocado com o *e-mail* enviado pela Claudete. Ela nos fala de uma criança, o Tiago, que, há dois anos, foi encontrado sozinho. Olha a carinha dele, Senador Magno Malta (o Sr. Senador Geraldo Mesquita mostra a fotografia da criança); peço a atenção da TV Senado, do jornal do Senado para que focalizem a carinha do Tiago. Ao ver a carinha do Tiago, lembrei-me do meu neto anos atrás. Sr. Presidente, o Tiago foi encontrado sozinho, perambulando por uma região aqui em Brasília, e hoje vive em um abrigo chamado Nossa Lar, no Núcleo Bandeirante. Nossa Lar abriga 70 crianças, dentre elas, órfãs, abandonadas, perdidas...

Senador Mago Malta, esse é um drama que o País vive. E, V. Ex^a, aqui, conhece o assunto com muito mais profundidade. É um drama.

A Claudete pede simplesmente – e o abrigo de menores Nossa Lar também faz esse apelo; eu entrei no *site* do abrigo e colhi informações, e está lá. É verdade. O Tiago está lá, quietinho, comportadinho. Segundo Claudete, ele foi encontrado bem vestido, caladinho, quietinho e sabia dizer apenas o seu próprio nome. Ele não conseguiu dar nenhuma pista da sua origem, da sua família, para permitir que as autoridades encontrassem os seus familiares.

Portanto, hoje, vim à tribuna para, logicamente, em uma comunicação inadiável, já que o nosso tempo é muito curto, fazer esse apelo, Senador Magno Malta, aos nossos instrumentos de comunicação – à TV Senado, ao jornal do Senado e à rádio Senado –, para que possam entrar nessa corrente. Pede-se a quem receber esse *e-mail* que o passe adiante para quem for possível, na tentativa de que, de uma hora para outra, alguém identifique o Tiago, e consiga localizá-lo nessa instituição, Nossa Lar, situado no Núcleo Bandeirante aqui em Brasília.

Vou fornecer à Mesa da Casa, ao nosso serviço de comunicação, os dados, através dos quais eu entrei no *site*, colhi a foto ampliada do Tiago. Quem sabe o jornal do Senado, que tantos serviços presta a esta Casa e à Nação brasileira possa estampar a foto do Tiago? Quem sabe a TV Senado que é tão ouvida pelos brasileiros dos quatro cantos do País, quem sabe a gente não possa contribuir para que uma criança, entre as milhares que se encontram numa situação como esta em nosso País, Senador Magno Malta, possa ter

a felicidade de reencontrar seus parentes, seus pais, seus irmão – quem sabe ele tem irmãos inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR-ES) – Senador Geraldo Mesquita, não é praxe, porque o Regimento Interno não permite, que o Presidente faça parte do debate. Mas há momentos na vida em que a graça tem de ser maior do que a lei. Isso é coisa da graça. Graça é favor merecido. A TV Senado tem a obrigação de fazer isso, não somente, ao repetir o pronunciamento de V. Ex^a, mostrar essa foto; mas, sim, criar algum mecanismo – e acho que deveria fazer isso com mais intensidade. Muita gente gosta de música clássica, mas este é um País que gosta de coisa popular. Quando vejo a TV Senado – e tenho muito respeito por isso – gastando parte do seu tempo mostrando música clássica, penso que a TV Senado poderia estar prestando serviço de utilidade pública. Questiono isso e preciso colocar isso no papel e passar para o Presidente. Lembro-me de que, em outra ocasião, oficiei ao então Presidente da Casa – não a este Presidente – que fizesse matéria com pessoas drogadas, com famílias sofridas, que visitassem os abrigos, as pessoas que recolhem, que dessem uma força grande, que mostrassem a luta que, muitas vezes, parece inglória, das pessoas que recolhem os menos favorecidos nas ruas. “Não, mas não é bem assim...”. Tenho todo o respeito pela música clássica, embora eu goste é de Amado Batista, de música sertaneja, de samba – eu sou brasileiro mesmo, mas tenho todo o respeito por música clássica,. Em mim, isso dói muito. Quer dizer, há um desespero incontido no coração de pessoas que fazem o abrigo. Acerca desse *e-mail* que ela mandou para V. Ex^a; há muitos vieses a serem analisados: quem sabe esse menino foi abandonado por autodeliberação de quem não quis ficar com ele. Aí entra outra discussão: a Lei da Adoção, que não oferece facilidades para o cidadão brasileiro. Se uma família aparecer agora e quiser esse menino, eles vão criar todos os entraves do mundo. Mas se uma família estrangeira quiser adotá-lo, estará tudo liberado para levar embora esse menino. A matéria posta por V. Ex^a, esse *e-mail*, que parece tão simples, é muito importante. E V. Ex^a fala pausadamente, como lhe é peculiar, visivelmente conduzido pela emoção do *e-mail*, pela situação da criança. É assim que o Brasil enxerga isso neste momento, razão pela qual entrei em debate com V. Ex^a, ainda que o Regimento Interno diga que a liturgia do cargo não permite que o Presidente faça isso, mas digo que há momentos em que a graça tem de ser muito maior do que aquilo que está no texto da lei.

É preciso que os veículos de comunicação cumpram um outro papel. Qual é o problema, por exemplo, de a TV Senado fazer uma matéria lá no Acre, com um

Senador que tem um trabalho, há trinta anos, ajudando crianças que vivem no meio do seringal? A luta do Senador Sibá, por exemplo. Aí alguns dizem: isso caracteriza publicidade política. Que história é essa? Que história é essa? Que história é essa? Aí então, com todo o respeito do mundo, vamos ficar fazendo música clássica, quando, na verdade, era preciso prestar um serviço de utilidade pública com essa veemência. Eu acho que esse é um marco. Eu, Presidente da Mesa, vou fazer esse encaminhamento e, quem sabe, esse seja um começo de um dia novo aqui, com este pronunciamento de V. Ex^a.

V. Ex^a está de parabéns.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Magno Malta. Há situações na vida que não acontecem por acaso. Não é por acaso que V. Ex^a está presidindo a Mesa nesse momento. Digo isso porque conheço V. Ex^a, o que V. Ex^a faz nessa área, nesse assunto, abrigando jovens no seu Estado, a meninada que vem da droga, e recuperando essa garotada.

Trouxe a questão do Tiago porque, segundo informam o abrigo Nossa Lar e a própria moça que me enviou o e-mail, ele está prestes a entrar em fase de adoção e essa é uma tentativa que se poderia fazer. A hipótese de V. Ex^a de que ele possa ter sido abandonado deliberadamente pode ser verdadeira ou não. Deveríamos esgotar todos os recursos possíveis para localizar a família do Tiago e, em não sendo possível, rezar para que o Tiago encontre um lar que lhe dê carinho, que lhe dê guarida, que lhe dê amor, que lhe dê conforto.

Encaminho o pedido a V. Ex^a, e não poderia ir para melhores mãos. Faço votos de que os meios de comunicação do Senado Federal possam divulgar de forma ampla o fato de que essa criança foi achada e está sendo bem tratada no abrigo Nossa Lar, no Núcleo Bandeirante, e que precisa urgentemente de que façam algo para que sua família seja localizada e identificada.

Muito obrigado pela tolerância, Senador Magno Malta.

Passo o material às mãos de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Certamente, esse material será encaminhado para que os meios de comunicação da Casa divulguem a foto de Thiago, na tentativa de encontrar sua mãe. Que Thiago seja um bom marco para a TV Senado, a fim de que iniciemos um processo de utilidade pública na TV e na Rádio Senado, que, se existe, eu não sei.

Concedo a palavra ao paciente Senador João Pedro, por permuta com a Senadora Lúcia Vânia. Em seguida, ao Senador Mão Santa. (Pausa.)

Por permuta, concedo a palavra ao Senador Francisco de Assis, o Senador Mão Santa, do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Magno Malta, que preside esta sessão, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação.

Senador Romeu Tuma, eu tinha oferecido aqui um *Política na Mão Certa*: “Ao Senador Romeu Tuma, felicidades! Como delegado, firmeza; como político, ternura. MST do bem: Mão Santa e Tuma”.

Senadora Kátia Abreu, eu queria fazer uma manifestação muito importante. Estive em minha cidade natal, Parnaíba. Sêneca, um filósofo de que gosto muito, diz: “Não é uma cidade pequena, é a minha cidade”. Atentai bem! Minha irmã, 72 anos, foi professora brilhante, professora de escola normal, depois da Universidade Federal, foi vice-Reitora do Estado. Minha irmã mais velha, 72 anos... Aí, falando de Senado, encantada, ela disse quem a encantava: entre os homens, escolheu o Obama louro, que é candidato, Arthur Virgílio; e entre as mulheres... Eu fiquei ouvindo. Sabendo aquele negócio de que “santo de casa que não faz milagre”, fiquei satisfeito porque as escolhas dela e as minhas coincidem.

Eu quis dar um aparte ali, mas o Magno Malta hoje está muito rígido. Muito rígido, não deixou. Mas Deus escreve certo por linhas tortas. Ele vai compensar, porque agora eu estou falando só na Kátia. Era o aparte que ele não cedeu.

Daí eu ter citado Sêneca, que diz assim, ô Kátia: “Se você não sabe para que porto vai, vento nenhum lhe ajudará”. Isso o Sêneca. E eu digo, depois de ouvir a opinião de minha irmã mais velha, que seu porto é procurar ancorar, aportar no Alvorada, no Planalto, em Brasília. V. Ex^a tem condições de ser a primeira mulher presidente deste País. Isso foi a minha irmã quem disse, e eu sempre a obedeci.

Este Senado é muito importante. Nós o fazemos importante.

Recebi o e-mail de um cientista político, e digo que essa pesquisa não tem nada não. Esse negócio de pesquisa, o dono desse bicho é um pilantra, rico, roubou como o quê, tiraram-no até de chapa. Ele está a serviço mesmo é do Luiz Inácio.

A ignorância é audaciosa. Tem que se ver o espirito. Quem vê bem, vê com o coração. O essencial é invisível aos olhos. Olhei a pesquisa. Comprada, Geraldo. Governo Luiz Inácio. Segurança, uma porca-

ria, todo mundo desaprova. Estamos aqui você e eu. Norberto Bobbio disse que o mínimo que se tem que exigir de um governo é segurança à vida, à liberdade e à propriedade.

Então, o Brasil todo dá quase zero a Luiz Inácio em educação, educação pública. E nós estamos é mal-educados. Mas tão mal-educados, que perdemos a noção exata das coisas. De tal maneira que, de repente, o Presidente da República se cerca de quarenta aloprados, um bocado de ministros desnecessários. País nenhum tem esse número de ministros. Os Estados Unidos, ô Geraldo Mesquita, têm de 14 a 16. Geograficamente é maior, e a população é quase o dobro, e em dinheiro também.

E olha que entulha de medidas provisórias este Congresso. Sabe por quê, Magno Malta? Ô Magno, V. Ex^a que diz que é dessa Base, vá lá e diga: "São os aloprados". Conheço isso, fui prefeitinho, governei o Piauí. Os aloprados querem mostrar serviço. Há medidas provisórias urgentes e que têm prevalência. É necessário. Fui Governador, mas não era esse maremoto. Então, os aloprados, querendo mostrar serviço, levam para o Luiz Inácio. Luiz Inácio – gente boa, e eu votei nele, mas em 1994 – disse, Magno Malta, que não gosta de ler. Ler uma página de livro – e foi ele quem disse, foi o Luiz Inácio quem disse – dá uma canseira que é melhor fazer uma hora de esteira. Foi ele quem disse. Então, os aloprados, para mostrar serviço... Tudo aí no bem-bom, ministro...

Eu desafio quem conhece dez deles, porque eu não conheço. Eu sou Senador da República e, se você me disser aqui que perde o mandato se não disser o nome de dez, eu já perdi mesmo, porque não vou gravar o nome de um bocado de porcaria que está aí usando cartão corporativo. Essa é a verdade. E ninguém aí sabe não. Pode perguntar ao Pedro Simon, que é o mais culto, o mais experiente, se ele sabe o nome de dez ministros. Sabe nada! Ninguém sabe, pela insignificância que eles representam. Mas eles querem mostrar serviço. Quarenta! Cada um chega lá: "Olha, Presidente, eu tenho isto aqui para poder, no meu Ministério..." Ele não lê, ele mesmo disse, e aí joga para cá. E dá-lhe medida provisória.

Fizeram essa última aí... Isto aqui é para fazer leis boas e justas. Olha Kátia, V. Ex^a nos liderou na mais bela página deste Senado: enterramos a CPMF. E eu bati aqui: "Vai aumentar". Porque eu fui prefeitinho, aumenta. O dinheiro apenas saiu das mãos dos aloprados e foi para as mãos de quem trabalha, da dona de casa, circulando, recolhendo ICMS, IPI. Eles que não entendem a coisa. Eu fui prefeitinho na inflação, eu bati aqui: "Na natureza nada se perde..." E gritavam de lá "Mas vai acabar". Acaba nada, faz é circular. Dá mais

ICMS, mais IPI. Não aumentou? Eu tinha convicção. Alguém duvidou.

Romeu Tuma, V. Ex^a foi um dos homens mais importantes dessa história, e vou dizer porquê. Porque aquela transição foi complicada. E o Sarney tem que rezar para V. Ex^a. V. Ex^a foi o Cirineu. Mais de dez mil greves, nenhuma morte. Ele era só a moral ali, era a Polícia Federal. Essa moral da Polícia Federal se deve a V. Ex^a. O meu MST do bem é "Mão Santa e Tuma".

Pois veio agora uma... Ô Kátia, essa é séria. Eu fui agora ter com minha irmã na minha cidade. Esse Governo mente, mente e mente! Ô desgraceira de mentira! Goebbels disse que "uma mentira repetida se torna verdade". Isso, o do Hitler; agora temos o Duda Goebbels e o pobre do Luiz Inácio.

Dizem que, lá no Piauí, há dois aeroportos internacionais, um na minha cidade, Parnaíba, que não tem mais nem teco-teco – tiraram a linha. Eu já consegui a Ocean Air. O Governador não pagou, essa gente saiu. Botou lá Abdon Teixeira, um empresário: tiraram, e não há mais nem teco-teco.

Então, eu cheguei da capital, Teresina, que dá mais de 330 quilômetros. Atentai bem, o que deu de gente falindo, chorando... Esse Governo irresponsável manda os aloprados: não se pode beber. O que tem de hotel na minha cidade, ô Romeu Tuma... Esses pilantras aloprados! São 24 quilômetros de rodovia para ir para Luiz Correia: quantos restaurantes, quantos hotéis, quanta gente que trabalhou durante décadas, Luiz Inácio, ganhando com dignidade.

Agora, Romeu Tuma, se vou de avião, posso encher a cara – não digo nem que é o Aerolula, porque esse está fechado, sozinho. Mas se pode tomar cerveja – eu tomo, e muito –, vinho, uísque... E quem vai de ônibus? O que tem que ver com isso? Um aposentado, um homem que vai de férias e que quer tomar uma cervejinha para almoçar, que mal fez ele, ô Magno Malta? Aloprados! Vocês têm que ir à causa, à etiologia, ao somático; têm que fazer uma lei dura, para punir o motorista, o responsável. O piloto não pode beber uísque – eu bebo, e muito, nas viagens. Mas não podia beber, quando ia operar, não é, Papaléo Paes? O cara vai lá dentro de um ônibus... E o que há de gente falida, Luiz Inácio! Pense bem, por um instante. Agora, bota os aloprados... Ali há 300 pilantras, ele disse que aumentou. E passa essa medida provisória sem discussão? Há que se punir o motorista.

Nos Estados Unidos... Eu sei, Luiz Inácio, perguntei. Sei das coisas; se não entendesse, iria embora. Estou aqui como pai da Pátria. Conversei com os motoristas em Miami, ô Pedro Simon. Fico na Collins, um hotelzinho, no 8.000, barato; é um português amigo. Fico lá, dou um vinho para ele; quase fiado, US\$50

– não tenho mensalão, Luiz Inácio. E não pego táxi na porta, vou a pé. A 300 metros há um posto, onde tem uma brasileira motorista. Todos os brasileiros ganham a vida lá, porque aqui ninguém pode.

Aí eu converso, com aquele meu jeito: “Meu amigo...” E ele diz: “Não, vou passar uns 20 anos aqui...”

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR

– ES) – Senador Mão Santa...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Diga.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR
– ES) – Vou dar três minutos a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Aí, ô Romeu Tuma, sabe o que disseram? “Não, vou passar uns 20 anos e me aposento; aí volto. O Brasil é que é bom, mas lá não tem emprego, não tem nada. Eu me aposento aqui com US\$2.500, com US\$3.000, que é uma boa aposentadoria, para depois ir.” E perguntei: “Meu amigo, você ganha mais dinheiro de dia ou de noite?” João Pedro, tem que aprender o Ministro dos Transportes, que você representa aqui com grandeza. Ele disse: “À noite”. Eu disse: “Mas, meu amigo, me explique. Como é que dá dinheiro? Passo pelas casas e vejo que há quatro, cinco carros?” Não há nem ônibus: americano é rico. Ele respondeu: “Pois ai é que está, e os chamados são todos de Coral Gables”. A gente anda nas ruas de Miami, e tudo parece um jardim. Eu, de braço dado com Adalgisa, só para ver as casas bonitas – e não tenho inveja.

Ele disse: “São de lá os chamados.” Sabe por que, Magno Malta? Jamais um americano vai jantar fora – ele pode ter quatro, cinco, seis carros... E os tem. Se tem, por que chama um táxi? Chama porque vai beber; vai jantar e vai tomar uma. Você não toma, porque é evangélico; eu tomo, como o Lula. O Luiz Inácio toma lá a Havana dele...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR
– ES) – Eu não tomo, mas não porque sou evangélico. Tenho as minhas convicções, aí terei de descer para o debate com V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, ninguém está debatendo. Estamos afirmando que... Não tem nada de debate, é um exemplo.

Então, quero dizer que o americano, que é educado, chama o táxi, Papaléo. Foi um brasileiro que contou isso.

Então, é isso que temos de ter, Senador Magno Malta – V. Ex^a tem a sua convicção. Agora, o que não se pode é beber e guiar. Essa é a educação que temos de exigir. É estabelecer punição para quem é irresponsável e não uma medida provisória, porque o que há de gente falindo... Ô Senador Magno Malta, eu vi gente chorando; eu vi faixas. São pessoas que levaram 20, 30 anos e que só sabem fazer aquilo, Se-

nador Romeu Tuma; não podem, de repente, mudar a profissão. Estão, há duas décadas, com seu hotelzinho, com sua churrascaria, com sua casa.

Então, é por isso que convoco aqueles 35, Senador Papaléo Paes. Nós vamos repensar isso. Que as rodovias, as BRs que passam em área urbana sejam dispensadas.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A Sr^a Kátia Abreu (DEM – TO) – Obrigada, Senador Mão Santa, mas eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR
– ES) – O tempo de V. Ex^a, Senador Mão Santa, encerrou-se. V. Ex^a tem um minuto para o aparte, Senadora Kátia Abreu, e, em seguida, o Senador Papaléo Paes.

A Sr^a Kátia Abreu (DEM – TO) – Senador Mão Santa, gostaria apenas de mandar um forte abraço a sua irmã e de dizer que fico muito feliz com o carinho e com as palavras que ela transmite por intermédio de V. Ex^a. Mas, Senador Mão Santa, V. Ex^a já foi Prefeito da sua cidade no Piauí e votou contra a CPMF, porque sabia que os recursos da arrecadação aumentariam. Eu só quero fazer uma consideração: já estamos no dia 4 de março, e ainda não vi ninguém do Governo pedir desculpas à Oposição. Até hoje estou esperando o pedido de desculpas. Chamaram-nos de irresponsáveis, de malucos, disseram que não pensávamos no Brasil, que o País ia acabar, que a saúde ia acabar. O próprio Ministro dos Transportes foi ao meu Estado e, em público, do palanque, disse que quem votou contra a CPMF era irresponsável. Eu exijo um pedido de desculpas. Pessoas humildes, civilizadas e democráticas pedem desculpas, quando erram.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR
– ES) – Peço que encerre, Senadora.

A Sr^a Kátia Abreu (DEM – TO) – Treze bilhões de reais a mais em arrecadação apenas no mês de janeiro. Treze bilhões são exatamente 30% de toda a CPMF do ano passado, apenas no mês de janeiro. Então, Senador Mão Santa, nós, da Oposição, que derribamos a CPMF, que lutamos contra ela, que fomos chamados injustamente de irresponsáveis, estamos esperando o Governo vir aqui, com as sandálias da humildade, para nos pedir perdão, desculpas, porque não era necessária a CPMF e muito menos o aumento do IOF e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, o que está atingindo, afetando principalmente as micro, pequenas e médias empresas do País. Obrigada, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradecemos.

Ô Senador Arthur Virgilio, chamo a atenção de V. Ex^a, que foi o comandante daquela bela página em que enterramos a CPMF, para estudarmos essa medida provisória que vem pôr em dificuldade milhares e milhares de brasileiros que comercializavam...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Mão Santa, o tempo de V. Ex^a encerrou.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois não. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Papaléo Paes.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Após o Senador Papaléo Paes, Sr. Presidente, gostaria que considerasse a minha inscrição para falar como Líder do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, há algum Líder inscrito para falar antes de mim?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – V. Ex^a está inscrito até na minha frente, já que a minha autorização não chegou. V. Ex^a, como Líder, poderá falar a qualquer momento; poderá falar depois do Senador João Pedro.

V. Ex^a falará como Líder e, em seguida, falará o Senador Pedro Simon, que está sendo inscrito agora.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s Senadoras, Srs. Senadores, começou ontem, dia 3, e estende-se até o dia 7 do mês de março, aqui em Brasília, reunião simultânea dos Grupos de Trabalho encarregados da elaboração de diretrizes para a implementação dos artigos 5.3 (proteção das políticas governamentais contra as ações da indústria do tabaco), 9 (regulamentação da composição e do conteúdo dos produtos do tabaco), 10 (regulamentação da divulgação de informações sobre os produtos do tabaco) e 11 (embalagem e etiquetagem dos produtos do tabaco) da Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco da Organização Mundial de Saúde.

Hoje a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde recebeu para uma audiência, para uma reunião extraordinária, o Dr. Haik Nikogosian, Secretário-Executivo da Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco. O Dr. Nikogosian demonstrou máximo interesse em manter contato com o Executivo brasilei-

ro e com o Parlamento brasileiro para discutir essas questões, que são fundamentais.

Nessa reunião, nós tivemos a honra e a alegria de ouvir do Dr. Nikogosian que a legislação brasileira relativa ao tabaco é das mais avançadas do mundo. Para nós, que estamos nessa luta contra o tabaco há muitos anos, essa informação trouxe muita satisfação, ainda que precisemos reconhecer que demoramos muito para estabelecer que a saúde é muito mais importante do que os impostos arrecadados com o consumo do tabaco. Essa constatação nos fortalece e nos traz esperança de poder discutir a questão do álcool.

Nós brasileiros tivemos uma grande vitória quando conseguimos colocar um limite na propaganda do cigarro, do tabaco, mas ainda precisamos fazer algo semelhante no que diz respeito às bebidas alcoólicas – aqui quero fazer uma referência ao Ministro Temporão, que está lutando para que possamos limitar a também a propaganda da bebida alcoólica.

Ainda há pouco o Senador Mão Santa falava da questão de bebida alcoólica nas estradas. Realmente tem de ser avaliado o impacto social disso. Eu acho que o Governo não olhou todas as nuances dessa medida provisória, foi muito radical, agiu de cima para baixo, não considerou nenhum tipo de discussão envolvendo situações especiais, que foram muito bem citadas pelo Senador Mão Santa.

Não quero dizer com isso que estou incentivando o uso ou o consumo de álcool. Não é nada disso, cada um faz a sua opção. Nós temos é de evitar que, neste País, a fábrica de consumidores de álcool, que é a propaganda por meio do rádio e da televisão, atinja crianças de dez, onze anos de idade. Segundo dados oficiais, há trinta anos, começava-se a fumar com quinze ou dezenas de anos; hoje, crianças com dez ou onze anos estão fumando. Algo semelhante ocorre com a bebida, mas lembro que a bebida alcoólica está muito envolvida com o consumo de drogas, como a macaúna, a cocaína e o crack.

Nós não queremos tirar o direito de cada cidadão de escolher o que quer fazer, de formar as suas convicções, de tomar os seus rumos. Ninguém está proibindo ninguém de beber. Cada um tem juízo suficiente para fazer suas escolhas, mas nós não podemos dar às fábricas de bebidas alcoólicas a oportunidade de usar a mídia para fazer com que aqueles que ainda não têm juízo para escolher o que querem da vida começem, por influência das belas propagandas no rádio e na TV, a fazer uso da bebida alcoólica.

Sr. Presidente, essa questão do tabagismo, sobre a qual viemos aqui falar, é uma questão de saúde pública. Agradecemos ao Dr. Nikogosian, que veio ao Brasil proveniente da Armênia – ele foi Ministro da Saú-

de da Armênia –, por participar, junto ao Parlamento brasileiro, da discussão de um assunto tão importante e tão sensível para todos nós. Ao lado do tabagismo, incluo também a questão do consumo do álcool.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de aproveitar a presença do Senador Arthur Virgílio no plenário para, ao agradecer-lhe publicamente, parabenizá-lo pela iniciativa de apresentar requerimento para a realização de sessão de homenagem ao tenista catarinense Gustavo Kuerten, o Guga, que tanto orgulha o Brasil. Mais gentil ainda S. Ex^a foi ao permitir que eu fosse a primeira signatária do requerimento. Agradeço de público ao Senador Arthur Virgílio por isso.

Aproveito o bom espírito e o nível elevado do debate, Senador Arthur Virgílio, para propor outra parceria com V. Ex^a. Sou autora do Projeto nº 267, que modifica a forma de cobrança do ISS sobre o *leasing* realizado pelos bancos. É uma reivindicação que nos foi trazida pelos municípios e prefeitos tendo em vista que, hoje, a cobrança do *leasing* se dá numa alíquota muito pequena – temos o entendimento de que poderia ser alterada – e, além disso – e esse é o grande problema –, o recolhimento dessa alíquota vai para o município que sedia o banco e não para o município onde o *leasing* é realizado. Portanto, são muito poucos os municípios que se beneficiam com a cobrança do ISS sobre o *leasing*.

Até para ir ao encontro do espírito da reforma tributária – o ISS ficou de fora –, seria muito importante que adotássemos em relação ao ISS algo semelhante àquilo que foi estabelecido para o ICMS: ser cobrado, na medida do possível, no destino, onde a operação efetivamente se realiza, dando capilaridade, promovendo uma distribuição mais equânime da arrecadação.

Então, queria propor uma parceria ao Senador Arthur Virgílio, que apresentou requerimento para que esse projeto, que está na pauta para ser debatido na Comissão de Assuntos Econômicos, seja também apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Proponho, compartilhando o requerimento para que se homenageie Gustavo Kuerten, que realizemos uma audiência pública na CAE, convidando para dela participar a Febraban, a Confederação Nacional dos Municípios e a representação dos prefeitos de capitais. Depois dessa audiência, se entendermos que ainda vale a pena ouvir também a Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania, eu até assinaria o requerimento juntamente com V. Ex^a. É esse o pedido que faço, aproveitando este bom momento do saque inicial do requerimento que V. Ex^a tão gentilmente me concedeu.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, com a permissão do Senador João Pedro, gostaria apenas de dizer que julguei da maior justiça, ao propormos uma homenagem ao nosso herói Gustavo Kuerten, herói do Brasil inteiro, que eu assinasse – até porque fazia questão de fazê-lo – junto com os Senadores de Santa Catarina. E nada mais justo que a primeira signatária fosse a Senadora Ideli Salvatti, seguida pelos Senadores Neuto de Conto e Raimundo Colombo – o Senador Tuma já se apressa em assinar o requerimento e tenho impressão de que também o Senador João Pedro quer fazê-lo.

Todos admiramos Guga. Admiro tanto as conquistas que ele obteve, Senadora Ideli – o tricampeonato em Roland Garros, o fato de ter ficado 53 semanas como número um no esporte mais competitivo do mundo, aquele que mais alterna as posições dos líderes –, quanto admiro seu momento de derrotas. Nunca vi alguém perder tanto tentando tanto ganhar. Nunca vi alguém lutar tanto contra um quadriplégico que lhe traiu a carreira. Nunca vi alguém enfrentar com tanta garra a vicissitude.

Então, se alguém pergunta assim: na homenagem, ressalto as conquistas? Claro! Mas vou ressaltar a tentativa que ele fez de retornar às quadras em situação de ponta; percebeu que não podia e vai sempre ser um brasileiro de ponta; orgulho de Santa Catarina, orgulho do meu Estado, Amazonas; orgulho do País.

Quanto ao mérito da matéria proposta pela Senadora Ideli Salvatti, estou plenamente de acordo. Vejo que a proposta se faz de maneira correta e essa será a posição do PSDB, a começar pelas tratativas na Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Com a palavra o Senador João Pedro.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, queria apenas agradecer, mais uma vez, a gentileza do Senador Arthur Virgílio. Já estou aqui com o requerimento da realização da audiência, Senador. E assinamos juntos, para continuarmos parceiros na questão do ISS, que será um grande benefício para a ampla maioria dos nossos Municípios, que poderão ver crescer a arrecadação, que não ficará concentrada em apenas meia dúzia de Municípios que têm a sede do banco ali localizada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Tem a palavra o benevolente Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero também me associar à propositura do Senador Arthur Virgílio e à deferência à Senadora Ideli. Quero chamar a atenção da minha líder para aproveitar o gesto do Senador Arthur Virgílio e tratar de outros assuntos, de outros interesses. O Senador está extremamente sensível, aberto. Aproveite e trate de outras matérias de interesse do nosso País!

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero me associar ao debate que vem sendo travado em vários setores da sociedade brasileira acerca da decisão que será tomada nesta semana pelo Supremo Tribunal Federal, no que diz respeito à constitucionalidade da nossa lei – aprovada por este Senado e pela Câmara dos Deputados, em 2005 –, que trata justamente das pesquisas de células-tronco embrionárias.

Menciono a revista *Veja* desta semana, que traz nas suas páginas amarelas uma entrevista com a pesquisadora Mayana Zatz, que aborda de forma detalhada o assunto e chama a atenção da sociedade para a importância de a nossa Corte o Supremo Tribunal Federal tratar dessa matéria.

A Lei de Biossegurança aprovada pelo Congresso Nacional foi um avanço, foi um grande momento. É bom destacar que o Senado da República aprovou a Lei de Biossegurança, em 2005, com 96% de aprovação dos seus membros. Na época, eu não estava aqui, mas quero destacar a compreensão que esta Casa teve no momento em que travou debates sobre essa lei. Três anos depois, o Supremo Tribunal Federal vai se manifestar.

A entrevista da pesquisadora Mayana Zatz é emblemática, pois chama a atenção para que preveleça, no Supremo Tribunal Federal, uma visão técnica que reconheça o avanço do Congresso Nacional ao aprovar essa lei e, acima de tudo, uma visão científica que fortaleça os pesquisadores e dê continuidade às pesquisas que, de um modo geral, estão paralisadas, dependendo dessa decisão.

É bom registrar que países como a Inglaterra, a Austrália, Israel trabalham com a pesquisa de células-tronco embrionárias.

Espero, como membro deste Senado, como brasileiro, e compreendendo a importância para a ciência, para a saúde pública e para a sociedade brasileira, Senador Mão Santa, médico, representante do Estado do Piauí, que o Supremo Tribunal Federal reconheça o avanço do Congresso Nacional do ponto de vista da lei de biossegurança e libere as pesquisas, para que

a sociedade brasileira avance. O reconhecimento da constitucionalidade da nossa lei gera expectativa principalmente dos pesquisadores envolvidos com a matéria, mas é evidente que o resultado trará um grande bem para toda a sociedade brasileira.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa, chamando a atenção de que o nosso Presidente está rigoroso com o tempo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador João Pedro, o pronunciamento de V. Ex^a é o segundo do Governo, mas quero dizer que essa é uma lei boa, que nasceu aqui no Congresso. Lembro aquele extraordinário Senador da República, que se debruçou, que se desgastou, que nos liderou – essa lei é resultado de muita pesquisa e estudo, e eu participei dos trabalhos –, o Senador Juvêncio da Fonseca, do Mato Grosso do Sul. S. Ex^a presidiu a comissão que deu origem à lei de biossegurança. Mas foi muito trabalho, muita responsabilidade. Para cá, Senador João Pedro, foram chamados os melhores cientistas do País, os melhores pesquisadores. E chegou-se àquela conclusão. Então, esse é um exemplo do Parlamento: fazer leis boas e justas, com responsabilidade. Essa lei vai trazer o progresso. A humanidade é assim mesmo – falo como médico –, há muitas dificuldades. Eu me lembro de que, na história da medicina, quem abrisse tórax era excomungado, pois era pecado. Então, houve a evolução. Mas, se o País porventura não tivesse essa lei, iríamos ficar atrasados, outros iriam evoluir e nós iríamos pagar muito caro pela pesquisa e pelos avanços científicos dos outros. Parabéns também por mostrar ao Poder Judiciário que nos comportamos bem e fomos responsáveis em fazer uma lei boa e justa para biossegurança, que vai melhorar a saúde do Brasil e do mundo.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Muito obrigado pelo aparte, Senador.

Sr. Presidente, é importante o registro do Senador Mão Santa. Na entrevista da pesquisadora Mayana Zatz, ela registra sua participação nos debates tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal, e o avanço do Brasil quando da aprovação da lei.

A minha expectativa como Senador da República é que o Supremo Tribunal Federal possa liberar as pesquisas, e que o resultado dessa decisão sirva para melhorar a vida dos brasileiros que precisam da pesquisa, da ciência e da saúde pública; com certeza, num patamar de grandeza, de eficiência e de resposta às mazelas.

Concedo um aparte a um outro médico e membro desta Casa: Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador João Pedro, faço este aparte para elogiar V. Ex^a

pelo pronunciamento oportuno. Realmente, a Lei de Biossegurança foi muito bem-bolada. Os embriões que serão usados nas pesquisas já deverão estar com mais de três anos em conservação no sistema criogênico. São embriões que certamente vão ser descartados. Não têm mais outra aplicação. Também, a lei deixa bem claro que só poderão ser usados com autorização dos pais. Sabemos que essa pesquisa com células embrionárias é uma esperança para inúmeras patologias que ocorrem. O Brasil é um dos lugares onde existem mais acidentes de trânsito. Lá, em Roraima, existem muitas pessoas com seqüelas medulares, pessoas que não conseguem mais andar em consequência de acidentes. Essas células-tronco são esperança para essas pessoas voltarem a andar. V. Ex^a, quando se pronuncia favoravelmente ao projeto, está dando demonstração de inteligência e de sentimento humano, porque está lutando para melhorar as condições de vida das pessoas. Muito obrigado.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador João Pedro?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Senador Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador, acho que V. Ex^a faz um discurso de acordo com a atualidade brasileira, de acordo com a exigência do avanço da ciência, em um País que quer o desenvolvimento como palavra de ordem. Se, amanhã, não estivermos fazendo pesquisas de embriões, visando a salvar vidas ou a melhorar a situação de muitas pessoas que estão doentes, como, por exemplo, sofrendo de diabetes, do Mal de Alzheimer ou de muitas outras doenças, poderemos ser superados por outros países que estão se detendo nessas pesquisas científicas, visando ao aproveitamento de embriões. E embriões que serão jogados fora, jogados no lixo. Então, o que é melhor: utilizarmos, dentro da Lei de Biossegurança – três anos, não? –, os embriões depois do seu congelamento, ou, simplesmente, jogarmos todos fora sem utilizá-los, sem nos preocuparmos com o desenvolvimento, com o progresso da ciência e com a salvação de vidas humanas? Agradeço a V. Ex^a este aparte e meus parabéns! Amanhã será o dia “D” sobre esse assunto.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Muito obrigado, Senador Valadares.

Creio, sinceramente, que o Congresso Nacional cumpriu com seu dever. Acho que um momento importante da história do Congresso Nacional foi a idealização da Lei de Biossegurança.

Há uma expectativa por parte dos pesquisadores, por parte de universidades em relação ao assunto, e espero que nossos onze Ministros possam analisar a matéria olhando o presente, mas olhando o futuro de uma sociedade que não pode...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, sem abusar do tempo, o Senador Cristovam Buarque está pedindo um aparte, e eu vou concedê-lo a S. Ex^a com a maior felicidade.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador João Pedro, quero apenas manifestar meu apoio à sua manifestação e dizer que, de fato, temos de analisar esse problema do ponto de vista político. Do ponto de vista religioso, quem define o que é pecado é a Igreja, e não temos de nos meter nisso. Mas, do ponto de vista político, numa sociedade laica, quem decide o que é crime são os políticos e os juízes. O que estamos discutindo é se é crime ou se não é crime; e não se é pecado ou se não é pecado. Para aqueles que têm religião, isso continua a ser pecado. E eles têm o direito até de não querer usar isso, de protestar, mas não de impor esse comportamento aos outros....

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Um minuto mais, Senador João Pedro.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Menos de um minuto.

Existe uma religião, a dos adventistas, que não aceita nem transfusão de sangue, mas eles não tentam impedir os brasileiros de receberem transfusão de sangue. Eles não a aceitam, coerentemente, para não pecar, mas não tentam impor essa visão de mundo que eles têm. Por isso, faço esta manifestação de apoio. Que, amanhã, nossos juízes decidam como deve ser em um Estado laico.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, já concluo.

É bom registrar aqui: Senador Cristovam Buarque, são os mórmons e os testemunhas de Jeová que não aceitam transfusão. E o Senador Arthur Virgílio é conhecedor do assunto.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, encerro.

O Senador Cristovam chamou a atenção para a questão do Estado laico. E é isto: espero que nossos onze ministros possam decidir olhando o presente, mas olhando o futuro do ponto de vista da ciência, dos interesses da sociedade e de um Estado brasileiro plural, laico. A expectativa é grande, e espero que o Supremo vote no sentido de liberar as pesquisas para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Concedo a palavra, como Líder do PSDB, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, saúdo a presença do ilustre Governador de Roraima, do PSDB, Dr. Anchieta Júnior, que enche de alegria e de honra este plenário com sua presença. Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, reafirmo os termos da colocação que farei daqui a pouco, na reunião de líderes, com o Presidente Garibaldi Alves, de cobrar para hoje a leitura da Comissão Parlamentar de Inquérito, solicitada por V. Ex^a, para investigar esse terrível drama, esse terrível crime da pedofilia no País.

Sr. Presidente, chamo a atenção da Casa, muito especialmente do Senador Heráclito Fortes, que preside a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, para fato que, a se confirmar, é da mais supina gravidade.

Antes de mais nada, Sr. Presidente, digo algumas coisas bem simples: entendo que o papel do Brasil nesta crise não é tomar partido; é cobrar um pedido de desculpas da Colômbia, formal, ao governo do Equador, até para isolar Chávez no seu radicalismo, à invasão – momentânea que tenha sido – de território equatoriano por forças colombianas. Isso é fato grave, não deve passar despercebido pela Organização dos Estados Americanos. Mas, ao mesmo tempo, o Brasil deve ser muito nítido ao iniciar conversas sérias com o Presidente Chávez, que está cumprindo aquilo que, para mim, é roteiro clássico do ditador sul-americano: primeiro, esmaga as oposições; depois, implanta a ditadura; em seguida, começa uma corrida armamentista, dizendo que é contra uma grande potência – e não é; não passa pela cabeça dele uma guerra contra Bush, ele pode ser qualquer coisa, louco não me parece que seja –, mas faz guerra, após isso, contra um vizinho. Aqui, há dois anos, faço a advertência; há dois anos, digo isso na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. E daqui, deste plenário. Depois, faz a guerra contra algum vizinho, e citei a ordem de perigo para a inclusão nessa guerra. Pensei, primeiro, na pequena Guiana; depois, pensei na Colômbia, com a temperatura cada vez mais quente entre os Presidente Uribe e

Chávez, e, remotissimamente, coloquei até a hipótese de uma agressão ao Brasil, uma agressão setorial ao País. Está-se cumprindo aquilo que eu previa, e estamos vivendo um problema muito grave.

Entendo que a diplomacia brasileira deve tomar conta dessa questão. Não é hora do Dr. Marco Aurélio Garcia, é hora do Ministro Celso Amorim; é hora de o Brasil assumir sua liderança outra vez; é hora de sermos o equilíbrio nas relações de uma região que pode se desestabilizar, Presidente Marco Maciel, se não houver efetiva atenção por parte do País líder legítimo da América do Sul, que é o Brasil.

Chamo a atenção, Presidente Marco Maciel, Presidente Heráclito Fortes, Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati, Cristovam, Mão Santa, Antonio Carlos Valadares, João Pedro, Sérgio Guerra, para uma denúncia feita pelo World-Check – Financial Crime Consultant, for World-Check –, uma entidade, Senador Eduardo Suplicy, que cuida de monitorar ações belicistas pelo mundo afora.

Vou tentar resumir o que diz. Começa o documento lembrando o caos em torno da guerra civil libanesa, que durou de 1975 a 1990. Depois, faz a comparação que chama de “tênuem situação na Venezuela”. Aqui, vem a denúncia que faço com muito cuidado, cercando-me de todos cuidados, até porque, eu repito, a ser verdade isso, estamos diante de um fato desestabilizador e da maior gravidade para o Brasil, internamente.

Eis a denúncia: “Quatro vôos secretos estão (eu repito, com cuidado, que estariam, mas o documento do World-Check diz “estão”) programados para irem à Venezuela, pela TAM Linhas Aéreas Brasileiras, transportando 31,5 toneladas de armas de fogo fabricadas no Brasil.

O primeiro vôo já partiu”, diz o documento (e, com cuidado, eu repito que o primeiro vôo já teria partido), “carregando 1,5 tonelada de armamentos. E cada vôo adicional está”, diz o documento (e eu repito, com cuidado, que estaria), Senador Sérgio Guerra, “programado para carregar 10 toneladas”. Cada vôo.

Muito bem. Resumindo, Sr. Presidente, não está muito bem definido qual é o tipo de arma que o Brasil estaria exportando para a Venezuela, ou doando, sei lá o que, mas estima o World-Check que seriam de 50 mil a 70 mil unidades. Ainda não há a confirmação disso, diz o documento, por parte do Ministério da Defesa do Brasil. Essas armas deveriam ser discreta e diretamente dirigidas ao Palácio Presidencial de Miraflores, sob as ordem ou para as ordens, estou traduzindo, do Presidente da Venezuela Hugo Chávez Frias. Pergunta o World-Check por que o caráter secreto disso. Aí, conclui o World-Check: “Num país onde as forças armadas e a polícia já estão bem equipadas, essas

armas só podem ter um uso". Aí, o World-Check levanta a suspeita: "Armar defensores civis do regime vigente na Venezuela, que usarão", ele diz (e eu digo, com cuidado, que poderiam usar), essas armas contra a oposição", naquilo que o World-Check considera "uma inesperada confrontação violenta, que poderia degenerar numa guerra civil espanhola". E faz a advertência de que uma turbulência civil poderia resultar num completo caos para o sistema financeiro na capital, advertindo, ainda, para possível fechamento de lojas, de negócios e até ataques a civis.

Senador Heráclito Fortes, eu vejo que é pelo menos um dever nosso convocar, imediatamente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para que se manifeste. Deveríamos convocar o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, para que ele se manifeste perante os Senadores, de modo que não pare a uma eiva de dúvida.

Eu diria que, até então, até o momento, eu julgava correto, e tenho julgado correto, o modo como tem procedido o Presidente Lula nessa questão envolvendo Venezuela e Colômbia – talvez precisasse ser um pouco mais distante da Venezuela, para ficar exatamente equidistante do problema e agir como líder da América do Sul. É hora de recuperar uma liderança que parecia perdida.

Essa denúncia deve ser desmentida cabalmente, se inveraz, pois sabemos que, no País de hoje, com imprensa livre, com democracia consolidada, não existe hipótese de a verdade não aparecer. A verdade apareceu no episódio dos boxeadores cubanos: o avião não era cubano, como havia dito o meu prezado amigo, Ministro Tarso Genro. O avião era venezuelano, como suspeitava o Presidente Heráclito Fortes.

Mas, não sendo verdade, volto à tribuna imediatamente para dizer isso. No entanto, a denúncia foi feita por uma entidade conhecida e precisa ser tratada com toda seriedade por todos nós, acima de Partidos.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Qual é o nome da entidade, Senador Arthur Virgílio?

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – World-Check. É uma entidade que pretende acompanhar e denunciar os conflitos no mundo e faz referência, inclusive, ao trabalho que já fez acompanhando a guerra civil espanhola. Veio-me por uma fonte extremamente acreditada, uma fonte séria, uma fonte responsável, uma fonte que não é ligada ao meu Partido, até porque é uma fonte ligada ao próprio Governo que aí está, o Governo do Presidente Lula. Não tem nada a ver comigo, não tem nada a ver com o Partido, é algo de muita seriedade. Reservo-me o direito de não dizer de quem recebi o documento, mas não me reservo o

direito de dizer que estamos diante de algo grave, que precisa ser explicado com muita clareza.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Arthur Virgílio, essas armas, quem as estaria fornecendo?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Governo brasileiro. Seriam fabricadas no Brasil, as armas, no total de 31,5 toneladas.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Eu botei a mão no fogo. Tenho certeza, pela índole pacifista do povo brasileiro e de quem o representa hoje, que isso é impossível de acontecer. Pelo contrário, se algum país fizesse isso, não só o Governo como nós todos estaríamos condenando essa atitude provocativa de sustentação de uma guerra inexistente, porque o que queremos é a paz, não é a guerra. Ora, se o Brasil quer a paz, como vai fornecer armas a um país que tem índole belicosa como a Venezuela, não é verdade?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Precisamente, daí a gravidade, porque vejo uma possibilidade fantástica de o Presidente Lula recuperar a liderança sobre a América do Sul e ditar os rumos para obtermos a paz e a reestabilização do nosso subcontinente.

Daí a preocupação que tenho, porque se isso é mentira, é mentira, se não é verdade, não é verdade. Se isso é verdade, então é oficial, teria sido o próprio Governo brasileiro a enviar essas armas, ou não sei que particular teria capacidade de fazer um contrabando desse porte.

Mas eu concordo com V. Ex^a: o nosso povo jamais concordará com isso e eu tenho certeza de que, dentro de minutos, haverá de receber um comunicado do Governo brasileiro explicando direitinho isso. Eu adoraria que essa manifestação do World-Check fosse cabalmente desmoralizada, com provas, pelo Governo brasileiro. Eu ficarei infeliz se isso for verdade. Eu ficarei feliz se isso for desmentido.

Concedo um aparte ao Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Líder Arthur Virgílio, suas ponderações sobre essa questão da Venezuela, em particular, têm sido confirmadas no tempo. A atitude de ditadores, a evolução dessa atitude, conflitos bélicos, enfim, tudo o que hoje se discute reproduz palavras anteriores que foram aqui pronunciadas por V. Ex^a. V. Ex^a é um especialista, eu não sou. Sobre essa questão recente, uma ponderação: está muito errada, ou estaria muito errada, desde que confirmada, a intervenção de um país...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) –... em outro, de tropas bolivianas no Equador. Mas a diplomacia brasileira, o Governo brasileiro faz bem em reclamar disso. Também não seria o caso de reclamar da presença de guerrilheiros em território do Equador, instalados e organizados naquele país? Para ser equilibrado, para ter uma atitude neutra, firme, teria de reclamar da invasão de um e da coabitacão do outro com forças não-legais, forças consideradas absolutamente fora dos padrões democráticos. Então, penso que o Governo brasileiro, aí, deveria ter uma atitude mais geral, mais ampla e mais segura. Em relação ao Presidente Hugo Chávez, por que não mostrar a nossa preocupação, senão indignação, com esta exibição muscular e belicista do presidente da Venezuela? Que exagero! Que fraseologia! Que absoluta falta de moderação! Demonstração elementar de capacidade militar que nos assusta – assusta a todos –, porque estabelece uma nova forma de convivência na América do Sul que, antes, e até agora, não se apresentava. Estou acompanhando isso; acompanhamos essa questão com enorme preocupação. Penso que, na Oposição, devemos ter muita responsabilidade nesse instante. Não é intenção da Oposição desautorizar o Presidente da República, que é Presidente do Brasil inteiro, da República brasileira no geral. Mas a mim, preocupa-me um pouco que não se passe um pouco mais de indignação, ou que não se passe alguma indignação, pelo fato dessa exagerada demonstração militar do presidente da Venezuela, de um lado, e, do ponto de vista do Equador, de que, confirmada a intervenção em seu campo de outro país, também não faz sentido que ela estruture ali, ou permita a estruturação de bolsões de resistência, de guerrilhas que atuam ilegalmente em outro país. A denúncia trazida por V. Ex^a, hoje, a qual acaba de ler, com a responsabilidade de homem público que sabe do seu papel, é uma denúncia muito grave. Confirmada, ela comprovaria total desequilíbrio da autoridade brasileira. Faço juízo de que ela não se confirme. Espero que ela não se confirme.

Tenho quase convicção de que ela não se confirmará. Mas é claro que sua denúncia, se confirmada, será um marco nestes momentos da vida pública brasileira.

O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Sérgio Guerra, tenho a certeza de que ela não se confirmará. Não poderia deixar de fazer a denúncia, porque nossa obrigação é a vigilância. De qualquer maneira, concordo inteiramente com seus conceitos. O Presidente Lula precisa ser, muito claramente, o árbitro dessa questão; tem tudo para isso. Ou faz isso ou passará a arbitragem inteiramente para as mãos norte-americanas da Organização dos Estados Ame-

ricanos (OEA). Ou assume a liderança brasileira com clareza, com nitidez, neste instante, ou veremos uma interferência americana cada vez maior no nosso sub-continente.

Foi grave o que perpetrhou a Colômbia. E é grave a tolerância em relação à cobertura que, um pouco, o Equador e, muito, a Venezuela têm dado à narcoguerrilha. Aquilo ali não é guerrilha...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Arthur Virgílio, em função da grande lista de oradores, consulto V. Ex^a se, em três minutos, V. Ex^a encerra seu pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu gostaria de ouvir o Senador Jarbas, o Senador João Pedro, o Senador Heráclito e o Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Peço aos aparteantes que sejam breves, para que possamos cumprir a lista de oradores.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu ouviria os aparteantes e responderia a todos no final, para encerrar.

Concedo o aparte ao Senador Jarbas Vasconcelos.

O Sr. Jarbas Vasconcelos (PMDB – PE) – Senador Arthur Virgílio, primeiro, quero compartilhar com V. Ex^a da sua preocupação e também da sua ponderação de preferir não acreditar nessa denúncia que chegou às suas mãos. Sua obrigação, como Líder, como político correto, decente, corajoso, é denunciar aquilo de que tem conhecimento. Mas espera que isso não tenha maior desdobramento, que isso seja desmentido pelo Governo. Com relação a essa crise, quero seguir a mesma direção do Senador Sérgio Guerra. É inacreditável o papel que o Brasil está cumprindo nas últimas 24 horas! A aparição ontem, na televisão, do Chanceler brasileiro, do Ministro das Relações Exteriores, é titubeante, pálida, pois S. Ex^a apenas condena aquilo que é o óbvio. A imprensa toda também condenou a invasão da Colômbia a território do Equador. Mas é preciso, Senador Arthur Virgílio, também evidenciar, demonstrar o papel pernicioso dessa entidade, integrada pelos narcoguerrilheiros, que têm contado com o beneplácito dos dois governos, tanto com o da Venezuela quanto com o do Equador. Esse pessoal comete um dos mais terríveis crimes, o mais hediondo de todos, que é o seqüestro. V. Ex^a deve imaginar, como Líder, o que é uma pessoa ser seqüestrada dentro da sua casa, dentro do seu automóvel ou no próprio escritório sem saber quem a está seqüestrando e para onde vai, porque, muitas vezes, são algemados e encapuzados. Dessa forma, é preciso mais, não apenas o que disse o Celso Amorim

ontem, que a Colômbia tem de aprofundar seu pedido de desculpas. Isso, a Colômbia já fez. Se foi um pedido tímido, que o Presidente Uribe dê ênfase ao pedido de desculpas! Mas o Brasil precisa se posicionar com relação a esse pessoal, apelidado de guerrilheiros, que são terroristas, os piores terroristas, porque são aqueles que seqüestraram e deixam as pessoas presas por meses, por anos, como tem acontecido com muitos colombianos. Quero incorporar-me ao discurso de V. Ex^a e dizer que a posição do Governo brasileiro, para ser completa, tem de se dar no sentido de condenar o gesto ocorrido no sábado por parte do Governo da Colômbia – a invasão de território de país vizinho –, mas também de ter uma palavra dura de condenação a esses seqüestradores, a esses guerrilheiros, que, a pretexto de defenderem uma causa, uma idéia, uma ideologia, são criminosos comuns.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Arthur, olhando daqui, os apartes seriam dados ao Senador Tasso, ao Senador Heráclito e, depois, ao Senador João Pedro. Essa é a seqüência, para, depois, V. Ex^a encerrar. É que S. Ex^as pediram o aparte primeiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem problemas. São todos apartes de qualidade, que só contribuirão para que aclaremos as dúvidas sobre essa situação que se revela grave. Se for assim, concedo o aparte ao Senador Tasso, ao Senador Heráclito, ao Senador João Pedro.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Arthur Virgílio, agradeço a V. Ex^a a oportunidade do aparte. Diante dessas informações que V. Ex^a tem, quero pedir a compreensão dos meus Colegas membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que estão em plenário, para que, em caráter extraordinário – eu a formalizaria depois –, peçamos, para amanhã, uma visita do Ministro da Defesa a esta Casa, para falar sobre o assunto. Faria isso na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Estão aqui o Senador Marco Maciel, o Senador Pedro Simon, o Senador Valadares, o Senador Cristovam, o Senador Mão Santa, o Senador Suplicy, o Senador Tuma, o Senador César Borges e V. Ex^a. Portanto, há número. Se houver concordância, faremos esforços no sentido de pedir ao Ministro que, amanhã, esteja aqui.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – O Ministro poderia vir aqui acompanhado do Diretor do Departamento de Material Bélico, que autoriza a venda de armas.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O Senador Romeu Tuma está sugerindo que S. Ex^a, inclusive, venha acompanhado da pessoa que, burocraticamente, é o responsável pela liberação de venda de armas. Essa

seria, Senador Arthur Virgílio, uma maneira de cumprirmos nosso papel como legisladores e de prestarmos esclarecimentos à Nação. Até prefiro que isso seja feito, para tranquilizar todos. Concorda V. Ex^a?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador. Concordo e já respondo a V. Ex^a.

Concedo o aparte ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, quero, primeiramente, dizer que a denúncia que V. Ex^a fez é tão grave, contraria tanto todo o entendimento que, com certeza, temos nós, aqui, do Congresso Nacional, representando a grande maioria da população brasileira em relação a qualquer possibilidade de guerra ou de conflito armado no nosso subcontinente, que é evidente e necessária uma reunião de urgência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Mas me parece que a denúncia que V. Ex^a fez agora é tão grave, que um desmentido, se é o caso – e todos aqui esperamos que seja o caso –, deve ser feito imediatamente. A denúncia de V. Ex^a foi feita há alguns minutos. Desde que V. Ex^a, ainda em seu discurso, fez aquela ponderação, que estou na expectativa de que alguém do Governo aqui venha para desmentir a denúncia que está sendo feita. O que me está causando enorme preocupação é que ainda não foi feito isso até agora, o que significa, quem sabe, que isso possa ser verdade, o que seria absolutamente desastroso para todos nós. Lembro aqui, também reforçando as palavras do Senador Jarbas Vasconcelos, o artigo do insuspeito jornalista Clóvis Rossi, hoje, em sua coluna na *Folha*, em que diz que, entre a Colômbia e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), não há dúvida de que o Brasil tem de ficar com a Colômbia. Entre um país, um governo legítima e democraticamente constituído, e uma organização que cada vez mais se consolida como delinqüente, ligada ao tráfico de drogas, não há a menor dúvida quanto à posição brasileira. Faço questão de ressaltar isso, porque mais insuspeito sobre o assunto do que o jornalista Clóvis Rossi não pode haver. Ao mesmo tempo, estranho já algumas declarações que teriam sido feitas pelo Presidente Lula ontem e pelo próprio Chanceler Celso Amorim, em que só fez advertência e demonstrou preocupação de um lado, sem demonstrar a menor preocupação com o fato de Estados nacionais, como principalmente a Venezuela e, agora, o Equador, estarem dando abrigo e suporte a organizações desse tipo. Portanto, ressalto a importância e a gravidade do seu pronunciamento, da denúncia feita. Estamos aqui aguardando algum tipo de desmentido. O Senador Eduardo Suplicy, ligado ao Governo, está aqui. Isso tem de ser feito já. Liderança nesta Casa é para isto: para desmentir ou imediatamente responder

o que está sendo feito. Estou profundamente preocupado com esse silêncio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já respondo a V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati. Muito obrigado.

Concedo um aparte ao Senador João Pedro. Ao Senador Marco Maciel e ao Senador Eduardo Suplicy, concederei o aparte em seguida.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Arthur Virgílio, estou atento ao discurso de V. Ex^a. Estou preocupado com essa situação que diz respeito à nossa América Latina, a países irmãos. Gostaria de fazer uma ponderação. Sei que V. Ex^a está fazendo uma denúncia que deve ser apurada. Toda denúncia é para ser apurada. É evidente...

(Interrupção no som.)

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, serei breve. O Senador Tasso Jereissati é mais rápido do que todos nós. S. Ex^a pede uma resposta. Tem de ser apurada a denúncia. Não acredito em uma relação obscura do Governo brasileiro com a Venezuela. Não tem sido assim a postura do nosso Governo, o posicionamento do Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador João Pedro, peço-lhe apenas um minuto. Gostaria que verificassem se algum celular está ligado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, tomara que não seja uma bomba dos carregamentos...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Pode prosseguir, Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – O assunto é bélico e acaba com o sistema nervoso. Gostaria de refletir com V. Ex^a. Primeiro, não acredito em uma relação obscura e ilegal. Espero que o Governo esclareça isso o mais rapidamente possível. Segundo, é evidente que está presente aqui um grande número de Senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, seu Presidente Heráclito Fortes, mas penso que, no momento em que, em caráter de urgência, a Comissão se reunir amanhã para apurar a denúncia, estaremos deslocando o eixo da gravidade por que passa a América Latina no que diz respeito à postura da Colômbia em relação ao Equador. Amanhã, chegará ao Brasil o Presidente do Equador, para conversar com nosso Presidente. Penso que isso é conduzir esse processo tão delicado. A Organização dos Estados Americanos (OEA) está reunida hoje, em Washington. O Senado da República deveria condenar com veemência a agressão. É bom lembrar que dois aviões brasileiros, dois Super Tucanos da Embraer, participaram dessa

operação. Se é para discutir todos esses elementos, devemos ponderar. Creio que a reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desloca o eixo do problema. Poderia aguardar a manifestação do Governo e aí se reunir para discutir, mas não com esse caráter. Essa é minha ponderação. E lembro a V. Ex^a que a Colômbia é o País, entre os três (Venezuela, Equador e Colômbia), mais bem armado. A soma do efetivo militar do Equador e da Venezuela não chega à metade do efetivo da Colômbia. Se há um país militarizado, esse país é a Colômbia, com assessoria militar dos Estados Unidos.

Sou contra essas prisões. Espero que as Farc liberem, não a conta-gotas, todos os presos políticos, todos os seqüestrados, mas é inconcebível...

(Interrupção do som.)

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – ...é inconcebível que a Colômbia não peça desculpas acerca da invasão do território do Equador. Quero condenar essa postura, mas quero também condenar as prisões, a guerra, essa forma de querer resolver a situação a partir de homens armados na fronteira. Não é por aí. São países que não suportariam uma guerra. Não há por que uma guerra entre esses países. Espero que o Governo brasileiro e a OEA busquem o caminho da negociação, da conversa, do entendimento e do respeito à soberania dos países envolvidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador João Pedro.

Senador Marco Maciel...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Sr. Presidente, é porque eu fui citado: art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – V. Ex^a não foi citado.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Eu fui citado pelo Senador João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Mas não foi uma má referência.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Não, mas foi uma referência em que ele disse que eu fui muito rápido. Eu só queria esclarecer...

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senador Arthur Virgílio, apenas um esclarecimento. O Senador João Pedro disse que havia dois Super Tucanos. Parece que o Brasil cedeu dois Super Tucanos para agir em território...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Os dois super-tucanos, aqui, são o Senador Tasso Jereissati e o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – O que a Embraer fabrica ela vende para quem quiser comprar.

Portanto, faziam parte da Força Aérea Colombiana. Era o fato que eu gostaria de esclarecer.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Sr. Presidente, com licença...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – O Senador Arthur Virgílio está na tribuna. É ele quem tem de dar aparte.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Marco Maciel.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, peço pelo art. 14, porque eu queria esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Tasso, vamos esperar esgotar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, eu concedo um aparte ao Senador Tasso outra vez. Em seguida, o Senador Marco Maciel e, depois, o Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – O Senador Marco Maciel é o próximo apartante. Depois, Suplicy, e o Senador Arthur vai responder; e, depois, ele...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – ... e depois ele finaliza, concedendo a V. Ex^a. E o Senador Heráclito Fortes está inscrito...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Após, como Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Posso também conceder o aparte ao Senador Tasso. E talvez ele não use o art. 14.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Sr. Presidente, preciso fazer um esclarecimento, porque foi feita aqui uma alusão à intervenção que fiz, como se ela fosse despropositada. Sr. Presidente, foi feita uma alusão ao meu nome, como se eu tivesse feito uma intervenção que fosse despropositada. Quando eu disse que é importante que o Governo desminta isso aqui, agora, ainda hoje, foi porque isso já aconteceu várias vezes. E, se não é verdade, se o Governo não o fez, se o Governo não mandou armamentos, é só ligar para o Senador Eduardo Suplicy e dizer: "Nós não temos nenhum armamento". Liga na hora, como já foi feito várias vezes. Não precisa apurar coisa nenhuma. Essa história de apurar é quem quer simplesmente enrolar e não sabe o que responder. Queremos uma resposta imediata, agora: sim ou não. Mandou armas para a Venezuela? Sim ou não? Não precisa ser nenhum rei do gatilho para responder. Quem quer enrolar, manda apurar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Marco Maciel, pode apartear. Depois, o Senador Eduardo Suplicy; e, em seguida, V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Líder, Senador Arthur Virgílio, serei breve. Apenas três observações. A primeira é decorrente da questão suscitada por V. Ex^a, ou seja, a existência de relatório que faz referência a eventual venda ou cessão de armas por parte do Governo brasileiro. Acho, como parece ser o sentimento unânime do Plenário, que essa questão tem de ser devidamente esclarecida, tal sua transcendência e importância. Em segundo lugar, gostaria de lembrar, como aliás V. Ex^a expressou, que o Brasil, pelo papel que exerce, deve empenhar-se em encontrar solução rápida para esse diferendo que tende a agravar-se. A propósito, recordaria o conflito entre Peru e Equador ocorrido ao tempo em que governava o Brasil o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Iniciado num fim de semana, entre sábado e domingo, o Presidente Fernando Henrique Cardoso tomou providências imediatas, de tal maneira que o conflito logo se dissipou. O acordo foi feito e celebrado no Brasil através da *Ata de Brasília*, pôs-se fim ao choque armado, e os dois países voltaram a se entender. O Brasil tem fronteiras com o Peru, mas no passado também teve com o Equador, se não estou equivocado. Talvez devamos tomar providências no que diz respeito ao que ocorre entre Colômbia e Venezuela, que envolve também o Equador. O caminho deve ser o que sempre a chancelaria brasileira tem adotado desde os tempos de Rio Branco, de buscar solução rápida para a questão, evitando-se a exacerbção de ânimos e, consequentemente, o mais grave, a deflagração do conflito militar. V. Ex^a traz à consideração do Senado um tema extremamente relevante, que há de merecer uma ação da Casa, por meio do seu órgão próprio, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Presidente Marco Maciel.

Senador Eduardo Suplicy, ouço V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, como muitos Senadores, tem preocupação com respeito ao bom entendimento que os povos da América Latina precisam ter. É muito importante que o Brasil possa colaborar no sentido da sua tradição de um povo amante da paz e da realização de justiça, no momento em que os três países envolvidos, a Colômbia, a Venezuela e o Equador, quase ressuscitam o pesadelo de Simon Bolívar, de fragmentação das ex-colônias andinas, tão bem ilustrado por Gabriel García Márquez em *O General em seu Labirinto*. V. Ex^a

traz aqui uma informação, e é mais do que justo que possa o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, colaborar o quanto antes para que tenhamos essa informação. Se for possível contatá-lo – já estou procurando fazê-lo – na tarde de hoje, trarei ainda a informação que o Senador Tasso Jereissati e V. Ex^a consideram importante ser esclarecida. Ademais, o Presidente Heráclito Fortes já tomou a iniciativa de convidar o Ministro Nelson Jobim para, se possível amanhã, estar presente na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para esclarecer esse episódio. É importante ressaltar que o Brasil até tinha interesse em vender aviões da Embraer para a Venezuela, e os Estados Unidos, nesse caso, não quiseram que fossem vendidos, embora para a Colômbia não tivessem criado objeção. Agora, são esses mesmos aviões brasileiros que acabaram sendo utilizados para a invasão, sem prévia licença, do espaço aéreo equatoriano, o que obviamente está causando o pedido necessário de desculpas que o Presidente Rafael Correa está demandando do Presidente Álvaro Uribe. Mas gostaria de informar, Senador Arthur Virgílio, que, ainda hoje, quando o Senador Eduardo Azeredo e o Senador Heráclito Fortes comigo conversaram sobre a importância de logo termos um esclarecimento sobre esses episódios e de reunirmos a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, liguei para o Ministro Celso Amorim, que se prontificou a vir ao Senado Federal, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ele avalia que será mais adequado...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Solicito ao Senador Suplicy que seja breve.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sim. Concluindo, ele avalia que será mais adequado na próxima semana. Propôs quarta-feira, às 15h ou às 15h30, dados os compromissos já assumidos nesses dias. Então, quero dizer que o Ministro Celso Amorim está pronto a aqui trazer todos os passos que o Governo brasileiro está dando nos diálogos com os diversos Presidentes e Governos e com a OEA, para colaborar para que haja a solução pacífica dos conflitos que estão ocorrendo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Flexa Ribeiro, ouço V. Ex^a.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a traz à tribuna um assunto que preocupa a todos nós, diria não só na América do Sul, mas no mundo todo: esse estado de beligerância entre Colômbia e Equador, com a intromissão inadequada da Venezuela. A questão não é com a Venezuela, e o Sr. Hugo Chávez movimenta seu exército

para colocá-lo na fronteira com a Colômbia, como se fosse parte atingida. Evidentemente que houve uma incursão, por parte da Colômbia, como já foi dito pelo Chanceler, no país-irmão, no Equador, o que enseja um pedido de desculpas, mas em função da ação das Farc também naquele país. Eu diria, Senador Heráclito Fortes, quanto à idéia do Senador Suplicy de fazer uma reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na próxima semana, que essa reunião deveria ser hoje, até porque vamos discutir em plenário um requerimento para que a Organização dos Estados Americanos (OEA) entre, mediando esse conflito. Então, sugeriria ao Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que fizéssemos uma sessão especial e emergencial para discutir esse assunto. Agora, os jornais de hoje, como *O Globo*, colocam, na primeira página, que a Colômbia acusa Chávez de dar US\$300 milhões às Farc. Ou seja, são denúncias graves, feitas ao governo da Venezuela pelo governo da Colômbia. Então, é preciso que tenhamos todas as informações, as quais o Chanceler Celso Amorim nos pode dar, para que...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Solicito aos Senadores aparteantes que sejam breves no comentário e no aparte ao Senador Arthur Virgílio, até porque o Presidente da Casa já está aqui para começar a Ordem do Dia. De maneira que, se os apartes forem breves, já que o assunto foi tão bem colocado pelo Senador Arthur Virgílio, vamos ganhar tempo.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Sr. Presidente, concluo em um minuto. Então, Senador Arthur Virgílio, também gostaria que V. Ex^a perguntasse ao Senador Eduardo Suplicy se ele já tem alguma posição sobre a expatriação dos dois boxeadores cubanos, que foram retirados do Brasil à força e levados num avião do governo da Venezuela. Gostaria que V. Ex^a perguntasse ao Senador Eduardo Suplicy se ele já tem uma posição, se realmente eles foram retirados do Brasil sem o encaminhamento legal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Senador Mário Couto, ouço V. Ex^a.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Magno Malta, vou ser breve. Senador Arthur Virgílio, primeiramente, parabenizo V. Ex^a pelo oportuno pronunciamento de hoje e pela preocupação que traz V. Ex^a a todos nós e à Nação brasileira. Senador Arthur Virgílio, já estava mais do que esclarecido a todo o mundo que um ditador se implantou na América Latina e está

criando toda essa confusão. A América Latina é um continente sóbrio e tranquilo, e chega Hugo Chávez. Eu, aí desta tribuna, Senador Arthur Virgílio, mostrei a minha preocupação quando este ditador – eu quero aqui dizer o que eu sinto, estou à vontade para dizer o que eu sinto – começou a se armar. Ele, na realidade, quer ver sangue, Senador Arthur Virgílio! Tudo isso é criado por Hugo Chávez. Ele comprou aviões, helicópteros russos, comprou cem mil fuzis modernos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Por que a Venezuela – diga-me Senador – compra cem mil fuzis modernos da Rússia? Com que intenção ele está, diante do continente latino-americano? Eu não tenho a menor dúvida – já vou terminar, Senador – de que todo esse imbróglio é porque Hugo Chávez gosta de ser ditador, gosta de guerrilha, gosta de apoiar guerrilha, gosta de sangue, gosta de guerra. Eu espero que o Brasil não entre na dele. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado.

Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, desde o ano passado, nós vínhamos alertando para esse risco iminente que significa a interferência caudilhesca de Hugo Chávez. Veja que é muito interessante. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Garibalbi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente Garibalbi Alves Filho, V. Ex^a estava muito bem representado pelo Senador Magno Malta, que conduziu com muita lisura, com muita competência os trabalhos até a sua chegada.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, continuando o meu aparte, o que quero é salientar que já vínhamos alertando para esse problema há mais tempo, para a escalada armamentista do Presidente Chávez, para a necessidade de o Brasil estar preparado para sua defesa do ponto de vista não só diplomático, que é evidentemente primordial, mas também no tocante à presença brasileira na Amazônia. As pessoas precisam entender que se o Presidente Chávez vier conversar com Fernandinho Beira-Mar, a Esquerda brasileira não vai gostar. Então é importante que entendam que o Chávez está conversando com assassinos, com seqüestradores, com o movimento terrorista. Isso é que precisa ser muito claro. Chávez está ajudando terroristas: há 700 pes-

soas presas ilegalmente há vários anos. Então não tem que ter nenhum tipo de simpatia com as Farc. Nós temos que ter, evidentemente, ação diplomática, mas, ao mesmo tempo, não se pode ter essa visão de, *a priori*, condenar a Colômbia, que está numa guerra contra um movimento que pressiona o País há muito tempo. Portanto, esse é o ponto que eu queria abordar, acreditando realmente na importância da diplomacia brasileira agir agora.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Finalmente, concedo um aparte aos Senadores Mão Santa e José Nery.

Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, é preocupante a sua denúncia, que tem razão de ser. Eu vi o Deputado Fraga, do Distrito Federal – Senador Garibaldi, o Deputado Fraga é hoje Secretário de Transporte do Governador Arruda –, fazer denúncias, nas últimas eleições, desse relacionamento perigoso entre Venezuela, Farc e Brasil. O Deputado Fraga, que devia ser chamado para ser ouvido agora, denunciou, nas últimas eleições – ele me mostrou a documentação, Senador Arthur Virgílio –, que as Farc municiava dinheiro para líderes do PT vencerem a última eleição. Então, a denúncia de V. Ex^a deve ser levada a sério, porque o Deputado Fraga já fez denúncias desse relacionamento perigoso entre Farc, Venezuela e Brasil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador.

Finalmente, ouço o aparte do Senador Nery, para que, depois, eu responda rapidamente aos aparentes.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Arthur Virgílio, a denúncia que V. Ex^a formula em relação à compra de...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Arthur Virgílio, evidentemente a comercialização de armas, armamentos ou aviões por qualquer país, se for feita de forma ilegal, em desacordo com o que prevê a norma para esse tipo de operação, merece ser investigada. No entanto, não sei se esse assunto está vindo à tona em razão da atitude unilateral da Colômbia. Encontramo-nos no momento de observar a negociação entre as Farc, intermediada pelo Governo da Venezuela, no sentido da libertação de reféns por aquele grupo guerrilheiro na Colômbia. O que vimos foi um ataque à soberania de um país, inclusive aviões comprados no Brasil sendo usados para invadir o território equa-

toriano e assassinar líderes de um movimento guerrilheiro que, há muitos anos, luta contra as oligarquias e um sistema de violência e desigualdade implantado e vigente na Colômbia. Mas, pelo que temos escutado nesses dois dias, até parece que Venezuela, Cuba ou Equador atacou a Colômbia – e foi justamente o contrário. Evidentemente que os esforços do Brasil devem ser no sentido, Senador Arthur Virgílio, de buscar o entendimento e jamais de alimentar qualquer atitude que leve à beligerância e à guerra. No entanto o assunto relacionado com a invasão, a transgressão feita pela Colômbia recebe a nossa reprevação e todos os esforços devem ser feitos para que nenhum país violento o espaço do outro e venha a atentar contra a soberania de quem quer que seja.

(Interrupção do som.)

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Encerro, Sr. Presidente. Se há denúncia da venda ilegal ou de algum mecanismo ilegal para obtenção de armamento por qualquer país, especialmente envolvendo o Brasil, evidentemente deve ser investigado e apurado. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador José Nery.

Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Senador Arthur, eu serei breve. Quando o Senador Eduardo Azeredo disse, entre todas as colocações que foram feitas até diante da exposição de V. Ex^a, que não há que se ter simpatia nem complacência com as Farc, porque estamos tratando com criminosos, com narcotraficantes, ele disse a mais pura, a mais límpida de todas as verdades. No começo desta sessão, eu disse que, quando presidi a CPI do Narcotráfico, havia um mandado de prisão contra Fernandinho Beira-Mar na Interpol, e eu fui ao Paraguai de madrugada. Fomos Moroni Torgan, Vanderlei Macris, Celso Russomanno e eu. O Presidente do Paraguai, Macchi, marcou um encontro conosco às três horas da manhã no Paraguai, quando nos entregaria Fernandinho Beira-Mar, que estava na fazenda dos Morel, onde brasileiros criminosos plantam maconha e trazem para o consumo interno brasileiro. Fomos para lá de madrugada, para desespero do Embaixador brasileiro no Paraguai. Ele desapareceu, não cumpriu o acordo que fez conosco, e Fernandinho foi para a Colômbia. E, nesse país, ele pagava aluguel às Farc, de 10 milhões, por mês! Aluguel de 10 milhões às Farc, ao narcotráfico, que deu a ele proteção até a prisão, quando foi apanhado por Josias Quintal, Secretário de Segurança do Rio, que

foi lá buscá-lo, juntamente com a Dr^a Márcia Velasco, orgulho do Ministério Pùblico deste País. De maneira que é preciso que foquemos nisto: o eixo dessa discussão está onde, afinal de contas? Sobre o Chávez, não temos mais nada a falar, sobre essa figura, sobre esses desequilíbrios todos. Onde está o eixo dessa discussão, afinal de contas? O Brasil realmente mandou essas armas? O Brasil está envolvido nessa denúncia? Ou se desminta isso de uma vez! Agora, complacência e simpatia com esse grupo de criminosos, de narcotraficantes, que têm feito a miséria e a desgraça não somente do seu país, mas também dos países vizinhos e do mundo, porque a cocaína que passa aqui, para consumo interno e internacional, nos nossos portos, na fronteira seca do Brasil e nos nossos aeroportos, vem do comando deles, vem de lá para cá, da proteção deles. E eles ficam com esse dinheiro, matando inocentes nas sociedades do mundo inteiro. Eu, aqui, fico com a frase do Senador Eduardo Azeredo: precisamos entender que estamos tratando com criminosos. A denúncia de V. Ex^a precisa ser esclarecida, sem dúvida alguma. Acredito que o Governo fará isso de maneira muito rápida, pois é necessário que se faça.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador.

Finalmente, Senador Marconi Perillo.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de felicitá-lo pela lucidez de seu pronunciamento; pela lucidez, pela oportunidade e pela coragem cívica. Nesta Casa, Senador Arthur Virgílio, verdadeiramente impera a democracia; só aqui é possível ouvir alguém com a coragem de defender narcotraficantes, criminosos, seqüestradores dessa chamada guerrilha entre aspas das Farc. É um absurdo o que está acontecendo. São mais de três mil cidadãos e cidadãs da Colômbia em poder de narcotraficantes, em poder de guerrilhas, em poder de seqüestradores. O mundo precisa dar um basta a esse estado de coisas, Senador Arthur Virgílio e V. Ex.^a traz à discussão hoje outra questão muito séria, muito mais grave que é a interferência da Venezuela – cujo ditador todos nós conhecemos – em assuntos de outro país vizinho. E, o pior, é que ainda há suspeita de o Governo brasileiro estar apoiando esse tipo de intervenção criminosa.

Quero manifestar a minha solidariedade ao pronunciamento de V. Ex.^a, fazer coro à exigência de V. Ex.^a e do Senador Tasso Jereissati no sentido de que, rapidamente, o Governo brasileiro responda às investigações e às suspeitas gravíssimas de favorecimento por parte do Brasil ao governo da Venezuela. Parabenizo V. Ex^a pela lucidez. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado Senador Perillo. Senadora Ideli Salvatti.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Arthur Virgílio, infelizmente eu não ouvi, apenas sei que V. Ex^a está na tribuna a respeito de uma denúncia do envolvimento de armas brasileiras no conflito que está preocupando todos nós na América do Sul. Em primeiro lugar, Senador, houve, até prova em contrário, uma invasão do território equatoriano pelas forças da Colômbia. Isso, independentemente de qualquer avaliação, se confirmado – como parece que efetivamente ocorreu – é algo que deverá ter de todos nós uma posição muito clara e muito firme pela inadmissibilidade de comportamento dessa magnitude porque nós não podemos permitir a violação do território sagrado de qualquer país que seja. Por outro lado, o Ministro Celso Amorim, que tive oportunidade de acompanhar, foi muito cauteloso nas suas declarações para que nós não aqueçamos ainda mais um debate e uma situação que tem tudo para ficar explosiva. Portanto, temos que tratar com muito cuidado o que V. Ex^a traz à tribuna. Mantive contato com o Senador Aloizio Mercadante, que apresentou requerimento apoiando a idéia de que é a Organização dos Estados Americanos que deve atuar, agir no sentido de pacificar. Nesse requerimento nós colocamos, na reunião de Líderes – V. Ex^a estava no plenário e não participou –, colocamos com o apoio de todos os Líderes para que o Senado da República se manifeste oficialmente no sentido de que efetivamente a Organização dos Estados Americanos, a OEA, possa ter o respaldo do Brasil e do Senado brasileiro para a sua atuação no sentido de conseguir a normalidade e a paz na região. A informação que tenho é que o Senador Aloizio Mercadante fez contato com o Ministro Nelson Jobim para prestar os esclarecimentos. Eu não sei se já veio a resposta. O Senador Aloizio acabou de chegar e se comprometeu a ir à tribuna para falar do requerimento que, volto a dizer, teve o apoio de todos os Líderes presentes na reunião com o nosso Presidente Garibaldi Alves. É muito importante, Senador Arthur, que tenhamos o compromisso com a pacificação; que não aceitemos violação de território nem declarações que possam aquecer uma situação muito delicada e que tenhamos a capacidade de contribuir, na mesma linha expressa pelo Ministro Celso Amorim como uma posição do Brasil. Nossa País tem que ajudar a pacificar e não criar um aquecimento maior em uma área que já está suficientemente conturbada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senadora.

Sr. Presidente, demando algum tempo para responder telegraficamente a cada um dos aparteantes.

Senador Jarbas, minha concordância é completa com os seus termos. Para mim, as Farc cometem atitudes hediondas ao praticarem seqüestros e – mais do que proteger traficantes – serem, elas próprias, agentes do tráfico internacional a partir das bases que conquistaram em território colombiano.

O Senador João Pedro fala da importância da visita do Presidente do Equador; fala da Colômbia militarizada. V. Ex^a, Senador João Pedro, ouviu minha fala e S. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti, não ouviu, e aí já respondo a V. Ex^a e à Senadora: fui completamente a favor de um pedido de desculpas claro da Colômbia e, ao mesmo tempo, a favor de que saibamos, pela via diplomática, contingenciar o espírito beligerante do Presidente Hugo Chavéz, que é também desestabilizador.

Não é possível que se imagine uma potência todos os dias criando uma situação de confrontação que não leva a bom termo um projeto sul-americano de integração regional.

Senador Tasso Jereissati, estou pedindo a minha assessoria que mande para os *Anais* o artigo, a meu ver magistral, do jornalista Clóvis Rossi, de hoje, e espero que venha um desmentido. Está tardando, sim, o desmentido por parte do Governo brasileiro. O tema é grave. Adoraria dizer que isto aqui não tem pé na realidade, que isto aqui não é uma denúncia aceitável. Gostaria muito que isso ficasse comprovado. Preferia ficar com esse mico, se fosse o caso, do que imaginar que é verdade o que aqui está dito e que o Brasil estaria, de maneira ilegal, mandando armas para qualquer país que fosse.

Senador Heráclito Fortes, convocar o Ministro Jobim, considero absolutamente necessário que se faça isso. Aí já respondo ao Senador Flexa Ribeiro, que propõe que seja hoje. Se houver tempo, não vejo por que não se fazer a reunião da comissão hoje. Temos que dar sentido de urgência até para impormos a importância do Congresso brasileiro em discussão de tema de política externa.

O Senador Marco Maciel lembra o conflito Peru-Equador. A atuação do Governo do Presidente Fernando Henrique foi pronta naquele episódio e vejo uma chance de ouro para o Presidente Lula resgatar a liderança sobre a América do Sul, uma chance de ouro, para mostrar liderança e liderança pela mediação, não liderança pelo *parti pris*.

O Senador Eduardo Suplicy lembra que... Já lhe respondi, ou seja, sou a favor de que Uribe reforce o

seu pedido de desculpas, sem que isso aí desculpe a ação beligerante e provocativa – cotidianamente provocativa e beligerante – do Coronel Hugo Chávez.

Muito bem, vamos ao Senador Tuma: dois Supertucanos. Se as vendas dos Supertucanos foram feitas com legalidade para o governo colombiano, não é problema do Brasil; se as armas a que me refiro foram vendidas para o governo venezuelano legalmente, também não tenho nada a ver com isso. Eu quero saber se não se está praticando algo terrível, que seria o contrabando de armas para aquele país.

O Senador Tasso aparteou outra vez e falou da demora em responder. Eu concordo com ele.

O Senador Mário Couto fala da corrida armamentista. O Brasil... Não que as Forças Armadas não precisem ser remodeladas, ser reequipadas. Precisam! Está certo, ao se propor a reequipá-las, o Ministro Jobim, mas o fato é que a pressa em equipá-las vem menos da grita dos militares por melhores equipamentos e mais da corrida armamentista proposta pelo Coronel Chávez. O Brasil é obrigado, hoje, a gastar mais R\$5 bilhões, que não previa, com armas e com equipamento de forças armadas, em função da corrida armamentista proposta pelo governante venezuelano.

O Senador Mão Santa fala do Fórum de São Paulo, de recursos que não posso provar (recursos para as campanhas eleitorais brasileiras), mas o fato é que eu considero que deveria haver uma autocrítica, sim, do PT, a respeito de suas relações, no Fórum de São Paulo, com uma entidade, a meu ver, criminosa – hoje, caracterizadamente, criminosa como as Farc.

O Senador Azeredo fala das Farc como uma entidade marginal. E, aí, eu vou responder, já, ao Senador Magno Malta, que se lembra do episódio Beira-Mar, as Farc, comprovadamente, deram cobertura a Fernando Beira-Mar.

Isso é verdade, ou seja, a ligação dessa entidade – e tem razão o Senador Azeredo – é criminosa sim. É uma entidade...

(Interrupção de som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A ligação dessa entidade com o crime organizado é óbvia, é ululante. Não temos o que discutir. É nelsonrodrigueano o óbvio ululante da ligação dessa entidade com o crime organizado.

O Senador Perillo fala muito bem da eterna beligerância com que se porta a Venezuela e louva o fato de que neste Congresso, democrático como é, há espaço para tudo, até para pessoas que ainda querem se iludir imaginando tratar-se de um movimento guerrilheiro de emancipação nacional ou o que seja.

À Senadora Ideli já respondi. Sou a favor do acionamento da OEA. Vou assinar o documento. Sou a favor, Senadora Ideli Salvatti, de que entre em cena sempre, bem como dessa vez, o profissionalismo do Itamaraty, o profissionalismo do Ministro Celso Amorim. Não é hora para o diletantismo universitário-acadêmico do Professor Marco Aurélio Garcia.

Para encerrar, Sr. Presidente, direi algumas coisas. Está em risco, com esse conflito, o processo sul-americano de integração.

Mais ainda, se os carregamentos de armas são ilegais, um teria sido feito, os outros três não serão mais, e aí já terá valido essa denúncia. Se são legais ou se não aconteceram, que o Governo brasileiro venha, de público, para desmentir o documento do *World-Check*. Precisa ser desmentido ou explicado o que esse documento contém.

Mais ainda, quero acreditar que não é verdadeiro o que aqui está, Senador Tião Viana, por uma razão simples e bem prática. Por que não acredito? Porque como é que o Governo seria insensato a ponto de estabelecer com uma empresa como a TAM uma relação promíscua, uma relação de cumplicidade? Isso deixaria o Governo simplesmente nas mãos da TAM e deixaria a TAM em posição privilegiada na competição pelo espaço aéreo brasileiro. Por isso quero acreditar que virá o desmentido, quero acreditar que isso aqui não passa de um alerta e quem sabe de uma coisa que tenha fundamento na legalidade porque o Governo brasileiro pode vender armas sim, desde que dentro das leis, dentro das normas que nos regem.

Então, Sr. Presidente, baseado nisso vim à tribuna, exercendo o meu papel de Líder de um partido político que tem preocupação com os destinos da democracia no nosso subcontinente, alguém que tem o dever de alertar e alguém que está aqui cobrando que o Governo explique, pelo Ministério das Relações Exteriores, sobretudo pelo Ministério da Defesa, o que há de verdadeiro ou não no teor desse documento do *World-Check* que fala em possível catástrofe e fala em possível delito cometido pelo Governo brasileiro usando uma empresa comercial de aviação, armando o governo venezuelano, não contra a Colômbia, não contra quem quer que seja, mas armando o governo venezuelano contra civis venezuelanos da Oposição e, portanto, conspirando para que a democracia naquele país fique mais enfraquecida ainda do que já está.

Era o que tinha a dizer.

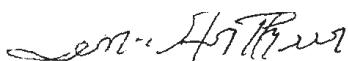
DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI Não cabe neutralidade MARDI

Marco Aurélio Garcia, o assessor diplomático do presidente Lula, disse à rádio CBN que o governo "vai mobilizar toda a força da diplomacia brasileira e de outras capitais sul-americanas para reduzir ao máximo a tensão [Colômbia/Venezuela] e procurar encontrar uma solução duradoura". Ótimo. Mas convém ter claro que o Brasil pode -e deve- ser neutro entre os dois vizinhos, mas não pode -nem deve- ser neutro entre o governo colombiano (legítimo) e as Farc (um grupo delinqüente). Mesmo sobre Hugo Chávez, vale a observação do especialista argentino Juan Gabriel Tokatlán à **Folha**: a reação de Chávez foi um "gesto intempestivo, inusualmente desproporcional" (o "inusualmente" é gentileza de Tokatlán). Se se quer "solução duradoura", convém ter igualmente claro o que escreveu um íntimo aliado de Lula, o ex-presidente José Sarney: aceitar as ações das Farc "como parte de um estilo normal do jogo político é atribuir valores

a um simples exercício do terrorismo. É, no mínimo, uma velada solidariedade com esse modo de tortura". Perfeito. Não se trata, como quer Chávez, de um "grupo beligerante", nem mesmo de um grupo terrorista, se se aceitar que o terrorismo às vezes busca um objetivo político, ainda que por meios condenáveis. As Farc há muito tempo abandonaram qualquer veleidade de ação política pela via armada para se tornarem delinqüentes que vivem do narcotráfico e do dinheiro arrecadado com seqüestros. A Colômbia invadir território equatoriano é também condenável. Mas vale, até para o Brasil, o que diz Carlos Malamud (do Real Instituto Elcano da Espanha): "Se os governos fronteiriços da Colômbia fizessem seu trabalho, protegessem as fronteiras e impedissem que bandos de delinqüentes passem livremente por seu território, ações [como a da Colômbia] não seriam necessárias". [<mailto:crossi@uol.com.br>](mailto:crossi@uol.com.br) FOLHA DE S.PAULO Edição de 04 de março de 2008.



Financial Crime Consultant, for World-Check

Yet another high-risk indicator for Venezuela surfaces

2 March 2008

If you remember the chaos that surrounded the Lebanese Civil War (1975-1990), you know that financial institutions simply cannot operate under conditions of street violence. The tenuous situation in Venezuela could soon reach that state, in light of disturbing new developments that have come to light. Read the details below, and decide for yourself whether a civil war is on the horizon in Caracas.

Here is what we know so far:

- Four secret flights are scheduled into Venezuela, on TAM Brazilian Airlines, transporting 31.5 tonnes of firearms made in Brazil. The first flight has already arrived, carrying 1.5 tonnes of weapons; each additional flight is scheduled to bring in ten tonnes each.
- Whilst the exact types of weapons are unknown, one can safely estimate that between 50,000 and 70,000 weapons will be contained in these shipments, which are not consigned for the Ministry of Defence, but are to be quietly delivered directly to the Miraflores Presidential Palace, on the orders of Venezuela's President Hugo Chavez Frias. Why all the secrecy?
- In a country where the armed forces and the police are already well-equipped, these weapons can only have one intended use; to arm civilian supporters of the current regime, who will use it upon the opposition in an expected violent confrontation that could degenerate into a civil war.

A civil disturbance would result in the complete shutdown of the financial system in the capital. Watch for any preliminary signs of organised violence, closure of shoppes and businesses, and attacks upon civilians.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Magno Malta, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é evidente que vivemos momentos de tensão no continente. Prestei muita atenção ao que disse o Senador João Pedro, mas quero apenas dizer que vejo o que mostrou aqui o Senador Arthur Virgílio por uma ótica diferente.

V. Ex^a tem a mesma cautela que eu, que é a de não trazer o problema para o Brasil. A verdade é que, se esses esclarecimentos não forem prestados de maneira rápida, nós fatalmente vamos estar envolvidos pelo fornecimento de armamentos não claros, não legais, para um país vizinho. Acho que há um exagero na matéria, porém não tenho como afirmar isso.

Consultei rapidamente a Avibras, e ela nega peremptoriamente, Senador Tuma, que tenha fabricado essas armas e, portanto, que as tenha vendido. Mas é preciso, Senador Arthur Virgílio, que esse fato seja apurado. Daí por que já coletamos doze assinaturas, Sr. Presidente. Caso haja um desmentido, não há nenhuma razão de se fazer a reunião amanhã; mas, se ficar alguma dúvida, o melhor para todos, para o Brasil inclusive, é a presença do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, para prestar os devidos esclarecimentos.

Não podemos ficar num momento como este com a dúvida, que está lançada, porque a imprensa já noticia, já divulga, e é preciso que esse discurso do Senador Arthur Virgílio tenha resposta. Tenho certeza de que, para ele como para todos nós, se a notícia for inverídica será o melhor que pode existir.

Por outro lado, quero lembrar ao Senador Eduardo Suplicy, sempre atento e diligente, uma abordagem que ele fez sobre a venda de aeronaves brasileiras para a Colômbia, quando ele disse que a Venezuela quis comprá-las e que os Estados Unidos não permitiram. Faltou ao Senador Suplicy chamar atenção do seu Governo, que foi subserviente e aceitou a pressão dos Estados Unidos. Não venha atribuir essa fraqueza a ninguém senão ao Governo, que acatou as pressões e não fez, portanto, a aludida venda.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Isso é uma realidade, Senador. Como os nossos aviões, os nossos armamentos, têm licença americana, o americano tem que dizer para quem podemos vender. É internacional isso. Só podemos vender... Por isso o Ministro da Defesa disse...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não. Foi uma pressão oficial, se é que houve a pressão. A verdade é que não vendemos esses aviões para a Venezuela, acho até que por aconselhamento das autoridades brasileiras, por cautela das próprias autoridades brasileiras.

O fato de os aviões terem sido vendidos para a Colômbia de maneira legal não envolve nem compromete o País. É bom que isso fique bem claro.

Mas o que quero deixar aqui patente é que não temos o direito de nos omitirmos nessa questão. A Comissão, portanto, já tem todas as assinaturas. Vamos comunicar ao Ministro Nelson Jobim o que ocorreu agora, aqui; comunicá-lo da decisão dos membros da Comissão. E, se os esclarecimentos não forem prestados – espero que sejam –, ficam, portanto, os companheiros que fazem parte da Comissão de Relações Exteriores, de antemão, convidados para, amanhã, assistirem aos esclarecimentos que são de interesse do País.

Concordo plenamente: temos que trabalhar no caminho da paz. O Brasil tem tradição de diálogo. Não podemos tocar fogo nessa questão que envolve dois países. O fato de um terceiro entrar, não como pacificador, mas como aumentador das tensões não nos pode mover nem nos comover a fazer o mesmo.

O Brasil tem tradição, o Brasil tem liderança e tem responsabilidade. Em um momento como este, é preciso cautela.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois não, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, primeiro, assinei o requerimento que V. Ex^a sugeriu convidando o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, para aqui prestar esclarecimentos. Tenho a convicção de que S. Ex^a terá a maior boa vontade para fazê-lo. Segundo, transmito a V. Ex^a que hoje, na presença do Ministro Celso Amorim, registrei que V. Ex^a elogiou o equilíbrio com que o Itamaraty, especialmente o Ministro, vem se conduzindo diante desses episódios visando, sobretudo, conforme V. Ex^a agora assinala, não colocar fogo na situação. Ou seja, a tradição brasileira é de sempre tentar apaziguar os ânimos e jamais permitir o uso da força bélica para resolver questões que podem, perfeitamente, ser re-

solvidas pelo diálogo, segundo as nossas tradições, nós que somos um povo amante da paz.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a. Antes de encerrar, o Senador Flexa Ribeiro me solicita um aparte.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Heráclito Fortes, quero parabenizar V. Ex^a porque já tomou a...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, lamento interromper a palavra de V. Ex^a, mas não é permitido aparte durante as intervenções solicitadas pela ordem.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Mas o Senador Suplicy acabou de falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em intervenção pela ordem não é possível.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – O Senador Suplicy acabou de fazer uma citação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois é, mas lamento. Parece até que estou com algum questionamento à atitude de V. Ex^a, mas não é. É que faço um apelo no sentido de que não se dê esse aparte.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Então, vou pedir a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e aos companheiros que, de maneira rápida, assinaram essa convocação emergencial, que fica, portanto, condicionada a uma manifestação oficial do Ministro Nelson Jobim. S. Ex^a, por ter sido parlamentar, signatário da Constituição brasileira, saberá muito bem exercer o seu papel.

Nós, como Senadores, como Parlamentares brasileiros, faremos a nossa parte.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro e Senadora Ideli Salvatti, antes de conceder a palavra a V. Ex^as, a Presidência comunica ao Plenário que convocou sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, dia 5 do corrente, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30, de 2007, que *estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008*, com parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Também comunico a V. Ex^a, com a compreensão da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Flexa Ribeiro, que o Deputado José Pimentel estará, amanhã, no

Gabinete da Presidência, a partir das 15 horas, para prestar todos os esclarecimentos a respeito do Projeto de Orçamento, que será votado às 19 horas.

Passo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, pela ordem. Não é permitido aparte.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, como eu já havia me manifestado no aparte que fiz ao Senador Arthur Virgílio, o Senador Aloizio Mercadante fez contato com o Ministro da Defesa, Nelson Jobim. Ele tem o requerimento, que já apresentou à Mesa e teve a acolhida de todos os Líderes que estavam presentes na reunião, no seu gabinete.

Então, eu gostaria de fazer a inscrição do Senador Aloizio Mercadante, pela Liderança do PT e do Bloco, para poder falar de imediato. Conversei com o Senador Renato Casagrande, que está inscrito também como Líder, para, se for possível, fazer a inversão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, quero apenas parabenizar o Senador Heráclito Fortes, que, de forma bastante ágil, já fez um requerimento para uma sessão especial da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em que S. Ex^a convida o Ministro da Defesa, Dr. Nelson Jobim. Mas eu queria, Senador Heráclito Fortes, se V. Ex^a permitir, aditar que acho importante que viesse também o Chanceler, o Ministro Celso Amorim, para que pudéssemos, com os dois, ter as informações tanto da área da diplomacia quanto da área da defesa nacional.

E parabenizo-o pela presteza com que V. Ex^a, com a competência que tem, preside a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a título de esclarecimento, o Ministro das Relações Exteriores não foi convocado porque o assunto não é objeto da sua Pasta. O assunto é ligado à segurança e à defesa nacional, porque se trata de remessa de armas. Daí por que ele não ter sido convidado. Mas fica em aberto a possibilidade do convite, desde que haja iniciativa, que poderá partir do próprio Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr^as e Srs. Senadores, consulto os Líderes. Temos de fazer uma opção: ou dedicamos esta sessão para debatermos o problema que está existindo entre a Colômbia e o Equador, ou procedemos à Or-

dem do Dia. Não é possível, neste espaço de tempo, deixar que o debate sobre esse incidente se prolongue porque, dessa forma, não teremos Ordem do Dia. Ou uma coisa, ou outra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI.) – Acho que a melhor opção é essa que V. Ex^a adota – permita-me interrompê-lo, Senador Arthur Virgílio. Não temos clima hoje para Ordem do Dia. Acho que esse debate é oportuno. O Brasil está acompanhando isso, a América toda, o Continente todo, para não dizer o mundo.

De forma que, se tiver que optar, em nome do Democratas, nós deveremos continuar, pois, debatendo esse tema, até o encerramento da sessão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sou o terceiro orador inscrito, são 17 horas e eu não falei. Mas acho que V. Ex^a tem razão. Por mim eu abro mão, para que se entre na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei muito objetivo. Eu entendo que este assunto do conflito sul-americano é importante. A Base do Governo já se posicionou dizendo do esclarecimento que iria dar sobre a posição oficial do Governo. Amanhã, o Supremo Tribunal Federal, segundo o Ministro Celso de Mello, tomará a decisão mais difícil da história do Supremo Tribunal Federal. Eu acho que esse tema tinha de ser tratado também pelo Senado Federal. Foi aqui que nós votamos a legislação sobre a matéria.

Então, eu pediria a consideração para termos a Ordem do Dia e encaminharmos a pauta para assuntos outros.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a sugere, então, que a sessão seja suspensa, que a sessão dê guarida à Ordem do Dia?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Exatamente. E, depois, aberta para que se trate de outros assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E depois teríamos os debates.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Não sobre Farc e aviões. Esse assunto já foi devidamente explorado pelo Senador Arthur Virgílio e pela Liderança do Governo. A Senadora Ideli Salvatti disse que o Governo está posicionado, tem informações a dar. Eu acho que o assunto está indo para o lugar que merece: de atenção e respeito e a resposta do Governo.

O Senador Aloizio Mercadante vai falar.

Entremos na Ordem do Dia a seguir e, depois, para assuntos diversos como este que eu acabei de falar, que é o assunto mais difícil da história do Supremo Tribunal Federal, segundo o próprio Ministro Celso de Mello.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu proponho aqui um meio termo que julgo bastante razoável. Afinal de contas, está em jogo a estabilidade do nosso subcontinente sul-americano. Nós temos a perspectiva da Ordem do Dia, sim. A minha posição, aliás, não ficou bem clara. Infelizmente, em função disso, até por julgar que isso é o relevante, a minha posição não ficou clara, porque não pude comparecer à reunião do Colégio de Líderes. Mas a minha posição é que, no que houver de forças parlamentares pelo PSDB, obstaculizar a votação de uma matéria com a qual não concordamos e que é uma visível constitucionalidade. Mas isso é algo para se ver daqui a pouco.

Eu estou recebendo um telefonema do Ministro Jobim. Se V. Ex^a pudesse permitir que o debate corresse um pouco mais, até o Líder Mercadante dizer, até o Presidente Mercadante dizer o que sabe; ao mesmo tempo em que eu ouviria do Ministro Jobim a sua explicação. Em seguida, entrariamos na Ordem do Dia, para travarmos as lutas dentro do que prevê o Regimento. Tenho questão de ordem relevante a fazer a V. Ex^a e pretendo, para isso, a atenção da Casa. Mas o Ministro Jobim está no telefone. E se V. Ex^a permitisse mais um pouquinho desse debate, era o tempo de o Senador Mercadante dizer – não depois –, mas dizer agora o que lhe transmitiu o Governo, para que eu próprio possa dizer a V. Ex^a daqui a pouco o que me transmite o mesmo Governo, através da fala que já está me sendo passada por telefone pelo Ministro Nelson Jobim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu quero dar as boas-vindas ao Senador Aloizio Mercadante e dizer da alegria de todos nós

por contarmos com esse que é um Senador dos mais talentosos desta Casa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Que, aliás, Sr. Presidente, parece que não esteve doente; parece que veio de um SPA, de tão bonitão que está.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu queria agradecer as mensagens que recebi de tantos Senadores e Senadoras. É muito gratificante e confortável e, eu diria, nos estimula a voltar o mais breve possível a esta Casa. Faço um agradecimento especial ao Presidente, com quem falei ao longo dessa dificuldade pessoal que me levou a uma internação por quinze dias.

Assim que ouvi o pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, entrei em contato com o Ministro Nelson Jobim e solicitei a ele que respondesse, formal e institucionalmente, a essa denúncia que foi feita. Do meu ponto de vista, ela não deve ter procedência, mas, de qualquer forma, acho que o Governo brasileiro deve respeito ao Senado e os esclarecimentos devidos.

Acho que a melhor forma é o Ministro se repor tar à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Quero parabenizar o Senador Heráclito Fortes pela iniciativa que teve de convidar o Ministro para os esclarecimentos devidos à comissão. Tenho certeza de que o Ministro valorizará a comissão e fará a devida resposta institucional.

Eu não só acho que não ocorreu, como acho que é muito importante que não tenho ocorrido para o prestígio institucional do Brasil.

Eu queria, Sr. Presidente, se me permitirem... Ontem, quando eu tive a informação de que o Secretário-Geral da OEA, Sr. José Miguel Insulza, havia convocado, em regime de urgência, o Conselho Permanente da OEA, fiz um requerimento – e o protocolei ontem – exatamente de aplauso a essa iniciativa, porque me parece que a OEA é o instrumento mais adequado para mediar esta crise, valorizar a solução diplomática e evitar essa escalada no tom das acusações, nas mobilizações de tropas, um cenário que, há muito tempo, não temos aqui na nossa querida América do Sul.

Eu queria ler o requerimento para fundamentar os Srs. Senadores e agradecer aos Líderes, que apoiam a iniciativa. Penso que deveríamos formalizar isso ainda hoje porque o Conselho Permanente da OEA está se reunindo hoje.

Considerando os tradicionais e sólidos laços de amizade que unem povos do Brasil e Equador e de Brasil e Colômbia;

Recordando o papel destacado que o Brasil teve na MOME (Missão de Observa-

dores Militares do Equador-Peru), que obteve êxito na solução pacífica do contencioso territorial que envolveu esses dois países, através de negociações exaustivas e estreita cooperação entre todos os interessados;

Quero lembrar que o Brasil foi fundamental para evitar uma guerra recente entre Equador e Peru no passado, o que demonstra a importância da nossa diplomacia e do nosso peso na região.

Assinalando que, por força do seu texto constitucional, a República Federativa do Brasil rege-se, em suas relações internacionais, pelos princípios da não-intervenção e da solução pacífica dos conflitos entre outros;

Considerando que o multilateralismo é um princípio caro a todas as nações que almejam a construção de ordem mundial justa, equilibrada e pacífica; Enfatizando que ações militares extraterritoriais contrariam frontalmente o princípio da não-intervenção e outros princípios inscritos na Carta das Nações Unidas, notadamente o disposto em seu art. 2º, alínea 1ª, que afirma igualdade jurídica dos Estados, pedra de toque do conceito pacífico das nações;

Considerando que intervenções em terceiros países só se justificam, à luz do Direito Internacional Público, em circunstâncias excepcionais, tais como crise humanitária, guerra civil e agressões graves à ordem internacional, bem como somente têm legitimidade quando devidamente autorizadas pelo Conselho de Segurança da Nações Unidas;

Lembrando, ademais, que a Carta da OEA, em seu art. 18, condena peremptoriamente intervenções unilaterais, da seguinte forma: *Nenhum Estado ou grupo de Estados tem o direito de intervir direta ou indiretamente, seja qual for o motivo, nos assuntos internos ou externos de qualquer outro. Esse princípio exclui não somente a força armada, mas também qualquer outra forma de interferência ou de tendência atentatória à personalidade do Estado e dos elementos políticos, econômicos e culturais que o constituem.*

Quero aqui ressaltar que o art. 18, que é muito claro, proíbe qualquer intervenção unilateral de um Estado a outro no âmbito das Américas. Esse é um tratado acordado e respaldado por todas as nações, inclusive as que estão em conflito neste momento.

Observando que políticas intervencionistas e unilateralistas, executadas ao arrepio do sistema de segurança coletivo da ONU, além de terem sofrido repúdio internacional, vêm fracassando totalmente em seus objetivos no Iraque e no Afeganistão;

Constatando que, na realidade, tais políticas só agravaram a situação nesses países e tensionaram o ambiente geopolítico no chamado "Grande Oriente Médio";

Recordando que essas políticas sofreram dura derrota política interna nas últimas eleições legislativas norte-americanas e, agora, correm o sério risco de serem novamente repudiadas nas próximas eleições presidenciais;

Conscientes de que a implantação de tais políticas na América do Sul, seja a que pretexto for, redundará em prejuízos incalculáveis à paz e à segurança hemisféricas, assim como à integração da região, projeto estratégico que conta com o empenho decidido do Brasil;

Convictos de que a ação militar perpetrada pelo governo da Colômbia no território do Equador, que resultou na morte de insurgentes das Farc, inclusive de um membro de seu secretariado, Raúl Reyes, pode ser interpretada como uma violação da soberania desse último país e dos princípios instituídos na Carta das Nações Unidas e na Carta da OEA;

Observando que tal ação não encontra justificativa sólida, nem sob o pretexto da autodefesa, nem sob o pretexto da perseguição, pois é fato notório, atestado pelo Governo do Equador, que o acampamento das FARC objeto do ataque não desenvolvia nenhuma atividade militar;

Preocupados com a crescente internacionalização do conflito interno colombiano;

Desejosos em contribuir para que os conflitos regionais, inclusive o relativo à insurgência colombiana, possam ser resolvidos pela negociação transparente e franca num ambiente de cooperação que englobe todas as nações da região; e, por último,

Certos de que o bom senso e a racionalidade prevalecerão nesse triste episódio e todos os envolvidos saberão colocar os interesses maiores da paz e da segurança hemisférica acima de suas idiossincrasias políticas,

Manifestamos nosso integral e irrestrito apoio ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Sr. José Miguel Insulza, pela disposição de promover reunião extraordinária do Conselho Permanente daque-

la entidade para debater e solucionar pacificamente o conflito entre Equador e Colômbia.

Por isso, Sr. Presidente, creio que poderíamos aprovar essa moção. Seria um gesto político do Senado fortalecendo uma instituição multilateral, com a certeza de que o papel da OEA na mediação desses conflitos talvez seja o melhor recurso que tenhamos.

O Governo brasileiro seguramente contribuirá. A sugestão do nosso Governo é de que seja formado um grupo de nações amigas para mediar o conflito. Mais uma vez, o Brasil, que há mais de um século não tem nenhum conflito militar com nossos vizinhos, mas que representa mais da metade do território, da população e do PIB da região da América do Sul, poderá mostrar sua liderança com equilíbrio, ponderação e maturidade, fortalecendo essa instituição multilateral.

Concedo um aparte ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Mercadante, eu queria fazer esta intervenção para desejar-lhe nossas boas-vindas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Na verdade, hoje não é dia de discutir com V. Ex^a. Eu já estava sentindo falta das nossas discussões, mas, mais do que nossas discussões, fazia falta seu talento, sua eloquência, seu espírito público nesta Casa. Queria desejar-lhe boas-vindas e que tenhamos um ano de muito debate qualificado aqui de agora por diante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Tasso Jereissati, queria agradecer a gentileza...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Aloizio Mercadante, permita V. Ex^a que eu possa fazer uma saudação aqui às Deputadas presentes à nossa reunião, que estão distribuindo flores em nome da causa da utilização das células-tronco. É o registro que quero fazer, agradecendo a presença das Deputadas e do Deputado Darcísio Perondi. Obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a permite, Senador Mercadante?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu queria também me solidarizar com essa iniciativa. São 62 entidades que apóiam esse movimento das células-tronco, esperança de que a pesquisa e a ciência possam contribuir, e que fortalecem o projeto de lei que aprovamos em 2005 e que só permite a utilização das células-tronco depois de três anos de congelamento ou quando elas são inviáveis do ponto de vista da geração da vida e com autorização dos genitores. Portanto, com as devidas cautelas, para que esse tema seja tratado com todo o respeito

à ética e com todos os cuidados por parte do Estado brasileiro, que é laico, e evidentemente respeitando a convicção de fé de cada um.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Então, dou o devido apoio a esse movimento, especialmente a esse projeto de lei, construído pelo Senado e que foi aprovado por unanimidade.

Ouço o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Gostaria igualmente de saudar a presença das Deputadas e dos Deputados, da nossa Senadora Kátia Abreu e da minha conterrânea, Vanessa Grazziotin, do meu conterrâneo, Senador João Pedro. Pessoalmente, sou claramente a favor de que se avancem as pesquisas sobre célula-tronco. E V. Ex^a volta feliz, bonitão, com 10 anos a menos do que estava antes dessa doença que V. Ex^a venceu com bravura e merecimento, mas já voltou perdendo de novo para mim: ganhou uma rosa; e eu ganhei duas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – É que V. Ex^a precisa muito mais de consolo do que eu.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, agradeço a gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço novamente às Parlamentares e ao Deputado Darcísio Perondi.

Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem depois, Sr. Presidente.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero discutir um pouquinho o requerimento do Senador Aloizio Mercadante. Mas, antes, quero saudar as Parlamentares presentes nesta campanha importante que estão fazendo. Saúdo não só as Parlamentares, mas os Parlamentares também que estão trabalhando pela legalização das pesquisas com células-tronco.

Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, estivemos, numa reunião dos líderes, com o Presidente Garibaldi Alves, há alguns minutos, e discutimos o requerimento que V. Ex^a está encaminhando à Organização dos Estados Americanos. E a idéia é de que, além de um voto de aplauso, seja também uma manifestação política do Senado de que nós, de fato, queremos que a Organização dos Estados Americanos reforce essa posição de que a América do Sul é uma região com cultura pacífica e que a ação da Organização dos Estados Americanos é importante.

Estamos aplaudindo, mas, ao mesmo tempo, manifestando a nossa posição política sobre a impor-

tância da articulação da Organização no sentido de dialogar com os países envolvidos. Naturalmente, o requerimento deve, precisa cumprir e manifestar esse posicionamento político para fora como posição de uma instituição importante como o Senado da República.

A outra questão, Sr. Presidente, é que precisamos ter, como está fazendo o Governo brasileiro, uma posição de diálogo com esse País para que reintegremos a liderança do nosso País nesse caso, nessa ação, articulando, dialogando tanto com o Equador, como com a Colômbia, e também realizemos um debate sobre a interferência da Venezuela nesse episódio.

Sr. Presidente, acho que o Senado deve manifestar a posição pelo diálogo e pela interferência da Organização dos Estados Americanos e pedir que todos os Chefes de Estado deste Continente tenha uma posição em favor do diálogo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, para discutir o requerimento do Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, vamos iniciar a Ordem do Dia e vai haver dentro da Ordem do Dia a discussão do requerimento.

O Ministro Nelson Jobim acaba de me telefonar dizendo que ficará à disposição das lideranças no gabinete da Presidência, a partir das 18 horas. Enquanto isso ou durante a presença de S. Ex^a, vou iniciar a Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, começaremos, então, porque queria precisamente dizer isso. O Ministro Nelson Jobim me telefonou, deu essa distinção a um Senador da Oposição, dizendo que estará aqui – e isso é louvável – para se oferecer à sabatina informal das Sr^as e Srs. Senadores.

Pergunto a V. Ex^a se começaremos a Ordem do Dia debatendo o requerimento do Senador Aloizio Mercadante ou a medida provisória. Por que, se for pela medida provisória, temo que o desfecho dela própria seja muito além do que o horizonte de chegada à casa do Ministro Nelson Jobim.

São quase 6 horas, o nosso Partido já anuncia que...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item extrapauta:

PARECER N° 98, DE 2008 (Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 98, de 2008, da Comissão de Serviços de

Infra-Estrutura, Relator: Senador Romero Jucá, sobre a Mensagem nº 39, de 2008 (nº 26/2008, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Fernando Antonio Brito Fialho* para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

Discussão do parecer. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, combinado com o art. 291, inciso I, alínea “e”, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sr's e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na mesma linha do Senador Arthur Virgílio, apenas para registrar que acabei de manter contato com o Ministro Nelson Jobim, que me confirmou sua vinda ao gabinete de V. Ex^a às 18 horas. E desmentiu, textualmente, a informação de que o País estivesse repassando armas à Venezuela. Portanto, independente do desmentido oficial que quero dar neste momento, o Ministro virá ao Senado prestar qualquer tipo de informação e esclarecimento no gabinete de V. Ex^a. Portanto, fica esclarecida a questão. Nós louvamos a preocupação do Senador Arthur Virgílio, mas o Governo brasileiro informa que não procede essa informação fornecida pelo Instituto *World Check* a respeito do armamento da Venezuela.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto os Senadores votam, eu gostaria de pedir a V. Ex^a o registro, nos Anais do Senado Federal, de um artigo importante do jornalista Ali Kamel, do jornal **O Globo**, sob o título: *Bolsa-Eletrodoméstico*.

Sr. Presidente, vou apenas ler um pequeno trecho desse artigo:

Todos são testemunhas de que, quando o Bolsa Família foi lançado, o objetivo era matar a fome de 54 milhões de brasileiros. Meus leitores são também testemunhas de que, des-

de o início, venho dizendo que não existem 54 milhões de famintos. Pois bem (...) o governo anuncia que vários estudos comprovam que o Bolsa Família tem ajudado os beneficiários a comprar eletrodomésticos. Isso mesmo, nada de arroz, feijão e carne, isso tudo que há muito já está na mesa dos pobres brasileiros, como provou a Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE; o que tem sido comprado é geladeira, microondas, máquina de lavar, fogão, liquidificador, forno elétrico, televisão e DVD.

E prossegue, com apurado senso crítico e analítico, o jornalista Ali Kamel:

Ninguém pode ficar contrariado sabendo que pessoas pobres, na ausência de fome, estão comprando eletrodomésticos.

É bom olhar a Pnad (...) e constatar que entre 2002 e 2006, nas faixas de renda mais baixas, cresceu muito o número de lares que tem esses bens. Mas é angustiante olhar os dados das provas nacionais e internacionais que medem o conhecimento de nossas crianças e constatar que tudo vai de mal a pior. Se não há fome, por que gastar R\$10,9 bi com o Bolsa Família em vez de aplicar a maior parte disso em educação? Para aumentar artificialmente a venda de eletrodomésticos em áreas carentes? Essa política condenará as crianças de hoje a continuar, como os seus pais, a depender do Bolsa Família para ter um microondas, enquanto um investimento maciço em educação faria delas seres independentes, produtivos, indispensáveis para chegarmos ao bom futuro.

Sr. Presidente, mais um trecho:

O programa distribui renda? Sim, mas de uma maneira não sustentável: o efeito cessará assim que o programa tiver um fim. Distribuição sustentada de renda só se obtém educando o povo, para que se possa abastecer de gente qualificada uma economia crescente.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que registre nos Anais da Casa a íntegra do artigo de **O Globo** “Bolsa-eletrodoméstico”.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O Globo

Bolsa-eletrodoméstico

Ali Kamel

Todos são testemunhas de que, quando o Bolsa Família foi lançado, o objetivo era matar a fome de 54 milhões de brasileiros. Meus leitores são também testemunhas de que, desde o início, venho dizendo que não existem 54 milhões de famintos. Pois bem, uma visita à página do Ministério do Desenvolvimento Social (<http://www.mds.gov.br/noticias/consumo-de-bens-duraveis-aumenta-por-causa-do-bolsa-familia>) vai surpreender. Ali, o governo anuncia que vários estudos comprovam que o Bolsa Família tem ajudado os beneficiários a comprar eletrodomésticos.

Isso mesmo, nada de arroz, feijão e carne, isso tudo que há muito já está na mesa dos pobres brasileiros, como provou a Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE; o que tem sido comprado é geladeira, microondas, máquina de lavar, fogão, liquidificador, forno elétrico, televisão e DVD.

Rosa Maria Marques, da PUC-SP, é citada dizendo que, no passado, todo dinheiro extra era usado pelos pobres na compra de alimentos, mas que isso mudou, graças ao efeito multiplicador do Bolsa Família: "Com o passar do tempo, as famílias ganharam segurança de que vão receber o benefício e, assim, puderam destinar parte de sua renda para a compra a prazo de eletrodomésticos." Rosa cita outros fatores para explicar o crescimento do consumo daqueles bens, como a elevação constante do salário mínimo, a estabilidade monetária, o aumento do número de trabalhadores com carteira assinada e a ampliação do crédito consignado, mas a ênfase do press-release do ministério é a injeção de recursos do Bolsa Família, R\$ 10,9 bi previstos para este ano.

O release cita também Felícia Madeira, do Seade (São Paulo), para quem oscilações no orçamento sempre impediram que famílias pobres fizessem gastos que necessitassem de um horizonte longo, fato remediado agora pelo Bolsa Família: "Como existe a garantia de que o dinheiro virá, a pessoa se planeja e pode abrir um crediário para comprar um eletrodoméstico ou um equipamento para trabalhar." O ministério dá exemplos. A catadora de lixo Rosineide dos Santos, 47 anos, de Maceió, com três filhos, recebe R\$ 76 do Bolsa Família, mas declara uma renda total de R\$ 200. Com isso, pegou um empréstimo de R\$ 500 no Banco do Cidadão, uma instituição que opera com microcrédito para empreendimentos populares. O release diz que ela já tem fogão, liquidificador, cafeteira e forno elétrico, mas que, assim que saldar a dívida, pretende comprar uma televisão. Ou seja, não usa o Bolsa Família para se alimentar nem o Banco do Cidadão para um pequeno empreendimento: usa para aumentar a conta de luz. Patrícia Belmira Henrique, de 43, manicure mineira, recebe R\$ 112 do Bolsa Família. O dinheiro, diz o release, ajuda a pagar a máquina de lavar roupa.

"Estou feliz, porque é a minha primeira máquina de lavar. Antes, tinha que lavar a roupa na mão. Dava um trabalho enorme.? O release cita ainda o economista Cícero Péricles de Carvalho, da Universidade Federal de Alagoas, para quem o Nordeste está se transformando num cenário de muitos investimentos produtivos.

O release prossegue: "A explicação para esse crescimento, além da diminuição das desigualdades regionais, vem sempre da mesma origem: as transferências de renda federal crescentes e os investimentos sociais que impactam sobre a maioria da população nordestina.? O texto conclui, orgulhoso, citando o caso de Alagoas, que há 45 meses bate recordes de consumo popular, sem, porém, "ter um crescimento econômico que justifique tamanha elevação de compras?. A razão, diz o texto, é clara: os R\$ 2 bi que a Previdência dá aos aposentados de lá (o dobro do que dava em 2002) e os R\$ 300 milhões do Bolsa Família distribuídos por ano a mais da metade da população do estado.

Aposentadoria e Bolsa Família. Há futuro nisso? O discurso oficial agora é que o dinheiro do Bolsa Família aumentaria a demanda por bens duráveis, o que levaria à ampliação de fábricas e ao aumento de empregos. Balela. Mesmo se fosse verdade, o consumo cresceria nas áreas carentes e a produção, nas áreas já affluentes, perpetuando as desigualdades. Na realidade, o programa transfere, mas não gera renda: o consumo só aumentaria se a propensão de consumir dos beneficiários do Bolsa Família fosse maior do que a propensão dos que pagam o imposto que torna o programa possível, o que é improvável. O contribuinte, sem o imposto, gastaria o dinheiro em alguma coisa. Assim, tratase de uma soma de resultado zero, não havendo aumento de produção.

O programa distribui renda? Sim, mas de uma maneira não sustentável: o efeito cessará assim que o programa tiver um fim. Distribuição sustentada de renda só se obtém educando o povo, para que se possa abastecer de gente qualificada uma economia crescente.

Ninguém pode ficar contrariado sabendo que pessoas pobres, na ausência de fome, estão comprando eletrodomésticos.

É bom olhar a Pnad, como faz o release, e constatar que entre 2002 e 2006, nas faixas de renda mais baixas, cresceu muito o número de lares que tem esses bens. Mas é angustiante olhar os dados das provas nacionais e internacionais que medem o conhecimento de nossas crianças e constatar que tudo vai de mal a pior. Se não há fome, por que gastar R\$ 10,9 bi com o Bolsa Família em vez de aplicar a maior parte disso em educação? Para aumentar artificialmente a venda de eletrodomésticos em áreas carentes? Essa política condenará as crianças de hoje a continuar, como os seus pais, a depender do Bolsa Família para ter um microondas, enquanto um investimento maciço em educação faria delas seres independentes, produtivos, indispensáveis para chegarmos ao bom futuro.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Presidente Garibaldi, pela ordem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Garibaldi, queria fazer um apelo para que V. Ex^a mandasse desligar a campanha para melhorar o ambiente porque está insuportável o barulho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a já foi atendido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, convoco os Senadores do PSDB a se fazerem presentes a esta sessão e indago a V. Ex^a se há mais autoridades a serem votadas, a serem deliberadas no dia de hoje.

Lembro também a V. Ex^a o compromisso que temos, nós todos, com o Senador Magno Malta, de leitura da CPI que tratará de casos de pedofilia. Eu creio que seria hoje o dia aprazado para nos desincumbirmos desse compromisso que todos assumimos em reunião, sob a sua Presidência, na semana passada.

Convoco todos os Senadores do PSDB a estarem presentes, seja para o momento da votação, seja para a discussão, que será ampla, da medida provisória – da qual discordamos no método – que estabelece créditos extraordinários, a meu ver prostituindo a execução do orçamento brasileiro, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pergunto a V. Ex^a se teríamos condições de votar o requerimento de voto de aplauso ao Presidente da OEA pela convocação do Conselho Permanente daquela instituição, pela importância e pela urgência, porque a reunião se realiza ainda hoje. Seria muito importante que o Senado fortalecesse essa iniciativa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero parabenizar e agradecer essa inteligência rara, o Amarildo, um cartunista, um artista do meu Estado que me cedeu esta arte, que trata da questão das drogas.

A charge é a seguinte: um garoto com a mochila nas costas diz “galera, tô a fim de provar droga”; outro

diz “eu também”; outro diz “tá na mão”; outro diz “eu te ajudo”; outro diz “só”. E o garoto depois aparece desgraçado, desgraçadamente, e diz “galera, tô vi-ciado! Quero parar e não consigo”; outro diz “tô fora”; outro diz “se vira”; outro o chama de “careta”; e outro vai embora.

Estou lançando um livro intitulado *Eles Vieram do Inferno*, que são depoimentos de pessoas que saíram do submundo do crime e das drogas e que tivemos oportunidade de ajudar. E o Amarildo me cedeu esta arte, que saiu no jornal *A Gazeta* do meu Estado, para que eu possa colocá-la no livro, Sr. Presidente, entendendo que este livro que vamos lançar – *Eles Vieram do Inferno* – e de igual modo esta arte com tanta verdade ajudarão milhões de brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar neste Plenário a presença do Deputado Federal Camarinha, nosso querido colega de Congresso, e do seu filho, o jovem Deputado Estadual Vinícius Camarinha, que se elegeu Deputado Estadual pela primeira vez aos 22 anos e agora, aos 28 anos, cumpre uma jornada muito promissora.

Saudo a presença dessas ilustres figuras públicas, sobretudo a do jovem parlamentar, que traz espirito público e a renovação no seu sangue e na sua vida, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Senador Arthur Virgílio, eu, como paulista, não poderia deixar de endossar as palavras de V. Ex^a, até porque os conheço melhor e fiz campanha para este moço aqui (Deputado Abelardo Camarinha). Fizemos em Marília um trabalho bonito, no qual ele foi eleito prefeito, repetiu, e o garoto, representando o pai, de boa índole, está fazendo um belo trabalho na Assembléia Legislativa de São Paulo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, não posso perder a oportunidade em que o Senador Mercadante encontra-se junto do Líder do Governo. O Senador Jucá está saindo ali, mas eles estavam juntos, agora se separaram.

Senador Mercadante, já fiz, na Comissão de Assuntos Econômicos, a saudação pela alegria que todos temos de vê-lo recuperado, voltando à atividade com a sua competência para ajudar o Brasil, como Senador

competente que é e como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Nas semanas em que V. Ex^a esteve ausente, fiz um pronunciamento, na sessão especial em homenagem aos idosos, dizendo que sairia do plenário do Senado, daquela sessão especial, e iria à Comissão de Assuntos Econômicos fazer um apelo para que o Senador Eliseu Resende, que presidia aquela sessão, solicitasse do Senador Romero Jucá que devolvesse o PL nº 58, de autoria do Senador Paulo Paim, que propõe uma correção mais justa nos benefícios dos aposentados.

E o fiz, conforme tinha prometido aos aposentados: saí daqui, fui à Comissão de Assuntos Econômicos e solicitei ao Presidente, Senador Eliseu Resende, que pedisse a devolução do parecer do Senador Jucá, a favor ou contra, porque íamos discutir o tema no plenário da Comissão. E, se S. Ex^a não o entregasse, que fosse redistribuído, porque o projeto está com o Senador Romero Jucá, Senador Mercadante, há quatro ou cinco meses.

Então, peço aqui a V. Ex^a, no plenário, pela TV Senado, pela Rádio Senado, que faça andar o PL nº 58, de autoria do Senador Paulo Paim, para fazer justiça aos aposentados.

Se vamos ter a vitória na Comissão, aprovando o PL nº 58, se o parecer do Senador Romero Jucá é favorável ou não, nós precisamos saber. Mas o que é injusto é termos “embargos de gaveta” em um projeto dessa envergadura, quando milhares de aposentados estão em uma situação de indignidade com relação a essa tramitação lenta, com o projeto parado, um projeto que é da maior importância para sua sobrevivência. São pessoas que já estão na melhor idade, como o Senador Tasso Jereissati, mas que precisam ter o atendimento do benefício com a correção justa.

Pediria a V. Ex^a que tomasse providências para que, na próxima semana, esse projeto estivesse em pauta. Tenho certeza de que V. Ex^a tomará essa providência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Mário Couto.

Pediria para, antes da palavra de V. Ex^a, encerrar a votação.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pois não.

Sr. Presidente, tenho dois assuntos para os quais gostaria da atenção de V. Ex^a. O primeiro diz respeito ao que o Senador Flexa Ribeiro acaba de falar. Esse assunto já vem rolando há muito tempo. Com a volta do Senador Aloizio Mercadante, tenho absoluta consciênc-

cia de que S. Ex^a, político de nome, político de credencial, ético, vai resolver esse problema na Comissão.

Falo do PL nº 58, que está nas mãos do nobre Relator, Líder do Governo, Romero Jucá. Eu até nem estou cobrando mais, Sr. Presidente, o que o Romero Jucá nos prometeu e até hoje não cumpriu, que foi a solução dos ônibus escolares para os jovens do nosso País. Nem estou cobrando mais isso, porque já vou para outro caminho.

Mas eu quero agora, neste momento, dizer ao Senador Romero Jucá que tenha consciência e sensibilidade para olhar um pouquinho para a situação dos aposentados e aposentadas neste País. Realmente, Sr. Presidente, é uma situação de penúria, é uma situação que não se pode mais agüentar. Eu estou disposto, Sr. Presidente – e estou falando com muita seriedade –, a qualquer situação que venha, inclusive, a ser uma situação mais radical. Vou pensar e vou fazer com muita consciência, mas estou disposto a qualquer situação. Eu espero que não seja necessário eu chegar a isso, mas não tolero mais. Já são quatro ou cinco anos que esse processo está engavetado, e os aposentados sofrendo.

Espero que o Líder do Governo e o Presidente da Comissão, éticos que são, Senadores de caráter, possam colocar o PL nº 58 o mais rapidamente possível para a consideração deste Plenário. Se, no julgamento da consciência do Senador Romero Jucá, for a favor, que S. Ex^a diga que é a favor; se for contra, que diga que é contra, mas que deixe o Plenário discutir e votar a situação dos aposentados deste País.

Espero que V. Ex^a se conscientize, como Presidente deste Poder, e dê logo uma decisão a esta questão que todos os aposentados e aposentadas do Brasil esperam de V. Ex^a.

O outro assunto diz respeito à CPI.

Por várias semanas, venho-lhe cobrando, entre aspas, a situação da CPI do Dnit. Presidente Garibaldi, resolvi fazer o seguinte, e já dei conhecimento particularmente a V. Ex^a: a CPI do Dnit é uma questão importante para o nosso País; abri mão para a CPI dos Cartões Corporativos, que acho que é mais urgente; abri mão agora para o Senador Magno Malta fazer uma CPI que é de alta importância para o País. Só quero uma coisa de V. Ex^a: que façamos a CPI do Dnit este ano. Não tenho pressa, Presidente. Os fatos são claros, e nós vamos apurar. Só quero que V. Ex^a possa ler e coloque a CPI para o segundo semestre, a partir de agosto. Não há problema. Só quero é a garantia de que vamos instalar a CPI do Dnit neste Senado.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou anunciar o resultado da votação.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

Senado Federal

PARECER N° 98, DE 2008 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO, PARA SER RECONDUZIDO AO CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ

Num. Sessão: 1
Data Sessão: 4/3/2008

Num. Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 4/3/2008 17:27:20
Encerramento: 4/3/2008 17:40:34

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIRO SANTANA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDEI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIINO	Votou
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALEÓ PAES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PMDB	RR	RÓMERO JUCÁ	Votou
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou

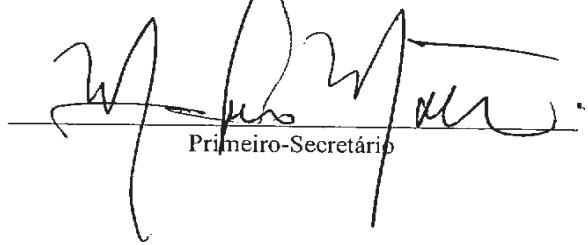
Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 37

Votos NÃO : 18

Votos ABST. : 01

Total : 56


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 37 Srs. Senadores; e, NÃO, 18. Houve uma abstenção. Total: 56 votos.

Está aprovada a indicação do Sr. Fernando Antonio Brito Fialho para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio para uma questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSBD – AM) Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, nos termos do art. 404 do Regimento Interno do Senado Federal, formulo a V. Ex^a a seguinte questão de ordem, tendo por base os arts. 40 e 50 do Regimento Comum, e o art. 132 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que tratam da apresentação de destaques nas proposições apreciadas em sessão conjunta e sobre a apreciação conclusiva por parte da Comissão Mista de Orçamento sobre as emendas oferecidas às matérias orçamentárias.

O Regimento Comum, em seu art. 49, estabelece que os requerimentos de destaque poderão ser apresentados às emendas, à parte do projeto ou do substitutivo, durante a apreciação da matéria em sessão conjunta.

Já o art. 50 define que os requerimentos de destaque deverão ser apresentados até ser anunciada a votação da matéria, e só poderão ser formulados por Líder. Esta é a dúvida, Sr. Presidente.

De outra forma, o disposto no art. 132 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, prescreve que “o parecer da Comissão Mista de Orçamento sobre emenda será conclusivo e final, salvo requerimento para que a emenda seja submetida a votos, assinado por um décimo dos congressistas, apresentado à Mesa do Congresso Nacional até o dia anterior ao estabelecido para a discussão da matéria no Plenário do Congresso Nacional”.

Trata-se, portanto, Sr. Presidente, da hipótese de recorrer-se ao Plenário do Congresso Nacional sobre o parecer proferido por aquele órgão técnico referente às emendas analisadas.

Entendo, assim, que não se pode confundir o requerimento tratado neste dispositivo com o requerimento de destaque regulado pelos art. 49 e 50 do Regimento Comum.

Por conseguinte, questiono a necessidade de assinatura de um décimo dos congressistas sobre requerimento de destaque formulado por Líder na forma dos artigos 49 e 50 do Regimento Comum, quando o objeto do destaque recair sobre parte do projeto ou de seu substitutivo.

Como está prevista para amanhã a votação do Orçamento de 2008, no Congresso, eu pediria de V. Ex^a a máxima urgência na decisão desta questão de ordem.

Na verdade, Sr. Presidente, para nós não aqui trastejarmos, a motivação nossa, obviamente, por parte do PSDB, é resgatarmos aquele compromisso, feito perante todos nós, de derrubada do Anexo I, para que os recursos ali colocados, a meu ver de maneira irregular, de maneira ilegítima, possam ser distribuídos de maneira regular e legítima por dentro da economia brasileira.

Houve uma quebra de compromisso com V. Ex^a, uma quebra de compromisso conosco. Não estou aqui acusando partido nenhum. A meu ver, foi uma quebra de compromisso suprapartidária. A nossa disposição é a mesma: ou cai o requerimento, ou nós procuraremos, com todas as nossas forças, obstruir a votação do Orçamento, em função do compromisso que temos com a lisura, que precisa ser observada.

Então, eu gostaria de saber, já que estamos precisando... Não basta cair, Senador Jereissati, o Anexo I; é preciso que ele caia, e se restabelece a normalidade, desde que haja destinação para o dinheiro, que não pode ficar sobrando, os R\$534 milhões. Se não me engano, é essa a quantia.

Assim, nós queremos saber se o Líder sozinho resolve – aí nós faríamos os nossos destaques na hora própria –, ou se teríamos de, agora, já, começarmos a coleta de assinaturas.

Portanto, endereço à Mesa, Sr. Presidente, esta questão de ordem, que foi muito fortemente, muito vivamente debatida na nossa reunião de Bancada e que eu sei que merecerá a atenção e o debate dos meus pares, dos meus colegas, dos meus companheiros “tucanos” nesta Casa.

Eis a questão de ordem que apresento a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A questão de ordem de V. Ex^a está recebida e será objeto de apreciação da Mesa. Daremos, em seguida, uma resposta a V. Ex^a.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROMEUTUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente, só uma sugestão. Há três indicações de Embaixadores a serem votadas. V. Ex^a poderia colocar em votação as três, sem dar a palavra a ninguém, e depois encerrar

a Ordem do Dia, abrindo para quem queira falar. Faríamos a votação dos três.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a concorda com isso também?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concordo, até porque, Sr. Presidente, eu gostaria muito de participar da conversa com o Ministro Jobim.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Claro. A leitura da CPI é um compromisso de todos nós.

Eu só irei à conversa com o Ministro se eu estiver desobrigado do meu dever de discutir a medida provisória sobre crédito extraordinário, da qual discordo visceralmente e contra a qual o meu Partido está indo ao Supremo Tribunal Federal, conforme, daqui a pouco, anunciará, Sr. Presidente, no momento próprio, se porventura houver insistência de se votar essa medida provisória hoje.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a vai conversar com o Ministro Nelson Jobim, e nós vamos votar aqui.

Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tenho uma amizade tradicional com o Ministro Nelson Jobim, mas eu marcaria com ele mais tarde. Eu preferiria ficar no meu posto de vigilância aqui, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu sei disso. V. Ex^a sabe muito bem do respeito que tenho pela vigilância que V. Ex^a exerce aqui.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a questão de ordem levantada pelo Senador Arthur Virgílio, Líder do nosso Partido, é absolutamente pertinente.

Nós tivemos, num período não muito distante, um verdadeiro escândalo na Comissão de Orçamento, que acabou culminando com a chamada CPI dos Anões.

Não podemos, em hipótese alguma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, permitir que a imagem do Congresso Nacional, especialmente a imagem da Comissão de Orçamento, possa ser minimamente arranhada. Nesse sentido, o requerimento do Senador Arthur Virgílio é objetivo e tem uma finalidade bastante clara, que é a de solicitar a V. Ex^a que converse com o Presidente da Comissão, converse com o Relator e solicite, de uma vez por todas, uma solução para o chamado anexo do Orçamento 2008. É preciso suprimir.

E mais: o Líder Arthur Virgílio acha – nós concordamos e apoiamos – que os R\$534 milhões devam

ser destinados à recomposição entre as Lideranças e recomposição com indicação das Comissões e dos Parlamentares.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Ex^a atenção ao que está pleiteando o Líder Arthur Virgílio, porque, daqui a pouco, as revistas, os jornais e as tevés estarão todos discutindo este assunto, e tenho a convicção de que isso será gravíssimo para a imagem do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Digo a V. Ex^a que amanhã teremos uma reunião, às 15 horas, no Gabinete da Presidência, com a presença do Presidente e do Relator, quando vamos tentar esclarecer as dúvidas e os questionamentos

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Preciso continuar com a Ordem do Dia.

Faço um apelo a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, e ao Senador Tasso Jereissati para, logo depois da votação da Ordem do Dia, voltarmos a debater as questões.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) –

REQUERIMENTO N° 194, DE 2008

Votação do Requerimento nº 194, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de aplauso ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Sr. José Miguel Insulza, pela disposição de promover reunião extraordinária do Conselho Permanente daquela entidade para debater e solucionar pacificamente o conflito entre Equador e Colômbia.

Em votação o requerimento, lido no expediente da presente sessão.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, por favor, inscreva-me para encaminhar.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou de inteiro acordo com a essência do requerimento do ilustre Senador Aloizio Mercadante, que vai no sentido pacificador. Não toma partido e, de acordo – como ele diz – com a tradição da diplomacia brasileira, procura aforar no nascedouro esse preocupante conflito armado que se delineia nas nossas fronteiras.

Entretanto, eu gostaria de fazer restrição a dois itens do requerimento, ou seja, dois “considerandos”.

Senador Aloizio Mercadante, peço a atenção dos meus pares para o penúltimo “considerando”, da página dois. Reza o requerimento, Sr. Presidente:

“Convictos de que a ação militar perpetrada pelo Governo da Colômbia no território do Equador, que resultou na morte de insurgentes das Farc, inclusive de um membro de seu secretariado, Raúl Reyes, pode ser interpretada como uma violação da soberania desse último País e dos princípios instituídos na Carta das Nações Unidas e na Carta da OEA; (...)"

Creio que não deveríamos fazer, Senador Aloizio Mercadante, nenhuma referência às Farc e muito menos a um de seus líderes mortos na operação. Eu e muitos Senadores não reconhecemos mais as Farc como um movimento político legítimo, porque a ideologia de origem desapareceu, o movimento se degenerou e, hoje, a meu ver e de muitos, trata-se simplesmente de uma organização criminosa, que vive do narcotráfico e do seqüestro.

Portanto, a condenação à Colômbia já está explícita sem mencionar o País, quando diz, Senador Aloizio Mercadante, “ações militares extraterritoriais contrariam frontalmente o princípio da não-intervenção etc”; e, “Considerando que intervenções em terceiros países só se justificam à luz do Direito Internacional Público, em circunstâncias excepcionais etc.” Aqui já está uma condenação à intervenção militar da Colômbia.

Finalmente, Sr. Presidente, para concluir, o último item da página 2:

Considerando que tal ação [a da Colômbia] não encontra justifica sólida, que nem sob o pretexto da autodefesa nem sob o pretexto da perseguição, pois é fato notório, atestado pelo Governo do Equador, que o acampamento das Farc objeto do ataque não desenvolvia nenhuma atividade militar.

Eu não tenho certeza disso. Se o Equador tivesse realmente acolhido os combatentes das Farc, desarmados, em seu território, como refugiados, tudo bem. Agora, eu não tenho certeza se eles não estavam armados. Nesse caso, foi uma violação, Senador Aloizio Mercadante – se eles estavam armados, eu não tenho certeza disso –, foi uma violação também da soberania da Colômbia, porque eles estariam transformando aquela base numa base de operações contra o país vizinho.

Portanto, eu voto pela supressão desses dois itens. No mais, concordo inteiramente com o teor do seu requerimento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria dizer que não fiz nenhum juízo de valor sobre as Farc, mas eu concordo com as preocupações do Senador Jefferson Péres.

O objetivo deste requerimento é fundamentalmente fortalecer a iniciativa da OEA e do Conselho Permanente de buscar uma solução pacífica e diplomática, alertando que o art. 18 da OEA veda a intervenção militar, sob qualquer pretexto, sob qualquer motivo, sem o apoio de uma instituição multilateral, em especial o Conselho de Segurança da ONU.

Portanto, concordo com a supressão e penso que devemos fazer de forma mais consensual o requerimento, mostrando a unidade deste Plenário e o fortalecimento do Conselho Permanente da OEA.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fico feliz com o aperfeiçoamento que o Senador Aloizio Mercadante permitiu no texto por ele elaborado e concordo inteiramente com os argumentos expendidos pelo Senador Jefferson Péres. Até porque, Sr. Presidente, vimos um delito cometido pela Colômbia do ponto de vista do Direito Internacional, a invasão, por minuto que tenha sido, com ânimo beligerante. E invasão não caberia de jeito algum, de território, de país soberano, com o qual a Colômbia mantém relações diplomáticas, ou mantinha relações diplomáticas, o Equador.

Por outro lado, não podemos esquecer algumas coisas. Do ponto de vista de brasileiros e democratas, não podemos esquecer que há uma insuportável provocação por parte da Venezuela, levando a Colômbia à situação limite o tempo inteiro. Segundo – e aí quero falar do ponto de vista do Governo brasileiro –, o papel que cabe ao Governo brasileiro neste momento é o de isenção; não é simpatia ideológica por quem quer que seja, é preocupação com a estabilidade da região, é preocupação com o fato de que o Governo brasileiro mantém relações boas, corretas, tanto com a Venezuela quanto com a Colômbia. Não interessa ao Governo brasileiro, e o Presidente Lula tem de ser o líder da América do Sul neste momento, recuperando algo que lhe havia sido subtraído pela audácia in-

consequente do Coronel Chávez. O Presidente Lula tem uma chance de ouro de se afirmar como líder e coordenador da paz.

Eu sou a favor do requerimento, com os adendos ou com as supressões sugeridas pelo Senador Jefferson Peres; sou a favor de que equilibremos as ações e que estabeleçamos na consciência de cada brasileiro com assento no Congresso Nacional, cada brasileiro com a responsabilidade de garantir a democracia brasileira, que as Farc não são um movimento guerrilheiro como foi o de libertação de El Salvador, como em algum momento foi o de Sierra Maestra em Cuba. Não! Trata-se de um grupo que no começo conviveu com o narcotráfico, depois passou a proteger o narcotráfico, e hoje é o próprio narcotráfico. Não são guerrilheiros, não pretendem nada de bom para a Colômbia. São, na verdade, hoje em dia, criminosos comuns dos quais relatam estupros ou tentativas de estupro.

V. Ex.^a quer uma coisa grave, Sr. Presidente? Falam que determinada cidadã colombiana seqüestrada teve um filho por relações consentidas. Eu pergunto: Primeiro, relações consentidas? Segundo, eu pergunto: A que ponto de degradação chegou essa mulher? Degradação psicológica, moral, para consentir relações sexuais que dessem em um filho com o seu seqüestrador. A que ponto chegou a degradação a que foi submetida essa mulher?

Por outro lado, estamos vendo a Senadora Ingrid Betancourt morrer todos os dias um pouco. Dizem que padece de hepatite B, algo que se não for tratado de maneira muito enérgica lhe dará quase que nenhuma sobrevida. Ela está lá acorrentada, está lá sofrendo, e teria sido vítima de uma tentativa de estupro outro dia ela também.

Eu pergunto se guerrilheiro que quer emancipar seu país estupra. Eu pergunto se guerrilheiro que quer emancipar seu país tortura. Eu pergunto se guerrilheiro que quer emancipar seu país amarra prisioneiros, desrespeitando a Convenção de Genebra. Quer ser tratado como força insurgente esse movimento das Farc. Como é que pode imaginar que se possa dar esse caráter, esse respeito a esse movimento, se ele não respeita a Convenção de Genebra no mais mínimo dos seus artigos, amarrando pessoas em árvores com grilhões, com ferros?

Sr. Presidente, tenho impressão de que temos que esperar do Brasil que seja neste momento aquilo que ele tem tudo para ser: o equilíbrio. Uma coisa são as relações difíceis, mas necessárias, com o governo de Chávez; a mesma coisa é a relação com o governo colombiano de Uribe. Agora, o Governo brasileiro não

pode a não ser condenar muito claramente as Farc como entidade terrorista, entidade de cunho marginal, que convive com o narcotráfico. Não se pode acreditar em nenhum ideal por parte de quem pratica o que vem praticando essa organização, Sr. Presidente.

Portanto, endosso, com entusiasmo, o voto de aplauso da parte do Senador Aloizio Mercadante, com os adendos ou as supressões propostos pelo Senador Jefferson Péres.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex.^a e concedo a palavra, para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Senador Aloizio Mercadante, ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço minhas as palavras que ouvi há poucos minutos do Senador Jefferson Peres, que produziu alguma alteração no requerimento do Senador Aloizio Mercadante.

Penso que essa é uma excelente oportunidade, como já disse o Líder Arthur Virgílio, para que os brasileiros e o Governo brasileiro afirmem a sua liderança na América do Sul. Para que isso aconteça, há que preservar três atitudes. Primeiro, condenar a invasão do território do Equador. Não se pode dar, fere regras internacionais de convivência que não podem ser feridas. Segundo, condenar a manutenção no Equador de tropas de guerrilheiros armados, que exercem atitudes muito distantes daquelas que honraram a tradição guerrilheira de países que fizeram revoluções sociais e políticas e que, ao invés disso, estão envolvidos em processos até de narcotráfico. Manter uma posição de neutralidade implica nessas duas atitudes.

E, por último, uma óbvia condenação da exibição de músculos militares da Venezuela, que atenta contra a segurança do continente, que não ajuda na construção de um ambiente mais positivo entre os países da América do Sul e que expõe a precariedade de mais um ditador sul-americano.

Tem que ter firmeza nisso. Não adianta ficar vacilante, tem que ser firme. O Governo brasileiro, para ter liderança, tem que ter firmeza.

Estou solidário com o requerimento do Senador Aloizio Mercadante.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para encaminhar a votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, quero primeiro parabenizar o Senador Aloizio Mercadante pela autoria do requerimento. Acho que ele vem num momento oportuno em que o Senado Federal apóia a ação da OEA para fazer a intermediação e evitar uma ação que possa chegar à beligerância entre países irmãos.

E quero aqui também apoiar a proposta do Senador Jefferson Peres, que pediu, com propriedade, que o Senador Aloizio Mercadante reconsiderasse não só a retirada da citação do segundo nome na liderança das Farc, Sr. Raúl Reyes, que faleceu no Equador, como também o juízo de valor que ele faz ao colocar a questão de que o acampamento das Farc no Equador não desenvolvia nenhuma atividade militar.

Parabenizo o Senador Jefferson Péres e o Senador Mercadante por terem concordado.

Agora, quero fazer outra solicitação ao Senador Mercadante. Acho que esta ação que fazemos neste momento, no Senado Federal, aplaudindo a ação da OEA, é importante. Mas pediria ao Senador Mercadante que também excluísse do seu requerimento as citações com relação às questões do Iraque e do Afeganistão e também com relação às eleições americanas. Acho que temos de ter o requerimento, que é da maior importância, restrito à questão que está em pauta: o conflito entre Equador e Colômbia. Todos nós, assim como o Senador Mercadante, queremos uma solução pacífica, uma solução que busque o entendimento entre aqueles países. O Brasil, pela sua liderança incontestada na América do Sul, tem um papel importante. E a OEA é o órgão regulador, vamos dizer assim, dos Estados Americanos, por isso vai ser da maior importância a sua intermediação, como bem propôs o Senador Aloizio Mercadante.

Então, eu solicitaria ao Senador Aloizio Mercadante que também retirasse do seu requerimento as citações às questões do Oriente Médio e da eleição americana. São três parágrafos que pediria que fossem excluídos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu concordo também com as ponderações. E proporia que a redação ficasse assim, Senador Flexa Ribeiro: “Observando que as políticas intervencionistas e unilateralistas, executadas ao arrepio do sistema de segurança coletiva das Nações Unidas, além de terem sofrido repúdio internacional, vêm fracassando totalmente”, sem mencionar situações específicas.

O segundo: “Constatando que, na realidade, tais políticas só agravam a situação nesses países e ten-

cionaram o ambiente geopolítico”, sem mencionar o Oriente Médio.

Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Se V. Ex^a me permite, é preciso que se faça uma emenda de redação. V. Ex^a vai tirar o Iraque e o Afeganistão, mas o parágrafo seguinte fala “nesses países”. Então, é preciso fazer uma correção na redação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Vamos mencionar os países envolvidos nessa circunstância.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É preciso tirar esse “constatando”. Tire esse parágrafo que fala em “constatando”.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Tiro o segundo e tiro o outro que menciona os três.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E tire o outro, por inteiro, sobre a questão da eleição dos Estados Unidos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Acho que ficará muito bom. Agradeço a contribuição do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, retiramos os dois parágrafos seguintes?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Tiramos “constatando” e “recordando”. E, do primeiro...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pára no “totalmente”.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – E, do primeiro, retiramos Iraque e Afeganistão, mantendo o resto do texto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Obrigado, Senador Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação, ao Senador Gerson Camata.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, primeiramente, manifesto minha concordância com o requerimento. Peço a V. Ex^a que o ponha em votação logo, porque estão cortando o requerimen-

to do Senador Aloizio Mercadante. Daqui a pouco, só vai ficar o número do requerimento. Tiram um pedaço daqui, um artigo de lá, tiram o Oriente Médio para o outro lado...

A outra questão que quero mencionar é o fato de que apelar para a OEA, para mim, é inútil.

Representantes da OEA, quando houve a intervenção no Haiti, tiraram o Presidente, prenderam o Presidente eleito no Haiti. Tinha problemas o Haiti. Levaram-no deportado, sem que o Presidente quisesse, para a África do Sul, e o Brasil foi lá, colocou tropas também, numa intervenção sem pé nem cabeça.

Esses guerrilheiros das Farc estão há 40 anos barbarizando, judiando, prendendo, traficando. Nunca a OEA abriu a boca, em nenhuma declaração contra isso, quando o que ela devia fazer era formar uma força pan-americana, com o consentimento do Governo da Colômbia e acabar com aquilo que está acontecendo lá. Como é que agora vamos apelar para a OEA, que tem lado nessa história – está ao lado dos guerrilheiros, está ao lado dos traficantes –, para que ela tome alguma providência? Vai ser mais uma palhaçada a que submeteremos a América Latina.

Mas voto pelo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, para encaminhar, o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse é um tema que está na pauta...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Já falei rapidamente sobre ele hoje, na hora do requerimento do Senador Aloizio Mercadante. É importante que continuemos debatendo o tema, tanto é que o Senador Jefferson Péres apresentou um outro requerimento, pela importância política que esse tema desperta aqui no Senado.

E nós aqui, da América do Sul, não temos uma tradição muito grande de conflitos. Essa é a realidade. Quando existe possibilidade de algum tipo de conflito, há uma grande mobilização de todos nós, da imprensa, das lideranças, porque a nossa cultura não é a do conflito. Então, trabalhamos muito, queremos trabalhar muito, queremos contribuir, debater, queremos aproveitar a reunião da Organização dos Estados Americanos para que possamos manifestar a nossa posição pela intermediação por meio do diálogo, evitando qualquer agravamento da crise que estamos vivenciando.

É lógico que a invasão do Equador pela Colômbia, se de fato aconteceu, é um fato grave, o que não se admite. Penso que a diplomacia condena esse tipo de comportamento. Já foi dito aqui que um dos princípios que regem a Organização dos Estados Americanos é, de fato, o respeito aos países, ou seja, que nenhum país pode ou deve, sob qualquer argumento, ocupar ou invadir outro país.

Com isso, damos um ponto de razão ao Equador.

Ao mesmo tempo, debatem-se aqui as Farc. Esse debate é importante, porque, de fato, essa organização mudou seu objetivo. Desde que se iniciou até agora, o objetivo é outro. Ela não tem mais o objetivo da luta política, na minha avaliação. Isso deve ser reafirmado por nós aqui no Senado. Não é posição de um partido de esquerda ou de direita. Meu partido é de esquerda, mas é perfeitamente visível a ação militar das Farc e a agressão e a violência que promovem na América do Sul, sendo foco de desgaste entre esses países.

Assim, temos de condenar qualquer tipo de apoio e qualquer tipo de ajuda a essa organização.

Portanto, mais uma vez, reafirmo o nosso acordo de apoio ao requerimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, inscreva o Senador Mário Couto para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito.

Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Inscreva-me também, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fazendo coro com os demais Senadores, o meu partido dá apoio ao requerimento do Senador Aloizio Mercadante, fazendo um registro, mais uma vez.

O Senador Arthur Virgílio, em sua fala, descreveu muito bem as Farc. Mas eu disse aqui, há alguns momentos, Senador Aloizio, que as Farc cederam e alugaram o seu território a Fernandinho Beira-Mar durante um tempo. Quando estava foragido, ele pagava 10 milhões de aluguel por mês. Dinheiro de sangue de brasileiros inocentes, lágrimas de mães, dinheiro das drogas, dinheiro recolhido no consumo, dinheiro recolhido com seqüestro, com assalto a banco, enfim, tudo isso bancava o aluguel de Fernando...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Magno Malta, peço licença a V. Ex^a

para anunciar que o Ministro Nelson Jobim já está no Gabinete da Presidência.

Peço ao Senador Heráclito Fortes que faça as honras da Casa e vá ao encontro do Ministro Nelson Jobim, juntamente com os outros Líderes que desejarem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Se S. Ex^a me permitir, até para poder cumprir a missão – vou-me dirigir para receber o Ministro Nelson Jobim –, mas eu quero fazer uma ponderação ao Senador Mercadante sobre o adiamento da votação desse requerimento de solidariedade. Não há consenso.

Existem realmente algumas colocações que eu pondero a V. Ex^a, como homem equilibrado, que deveríamos rever. Para mim, por exemplo, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, elas me deixam em dificuldade de assiná-lo e apoiá-lo como eu gostaria, até pela iniciativa de V. Ex^a.

Como estamos sentindo que há polêmica com relação à redação e não ao objetivo, eu faço um apelo a V. Ex^a para que...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, em relação às objeções que foram feitas, foram construídos consensos. Nós fizemos as devidas supressões, e o texto ficou sem juízo de valores, basicamente fortalecendo a iniciativa da OEA. Então, todas as sugestões e supressões foram acatadas e, com isso, acho que nós construímos um consenso a partir das intervenções dos Senadores Jefferson Péres e Flexa Ribeiro. Agora, eu acho que o Senado não deveria deixar de se manifestar hoje, porque a reunião está-se constituindo ainda hoje.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sim, mas nós poderíamos muito bem, com o texto enxuto, feita a revisão por V. Ex^a, amanhã fazer a leitura e a aprovação dele aqui, em caráter simbólico.

Essa é a sugestão que faço a V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Continua com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu concordo. De fato, o requerimento foi enxugado. A sugestão do Senador Jefferson Péres e do Senador Flexa Ribeiro, e aceita de pronto pelo Senador Aloizio Mercadante, enxugou de fato o texto. Ficou de bom tamanho, na minha visão, Sr. Presidente. Por isso, eu concordo.

Concluo a minha fala, dizendo exatamente isto: como é que se vai reconhecer um movimento desse como um movimento político, que deu morada – o Senador Tuma sabe disso –, alugou seu território ao maior narcotraficante brasileiro, que o pagou com lágrima e com sangue de brasileiros, de crianças, de mães brasileiras?

Dez milhões por mês, Senador Eliseu Resende! Eles guardaram o Fernandinho Beira-mar, que foi trazido pelo Josias Quintal, Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, e, mais uma vez, pela Promotora Márcia Velasco, do Rio de Janeiro.

De maneira que não podemos reconhecer esse movimento, que é nocivo. São narcotraficantes, são seqüestradores, desrespeitadores da honra alheia que criam um caos desse tamanho. É preciso que o Brasil tenha serenidade e neste momento não tome nenhuma posição. É preciso que o Brasil lute para que se tenha um consenso para a paz nesse conflito que se estabeleceu, mas dando claridade a um movimento que é absolutamente criminoso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias; em seguida, o Senador José Agripino e, depois, o Senador José Nery.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é claro que apoiamos o requerimento do Senador Aloizio Mercadante. Creio que a posição do nosso País deve ser a de defender os princípios previstos na Carta da Organização dos Estados Americanos, tais como a soberania e a integridade territorial, bem como o segundo princípio, segundo o qual o Estado tem o direito de proteger e desenvolver a sua existência, e não o autoriza a praticar atos injustos contra outro Estado, bem como o princípio de solução pacífica de controvérsia entre os dois países.

O que notamos, Sr. Presidente, é que há disposição de pacificação do Sr. Álvaro Uribe, Presidente colombiano. Veja a declaração que fez hoje: “A guerra com seus vizinhos não interessa ao seu país”.

Álvaro Uribe declarou à imprensa, diante de vários correspondentes estrangeiros, que a Colômbia busca “a derrota do terrorismo pelas vias militar e jurídica”. Numa demonstração clara de que não endossa radicalização, ele afirmou que não mobilizou tropas para as fronteiras com Venezuela e Equador.

Sr. Presidente, eu creio que há que se fazer um alerta, que tem que ser contínuo: há um barril de pólvora permanente e exposto prestes a explodir na figura do Sr. Hugo Chávez. O seu discurso bélico tem objetivos

predefinidos: aposta no conflito externo na tentativa de melhorar a imagem interna, desviando o foco do fracasso rotundo que é a gestão pública que exercita no seu País. E pratica exatamente o que condena: acusa os Estados Unidos da América do Norte de serem intervencionistas, agressores da soberania das nações. É exatamente isso que pratica o Sr. Hugo Chávez.

Na expectativa de impor uma autoridade despótica e medíocre, o Sr. Hugo Chávez estimula os conflitos externos e espera a sobrevivência política à custa deles, mesmo que a consequência seja perder vidas. Na verdade, o Sr. Hugo Chávez não é nenhum mensageiro da paz que se possa admirar.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso apoio ao requerimento do Senador Aloizio Mercadante.

Certamente este episódio deve sinalizar para um futuro de muita precaução e prudência dos governantes ajuizados da América do Sul.

Há, sim, uma ameaça permanente na figura do Sr. Hugo Chávez. O próprio Presidente José Sarney veio alertando, já prevendo que a exacerbação poderia ocorrer exatamente em razão da ambição desmedida que alimenta o sonho de liderança internacional do Sr. Hugo Chávez.

Portanto, cabe, sim, ao Senado Federal uma postura afirmativa em relação a questões dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ontem tive oportunidade de manifestar, logo no primeiro momento, a minha opinião, que é uma opinião pessoal, sobre a perspectiva de conflito e o incidente que envolveu a morte do número dois do movimento terrorista Farc, Sr. Reyes, o qual provocou a imediata reação da Venezuela e do Equador. Se tivesse sido vitimado um terrorista, um guerrilheiro qualquer, a reação não teria sido com a intensidade com que ocorreu.

Mas o que é fato é que está posto um incidente com perspectivas imprevisíveis. Creio que quem tem responsabilidade precisa manifestar-se para garantir que um continente que sempre foi ou, há muitos anos, tem sido um continente pacífico continue pacífico.

Manifestei, logo ontem, a minha opinião de que o Brasil precisava, como nação-líder – queiram ou não queiram é a nação-líder na América do Sul –, tinha que se manifestar logo, não tomando a frente de um

movimento de pacificação, mas agindo no sentido de coordenar ações que trouxessem a OEA para o comando de uma negociação pacifista.

Ouvi até a opinião do Senador José Sarney, que achava que o Brasil deveria assumir individualmente a posição. Eu discordei de S. Ex^a. A minha opinião é que a OEA é quem deveria, e disse mais, disse por quê. O presidente Hugo Chávez é um homem de humor imprevisível e, para repetir com o Brasil o que fez com os Estados quando se referiu ao Presidente Bush como um “sin vergüenza”, sem-vergonha, era um estalar de dedo. E aí o amor próprio brasileiro, independente de posições político-partidárias, iria se excitar. Nenhum de nós gostaria que a Nação brasileira fosse insultada. E não está afastada a hipótese, principalmente neste momento, a reação emocional de Sua Excelência o Sr. Presidente Chávez, que inclusive tem um seguidor, que é o Presidente Rafael Correa.

Mas eu quero louvar a iniciativa do Senador Aloizio Mercadante, porque, ontem, eu levei uma palavra e, hoje, S. Ex^a traz a palavra escrita, levando a solidariedade do Congresso do Brasil e do Senado Brasileiro à entidade para que ela ponteie o processo de negociação.

E eu quero saudar o Senador Aloizio Mercadante e todos aqueles que aqui se manifestaram, principalmente o Senador Jefferson Péres, o Senador Flexa Ribeiro, que verbalizaram os retoques para que não fosse uma nota com adjetivos nem fosse uma nota sectária. Não é pró-Colômbia, não é pró-Venezuela nem é pró-Equador. É pró-paz.

E é o endosso escrito, a nota que tem de ser equilibrada, de uma instituição da República Federativa do Brasil, que é o Senado Federal.

Em muito boa hora, essa discussão enxuga o texto, aprimora o texto inteligentemente preparado pelo Senador Aloizio Mercadante, e dará a palavra oficial do Senado brasileiro a OEA, que, seguramente, com esse aval que significa algo, haverá de se manifestar, de se mover e de produzir resultados.

Cumprimentos ao Aloizio Mercadante e cumprimentos ao Senado pela iniciativa que toma.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador José Nery, em seguida, aos Senadores Mário Couto e Marconi Perillo, para encerrar o encaminhamento da votação.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, fiquei aqui observando atentamente o conjunto das intervenções sobre este

tema e fico impressionado com a capacidade de se inverter os fatos.

Um país é agredido por outro; um país mata, assassina membros de um grupo político...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Nery, vou interromper a palavra de V. Ex^a, mas é que se trata de prorrogar a sessão.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Prorrogo a sessão por mais quarenta minutos.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pois não, Sr. Presidente.

Eu estava dizendo que é admirável a capacidade de se inverterem os fatos. Um país, no caso a Colômbia, invade o território de um vizinho, o Equador, assassina membros de uma organização de um grupo político opositor ao governo colombiano, assassina dirigentes e membros dessa organização, viola a soberania do país vizinho. E, de repente, todos aqui se voltam para condenar aqueles que, de forma mais incisiva, como é o caso da Venezuela, prestam solidariedade ao país que sofreu a agressão e a violência.

Eu queria defender que as pessoas verificassem melhor o conceito de terroristas que hoje querem aplicar aos membros das Farc, rejeitando a tese de que eles são hoje agentes do narcotráfico internacional, quando isso é dito por agências de notícia sob orientação dos Estados Unidos, quando isso é propagado pelos agentes responsáveis pela violência institucionalizada. A maioria, no caso, o povo colombiano, é vítima de oligarquias que se sucedem no poder e que, ao longo de muitos anos, vem enfrentando, sim, o combate de uma organização política. Assim deveria ser tratada e não tratada como terroristas, como aqui muitos classificaram.

A ação militar colombiana em território equatoriano é um precedente gravíssimo, Sr. Presidente. A justificativa é a mesma utilizada pelos Estados Unidos para invadir países, para encarcerar estrangeiros sem julgamento em suas bases militares, para invadir países soberanos todas as vezes que julgar que seus interesses estão ameaçados.

A reação do Equador e da Venezuela foi proporcional ao agravio sofrido. O rompimento de relações diplomáticas e o envio de tropas às fronteiras devem ser entendidos neste contexto, aí sim, como um movimento de preservação de sua segurança e soberania nacionais, claramente ameaçadas pela posição belicista do governo colombiano sob inspiração, apoio e,

muitas vezes, direção do governo estadunidense, que, ontem, conforme noticiou a imprensa internacional, enviou um de seus agentes, um alto funcionário americano, para se reunir com comandantes colombianos no sentido de compartilhar, segundo eles, informação vital sobre a luta contra o terrorismo. É de se estranhar o ocorrido, Sr. Presidente.

As Farc e o governo colombiano, intermediados por alguns países, inclusive a Venezuela e o Equador – é bom que se diga, segundo notícias de agências internacionais –, estavam discutindo a libertação de dez reféns, entre eles a candidata à presidência colombiana Ingrid Betancourt. Havia, portanto, um gesto de abertura concreta para essas negociações, com a libertação de alguns reféns e de vários outros, com vista a construir um processo de paz, de respeito aos direitos das pessoas daquele país e de respeito à luta, inclusive, de um grupo insurgente, porque como insurgentes e não como terroristas devem se tratados os membros das Farc. Pois há uma luta política entre dois lados: o lado que as Farc defendem e o lado que o governo, as forças armadas e os seus apoiadores, com os Estados Unidos à frente, defendem.

Sr. Presidente, pergunto: quando membros das Farc foram presos no Brasil e tiveram processos tramitando no Supremo Tribunal Federal a pedido do governo colombiano, como reagiria o Brasil se tivesse seu território invadido por membros das forças armadas, do exército e da polícia colombiana? Com energia. Em 1998, assim deveria ter agido, quando soldados colombianos invadiram o território brasileiro. Mas, não houve, naquele momento, nenhuma atitude mais firme do Governo brasileiro, então presidido por Fernando Henrique Cardoso, para condenar aquela ação.

Seria bom que os que aqui difundem com muita facilidade os conceitos de terrorista e assassino prestassem bem atenção a vários fatos. Alguém me lembra que líderes políticos, como o ex-Primeiro Ministro de Israel, Menahem Begin, e Yasser Arafat, foram classificados de terroristas, mas, ao longo do tempo, pela sua luta, tornaram-se reconhecidos pela paz e pela justiça e acabaram sendo agraciados com o Prêmio Nobel da Paz.

Portanto, é melhor ter calma para discutir essa questão, verificar e definir exatamente o papel que o Brasil pode cumprir no sentido de buscar uma negociação satisfatória para ambas as partes. Mas condenar unilateralmente, como muitos fizeram aqui, por razões políticas, ideológicas? Porém, o ato, a agressão às normas internacionais, o que diz a própria OEA,

especialmente a necessidade da preservação da soberania dos países...

O Governo brasileiro e o Congresso Nacional, ao se manifestarem, apoiando, sim, o requerimento do Senador Aloizio Mercadante para que a OEA seja o foro adequado para dirimir essas questões, para encontrar a melhor forma de solucionar esse conflito, devem ser apoiados por todos nós. Mas não pode aqui servir de argumento fácil e, muitas vezes, equivocado que ali estão, de um lado, o governo colombiano sob a orientação estadunidense, imperial, e, de outro, grupos terroristas. Na verdade, são visões políticas diferenciadas e projetos que se confrontam e devem ser tratados no âmbito da política, no âmbito da negociação, papel que pode ser cumprido pela OEA. Por isso, apóio o requerimento lamentando que muitos aqui tenham se pronunciado para retirar expressões...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Nery, V. Ex^a tem um minuto para encerrar a sua participação.

V. Ex^a já discursou dez minutos, ou seja, cinco minutos a mais no seu tempo.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Com certeza, Sr. Presidente! Mas, se V. Ex^a observar bem, perceberá que alguns colegas que utilizaram 15, 20 minutos e, nem por isso, foram advertidos. Como ficou livre a discussão, eu gostaria de apelar à direção democrática de V. Ex^a para poder concluir.

Eu gostaria, então, de dizer que apóio o requerimento do Senador Aloizio Mercadante, lamentando que, ao longo da discussão, tenha sido sugerida a retirada de observações, a meu ver, relacionadas com o fato e que mereceriam, evidentemente, ser mencionadas no requerimento.

Apóio o requerimento, apóio a solução do conflito baseada na negociação, esse é o papel que o Brasil pode e deve cumprir. Muitos, inclusive, que, ao longo da história política e recente deste País, e não faz muito tempo, há 20 anos, apoiavam o terrorismo de Estado, que se instalou no País com a vigência do regime militar, que matou, perseguiu, cassou as liberdades democráticas, hoje aparecem aqui como arautos da liberdade e da justiça. Na verdade, apenas fazem julgamentos com dois pesos e duas medidas.

Apóio a luta soberana do povo colombiano, do equatoriano, do brasileiro, lamento a intervenção belicista do governo da Colômbia e espero uma solução na conjunção da paz e do entendimento.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR JOSÉ NERY.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, todo o povo brasileiro acompanha com atenção o desenrolar da crise político-institucional que envolve a Colômbia, Equador e Venezuela desde o último dia 1º de março. Os motivos da recente crise precisam ser apontados com bastante clareza.

No dia 1º de março o governo colombiano desrespeitou a soberania equatoriana, invadindo o território do país vizinho em mais de dez quilômetros. A ação militar teve como alvo um acampamento de guerrilheiros das Farc. Ao contrário do que o governo colombiano afirmou e, infelizmente, de forma acrítica a imprensa brasileira reproduziu como verdade, não houve intensos combates, nem tampouco ataque guerrilheiro desde o Equador contra forças regulares colombianas. Os dados levantados pelo Equador no local demonstram que o que ocorreu foi um massacre, sendo os guerrilheiros atacados e mortos enquanto dormiam. O bombardeio aéreo ocorreu de dentro do território equatoriano na direção do território colombiano, o que demonstra que não representou uma resposta do exército desse país aos ataques guerrilheiros.

Quero lembrar que episódio semelhante ocorreu em 1998, quando soldados colombianos invadiram território brasileiro e o então Presidente Fernando Henrique Cardoso deixou por menos o ataque à nossa soberania.

A imprensa internacional informa que um alto funcionário americano – Contra-almirante Joseph Nimmich esteve na véspera reunido com altos comandantes colombianos para “compartilhar informação vital sobre a luta contra o terrorismo”. As agências internacionais dão conta de que quem localizou o acampamento guerrilheiro foram os EUA.

Tudo isso acontece no momento que o governo colombiano está sendo pressionado pela comunidade internacional para que estabeleça negociações de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC. Com a intermediação do governo venezuelano, vários reféns foram libertados recentemente.

O Presidente do Equador, Rafael Correa, afirmou no dia de hoje disse que estava participando de gestões junto as Farc para a libertação de mais 12 reféns, entre os quais estaria a ex-candidata presidencial colombiana Ingrid Betancourt.

No momento em que as Farc mostram disposição para resolver de forma humanitária a crise dos reféns da guerrilha e a libertação dos mais de 500 guerrilheiros, o governo da Colômbia, acuado internacionalmente,

age de forma covarde e assassina o principal interlocutor das Farc, o Comandante Raul Reyes.

Ficou evidente que o governo colombiano está empenhado, e para isso conta com o apoio estadunidense, em boicotar quaisquer possibilidades de construção de uma solução pacífica para o conflito armado que se arrasta por quatro décadas.

A ação militar colombiana em território equatoriano é um precedente gravíssimo. A justificativa dada é a mesma que é utilizada pelos EUA para invadir países pelo mundo, para encarcerar estrangeiros sem julgamento em suas bases militares, para invadir países soberanos todas as vezes que julgar que seus interesses estão ameaçados. A reação do Equador e Venezuela foi proporcional ao agravio sofrido. O rompimento de relações diplomáticas e o envio de tropas às fronteiras devem ser entendidos nesse contexto, aí, sim, como movimentos de preservação de suas respectivasseguranças e soberanias nacionais, claramente ameaçadas pela posição belicista do governo colombiano.

Srs. Senadores, Sras Senadoras, o Brasil, juntamente com Equador, Venezuela e Peru possui fronteira com a Colômbia e corre igual risco na sua soberania, caso se consolide no continente a tese americana de que um país pode invadir o outro para preservar seus interesses.

A reação brasileira, que deveria ter ocorrido ainda no domingo, foi se arrastando indefinidamente até o final da tarde de ontem. Limitada a uma entrevista do chanceler Celso Amorim, primou pelo linguajar diplomático e foi fria como uma pedra de gelo. Evitou estabelecer condenação aberta à ação da Colômbia, deixando esse posicionamento nas entrelinhas. Pediu uma declaração mais explícita de desculpas ao Equador, diante das evidências de que seu território foi invadido em uma ação militar planejada emeticulosamente executada. Palavras elegantes para nominar um crime contra o Direito Internacional.

É claro que o Brasil também não enveredou para ataques xenófobos à Venezuela e seu governo. Também não criticou a mobilização de tropas do Equador. Ficou ali no limite do bom-comportamento que tem caracterizado nossa diplomacia, mas muito aquém do papel protagonista que um país das dimensões e importância do Brasil pode e deve jogar no cenário do continente.

Espero que o Governo brasileiro reforce seus postos militares ao longo da fronteira com a Colômbia e repila qualquer agressão ao seu território. Ao mesmo tempo devemos envidar todos os esforços diplomáticos para que a crise não se agrave, para que

a soberania dos países seja respeitada e para que a paz seja conquistada.

A posição do Brasil na OEA deve ser de ofensividade, exigindo que o governo colombiano apresente desculpas formais aos países da região, em especial ao Equador e à Venezuela, e que se comprometa com uma solução pacífica para o conflito.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Nery, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador José Nery. Agradeço a V. Ex^a a compreensão, lembrando que há muitos Senadores inscritos e, por isso, pedimos a compreensão de cada um que fizer uso da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Couto.

V. Ex^a tem cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de consultar V. Ex^a antes de fazer a minha abordagem a respeito dessa crise que se instalou no continente sul-americano.

É notório que não haverá mais votação, pois não há quórum para votar. Muitos Senadores querem ir conversar com o Ministro da Defesa do Brasil para saber a posição de S. Ex^a a respeito da crise.

Sr. Presidente, o que poderíamos fazer agora é o seguinte: eu deixaria de falar se os outros Senadores concordassem em fazer o mesmo, e votaríamos o requerimento do Senador Aloizio Mercadante, pois acho que há unanimidade, e V. Ex^a encerraria a sessão para que pudéssemos ir conversar com o Ministro da Defesa para saber o que ele pretende nos dizer.

Acredito que muitos Senadores desejam fazer o mesmo. Eu abrira mão, logicamente, das minhas considerações a respeito do fato e pediria que os outros Senadores também abrissem mão de usar da palavra para que pudéssemos votar o requerimento do Senador Mercadante e ir ouvir o Ministro da Defesa deste País, o que é muito importante para cada um de nós relatar a todos os brasileiros e brasileiras.

Espero, então, uma resposta de V. Ex^a para decidir se eu faço as minhas considerações ou se devolvo a palavra a V. Ex^a para que possamos votar o requerimento e encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há quórum, como mostra o painel, para fazer a votação simbólica do requerimento, mas não mais votação nominal. Quanto a V. Ex^a, poderá ou não fazer uso da palavra. Não usando da palavra, logicamente os demais inscritos também não usariam, para V. Ex^a não ficar no prejuízo. Há dois inscritos: Senador Marconi Perillo e Senador Antonio Carlos Valadares e talvez o Senador Flávio Arns e o Senador Paulo Paim. Então, pela disposição dos Srs. Senadores...

Conclusão: sugiro que V. Ex^a faça uso da palavra para esgotar a discussão do requerimento. Depois o colocaremos em votação e depois encerraremos a Ordem do Dia...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Ele quer que façamos a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Depois que passarmos à votação, encerraremos a discussão, a Ordem do Dia e daremos a palavra aos oradores inscritos, desde que todos concordem em não fazer uso da palavra relativamente ao tema e em que ele seja posto em votação imediatamente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem Sr. Presidente.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – A leitura do requerimento da CPI da Pedofilia foi feita, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Estamos ainda discutindo o encaminhamento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Só estou pedindo uma orientação a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Está sobre a mesa...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – A leitura do requerimento da CPI poderia ser feita, Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Exatamente, Presidente. Há um acordo dos Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Temos de concluir o encaminhamento do requerimento e a votação dele.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Pela ordem, tem a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o Senador Arthur Virgílio pela questão de ordem que ele levantou aqui relativa ao Orçamento e gostaria de fazer uma ques-

tão de ordem também relativa ao Orçamento. Gostaria que a Mesa se manifestasse se é legal uma comissão composta por três ou quatro parlamentares, uma comissão de admissibilidade de emendas, opinar a respeito da quebra da Resolução que foi emitida pelo Congresso Nacional.

Eu gostaria que, regimentalmente, isso fosse analisado para dirimir dúvidas a respeito do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência recolherá as notas taquigráficas relativas à fala de V. Ex^a e logicamente tomará às provisões regimentais cabíveis.

Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Gostaria que V. Ex^a consultasse cada Senador.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Consulto o Senador Flávio Arns se abre mão do uso da palavra, para votarmos o requerimento, lembrando que, após a votação do requerimento – o tema discutido e votado –, suspenderemos a Ordem do Dia e passaremos a palavra aos oradores inscritos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, da minha parte, abro mão do encaminhamento do requerimento.

Apenas quero dizer algo com relação ao Senador Aloizio Mercadante, autor do requerimento. S. Ex^a está retornando a esta Casa depois de uma enfermidade que fez com que ficasse hospitalizado vários dias. Quero dizer da satisfação de tê-lo de volta aos trabalhos do Senado Federal, já que a competência, a dedicação, o trabalho e a credibilidade do Senador Aloizio Mercadante nesta Casa é algo que deve ser enfatizado. Aliás, não só aqui dentro, mas também fora daqui, para a população de maneira geral, que pode ter a certeza de que S. Ex^a é uma pessoa de referência num conjunto de áreas fundamentais para o nosso País.

Também quero dizer que eu, sem dúvida alguma, comungo de todos os argumentos apresentados a favor da aprovação do requerimento e do trabalho da OEA em relação a todo esse problema que envolve os países próximos – vizinhos ou não – do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Consulto o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu também abro mão do encaminhamento e mantendo minha fala como orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Papaleó Paes. PSDB – AP)

– Da mesma forma.

Senadora Lúcia Vânia...

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Papaleó Paes. PSDB – AP)

– Senador Magno Malta, V. Ex^a pediu a palavra pela ordem, e eu interrompi V. Ex^a...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a cassou minha palavra. Mas, mesmo assim, eu continuo gostando de V. Ex^a e vou aguardar para votar o requerimento da CPI da Pedofilia.

O SR. PRESIDENTE (Papaleó Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado.

Senador Mário Couto.

O SR MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, então nós votaríamos o requerimento do Senador Mercadante, encerráramos a Ordem do Dia, e os oradores inscritos usariam da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Papaleó Paes. PSDB – AP)

– Votaremos o requerimento do Senador Aloizio Mercadante, a Mesa lerá o requerimento da CPI da Pedofilia, e encerraremos a Ordem do Dia.

Em votação o Requerimento nº 194, de 2008, de autoria...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu estava inscrito para falar. Mas...

O SR. PRESIDENTE (Papaleó Paes. PSDB – AP)

– Eu não estou...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) Pela ordem. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, eu estava inscrito. Como estou muito atrás, fui esquecido.

Eu quero acompanhar os demais Senadores e dizer que não vou falar sobre o assunto. Apenas reitero meu apoio ao requerimento do Senador Aloizio Mercadante, que veio em boa hora e recebe integral solidariedade do Senador do PSB de Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Papaleó Paes. PSDB – AP)

– Eu agradeço a V. Ex^a pela compreensão. A Mesa pede desculpas e agradece a compreensão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaleó Paes. PSDB – AP)

– Em votação o Requerimento nº 194, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante.

Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, inscrevi-me para encaminhar. Gostaria

que V. Ex^a me assegurasse a oportunidade de encaminhar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Papaleó Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a fará uso da palavra.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou convencido de que o quadro delineado, nas últimas semanas, na região de fronteira entre a Venezuela, o Equador, Colômbia e o Brasil, demanda um posicionamento mais enérgico por parte do Governo brasileiro. Precisamos envidar esforços no sentido de evitar, com todos os meios diplomáticos possíveis, que o norte da América Latina venha se transformar em uma zona de guerra, em uma zona beligerante.

É verdade que tem havido permanentes conflitos entre as tropas do governo colombiano e as Farc, que, aliás, com seu terrorismo, têm criado uma situação extremamente constrangedora para todos nós que somos seres humanos. São impressionantes as imagens, as informações que recebemos daquela zona de guerrilha. Trata-se de um estado de guerrilha, de tortura permanente, de humilhação de líderes políticos, de sindicalistas, de militares, de pessoas comuns na Colômbia.

Até agora, entretanto, não se vislumbrava a possibilidade de os três países envolvidos na questão chegarem às vias de confronto, com envio de tropas do Equador e da Venezuela à região.

O governo venezuelano, no lugar de tentar dirimir o problema, apaziguar os ânimos, continua com uma retórica belicista e anunciou, por meio do seu Ministro da Agricultura, que ordenou o fechamento da fronteira com a Colômbia, em uma situação que já registra movimentos de tropas e a expulsão dos funcionários da Embaixada colombiana. O Presidente da Colômbia não tomou a mesma atitude de enviar tropas, mas depois que o governo da Venezuela ordenou o fechamento da fronteira com a Colômbia, anunciou que vai denunciar o Presidente Hugo Chávez na Corte Penal Internacional.

Hoje, a Organização dos Estados Americanos lidera uma reunião extraordinária do Conselho Permanente, formado por 34 Estados, para buscar, de maneira pacífica, uma solução para a crise entre a Colômbia e o Equador, considerada grave pelo Órgão. Mas o quadro é gravíssimo, Sr^as e Srs. Senadores, porque sem querermos, de forma alguma, tomar partido, tudo parece indicar uma vontade oculta do Presidente Chávez em fustigar a discordia, em lugar de promover o respeito mútuo e a convivência pacífica entre os povos latino-americanos.

Diante dessa situação, o Presidente Lula não poderia deixar apenas a cargo do seu Ministro das Relações Exteriores o posicionamento ou a tomada de posição em relação a um problema tão grave. Nós temos propugnado, ao longo da história, por uma diplomacia centrada no diálogo e na solução pacífica dos conflitos bem como na não-intervenção e na autodeterminação dos povos. Por isso, já passou da hora de o Presidente Lula sair da posição de conforto e reassumir a sua posição de destaque na região. Não bastam telefonemas aos presidentes do Equador e da Colômbia. A situação demanda um pronunciamento mais claro, mais duro, mais contundente, mais objetivo do Governo brasileiro pela solução pacífica do conflito como forma de fazer contraponto ao discurso cada vez mais beligerante do Presidente Chávez. A situação naquela região demanda posicionamento enérgico de todas as nações latino-americanas, no sentido de se evitar um estado de guerra.

É preocupante o rompimento das relações diplomáticas do Equador com a Colômbia; é preocupante a expulsão imediata do território nacional venezuelano do Embaixador da República da Colômbia e do pessoal diplomático da Embaixada Colombiana em Caracas; é preocupante a posição tímida do Governo brasileiro diante de um problema tão grave para o Norte da América Latina.

Por fim, ao apoiar o requerimento do Senador Mercadante, eu gostaria de pedir que o Senado se posicionasse de forma dura, através de um requerimento, apelando ao Presidente Lula para que ele intervenha de forma mais definitiva também em relação à situação de todos os quase três mil cidadãos colombianos sequestrados, que sofrem todo o tipo de tortura e todas as agruras por parte das Farc.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Marconi Perillo, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta Bloco/PR – ES) – Encerrado o encaminhamento.

Em votação o requerimento, ressalvados os dispositivos que constam das notas taquigráficas e que não constarão do requerimento.

As Sr's e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

São os seguintes os itens cuja apreciação fica sobrestada:

1

MEDIDA PROVISÓRIA N° 395, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 395, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, duzentos e cinqüenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais, para os fins de específica.*

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 1, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que *dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permitar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao §1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007).*

3

MEDIDA PROVISÓRIA N° 397, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 397, de 2007, que *revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.*

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 2, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que *institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação*

– EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece;

– 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tratando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da

Constituição Federal, reduzindo para dezenas anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezenas anos a idade para imputabilidade penal.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade

prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

16

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 12, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

17

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem),

que altera os arts.47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (*Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas*).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

18
SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 26, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais*.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

19
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB*. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

20
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da*

tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

21
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973* (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolfo Tourinho.

22
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

23
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998* (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº*

5.452, de 1º de maio de 1943

(dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C*

ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável, sob nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar,

de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade*.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos*.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dis-*

põe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

39

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

40

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

41

REQUERIMENTO N° 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando, nos termos regimentais, a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.

Pareceres favoráveis sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*:

Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

42

REQUERIMENTO N° 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

43

REQUERIMENTO N° 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Moarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

44

REQUERIMENTO N° 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

45

REQUERIMENTO N° 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

46

REQUERIMENTO N° 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta Bloco/PR – ES) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, tendo em vista o encerramento da Ordem do Dia.

É lido o seguinte:

EQUERIMENTO N° 200, DE 2008

Requeremos, em conformidade com o art. 145 do Regimento Interno, conjugado com o art. 58 da Constituição Federal, a criação de uma comissão parlamentar de inquérito, composta de 7 membros e igual número de suplentes, com o objetivo de investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de “pedofilia”, bem como a relação desses crimes com o crime organizado, com a duração de 120 dias, estimando-se em R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais) os recursos necessários ao desempenho de suas atividades.

Justificação

A pedofilia é um transtorno da sexualidade, um padrão de comportamento sexual anormal observado em todas as classes sociais, raças e níveis educacionais.

Diffícil de ser tratada, pois tanto o abusador quanto o abusado demandam tratamento intensivo e longo, que além de dividir famílias – alguns acusam o abusador, enquanto outros creditam a prática parafílica à própria vítima – implicam gastos governamentais (não apenas com o tratamento psiquiátrico, mas também físico, em consequência, muitas vezes, do espancamento associado à prática sexual) e prejuízos de ordem comportamental, devido à irreparável separação da criança do seio familiar.

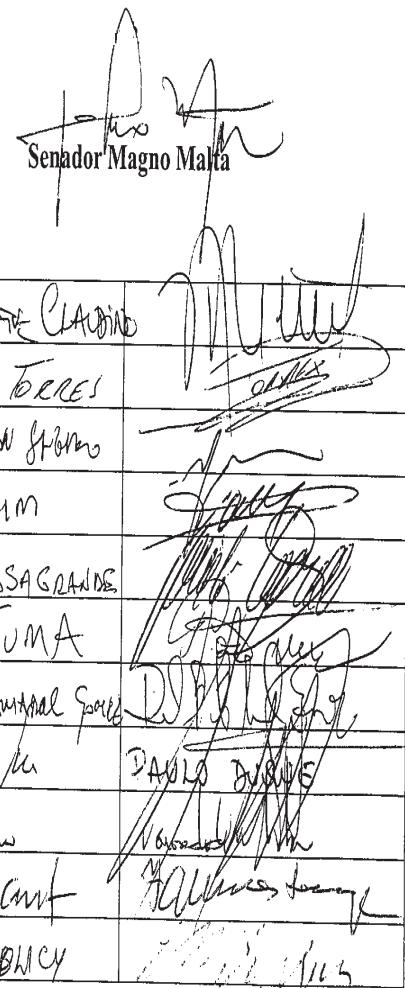
Via de regra, a criança chegará à fase adulta com consequências emocionais gravíssimas, tornando-se deprimida, insegura, com problemas de relacionamento íntimo.

Cotidianamente, a imprensa noticia casos

isolados, que tornar-se-iam inviáveis de serem analisados numa comissão parlamentar de inquérito. Todavia, a operação da Polícia Federal deflagrada no dia 20 de dezembro do corrente, intitulada Operação Carrossel, cujo objetivo é reprimir a prática da pedofilia na rede mundial de computadores e que abarcará 14 Estados da Federação e o Distrito Federal, o que consubstancia a maior operação dessa natureza já realizada no País e que constitui objeto da CPI ora proposta, haja vista a melhor condição de investigação e sistematização de dados.

A partir dos resultados da operação referida, aparecerão imagens e informações que, com certeza, chocarão a sociedade brasileira, mas que, concomitantemente, constituirão subsídios para despertar a maior atenção dos órgãos governamentais para que seja aprimorada a legislação pertinente, e também meios para educar e prevenir a sociedade sobre essa sórdida prática que é a pedofilia.

Sala das Sessões, 4 de março de 2008. .



1	SENADOR VICENTE CLAUDIO	SENADOR MAGNO MALTA
2	DEMÓSTENES TORRES	SENADOR PAPALÉO PAES
3	WILSON SIBOIM	
4	PAULO PAIM	SENADOR RENATO CASAGRADE
5	RENATO CASAGRADE	SENADOR RENATO CASAGRADE
6	Romeu TUMA	SENADOR RENATO CASAGRADE
7	Delcídio do Amaral Soárez	SENADOR RENATO CASAGRADE
8	Luiz Inácio Lula da Silva	SENADOR RENATO CASAGRADE
9	Flávio Buarque	SENADOR RENATO CASAGRADE
10	Mário Neri	SENADOR RENATO CASAGRADE
11	EDUARDO SUDENEY	SENADOR RENATO CASAGRADE

12	DDDD	August Botelho
13	for Navy Beveled	JOSE NERY
14	man Stephen	Jonas Pinheiro
15	del del	virgin serão combici
16	del del	del del
17	del del	del del
18	del del	Pedro Simon
19	del del	GERSON MESSIAS
20	del del	Blm Bento.
21	del del	del del
22	del del	Ernani
23	del del	Agostinho
24	del del	Jairton Vasconcelos
25	del del	Rosalba Gulinini
26	del del	Morarildo Cavalcanti
27	del del	Marcos Maciel

Comissão Parlamentar de Inquérito - SF
Proporcionalidade partidária

Membros do Senado = 81
 Membros da Comissão = 5
 Quociente = 16,200

	Bancada	Quociente Partidário	Lugares	Ajuste pela maior fração			Vagas
				Fração	Ordem	Ajuste	
Minoria (DEM-PSDB) *	28	1,728	1	0,728	1º	1	2
Bloco de Apoio ao Governo (PT-PR-PSB-PCdoB-PP-PRB) *	21	1,296	1	0,296	4º	0	1
Majoria (PMDB)	19	1,173	1	0,173	5º	0	1
PTB	7	0,432	0	0,432	2º	1	1
PDT	5	0,309	0	0,309	3º	0	0
PSOL	1	0,062	0	0,062	6º	0	0
TOTAL	81		3			2	5

* Composição dos blocos partidários:

- Minoria (28): DEM (15) e PSDB (13).
- Bloco de Apoio ao Governo (21): PT (12), PR (4), PSB (2), PCdoB (1), PP (1) e PRB (1).

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR

– ES) – Pela ordem, Senador Inácio Arruda e, em seguida, Senador Marcelo Crivella.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Sr. Presidente, quero...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR

– ES) – Deixe-me despachar.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Despache.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR

– ES) – O requerimento lido contém subscritores do número suficiente para constituir a Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos do art. 145 do Regimento Interno, e será publicado para que produza os devidos efeitos.

Para a Comissão Parlamentar de Inquérito constituida, a Presidência fará, oportunamente, as designações de acordo com as indicações que receber das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR

– ES) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 201, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, sejam registradas em ata Voto de Aplauso à Comunidade Acadêmica da Universidade Federal do Estado do Amapá – UNIFAP, em nome do Reitor da Instituição, Dr. José Carlos Tavares, pelo transcurso dos 18 anos da criação da Unifap, ocorrida em 3 de março do corrente ano.

Justificação

No último dia 3 do mês corrente, a Universidade Federal do Amapá comemorou 18 anos desde sua criação.

A Unifap tem superado inúmeros obstáculos ao longo de sua existência, graças à determinação de seus dirigentes, à dedicação de seu corpo de servidores, em especial, o talento e a capacitação técnica de seu corpo docente.

A universidade tem ofertado profissionais de excelente formação técnica contribuído fortemente para o desenvolvimento regional e melhoria de vida do povo amapaense.

Dentro desses elementos que concorrem para o sucesso e a importância dessa instituição, não poderíamos deixar de mencionar brilhantismo e a obstinação dos alunos, razão maior da existência e do cintilar da Unifap.

Esse renomado Centro de Ensino Públ

ico Superior conta atualmente com 15 cursos de graduação, 3 de mestrado e 1 de doutorado e até o processo seletivo de 2009, implantará outros, dentre esses o curso de medicina, alargando, dessa forma, a oferta de ingressos ao ensino superior.

Contudo, a tenacidade do Reitor José Carlos Tavares, tem transformado o Campus da Universidade Federal do Amapá não apenas em um grande espaço do saber e de pesquisa, mas também, em um verdadeiro canteiro de obras, onde se visualiza a construção do centro de pesquisa, laboratórios, piscina e o prédio da biblioteca, ações que visam a expansão de números de vagas frente à enorme demanda existente.

Sala das Sessões, 4 de março de 2008. – Senador **Papaléo Paes**.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 202, DE 2008

Fulcrados no que preceitua o art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos Voto de Congratulações à Rede Globo de Televisão, na pessoa de seu presidente, Sr. Roberto Irineu Marinho, pela brilhante e relevante campanha de combate à corrupção no País.

Justificação

Indispensável torna-se comentar sobre a importância da comunicação de massa, do papel que a mídia representa para o contexto cultural, em especial para o cumprimento do direito fundamental sobre o acesso à informação, que traduz, de forma clara e direta, o direito do cidadão “se informar”, “informar” e “ser informado”.

O apoio que a Rede Globo de Televisão está dando à Associação Nacional dos Membros do Ministério Público e ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais para o lançamento nacional do projeto “O que você tem a ver com a corrupção?”, que ocorrerá no dia 16 de março de 2008, às 16h, no auditório do edifício sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em Brasília-DF.

O projeto tem por objetivo ajudar na prevenção de ocorrência de novos atos de corrupção e a consequente diminuição dos processos extrajudiciais e judiciais, por meio da educação das gerações futuras, estímulo a denúncias populares e a efetiva punição de corruptos e corruptores. O projeto visa atacar dois pontos fundamentais:

1 – acabar com a impunidade, ou seja, buscar a efetiva punição dos corruptos e dos corruptores, por meio de um canal real para o oferecimento de denúncias, e, o principal;

2 – educar e estimular as novas gerações, mediante a construção, em longo prazo, de um Brasil mais justo e sério, destacando-se o papel fundamental de nossas próprias condutas diárias a partir do princípio, é preciso dar o exemplo.

Sala das Sessões, 4 de março de 2008. – Senador **Mário Couto**.

(À *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*.)

REQUERIMENTO N° 203, DE 2008

Fulcrados no que preceitua o art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos Votos de Congratulações à Associação Nacional dos Membros do Ministério Público e ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, pelo lançamento nacional do relevante projeto “O que você tem a ver com a corrupção?”.

Justificação

A nacionalização do projeto já é uma realidade para o ano de 2008, graças à iniciativa da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP, e do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais – CNPG, além dos apoios, já firmados e oficializados, com a Rede Globo de Televisão; Instituto Rui Barbosa – IRB; Empresa Vale do Rio Doce; Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB; Controladoria Geral da União – CGU; e Confederação Maçônica do Brasil – COMAB.

O lançamento nacional na mídia ocorreu neste mês de janeiro, devendo ser veiculado até o final do ano. O evento oficial de lançamento nacional do projeto ocorrerá dia 16 de março de 2008, em Brasília.

Outros apoios estão em andamento, já bem adiantados, como: Polícia Rodoviária Federal – PRF; Associação Nacional dos Membros dos Tribunais de Contas – ATRICON; Escola Fazendária – ESAF; ONG Atletas pela Cidadania; Fundação Victor Civita (Editora Abril); assembléias legislativas e executivos estaduais; Confen; Anep; Presidentes dos Clubes de Futebol da Série “A” do Campeonato Brasileiro de Futebol; Jornal Folha de São Paulo; Feneec; Abraccine; Abraplex; Secretarias de Educação estaduais e municipais; secretarias da fazenda estaduais e municipais; Grupo Nacional de Educação Fiscal – GEF; etc.

O projeto tem por objetivo ajudar na prevenção da ocorrência de novos atos de corrupção e a consequente diminuição dos processos extrajudiciais e judiciais, por meio da educação das gerações futuras, estímulo a denúncias populares e a efetiva punição de corruptos e corruptores. O projeto visa atacar dois pontos fundamentais:

1 – acabar com a impunidade, ou seja, buscar a efetiva punição dos corruptos e dos corruptores, por meio de um canal real para o oferecimento de denúncias, e, o principal;

2 – educar e estimular as novas gerações, mediante a construção, em longo prazo, de um Brasil mais justo e sério, destacando-se o papel fundamental de nossas próprias condutas diárias a partir do princípio de que, é preciso dar o exemplo.

O primeiro passo para consecução do projeto está envolvendo a promoção, junto ao Ministério Público Brasileiro, de uma valorização especial das atribuições constitucionais da Instituição, estimulando o desempenho de atividades extrajudiciais. Evidente, como nada se constrói sozinho, é preciso envolver outras instituições, empresas e pessoas num projeto de longo prazo que enrede a sociedade em uma campanha de estímulo à ética e a honestidade dos cidadãos.

Combater a corrupção em nosso País é um sonho há muito pretendido por aqueles que preservam os valores éticos e morais, jamais cedendo às fraquezas e mazelas geradas pela facilitação na resolução de problemas sociais, caracterizados pelo entrave burocrático da máquina pública.

Sala das Sessões, 4 de março de 2008. – Senador **Mário Couto**.

(À *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Os requerimentos lidos vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos o que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 204, DE 2008

Requerem a realização de Sessão Especial do Senado Federal em homenagem ao tenista Gustavo Kuerten – Guga, por estar encerrando vitoriosa carreira, que deu ao Brasil uma de suas maiores glórias no mundo dos esportes.

Requeremos, de acordo com o art. 199, do Regimento Interno, a realização de Sessão Especial do Senado Federal em homenagem ao tenista Gustavo Kuerten – Guga, por estar ele se despedindo das quadras, depois de brilhante carreira, que deu ao Brasil uma de suas maiores glórias no mundo dos esportes.

Requeremos ainda que a data da Sessão Especial seja marcada de comum acordo com o homenageado, a fim de não entrar em choque principalmente com a sua agenda de compromissos internacionais.

Justificação

No final da primeira quinzena do mês passado o Brasil assistiu, emocionado, a uma cena várias vezes repetida pelas emissoras de televisão: a do tenista Gustavo Kuerten, o nosso Guga, dirigindo-se ao público que acabara de vê-lo perder uma partida para o argentino Carlos Berlocq e ser eliminado do Brasil Open, na Costa do Sauípe, Bahia – único torneio do País integrante do circuito da Associação dos Tenistas Profissionais e do qual ele foi bicampeão.

Com lágrimas escorrendo pela face – e também da de seu treinador e amigo Larri Passos – e aplaudido de pé por um público também emocionado, Guga se desculpava, como se precisasse fazê-lo, depois de tantas alegrias dadas ao Brasil: “Não é que eu não queira jogar mais. Desculpa, mas não consigo mais”.

Era o início da anunciada despedida das quadras e que incluiria ainda dois torneios no exterior. Despedida um pouco precoce, forçada pelos problemas físicos que o levaram a submeter-se a tratamento nos Estados Unidos.

Nascido em Florianópolis, no dia 10 de setembro de 1976, Guga começou no tênis aos 6 anos e aos 13 passou a dedicar-se com afinco ao esporte, sob as orientações do gaúcho Larri Passos, que o acompanhou em toda a carreira. Destacou-se na categoria juvenil, tendo chegado a ser o terceiro melhor do mundo em simples e o segundo em duplas. Foi campeão da *Sunshine Cup*, a Copa Davis Junior, campeão de duplas de *Roland Garros* e finalista do *Orange Bowl*, o maior torneio juvenil do mundo, em simples e duplas.

Em 1995, tornou-se profissional. Venceu os Torneios *Challengers*, em Campinas-SP (1996) e em Curitiba (1997). E foi nesse mesmo ano que sua vida mudou completamente ao conquistar o título de *Roland Garros*, em Paris, um dos quatro principais torneios de tênis do mundo.

Da noite para o dia, aquele quase desconhecido tenista brasileiro tornava-se uma das estrelas do tênis internacional. Ele conquistaria ainda mais duas vezes esse torneio. Desde o início da era profissional, em 1968, *Roland Garros* só viu, até hoje, cinco tenistas chegarem ao tri-campeonato: além de Guga, o sueco Bjorn Borg (único a vencer seis vezes), o tcheco Ivan Lendl, o sueco Mats Wilander e recentemente o espanhol Rafael Nadal.

Daí para a frente veio uma sucessão de títulos. Foram 20 de simples e 8 de duplas. No ano de 2000, Guga chegou a liderar a Corrida dos Campeões e venceu o *Masters Cup* de Lisboa (torneio dos campeões), derrotando ninguém menos do que Andre Agassi, um dos maiores nomes do tênis, e passando a ocupar o primeiro lugar no **ranking** mundial. Em 2004, chegou a derrotar Roger Federer, em *Roland Garros*. Federer, que já era – e continua sendo – o primeiro do mundo,

perdeu por três sets a zero. Tornou-se o “Rei do Saibro”, ou seja, da quadra de terra. Na quadra de grama, em Wimbledon, chegou às quartas de final, melhor resultado já obtido por um tenista brasileiro.

Tenista homem, porque em Wimbledon, uma mulher, Maria Esther Bueno já se consagrara nas décadas de 50 e 60. Ela foi quem primeiro elevou o nome do Brasil no mundo do tênis. Foi tricampeã em Wimbledon e tetracampeã no Aberto dos Estados Unidos – dois dos quatro torneios do *Grand Slam* – tendo somado 585 títulos em 20 anos de carreira.

Depois de tantos anos passados desses extraordinários feitos de Maria Esther Bueno, veio Guga para nos devolver a alegria de ver o tênis brasileiro novamente nos primeiros lugares do **ranking** mundial. Pelo que fez, portanto, para a projeção do nome do Brasil e pelo incentivo que o seu exemplo de vida e de esportista proporciona à juventude, Guga se torna merecedor desta homenagem que propomos no momento em que encerra a carreira profissional.

Sala das Sessões, 4 de março de 2008. – Senadora **Ideli Salvatti**, – Senador **Neuto de Couto**, – Senador **Arthur Virgílio**, – Senador **Raimundo Colombo**, – Senador **Flexa Ribeiro**, – Senador **Cícero Lucena**.

REQUERIMENTO N° 205, DE 2008

Nos termos do art. 199 do Regimento Interno, Requeiro a realização de Sessão Especial do Senado Federal, a realizar-se no dia 6 de maio de 2008, destinada a homenagear o Ensino Técnico.

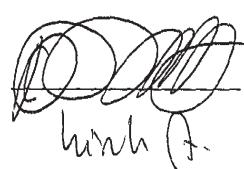
Sala das Sessões, 4 de março de 2008.



Senador PAULO PAIM

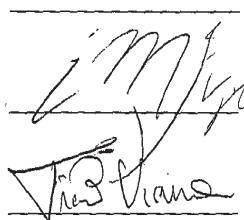
ASSINATURA

SENADOR

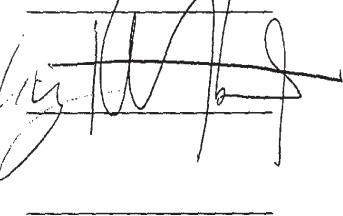


Agusto Boechat

GUSTAVO



Gustavo Viana



O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão apreciados oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Inácio Arruda e, em seguida, Senador Crivella.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Inscreva-me, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – E o Senador Mário Couto.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a conhece o Estado do Ceará, sabe das dificuldades que o nosso Estado tem. Estamos ali no semi-árido, mais de 80% do território em cima de um cristalino, uma pedra. Então, os cearenses trabalham intensamente para sobreviver. É um esforço extraordinário de inteligência, de se capacitar, de se preparar, de correr mundo para sobreviver.

Por sorte, também a natureza, que nos criou dificuldades fazendo com que vivêssemos em cima de uma pedra, praticamente, deu-nos um belo litoral, com muitas praias, falésias, dunas, riachos entrecortando essas dunas, o que tem permitido ao Ceará ocupar um largo espaço na indústria turística, que é benéfica para o nosso Estado. Quanto mais turistas, melhor para a economia cearense, melhor para o povo cearense.

Há uma praga que nasceu antes do turismo – não é um problema do turismo, pois vem de muito antes –, que é exatamente a afronta com que têm sido tratadas as crianças, principalmente as mais pobres da periferia da nossa cidade, assim como acontece com outras regiões metropolitanas, mas principalmente as mais pobres da periferia: crianças de oito, nove, dez, onze, doze anos são submetidas a essa atitude criminosa da pedofilia.

Eu quero separar isso do turismo para não contaminar uma indústria tão importante para a nossa cidade de Fortaleza, para a região metropolitana e para o Estado do Ceará, assim como o é para Natal, assim como tem se desenvolvido em São Luís, em Recife; no Estado do Piauí, em Paranaíba e mesmo em Teresina. Temos buscado aproveitar essas vantagens do turismo, mas não podemos deixá-la ser contaminada por essa praga da pedofilia. E a Comissão Parlamentar de Inquérito tem este objetivo: vamos identificar quem são os responsáveis, quem são os estimuladores, quem é que ganha – e muito – com essa atividade criminosa contra as crianças, não só do Ceará.

Estou dizendo isso porque sei da realidade do meu Estado e quero apoiar decididamente a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Mas essa é uma situação que vive o Brasil. Devemos eliminar essa chaga não só investigando, mas apoiando as políticas públicas do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios, para que as crianças sejam acolhidas nas escolas, nas creches, tendo um tratamento adequado, e não largadas para que a pedofilia e outros crimes contra as crianças possam ser cometidos.

Quero apoiar a iniciativa de V. Ex^a e dizer que V. Ex^a conta com o trabalho da nossa equipe, para que possamos ajudá-lo lá no nosso Estado, lá no Ceará, para reforçar as posições da CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Antes de conceder a palavra ao Senador Marcelo Crivella, ao Senador José Sarney, ao Senador Mário Couto e ao Senador Paulo Paim, quero rapidamente fazer duas leituras de retificação.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu expediente do Senador Gerson Camata, informando ocorrência de lapso manifesto no texto do Projeto de Resolução nº 01, de 2008, solicitando sua devida retificação.

A referida proposição foi aprovada pelo Senado Federal na sessão do dia 20 último, nos termos do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.

Uma vez que, conforme manifestação do Senador Gerson Camata, Relator da referida proposição, trata-se de inexactidão material devido a lapso manifesto, cuja correção não importa em alteração no sentido da matéria, a Presidência determina a retificação do texto da redação final da matéria, bem como a sua republicação, nos termos do disposto no inciso III do art. 325 do Regimento Interno.

É o seguinte o expediente encaminhado pelo Senador Gerson Camata, que será publicado:

ADENDO

Ao Parecer nº 87, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, sobre o Projeto de Resolução nº 1, de 2008.

Com a finalidade de adequar o Projeto de Resolução nº 1, de 2008, à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e às normas gramaticais vigentes, sem alteração do mérito da matéria, cumpre proceder adequações ao Parecer nº 87, de 2008 (CAE), de modo que o Projeto de Resolução nº 1, de 2008, passa a apresentar a seguinte redação:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 1, DE 2008

Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$44,000,000.00 (quarenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, para financiamento do Programa Estadual de Transportes – PET (Rio de Janeiro Mass Transit Project – PET).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Rio de Janeiro autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$44,000,000.00 (quarenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento do Programa Estadual de Transportes – PET (**Rio de Janeiro Mass Transit Project – PET**), mediante aditivo ao Contrato de Empréstimo nº 4.291-BR (**Rio de Janeiro Mass Transit Project – PET, Loan 4.291-BR, Additional Loan 4.291-BR, Amendment to the Loan and Guarantee Agreements**).

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado do Rio de Janeiro;
II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);
III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: de até US\$44,000,000.00 (quarenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – modalidade: **Fixed Spread Loan** (Margem Fixa);

VI – prazo de desembolso: 2 (dois) anos;

VII – amortização: em 20 (vinte) parcelas semestrais, consecutivas, vencíveis a cada 15 de abril e 15 de outubro entre 15 de abril de 2013 e 15 de outubro de 2022;

VIII – juros: exigidos semestralmente, em 15 de abril e 15 de outubro, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela LIBOR semestral para dólar americano, acrescidos de um **spread** a ser determinado pelo BIRD a cada exercício fiscal e fixado na data de assinatura do contrato;

IX – comissão de compromisso: 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos devedores não desembolsados, exigida semestralmente, nas mesmas datas de pagamentos dos juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;

X – comissão à vista (**front-end fee**): 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade.

§ 1º Ao financiamento pretendido fica facultada a conversão de taxa de juros aplicável a montante parcial ou total do empréstimo, de flutuante para fixa e vice-versa; o estabelecimento de tetos e bandas para flutuação da taxa de juros; a alteração da moeda de referência da operação de crédito para montante já desembolsado; e a alteração da moeda de referência da operação de crédito para montante a desembolsar.

§ 2º O exercício das opções referidas no parágrafo anterior implica a cobrança dos custos eventualmente incorridos pelo BIRD na realização das opções, e de comissão de transação (**transaction fee**), que varia de 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento) até 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento).

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Rio de Janeiro na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** fica condicionada a que o Estado do Rio de Janeiro celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação dos direitos e créditos relativos às quotas e às receitas tributárias previstas nos arts. 155, 157 e 159, combinados com o art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em Direito admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das transferências constitucionais ou das contas centralizadoras arrecadação do Estado.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão,

, Presidente

l - 7

, Relator

**É O SEGUINTE O TEXTO DA REDAÇÃO
FINAL RETIFICADA:**

**PARECER N° 152, DE 2008
COMISSÃO DIRETORA**

Redação final do Projeto de Resolução n° 1, de 2008.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução n° 1, de 2008, que autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, para financiamento do Programa Estadual de Transportes – PET (Rio de Janeiro Mass Transit Project – PET), promovendo a correção do lapso manifesto nos termos do Adendo do relator.

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de fevereiro de 2008.

ANEXO AO PARECER N° 152, DE 2008

Redação final do Projeto de Resolução n° 1, de 2008.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO
N°, DE 2008**

Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$44,000,000.00 (quarenta e quatro milhões de dólares norte-americanos), de principal, para financiamento do Programa Estadual de Transportes – PET (Rio de Janeiro Mass Transit Project – PET).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Rio de Janeiro autorizado a contatar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$44,000,000.00 (quarenta e quatro milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento do Programa Estadual de Transportes – PET (Rio de Janeiro Mass Transit Project – FEZ),

mediante aditivo ao Contrato de Empréstimo n° 4.291 -BR (Rio de Janeiro Mass Transit Project – PET, Loan 4291-BR, Additional Loan 4291-1-BR, Amendment to the Loan and Guarantee Agreements).

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado do Rio de Janeiro;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: de até US\$44,000,000.00 (quarenta e quatro milhões de dólares norte-americanos);

V – modalidade: Fixed Spread Loan (Margem Fixa);

VI – prazo de desembolso: 2 (dois) anos;

VII – amortização: em 20 (vinte) parcelas semestrais, consecutivas, vencíveis a cada 15 de abril e 15 de outubro entre 15 de abril de 2013 e 15 de outubro de 2022;

VIII – juros: exigidos semestralmente, em 15 de abril e 15 de outubro, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela Libor semestral para dólar norte-americano, acrescidos de um *spread* a ser determinado pelo Bird a cada exercício fiscal e fixado na data de assinatura do contrato;

IX – comissão de compromisso: 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre os saldos devedores não desembolsados, exigida semestralmente, nas mesmas datas de pagamento dos juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;

X – comissão à vista (*front-end fee*): 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade.

§ 1º Ao financiamento pretendido fica facultada a conversão de taxa de juros aplicável a montante parcial ou total do empréstimo, de flutuante para fixa e vice-versa; o estabelecimento de tetos e bandas para flutuação da taxa de juros; a alteração da moeda de referência da operação de crédito para montante já desembolsado; e a alteração da moeda de referência da operação de crédito para montante a desembolsar.

§ 2º O exercício das opções referidas no § 1º implica cobrança dos custos eventualmente incorridos pelo Bird na realização das opções, e de comissão de

transação (*transactionfee*), que varia de 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento) até 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento).

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Rio de Janeiro na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** fica condicionada a que o Estado do Rio de Janeiro celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação dos direitos e créditos relativos às quotas e às receitas tributárias previstas nos arts. 155, I/57 e 159, combinados com o art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em Direito admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das transferências constitucionais ou das contas centralizadoras da arrecadação do município.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu expediente do Senador Cícero Lucena, informando a ocorrência de lapso manifesto no texto do Projeto de Resolução nº 2, de 2008, solicitando sua devida retificação.

A referida proposição foi aprovada pelo Senado Federal na sessão do dia 20 último, nos termos do Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.

Uma vez que, conforme manifestação do Senador Cícero Lucena, relator da referida proposição, trata-se de inexatidão material devido a lapso manifesto, cuja correção não importa em alteração no sentido da matéria, a Presidência determina a retificação do texto da redação final da matéria, bem como a sua republicação, nos termos do disposto no inciso III do art. 325 do Regimento Interno.

É O SEGUINTE O EXPEDIENTE ENCAMINHADO PELO SENADOR CÍCERO LUCENA, QUE VAI À PUBLICAÇÃO:

ADENDO

Ao Parecer nº 88, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, sobre o Projeto de Resolução nº 2, de 2008.

Com a finalidade de adequar o Projeto de Resolução nº 2, de 2008, à Lei Complementar nº 95, de 26

de fevereiro de 1998, e sua redação às normas gramaticais vigentes, sem alteração do mérito da matéria, cumpre proceder adequações ao Parecer nº 88, de 2008 (CAE), de modo que o Projeto de Resolução nº 2, de 2008, passa a apresentar a seguinte redação:



PROJETO DE RESOLUÇÃO N° , DE 2008

Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, para financiamento parcial do Programa de Fortalecimento da Competitividade das Empresas Localizadas em Arranjos Produtivos do Estado de São Paulo”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de São Paulo autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Fortalecimento da Competitividade das Empresas Localizadas em Arranjos Produtivos do Estado de São Paulo.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – valor do empréstimo: até US\$ 10.000.000,00 dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

II – valor da contrapartida: US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

III – desembolso: em até 3 (três) anos;

IV – amortização: em 34 (trinta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se nos dias 15 dos meses de junho e dezembro, sendo a primeira aproximadamente 3 (três) anos e 6 (seis) meses contados da data de assinatura

do contrato, e a última por volta de 20 (vinte) anos daquela data de assinatura;

V – juros: exigidos semestralmente e devidos nos dias 15 de junho e dezembro de cada ano, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela **a)** taxa de juros Libor trimestral para dólar americano, **b)** mais (ou menos) uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos modalidade LIBOR, **c)** mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da Libor e **d)** mais a margem para empréstimos do capital ordinário;

VI – comissão de crédito: exigida semestralmente nas mesmas datas do pagamento dos juros e calculada com base na taxa de até 0,75% (setenta e cinco centésimos de um por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, segundo consta nas Normas Gerais do Acordo de Empréstimo, Art. 3.02, cabendo ressaltar que, de acordo com a Cláusula 2.05 das Disposições Especiais da minuta do Acordo de Empréstimo, o Mutuário, a princípio, pagará Comissão de Crédito de 0,25% (vinte e cinco centésimos de um por cento) ao ano, podendo este percentual ser modificado semestralmente pelo Banco sem que, em caso algum, possa exceder o percentual previsto de 0,75% (setenta e cinco centésimos de um por cento) ao ano;

VII – recursos para inspeção e supervisão gerais: durante o período de desembolso, não serão reservados recursos do Financiamento para atendimento de despesas de inspeção e supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante tal período, sendo que em nenhum caso, para atender as referidas despesas em um semestre determinado, poderão destinar-se recursos superiores a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. Até a data do primeiro desembolso do empréstimo, o mutuário poderá exercer opção de alterar a taxa de juros baseada na Libor por uma “taxa de juros ajustável”, conforme o custo de captação do BID para empréstimos qualificados.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado de São Paulo na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** fica condicionada a que o Estado de São Paulo, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, satisfaça as seguintes demandas:

I – Cumpra todas as condições prévias à realização do primeiro desembolso, condições essas que constam da Seção 4.01 das Normas Gerais e da Seção 3.02 da minuta negociada do Acordo de Empréstimo (folhas 639/666), esperando-se que o Ministério da Fazenda, para evitar o pagamento desnecessário de comissões de compromisso, verifique o cumprimento dessas condicionalidades, inclusive mediante prévia manifestação do BID;

II – Inclua o Programa que será parcialmente financiado pelo empréstimo no Plano Plurianual do Estado para o período 2008/2011; e

III – Formalize o respectivo contrato de contragarantia.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de publicação.”

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

É O SEGUINTE O TEXTO DA REDAÇÃO FINAL RETIFICADA.

PARECER N° 153, DE 2008
(Da Comissão Diretora)

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N°2, DE 2008

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 2, de 2008, que autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, para financiamento parcial do Programa de Fortalecimen-

to da Competitividade das Empresas Localizadas em Arranjos Produtivos do Estado de São Paulo, promovendo a correção do lapso manifesto nos termos do Adendo do relator.

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de fevereiro de 2008.

ANEXO AO PARECER Nº 153, DE 2008

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2008.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2008

Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$10,000,000.00 (dez milhões de dólares norte-americanos), de principal, para financiamento parcial do Programa de Fortalecimento da Competitividade das Empresas Localizadas em Arranjos Produtivos do Estado de São Paulo.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de São Paulo autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$10,000,000.00 (dez milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Fortalecimento da Competitividade das Empresas Localizadas em Arranjos Produtivos do Estado de São Paulo.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 10 deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – valor do empréstimo: até US\$10,000,000.00 (dez milhões de dólares norte-americanos);

II – valor da contrapartida: US\$10,000,000.00 (dez milhões de dólares norte-americanos);

III – desembolso: em até 3 (três) anos;

IV – amortização: em 34 (trinta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, de valores

tanto quanto possível iguais, vencendo-se nos dias 15 dos meses de junho e dezembro, sendo a primeira aproximadamente 3 (três) anos e 6 (seis) meses contados da data de assinatura do contrato, e a última por volta de 20 (vinte) anos daquela data de assinatura;

V – juros: exigidos semestralmente e devidos nos dias 15 de junho e dezembro de cada ano, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela: a) taxa de juros Libor trimestral para dólar norte-americano, b) mais (ou menos) uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos modalidade Libor, c) mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da Libor e d) mais a margem para empréstimos do capital ordinário;

VI – comissão de crédito: exigida semestralmente nas mesmas datas do pagamento dos juros e calculada com base na taxa de até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, segundo consta nas Normas Gerais do Acordo de Empréstimo, Art. 3.02. Cabe ressaltar que, de acordo com a Cláusula 2.05 das Disposições Especiais da minuta do Acordo de Empréstimo, o Mutuário, a princípio, pagará Comissão de Crédito de 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano), podendo este percentual ser modificado semestralmente pelo Banco sem que, em caso algum, possa exceder o percentual previsto de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

VII – recursos para inspeção e supervisão gerais: durante o período de desembolso, não serão reservados recursos do financiamento para atendimento de despesas de inspeção e supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante tal período, sendo que em nenhum caso, para atender as referidas despesas em um semestre determinado, poderão destinar-se recursos superiores a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. Até a data do primeiro desembolso do empréstimo, o mutuário poderá exercer opção de alterar a taxa de juros baseada na Libor por uma “taxa de juros ajustável”, conforme o custo de captação do BID para empréstimos qualificados.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado de São Paulo na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no caput fica condicionada a que o Estado de São Paulo, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, satisfaça as seguintes demandas:

I – cumpra todas as condições prévias à realização do primeiro desembolso, condições essas que constam da Seção 4.01 das Normas Gerais e da Seção 3.02 da minuta negociada do Acordo de Empréstimo (folhas 639/666), esperando-se que o Ministério da Fazenda, para evitar o pagamento desnecessário de comissões de compromisso, verifique o cumprimento dessas condicionalidades, inclusive mediante prévia manifestação do BID;

II – inclua o Programa que será parcialmente financiado pelo empréstimo no Plano Plurianual do Estado para o período 2008/2011; e

III – formalize o respectivo contrato de contragarantia.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria apenas de pedir a V. Ex^a que registre o meu voto favorável ao indicado do Governo para aquela agência de portos, ligada ao Ministério dos Transportes, a Antac.

Se V. Ex^a puder fazer este registro, fico muito agradecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas para fazer uma observação e ratificar, mais uma vez, a minha posição quanto às duas CPIs que já foram lidas neste plenário: a dos crimes de pedofilia, de que V. Ex^a é autor, e também a CPI dos cartões corporativos.

Entendi eu, Sr. Presidente, que são duas CPIs de fundamental importância – logicamente que a do Dnit também o é. Mas avaliei que a CPI do Dnit não tem tanta pressa porque os fatos estão claros e serão, com certeza, pesquisados.

Quero apenas deixar o meu registro, mais uma vez, nas notas taquigráficas desta Casa, de que já falei pela segunda vez ao Presidente Garibaldi para que ele possa ler a autoria da minha CPI e que ela possa começar no mês de agosto, no próximo semestre. E, assim, com certeza, investigaremos todas as nossas intenções no Dnit.

E quero, ao terminar minha questão de ordem, dizer a V. Ex^a e a todos os aposentados deste País que nós não vamos deixar por menos a questão do projeto do Senador Paulo Paim. Foram vários Senadores, acima da minha expectativa, e – tenho certeza – até da expectativa dos Senadores Paim, Mão Santa, Mesquita e Nery. Nós não vamos deixar por menos essa situação.

Deixo bem claro aqui e registrado também nas notas taquigráficas deste Parlamento que, amanhã, faremos vários pronunciamentos direcionando as nossas ações sobre essa questão. Nós, há muito tempo, vimos chamando a atenção de todos os relatores e presidentes de comissões, mas o que observamos foi: gaveta, gaveta e gaveta. E o aposentado e a aposentada deste Brasil sofrendo. Precisamos ter, definitivamente, uma solução para o assunto. Definitivamente! Estamos abertos a conversas. Não somos radicais, mas não vamos abrir mão dessa decisão e de solucionarmos o problema do aposentado e da aposentada deste País. Devemos começar pelo projeto do Senador Paim, da Base do Governo, que entende do assunto e há muito tempo externa o sentimento dele, da sua sensibilidade de como está na miséria o aposentado, a aposentada, o pensionista e a pensionista desta Nação.

Por isso, amanhã, farei um pronunciamento direcionado à solução deste assunto. E tenho o aval do próprio autor e de vários Senadores que vieram a mim, esta tarde, dizer que nós temos, custe o que custar, doa a quem doer, que continuar levantando a bandeira dos aposentados e pensionistas deste País, até, repito, até, Sr. Presidente, chegarmos a uma solução.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Senador, pela sua paciência.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Agradeço, Senador Mário Couto, porque V. Ex^a abriu mão, uma vez que a sua CPI foi inscrita na Mesa, foi protocolada primeiro que a CPI da Pedofilia. E V. Ex^a entendeu a gravidade desse problema que grassa na sociedade brasileira, para mim, a níveis tão perversos quanto o próprio narcotráfico e que precisa realmente ser investigado neste Parlamento.

Eu agradeço a V. Ex^a por ter atendido o meu apelo e da sociedade brasileira, porque V. Ex^a é pai de família, é um Parlamentar experiente e sabe exatamente o que nós estamos vivendo com essa miséria chamada pedofilia no Brasil.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim e, em seguida, ao nobre Senador José Sarney.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Sim, pela ordem, mas todos pediram a palavra pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, pela ordem, depois de Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Magno Malta quero só registrar o apoio a sua iniciativa.

De fato, eu tive oportunidade de dialogar com V. Ex^a sobre os documentos a que já tem acesso, inclusive de vídeos, que mostram barbaridades de violência contra as crianças em matéria de exploração sexual.

Eu, que não participo e nunca participei de nenhuma CPI, quero estar junto com V. Ex^a combatendo esses assassinos, esses bandidos.

Eu queria que V. Ex^a me garantisse a palavra a seguir. Eu estou como orador inscrito logo após esse comentário sobre o trabalho brilhante que V. Ex^a está fazendo, para o qual está chamando todos os Senadores para que façam uma vigília nacional contra a exploração de crianças e adolescentes; e a trincheira

vai ser a CPI levantada aqui por V. Ex^a. Meus cumprimentos.

Sr. Presidente, eu esperarei para falar como orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Recebo a palavra de V. Ex^a com muita emoção, até porque fomos Deputados Federais juntos e sei que V. Ex^a realmente nunca participou de CPI. Como homem que milita nos direitos humanos, se eu mostrasse a V. Ex^a um vídeo só, que eu recebi esta semana, do Ministério Público de Minas Gerais, como pai de família, iria pedir que a terra abrisse para V. Ex^a cair dentro e desaparecer, pois foi como eu me senti ao ver um homem de 64 anos estuprando uma criança de 4 anos de idade.

Esse foi um vídeo que recebi esta semana. Quer dizer, há comportamentos dessa natureza documentados, e não somente em crimes ciberneticos, crimes da *internet*, pois a Polícia Federal do Brasil, graças a Deus, foi a que mais avançou no mundo e vai ser nossa parceira nesse processo, junto com o Ministério Público, que tem uma diversidade de informações, mas está com os braços atados. A CPI vai ajudá-la a desatar os braços, e certamente nós vamos prestar um serviço significativo, Senador Paim, à família brasileira.

Senador Sarney, foi de propósito que eu vou deixando V. Ex^a para o final, porque V. Ex^a vai fazer um pronunciamento e precisa de tempo, tendo em vista a experiência que tem. Foi como eu disse à Claudia: “Vou deixar ele para o final, porque, certamente, V. Ex^a vai tratar do assunto e vai dar contornos a todos os assuntos que foram tratados aqui e que nós não demos.

V. Ex^a tem a palavra. Em seguida, o Senador Mão Santa e, depois, o Senador Geraldo Mesquita.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado a V. Ex^a.

Venho a esta tribuna para pedir a transcrição nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal *O Globo*, de domingo e segunda-feira, que revela o trabalho humano, vigoroso e corajoso de Dom Eugênio Sales, durante os anos em que vivemos regimes autoritários no Cone Sul.

Sua ação vigorosa e cristã salvou a vida de milhares de refugiados políticos. Ele intermediou, com

seu temperamento, solturas e dissuadiu muitas ações militares de perseguição e violência. Dom Eugênio salvou vidas e evitou muitos sofrimentos.

Ele o fez despojado das luzes de quem quer aparecer. Eu sou amigo, há muitos anos, de Dom Eugênio Sales. Com ele tive muitos e muitos encontros, mas nunca ouvi de seus lábios nenhuma referência a esses fatos levados ao conhecimento do País pelo jornal *O Globo*. Não os anunciaava, certamente, porque não era um militante; ele era um homem de ação, ele era um homem de resultados. D. Eugênio exerceu para o País uma função que revela agora o seu temperamento de ser um homem discreto, de ser um homem religioso, de ser um homem cristão, que não queria, de maneira nenhuma, figurar no noticiário. O que desejava era, realmente, cumprir uma missão humanitária, que ele cumpriu muito bem.

O Padre Vieira, Sr. Presidente, tem um sermão – e eu cito muito o Padre Vieira –, chamado o Sermão da Sexagésima, que ele fez em Lisboa enquanto cumpria a missão no Maranhão. Nos seus livros, ele o colocou em primeiro lugar, entre os sermões que chamava de Quaresmais. Ele diz, nesse sermão, que há dois tipos de sacerdotes: aqueles que pregam pela palavra e aqueles que pregam pela ação – aqueles que não têm outra finalidade senão aquela de, pelas obras, darem os seus exemplos.

Nesse sermão, o Padre Vieira desenvolve um tema baseado no Velho Testamento, em que ele pega aquelas palavras que lá estão escritas que diz: do semeador que vai a semear. *Ecce exiit qui seminat, seminare.* Sai o semeador para semear. Percebemos que Padre Vieira distingue: o semeador e o homem que semeia, que não são a mesma coisa. O semeador é uma palavra, mas o homem que semeia é o homem de ação. Dom Eugênio, na realidade, encarna aquilo que Padre Vieira, no Sermão da Sexagésima, falava

sobre os pregadores. Ele era o homem da ação; ele não era somente o homem da palavra.

Dom Eugênio está colocado entre os nomes maiores da Igreja do Brasil. O que *O Globo* revelou foi uma ação persistente, uma ação continuada, uma ação difícil naqueles tempos, mas que demonstrava aquilo que Dom Eugênio sempre teve: a coragem moral. Por isso mereceu o respeito do País e dos seus superiores, com os cargos que ocupou no Vaticano e a ação que desenvolveu no Brasil não só como pregador, mas também como escritor, um homem que constantemente está exercendo o direito de dar seus pensamentos.

Agora, Dom Eugênio é um homem que já envelheceu. Outro dia, ele me dizia que, nas suas noites, na sua solidão, no Palácio São Joaquim, passa a noite ouvindo os tiros das metralhadoras, daquela coisa terrível que é aquela guerra que se trava entre traficantes e criminosos nas favelas do Rio de Janeiro. Ele me disse: “Eu, hoje, só tenho, para cumprir com meu trabalho, a minha oração.”

É esse homem que envelhece e que ainda está com os ouvidos abertos para essa luta da violência urbana. É um homem, portanto, que merece nosso respeito e a nossa admiração. Devemos nos orgulhar de ter no Brasil um homem da dimensão moral e pessoal, com a história de Dom Eugênio Sales.

Portanto, este é o sentido das minhas palavras: pedir que fique nos Anais desta Casa esse documento da História do Brasil.

Muito obrigado a V. Ex^a. Desculpe-me se ultrapassei os três minutos.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR JOSÉ SARNEY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O GENERAL DO PAPA

O Vaticano pediu e eu preferia dialogar e salvar

Dom Eugenio conta as razões de sua atuação silenciosa na ditadura militar

José Casado

Enchapuzado, foi jogado nu no chão frio. Tateou as paredes e sentiu o revestimento de madeira com pequenos furos — o lugar era à prova de som. A luz sumiu, e a cela ficou subitamente gelada. Vieram os ruídos, cada vez mais altos. Depois, silêncio, frio e sede:

— Deixaram-me sedento — ele conta. — Só davam comida bem salgada. Alternavam luz, escuridão, ruídos e muito frio. Sonhava com uma folha de jornal entre o chão e o corpo.

Um dia, a porta abriu e jogaram um macacão para o sanitário José Noronha, atual chefe da Secretaria Nacional de Atenção à Saúde, em Brasília. Depois de um banho, foi empurrado para uma cela com colchão. Nem teve tempo para o êxtase da visão da cama, acabou plantado diante de um oficial:

— Era o general [Sylvio] Frota. Perguntou se eu estava bem, respondi que não. Ele foi embora. Era véspera ou dia de Natal. Sei disso porque me prenderam no dia 18 de dezembro e nas salas em volta comemoravam o Natal. Entendi que estava preso há dez dias no quartel da Polícia do Exército, aquele da Rua Barão de Mesquita. Fui entregue à família, no dia seguinte.

“Frota, você tem a cara feia e o coração bôbo”

• O general Frota comandava o Exército, no Rio. Pouco antes, recebeu um telefonema do cardeal Eugenio Sales, que relata:

— Falei com o Frota. Ele telefonou de volta, zangado, dizendo que era um comunista. Eu disse: “Não é, conheço ele e a família.” E ele: “É.” Ficamos naquele “é”, “não é”, até que eu disse: “Agora o senhor faça o favor de soltá-lo.” E ele: “Vou ver o que posso fazer.” Aí, eu disse, lembro-me bem disso: “Vai soltar antes do Natal, viu Frota. Você tem a cara feia, e o coração bôbo” — o cardeal ri. — Nunca me esqueci, desse termo: “A cara feia, o coração bôbo.”

Noronha supõe ter sido preso por causa de contatos com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), mais de cinco anos antes, quando presidiu o Centro Acadêmico Carlos Chagas.

— Certeza só a de que Dom Eugenio foi essencial. Evitou que eu sofresse mais, tomasse choque elétrico, coisas assim. Teve extrema gratidão a ele, que fez isto com muitos outros.

No Brasil daquele Natal de 1973, o governo Emílio Médici comemorava um crescimento econômico de 14% (inédito e que não voltaria a ocorrer nas três décadas seguintes), liquidara o terrorismo, a guerrilha na Amazônia e equipara a ditadura militar com uma máquina de extermínio de esquerdistas.

Unido na luta pela autonomia institucional, o clero se dividia na “teologia da libertação”. O debate refletia uma sociedade renascente, que encontrara na Igreja abrigo singular e independente para vazar seu protesto em um tempo de matança e censura. Dois cardeais, com estilos distintos de atuação política, galvanizavam o episcopado: o anticomunista Eugenio Sales, no Rio, e o liberal Fausto Evaristo Arns, em São Paulo.

Filho de imigrantes alemães, Arns saía de Forquilhinha (SC) aos 12 anos de idade para se ordenar em um clausório franciscano no Paraná. Clamando contra a tortura na capital paulista, cristalizava a resistência civil.

Sales, nascido em Acari (RN), sonhava com agronomia quando o pai desembargador o internou no seminário de Natal, aos 11 anos. Em silêncio, o cardeal do Rio cultivava relações com o poder militar e ajudava a salvar vidas — de brasileiros e de refugiados das ditaduras do Cone Sul, que abrigaria entre 1976 e 1982.

— Se eu anunciasse o que estava fazendo, não tinha chance. Muitos não concordavam, mas eu preferia dialogar e salvar. Agora, eu mantinha a posição da Igreja, que era esse

Chegou a ter dúvidas sobre essa postura. Numa noite procurou um conselheiro, o advogado católico Sobral Pinto:

— Eu era pressionado por outros, que não concordavam. Expliquei que minha posição era essa, porque o Papa Paulo VI me chamou, e o padre que era o número três no Vaticano completou, disse-me que continuasse naquele rumo. Disse expressamente "continue nesse rumo". Então contei ao Sobral e ele ele disse: "Se é o Papa quem diz isso em carne e osso, então ele tem razão."

No Rio, era criticado dentro e fora da arquidiocese. Pelo autoritarismo e a maneira imiplacável ao lidar com quem defendia o marxismo como instrumento de formação da doutrina social da Igreja.

O jeito taciturno e conservador na ditadura contrastava com a fama de "bispo do Nordeste", inovador nas ações pastorais com os pobres — criara comunidades eclesiásicas de base e sindicatos rurais, em paralelo às Ligas Camponesas de Pernambuco, quando passou pela arquidiocese de Natal, entre 1954 e 1965.

Quando aportou no Rio, em 1971, impôs a lei do silêncio na sua jurisdição. Proibiu dominicanos de rezar missa "pelos mäes" dos presos políticos, simplesmente anunciarão aos jornais. E batalhou no Vaticano, onde chegou a acumular 11 cargos, para costurar a

mordaça que seria imposta na década seguinte aos irmãos Boff — expoentes da "teologia da libertação" —, enquanto sinbar outros teólogos de ensinar na rede católica.

Manteve um silencioso embate com a corrente católica tradicionalista, agrupada desde os anos 50 em torno do bispo Antônio de Castro Mayer, da diocese de Campos (RJ), e do conservador Gustavo Corção, articulista do GLOBO. Em gesto raro, fez ácida e pública condenação do escritor, por achar suas crônicas "desrespeitosas" em relação ao Papa.

"Fui duro, breve, e Medici teve humildade"

• Aos olhos dos chefes do regime, era a principal autoridade da Igreja brasileira. Medici o recebeu no Palácio do Planalto, em 1970, com um ceremonial próprio para chefes de Estado. Tiveram uma conversa "duríssima", diz o cardeal:

— Fui duro e breve. Era uma dura provocativa, uma dura que mostrava sinceridade. Eu precisava dizer a ele que não podia ser [a matança], não podia continuar assim. Ele teve humildade. Até disse: "Eu te admiro, porque é tido assim como estúpido, forte nas coisas." E mostrou a dificuldade que tinha. Disse que as coisas demoravam para chegar até ele e, quando chegavam, nada mais podia fazer. Não justifico, mas entendi o problema.

Zeloso com a autonomia da Igreja, desconcertou o comandante de Salvador, general Abdón Sena, que lhe pediu missa pelo aniversário do instruimento mais simbólico da ditadura, o Ato Institucional Número 5.

— Vocês que estão satisfeitos com o AI-5 podem agradecer a Deus, mas não por meu intermédio — respondeu.

Queria visitar presos políticos e percebeu resistência.

— Sou bispo e se não puder visitar um prédio público na minha jurisdição, vou me recolher à prisão domiciliar — anunciou ao general responsável, e as portas dos presídios cariocas se abriram ao cardeal.

Sebastião Paixão, ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), atual presidente do PPS de Niterói, relata o peso disso para os presos políticos:

— Fui torturado durante 83 dias e depois mandado para o presídio da Rua Frei Caneca. Um dia, Dom Eugenio foi lá e pedi que arranasse nossa transferência para Bangu, onde as famílias poderiam nos visitar. Dois dias depois, mudamos. Na prisão, eu fiz uma progravação do Cristo Redentor para ele, em agradecimento.

Quando a cúpula do PCB foi dizimada nos porões do regime, o general Ernesto Geisel governava. Entre as vítimas estava Luís Maranhão, ex-deputado do Rio Grande do Norte, amigo do cardeal Sales. Ele apelou a Geisel. Deixou-lhe um papel com o registro do pedido. Em vão. ■

*Agenda de um encontro
no Palácio do Planalto, em
meados de 1970*

- | |
|--|
| 1. Visita de cortesia do Pastor da Diocese ao Presidente |
| 2. Falar de cristão a cristão. |

f) Importância da localização de um grupo de presos que se encontra desaparecido. Comprovará as intenções do Governo em respeitar os Direitos Humanos.

+ L. J. M. S. B.

Igreja Católica do Brasil se opôs à da Argentina

Enquanto o episcopado brasileiro se unia na oposição à ditadura militar, a hierarquia católica argentina apoiava o regime

José Casado

Na manhã de segunda-feira 6 de agosto de 1979, dez refugiados políticos tomaram um ônibus na zona portuária do Rio em direção ao Flamengo. Eram cinco homens e cinco mulheres, com três crianças. Chegaram juntos de São Paulo e alguém teve uma idéia.

Por volta das 9h30m uma das mulheres foi ao consulado da Suécia, no prédio 344 da Praia do Flamengo, e pediu para falar com o cônsul. Apareceram outros. Logo, os sete chilenos, dois argentinos e uma uruguaia anunciam a ocupação.

Quem dirigia a cena era um argentino magro, barba rala, bigode espesso, cabelos cuidadosamente penteados com gomalina. Vestia uma calça jeans da moda ("Lee", dizia a etiqueta), camisa de estampa quadriculada. Se apresentava como "Roberto Marenco, do Frente de Refugiados Latino-americanos".

O cônsul-geral Lennart Hennings chamou o representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), Rolf Jenny, que apelou para o cardeal Eugenio Sales.

“Com efusão de sangue, há redenção”

— Eu fiquei assombrado — conta o cardeal. — Aquilo ia prejudicar o trabalho com os outros refugiados. Fui e joguei duro: "Vocês invadiram. Se o governo tomar medidas contra os refugiados, e temos muitos aqui, não sei como é que vocês vão ficar diante dos que vão sofrer".

— Estamos lutando pela segurança dos companheiros que correm risco na Argentina — disse Marenco a repórteres do GLOBO na portaria do prédio.

No terceiro dia, o líder desabafou para um repórter da revista "Veja" sua irritação com o cardeal: "Se ele voltar vou jogá-lo pela janela." Mais 48 horas e aceitaram o manto episcopal: levados à casa da arquidiocese no Sumaré, seguiram separados para o asilo na Dinamarca.

Marenco era um espião do governo do general Jorge Rafael Videla infiltrado na comunidade de exilados. Entre 1976 e 1981, militares argentinos transitaram pelo Rio e realizaram prisões e seqüestros, com apoio local. Em documentos, funcionários do governo dos EUA registraram essas ações assim como os temores do cardeal Sales com os agentes argentinos.

Alto e magro, o general Videla carregava o apelido de "Pantera Cor de Rosa", pelo andar desajeitado parecido com o do inocente inspetor Clouseau, no filme "A pantera cor de rosa".

Tomara o poder "em nome dos Santos Evangelhos" — disse em março de 1976 —, com boa parte dos capelões militares repetindo homilias como a do monsenhor Vittorio Bonamí:

— Quando há efusão de sangue, há redenção. Deus vai redimir a Argentina por suas Forças Armadas.

Nove em cada dez argentinos desaparecidos (mais de 9 mil) sumiram quando o general Videla era presidente. Como a Justiça definiu ao julgá-lo, nos anos 90, foi a "experiência criminosa mais premeditada e excepcional — pela extensão, metodologia e detalhamento do *modus operandi* — de que se tem notícia na história sul-americana".

Em contrapartida, foram 687 as vítimas de terroristas (511 militares e 176 civis), em ataques e confrontos — calcula o Círculo Militar de Buenos Aires. Sem desaparecidos.

A Igreja Católica argentina manteve uma postura singular

na América do Sul durante a ditadura militar: omitiu-se em público sobre a matança. A hierarquia do episcopado apoiou o regime. "Compreendemos muito claramente que as excepcionais circunstâncias que tem atravessado o país exigiam uma autoridade firme e um exercício severo" — dizia um comunicado da Conferência Episcopal Argentina, presidida pelo cardeal Raúl Primatesta, no final de 1976. Na época a Anistia Internacional contabilizava 1,5 mil mortos e 5 mil presos políticos. Por cautela, não estimou o número de desaparecidos.

Um laboratório do radicalismo anticomunista

• Cadáveres de presos políticos apareciam boiando no Rio da Prata, e o Papa Paulo VI cobrava "os desaparecimentos e os assassinatos de pessoas". Mas a hierarquia do episcopado tergiversava, como o bispo de La Plata, Antonio Plaza: "Nem todos os que reclamam por direitos humanos têm razão. Muitos falam por falar, ou sem fundamento".

A Igreja foi o esteio dogmático dos golpes de Estado produzidos na Argentina no século XX, período no qual o ideário do nacional-católico se tornou hegemonic na hierarquia episcopal. Nessa concepção doutrinária, o cristianismo deve monopolizar a estrutura do Estado e, por consequência, o catolicismo deve a ser a religião nacional.

Esse espírito de Cruzac permeia a Constituição há 15 anos. Condicionou a formação dos quartéis, influenciou as intervenções militares na política depois da II Guerra Mundial

e redundou na "aliança sagrada" entre bispos e generais nos anos 70 — transformando país em laboratório do radicalismo católico anticomunista.

Entre os expoentes católicos da era Videla, se destacou o padre francês Georges Grasse que atuara na Guerra da Argélia interpretando o Evangelho segundo as idéias do filósofo Jean Ousset — o fundador da organização Cité Catholique, de Paris. Ousset é autor de justificativa teológicas para o emprego de tortura como arma na guerra contra-revolucionária. Tinha parceiros como Marcel Lefebvre, que nos anos 70 deflagrou um cisma na Igreja Católica.

No Brasil, as idéias de Ousset e Lefebvre encontraram eco na diocese de Campos (RJ), com o bispo Antônio de Castro Mayer, respaldo em Gustavo Corrêa, colunista do GLOBO, e ativismo em Plínio Corrêa de Oliveira, líder do grupo Tradição Família e Propriedade (TFP).

Foi longo e, pouco visível, o embate entre esses personagens e dois cardeais brasileiros influentes na defesa das reformas do Concílio Vaticano II: um mais conservador e anticomunista, Eugenio Sales (Rio); e outro, mais liberal, Paulo Evaristo Arns (São Paulo).

Ganharam os reformistas. Lefebvre foi excomungado pelo Papa João Paulo II, em 1988, junto com o bispo de Campos e 25 sacerdotes, depois de ter criado quatro conventos no país de Videla, em acordo com chefes do episcopado local. Quando os "soldados do Evangelho" foram derrotados em Roma, a Argentina começou o julgamento do comando militar da repressão. Os processos prosseguem.

COLABORARAM Ascâncio Seleme e Luiz Paulo Horta

• AMANHÃ: O cardeal, os comunistas e os generais-presidentes

Argentine military intelligence (601) contacted their Brazilian military intelligence counterparts for permission to conduct an operation in Rio to capture two Montoneros arriving from Mexico. Brazilians granted their permission and a special team of Argentines were flown under the operational command of Lt. Col. Roman, to Rio aboard an Argentine airforce C130.

7 de Abril de 1980, trecho do memorando de James J. Blystone, da embaixada dos EUA em Buenos Aires, sobre uma conversa com uma fonte do serviço secreto argentino: "A inteligência militar argentina (601) entrou em contato com a inteligência militar brasileira pedindo autorização para realizar uma operação no Rio destinada a capturar dois Montoneros que chegariam do México. A permissão foi dada e uma equipe comandada pelo tenente-coronel Roman foi enviada ao Rio a bordo de um C130 da Força Aérea Argentina."

RIO DE JANEIRO 2168
1.0. 12065: GDS 5/18/85 (DEXTER, JOHN B.) OR-M

THE CARDINAL
HAS LONG BEEN ACTIVE IN ASSISTANCE TO ARGENTINE REFUGEES,
SUSPECT THAT HE HAS MENTIONED IN SEVERAL CONVERSATIONS
WITH ME, IN AT LEAST ONE CONVERSATION, ON JANUARY 25,
1978, HE BROUGHT THE SUBJECT UP AND EXPRESSED CONCERN
OVER OPERATIONS AGAINST REFUGEES IN RIO BY ARGENTINE
POLICE ACTING, HE SURMISED, OUT OF THE ARGENTINE
CONSULATE.

19 de maio de 1979, trecho do telegrama de John B. Dexter, da embaixada dos EUA no Brasil: "O Cardeal tem sido ativo na assistência a refugiados argentinos há tempos, o que ele mencionou em diversas conversas comigo. Em pelo menos uma dessas conversas, em 25 de janeiro de 1978, ele se mostrou preocupado com as operações contra refugiados no Rio conduzidas pela polícia argentina, que agia, ele supunha, a partir do Consulado argentino."

Brazilian and Argentine military units
reportedly have operated jointly and inside each
other's border when necessary.

19 de julho de 1976, relatório do Departamento de Estado: "Unidades militares brasileiras e argentinas, segundo informações, têm operado de forma conjunta dentro das fronteiras de ambos os países, quando necessário."

SUBJECT : ARGENTINE AND CHILEAN REFUGEES IN BRAZIL

2. PRIM INDICATED THAT THE PROBLEM OF ARGENTINE REFUGEES IN BRAZIL CONTINUES TO BE A SERIOUS ONE. THE 280 REFUGEES REGISTERED WITH THE UNHCR WILL PROBABLY PRESENT A LETTER TO PRESIDENT CARTER DURING HIS FORTHCOMING VISIT TO BRASILIA TO UNDERSCORE THEIR DILEMMA.

O GENERAL DO PAPA

Dom Eugenio Sales abrigou no Rio mais de quatro mil pessoas perseguidas pelos regimes militares do Cone Sul entre 1976 e 82

José Casado

No fim de uma tarde do outono de 1976, o secretário entrou no gabinete e surpreendeu o cardeal com um papel e o relato de um imprevisto: na portaria estava um jovem, sem documentos, que dizia-se fugitivo da ditadura militar instalada havia seis semanas na Argentina. Estivera no Chile, mas temera pela vida no país do general Augusto Pinochet. Recorreu à arquidiocese de Santiago, onde lhe deram esperança, traduzida em uma única linha naquele manuscrito: "Rua da Glória 446, Rio" — o endereço do Palácio São Joaquim, escritório e residência do cardeal-arcebispo Eugenio de Araujo Sales.

— Até então, nunca tinha trabalhado com refugiados políticos, só com o pessoal daqui — conta o cardeal Sales, 32 anos depois. "Pessoal daqui" eram presos políticos da ditadura brasileira que acabava de completar 12 anos, a quem visitava nas celebrações de Natal e Páscoa.

"Eu tinha o dever de receber os refugiados"

— Eu disse a ele: "Cândido (da Ponte Neto, o secretário), eu vou rezar e amanhã a gente conversa" — recorda o cardeal. — E fui rezar. Havia um quadro e um crucifixo grande na parede. Foi um drama. Com

o crucifixo na mão, eu pensava: "Como cidadão brasileiro não posso receber montonero, tupamaro, aqueles refugiados que vinham... Se entravam no país, se passavam para o território brasileiro..." Em seguida, repensava: "Agora eu, como pastor, tenho o dever de receber..." Aí está o drama todo: eu tinha o dever de receber. Depois, quando Cândido voltou, eu disse logo: "Assumo".

— Então, ele foi para o telefone vermelho e pediu para falar com o general Sylvio Frota — relata o secretário.

Formavam uma dupla improvável. O da farda, suburbano do Grajaú, compunha uma figura redonda, de nariz adunco, fala fina e sempre prolixo. "Curto de idéias", na impressão registrada em documentos pessoais por seu chefe, o presidente Ernesto Geisel. O da batina, sertanejo de Acari (RN), magro, alto, de fala seca e baixa, quase monocórdica, sempre cuidadoso no palavreado, era reconhecido no governo como um general do Papa em cruzada anticomunista.

Mantinham uma relação cordial há meia década. Frota, católico convicto, chefia o 1º Exército no Rio no governo Emílio Medici — período de uma "guerra em que homens dizinham-se", definiu em autobiografia.

Não foi bem assim. Nos 21 meses sob o seu comando (de julho de 1972 a março de 1974), o Destacamento de Operações Internas do 1º Exército deixou um rastro de 29 mortos, quase todos jovens estudantes, e produziu peculiares encenações de confrontos com terroristas nas

ruas, carbonizando cadáveres de prisioneiros dentro de automóveis no Grajaú (3) e em Jacarepaguá (4). Havia dois anos era ministro do Exército, segundo cargo em importância no governo militar, e sonhava com a cadeira do general-presidente, Ernesto Geisel, cuja administração achava dominada por "um espião esquerdista".

Quando o cardeal telefonou, o general ruminava uma desdita: no início do ano, Geisel demitiu um dos seus principais aliados do comando do II Exército (São Paulo), depois do anúncio do 39º suicídio do regime militar e o 19º por enforcamento. Frota não admitia. Para ele, a morte do operário Manoel Fiel Filho na tortura fora mais um caso de "auto-eliminação" — um típico "lenitivo para a angústia" de prisioneiro depois do interrogatório, como interpretou nas memórias. Na crise da exoneração do comandante de São Paulo, o presidente só recebera um telefonema de apoio — o do cardeal Sales.

— Chamei o Frota, no telefone vermelho — conta o cardeal, hoje com 87 anos. — Ele era um "peso-pesado", aliás "pesadíssimo". E falei: "Frota se você receber comunicação de que comunistas estão abrigados no Palácio São Joaquim, de que estou protegendo comunistas, saiba que é verdade, eu sou o responsável. Ponto final, ponto final." Ele não disse nada, nunca reclamou e nem fez cara feia.

Nos jardins do palácio, o retrato da diáspora

• A partir daquele outono de 32 anos atrás, o Rio serviu de refúgio para mais de quatro mil refugiados das ditaduras na Argentina, no Chile, no Uruguai e no Paraguai, como registram arquivos da arquidiocese, da Cáritas local, da Comissão Brasileira de Justiça e Paz e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur).

Entre 1976 e 1982, os jardins e o pátio interno do Palácio São Joaquim, na Glória, retrataram o cotidiano dessa diáspora sul-americana, com os argentinos em esmagadora maioria. Ironia da História: jóia da influência do ecletismo na arquitetura local, na transição para o século XX, o palácio episcopal saiu da prancheta de Adolfo Morales de Los Ríos, arquiteto espanhol que desembocara na cidade por volta de 1890 como refugiado político.

Rede manteve 80 apartamentos alugados no Rio

• O caos na sede da arquidiocese carioca aumentava na cidadela da repressão no Cone Sul. A situação era crítica na Ar-

gentina: "Detidos ilegalmente chegam a milhares, muitos foram torturados e assassinados", reportava Maxwell Chaplin, número dois da diplomacia americana em Buenos Aires, em memorando a Washington. "Muitas das vítimas são inocentes", acrescentava.

Foram alugados quartos em hotéis do Centro, Lapa e Copacabana. Em pouco tempo o número de desembarques no Rio chegou a 15 por semana, liquidando previsões ou orçamentos. O sistema de

apoio assentado no voluntariado entrou em colapso.

— Pedi socorro a dom Eugenio — recorda Marina Bandeira, secretária-adjunta da Comissão Brasileira de Justiça e Paz.

O cardeal mandou abrir os cofres da Mitra, órgão administrador do patrimônio da arquidiocese. Sua única exigência foi o silêncio absoluto:

— Eu não tinha e nem nunca tive interesse em divulgar nada disso. Queria que as colas funcionassem e o caminho naquele momento era esse, o caminho de não pisar no pé [do governo]. Se eu piso no pé de quem tem uma unha encravada, posso não conseguir nada. Agora, só não posso é ser subserviente...

A ONU ouviu os apelos e autorizou transferências emergenciais do escritório local de promoção do desenvolvimento (Pnud) para a Cáritas. Oitenta apartamentos foram alugados de forma permanente em bairros como Centro, Lapa, Flamengo, Copacabana, Botafogo, Cidade Nova, Tijuca, Bairro de Fátima, Santo Cristo, Rio Comprido, Bonsucesso, Grajaú e Andaraí. A ajuda incluía dinheiro para gastos pessoais (comida, vestuário e higiene), assistência médica (clínica, dentária e psicológica) em tempo integral, principalmente para crianças, e auxílio jurídico na tramitação de pedidos de asilo em países europeus.

Garantia-se a sobrevivência aos refugiados, mas não a vida. Estavam em um país onde os órgãos de segurança bradavam onipotência diante do general-presidente e apoavam as ditaduras vizinhas em ações de seqüestros, prisões e torturas executadas dentro das fronteiras brasileiras.

AS LISTAS com os endereços de imóveis alugados em mais de 14 bairros do Rio, para a rede de proteção a refugiados, eram um segredo da arquidiocese, cujos arquivos guardam os documentos. A Cáritas arcou com os custos no início, depois a ONU e o Conselho Mundial de Igrejas participaram

- R. Miguel Couto, 1244/6
1274 - Francisco esp. f.
1273 - Deodoro esp. e fci.
1328 - Mandorl (2.4) 20^o f
9^o pe
- R. Barão Mesquita, 98/608
1271 - Fredey e esp.
1309 - Carlos Melo esp. e 209
Khatyam
- R. Sés. Verqueiro, 23/805
1216 - Héctor Alarcos esp
1247 - Roberto Miguel
1223 - Eduardo Tomaz e
- R. Silvio Romero, 32/404
1302 - Luis F.
- R. V. Sta. Isabel, 186/401
1250 - Rubens esp.
1333 - Victor Daniel
1249 - Stomila
- R. Dars de Matoz, 33/302 - 20 e 10P
1249 - Daniel e esp. 2 pes
1310 - Khatyam 3 "
1314 - Beatrix e 3 f. 3 "
Victor Laborde 6 11

NBB: Dom Eugenio deu unidade à Igreja brasileira

Para bispos, a atuação do cardeal foi fundamental para manter a identidade mesmo diante das divergências

Gerson Camarotti

• BRASÍLIA. A revelação de que o cardeal-arcebispo emérito do Rio de Janeiro, dom Eugenio Sales, abrigou mais de quatro mil pessoas perseguidas pelos regimes militares do Cone Sul entre 1976 e 1982, deu nova dimensão histórica à hierarquia do episcopado brasileiro. Para integrantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a atuação do cardeal de linha conservadora, durante o regime militar, explicitou o seu papel estratégico para a unidade da Igreja no Brasil.

Bispos ouvidos ontem pelo GLOBO ressaltaram que a ação silenciosa de Dom Eugenio foi fundamental para manter a identidade da Igreja brasileira mesmo diante das divergências de opção pastoral daqueles tempos — entre progressistas e conservadores.

Na CNBB, a postura do cardeal é vista como um dos fatores que permitiram que a atuação da Igreja Católica do Brasil fosse diferente da Argentina durante as ditaduras militares no continente, entre os anos 70 e 80. Enquanto o episcopado brasileiro se unia na oposição à ditadura, a hierarquia católica argentina apoiava o regime militar.

“Dom Eugenio sempre foi muito presente”

• Para o secretário-geral da CNBB e bispo-auxiliar do Rio, dom Divídas Lara Barbosa, a linha de atuação de dom Eugenio integrava a Igreja em torno da defesa da pessoa e dos direitos humanos:

— O contexto histórico mostra que a atuação de dom Eugenio foi fundamental até mesmo para a unidade da Igreja no Brasil. Isso porque, apesar de divergências sobre a opção pastoral, a nossa Igreja soube adotar a mesma linha na defesa dos direitos humanos. Fica claro que dom Eugenio sempre foi muito presente na defesa dos direitos humanos. Deu unidade à Igreja brasileira no que era essencial — ressaltou.

Dom Dimas Barbosa ressaltou ainda que os fatos históricos mostram a grande “espiritualidade” de dom Eugenio:

— É um dos maiores líderes que nós tivemos.

Para o arcebispo de Juiz de Fora, dom Eurico Veloso, a atuação do cardeal do Rio durante os anos 70 e 80 revela que houve um trabalho silencioso em favor dos refugiados políticos. O arcebispo ressalta que a influência de dom Eugenio no Vaticano permitiu a continuidade do diálogo com o governo durante o regime de exceção.

— Dom Eugenio sempre funcionou como um intermediário da Igreja. Era o nosso representante diante de qualquer necessidade. Isso mostra que ele é uma autoridade que sempre esteve a serviço e nunca em busca do poder. Apesar de taciturno e calado, ele sempre soube usar a sua palavra viva no momento certo e oportuno — observou dom Eurico Veloso.

A avaliação reservada feita na CNBB é que não houve uma divisão acentuada da Igreja do Brasil graças à ação conciliadora de alguns setores conser-

vadores do episcopado. Diferentemente de outros países latino-americanos, o diálogo entre os dois grupos — progressistas e conservadores — foi mantido entre os religiosos brasileiros.

Habilidade permitiu diálogo permanente

• A habilidade de dom Eugenio Sales também é considerada fundamental para barrar algumas ações do regime militar contra integrantes do clero progressista. Gestos como esse foram reconhecidos por todos os setores do episcopado, o que acabou propiciando uma transição mais suave e um diálogo permanente.

Para o bispo de Jales (SP), dom Demétrio Valentini, presidente da Cáritas no Brasil, o cardeal-arcebispo emérito do Rio soube usar sua relação com o regime militar para ações humanitárias.

— Dom Eugenio tinha uma relação boa com as autoridades militares. Essa confiança que o governo tinha nele respondeu dom Eugenio em suas ações. O bom trânsito no regime ditatorial permitiu eficiência dele ao ajudar refugiados políticos. Penso que agora, com a distância dos acontecimentos históricos, dom Eugenio aparece num contexto em que ressalta a sua importância — reconheceu dom Demétrio, representante da ala progressista da Igreja. ■

Justiça confirma pacto entre padres e militares

Argentina teve sentença histórica

Janaína Figueiredo

Correspondente

• BUENOS AIRES. Em outubro do ano passado, os tribunais da cidade de La Plata, capital da província de Buenos Aires, foram cenário de um fato histórico no país: o julgamento do padre Christian Von Wernich, primeiro representante da Igreja argentina a ser condenado a prisão perpétua por sua ativa participação na repressão a opositores da ditadura (1976-1983).

Aos 69 anos, Von Wernich, ex-capelão da sinistra polícia da província de Buenos Aires, foi condenado por sua responsabilidade em sete homicídios e 34 seqüestros. Pe-

la primeira vez, a Justiça investigou e confirmou a existência de pacto entre militares e figuras da Igreja argentina, muitas vezes denunciada por organizações de defesa dos direitos humanos.

Na declaração final dos juízes de La Plata, ficou estabelecido que Von Wernich atuou "no marco do genocídio cometido na Argentina, entre os anos 1976 e 1983". O caso do ex-capelão, que segundo testemunhas do julgamento torturou presos políticos, não é exceção.

Segundo investigações realizadas nos últimos 30 anos por jornalistas e ONGs de defesa dos direitos humanos, a Igreja argentina não só sabia

o que estava acontecendo no país, como, em muitos casos, deu sinal verde para que os militares perseguissem e assassinassem opositores.

— Von Wernich não foi o único representante da Igreja argentina que colaborou com os militares. Esperamos que muitos outros também sejam julgados — disse Alejo Ramos Padilla, um dos advogados de acusação do julgamento do ex-capelão. — Outros, como Von Wernich, participavam das torturas contra presos políticos. Ao contrário do Brasil, aqui a Igreja foi cúmplice dos militares.

Para Nadia Schujman, advogada do grupo Hijos (fundado e liderado por filhos

de presos políticos desaparecidos), "não se pode julgar a Igreja como um todo, porque também existiram padres que foram solidários com opositores do regime militar:

— Mas o que sim podemos dizer é que a cúpula eclesiástica aliou-se aos militares. Na ditadura os principais representantes da Igreja estiveram do lado dos poderosos.

Schujman é uma das advogadas da acusação no caso do padre Miguel Angel Regueiro, detido em 10 de fevereiro passado, acusado de ter colaborado com os militares na cidade de San Nicolás, província de Buenos Aires:

— Ele foi processado, e esperamos que o julgamento seja realizado este ano.

‘Sua intervenção humanitária era uma unção esperada, nas horas extremas’

Atuação de Dom Eugenio causa surpresa e provoca elogios da esquerda

Gerson Camarotti, Janaína Figueiredo e Marita Boos

• BRASÍLIA, RIO e BUENOS AIRES. Vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais, Cecília Coimbra disse ontem que as ações de Dom Eugenio Sales em defesa de pessoas perseguidas pelos regimes militares do Cone Sul certamente salvaram milhares de vidas de latino-americanos.

— Foi uma postura louvável de Dom Eugenio. Que bom que ele tenha tido essa atitude humana. É o que deve ser feito por todo pastor.

Cecília, no entanto, lembra que esse socorro aos perseguidos políticos foi feito já na fase final da ditadura brasileira:

— Não tira o mérito do trabalho, mas foi uma época em que ele já tinha condições de ligar para o Sylvo Frota e dizer que iria ajudar os “comunistas”. Já se falava em abertura — disse Cecília, afirmando que, no entanto, foram poucos os brasileiros que Dom Eugenio ajudou.

Ontem, políticos de esquerda mostraram-se surpresos com a notícia de que o cardeal conservador salvou milhares de refugiados políticos. Para o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ),

que integra a bancada católica no Congresso, essa é uma revelação impressionante e mostra a dimensão do papel histórico de Dom Eugênio Sales.

— Ele sempre foi muito rigoroso com os segmentos progressistas da Ação Católica. Não contestava publicamente a ditadura. Mas sua intervenção humanitária era uma unção esperada, nas horas extremas, dando o seu bom diálogo com muitos generais do regime. Nunca ficávamos sabendo ao certo se ele interferia ou não.

“O tempo permite ter uma visão mais generosa”

• Para Chico Alencar, com o passar dos anos foi possível ter uma visão mais ampla do processo histórico.

— Essa extensa rede de apoio sistemático a refugiados das ditaduras do Cone Sul é realmente surpreendente. O tempo nos permite sempre ter uma visão mais ampla e generosa do processo histórico. Vejo que, para muitos, nosso cardeal encarnou

o Cristo dos Evangelhos. Conforta saber disso — salientou Chico Alencar, que integrou os movimentos da Igreja Católica durante a ditadura militar.

Já na Argentina, muitos religiosos ficaram marcados negativamente. Nos anos de chumbo, as figuras de proa da Igreja argentina eram o cardeal de Buenos Aires, Antonio Caggiano; o cardeal de Córdoba, Raúl Primatesta; o arcebispo de Paraná, monsenhor Adolfo Tortolo; e o arcebispo de La Plata, Antonio Plaza. Segundo investigação realizada por Bruno Passarelli e Fernando Elelberg, autores de um livro sobre a atuação do cardeal Pio Laghi, representante do Vaticano em Buenos Aires entre 1974 e 1980, monsenhor Tortolo organizava grupos de padres encarregados de confessar e absolver militares que participavam de seqüestros e assassinatos.

A atuação do cardeal Laghi despertou polêmica entre parentes de desaparecidos. Segundo representantes das Mães da Praça de Maio, ele participou da repressão. Já o Prêmio Nobel da Paz Adolfo Pérez Esquivel, assegura que ele tentou pressionar os militares contra violações dos direitos humanos. ■

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Nós é que agradecemos, Presidente Sarney. V. Ex^a foi até breve demais. Muito obrigado. Faremos a transcrição nos Anais da Casa conforme o pedido de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior e depois ao Senador Mão Santa. Estamos atendendo aos pedidos pela ordem, mas, em seguida, daremos prosseguimento à lista dos oradores.

Prorrogo esta sessão por mais 40 minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Magno Malta, V. Ex^a está de parabéns por essa iniciativa.

Quero dizer a V. Ex^a e a este Plenário que, nos últimos tempos, não tenho participado de nenhuma CPI. Entretanto, assino todo requerimento de CPI que passar pela minha frente, porque creio que comissão parlamentar de inquérito é um instrumento constitucional a serviço do Poder Legislativo, e não devemos deixar de exercitá-lo. Portanto, assino todo requerimento que passar pela minha frente, mas tenho evitado ser membro de CPI.

Pois vou dizer a V. Ex^a o que disse o Senador Paim. Nessa CPI, que será conhecida no País inteiro como a CPI da Pedofilia, eu faço questão de ser um colaborador de V. Ex^a, que é autor do requerimento. Faço questão de ser um colaborador de V. Ex^a. Vou pedir à liderança do meu Partido que me indique para fazer parte dessa CPI, porque eu quero, assim como o Senador Paim, participar dos trabalhos para que tiremos a limpo essa questão no nosso País e possamos avançar muito nesse campo, eliminando drasticamente essa praga, essa chaga que nos incomoda, que nos magoa a todos nós, brasileiros.

Estou aqui anunciando a V. Ex^a que vou me empenhar no sentido de que meu Líder me indique como um dos membros, para eu fazer parte dessa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Eu me orgulho muito, Senador Geraldo, com a sua palavra, e tenha a certeza de que a opinião pública brasileira estará do nosso lado. Nenhum tipo de crime é suportável, e esse é o mais insuportável de todos eles. E fico honrado de V. Ex^a se dispor a participar dessa CPI, com o Senador Paim. Tenho certeza de que vamos cruzar este País de ponta a ponta, ladeados por quem conhece a matéria e a tem na mão, Ministério Público e Polícia Federal.

E, ao final, vamos propor políticas públicas e mudanças na legislação para coibir, para inibir e para punir quem tem sido tão afrontador da família brasileira. Eu tenho plena consciência de que nós prestaremos

um grande serviço à Nação brasileira com essa CPI da Pedofilia.

Ouço o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Magno Malta, que preside com muita competência esta sessão, todos nós nos interessamos pela melhoria da democracia, e vivo aqui um momento de esperança. Recebi dois convites que traduzem isso, neste momento de descrença e de desprestígio da classe política. Um deles é do PMDB Jovem Nordeste. A democracia precisa de partidos, e o PMDB é um deles.

PMDB Jovem Nordeste

Presidente do PMDB Jovem NE: Luciano Simeões

Convite:

O Presidente do PMDB Jovem Nordeste convida o Senador Mão Santa para participar da CONFERÊNCIA REGIONAL DA JUVENTUDE DO PMDB NORDESTE, na condição de Liderança Nacional do PMDB, que acontecerá em Salvador – BA no dia 09 de março de 2008.

Local: Auditório da Câmara Municipal de Salvador – Bahia.

Data: Domingo, 09 de março de 2008.
(...)

Eles lá se reuniram e escolheram para homenagear os Senadores Mão Santa, o nosso Pedro Simon e o nosso Jarbas Vasconcelos.

O outro convite que nos motiva, cada vez mais, a acreditar vem da União Nacional dos Vereadores.

Senador Magno Malta, eu dou uma importância extraordinária aos vereadores.

Quando Giscard d'Estaing entregou o governo a Mitterrand – ganhou no primeiro turno, mas perdera no segundo –, os repórteres perguntaram o que ele ia fazer. Ele disse: vou ser vereador na minha cidade natal. Então, só esse gesto daquele presidente da França – onde nasceu a democracia, “liberdade, igualdade e fraternidade” –, que era um continuador de Charles de Gaulle, ao dizer que voltaria à sua cidade para ser vereador, mostra a importância do vereador, que é um senador municipal.

E os nossos vereadores estão aqui: União Nacional dos Vereadores. Eles começam hoje – dias 4, 5, 6, 7 e 8 de março – um encontro que vai durar todos esses dias. E, com orgulho, fui convidado a, no dia 06, quinta-feira, no Auditório Nereu Ramos, proferir uma palestra sobre a saúde do Brasil.

Esse evento se prolonga. Há várias pessoas convidadas e os convidados especiais, traduzindo o

respeito à hierarquia política: o Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente; o Sr. Garibaldi Alves Filho, nosso Presidente do Senado; e o Dr. Arlindo Chinaglia.

Essas são informações que, sem dúvida nenhuma, dão a certeza de que a democracia brasileira vai continuar sendo aprimorada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Darei continuidade à lista de oradores.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a está inscrito, mas há inscrições anteriores: o Senador Mário Couto (pausa), que retira; o Senador Marconi Perillo não está; o Senador Antonio Carlos Valadares não está; e o Senador Flávio Arns desistiu. Em seguida vem V. Ex^a, Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Magno Malta, no dia de hoje inúmeros Senadores falaram neste plenário da importância do PL nº 58 e da sua aprovação o mais rápido possível.

Senador Magno Malta, o Regimento Interno diz (art. 118) que o Relator na CCJ pode ficar 20 dias para dar o seu parecer. Nas outras comissões, o prazo é de 15 dias. Não tem lógica o Líder do Bloco de que faço parte, o Senador Romero Jucá, estar com o PL nº 58 há mais ou menos cinco meses. Isso está criando uma indignação, Senador Magno Malta, não só dos Senadores aqui no plenário. Eu posso informar à Casa que os homens e as mulheres deste País com mais de 60 anos, Senador Mário Couto, estão preparando uma caminhada a Brasília e vão fazer uma vigília aqui em frente até a aprovação do projeto.

Sei que há um movimento de Senadores aqui no plenário que não estão dispostos a ver homens e mulheres idosos parados aqui na frente esperando uma decisão da Casa.

Quero dizer – e não é de minha iniciativa, mas porque sinto esse bom barulho, eu diria, aqui no plenário – que, se houver um movimento no plenário para fazer uma vigília aqui dentro do Senado até a aprovação do PL nº 58, podem saber que estou junto. Não estou aqui dizendo que estou liderando nada, até porque surgiu no plenário essa idéia e tomei a liberdade de comentá-la na tribuna. Prefiro que nós Senadores compremos esse bom debate e façamos a vigília para evitar que o façam esses homens e mulheres com 60, 70, 80 anos. Disseram-me há pouco tempo que eles vão mandar um documento para cá e vão fazer uma vigília aqui em frente ao Congresso.

O Congresso tem de deliberar, tem de votar a favor ou contra o PL nº 58. O que é o PL nº 58? Ele

simplesmente, em resumo, é isto: garante que o aposentado e o pensionista têm de voltar a receber o mesmo percentual de reajuste que é dado ao salário mínimo. Em resumo é isso.

Eu poderia falar do assunto – vou passar, em seguida, aos apartes – e não precisava nem mencionar o PL nº 58. Eu poderia falar do PL nº 42, que tem uma emenda nesse sentido; poderia falar do fator previdenciário, que também está engavetado; poderia falar do voto, que também está engavetado. Tudo que é de interesse do aposentado está engavetado, ou no Senado, ou no Congresso, e também na Câmara.

Por isso vou, com alegria, receber os apartes. E podem saber os senhores que, enquanto os senhores comentavam isso hoje à tarde aqui, recebi alguns telefonemas. E eu disse: “Não se preocupem. Eu não saio daqui hoje sem falar”, mostrando minha posição e minha relação com os aposentados. O que a gente quer é somente isso.

Qual é a indignação? Mais uma vez, comprovado: salário mínimo, mais ou menos 10%; e o aposentado, 4,8%. Eles não aceitam! Estão provocando os homens e mulheres de cabelos brancos, que estão reagindo.

Eu me lembro – e quero dar o aparte em seguida – do episódio da luta pelos 147%, lá atrás, lá atrás ainda – também projeto de minha autoria. À época, não queriam pagar esse reajuste, e houve quase uma guerra lá em cima da ponte de Florianópolis, onde muitos aposentados foram, inclusive, espancados. Em seguida, pagaram os 147%. Hoje, é muito menos.

Senador Mesquita Júnior, ouço o aparte de V. Ex^a e, em seguida, o dos Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro, Flávio Arns, Mão Santa e Valter Pereira.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AM) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Volto à minha caixa de correspondências eletrônicas. Ali eu saco, diariamente, vários e-mails de aposentados. Há um grupo de aposentados que nos dá o seguinte recado: “A gente agradece sensibilizado a mobilização que vocês estão fazendo no Senado, no sentido de fazer com que essa matéria vá a voto, e com a esperança de que o voto seja favorável a nossa postulação”. Mas também há outro grupo de aposentados – e eu não tiro um milímetro da razão deles, Senador Paim – que dá o seguinte recado para a gente. E não é só para mim, não, mas para nós, todos nós: “Afinal, vocês vão ficar só no converseiro ou vão agir? Estamos cansados de discurso, de discurso, de discurso, e nada acontece”. Então, Senador Paim, V. Ex^a está coberto de razão: vamos ter de tomar uma atitude mesmo. Eu acredito na criação de fato. A gente cria um fato e o fato gera uma dinâmica própria. É aquela história: já se esperou demais por um parecer que deveria ter sido dado há muito tempo. Se o nosso

querido amigo e companheiro Líder do Governo nesta Casa, dadas as suas atribuições, não tem tempo, não tem como proferir um parecer, que passe a responsabilidade para outro Senador. Olha, Senador Paulo Paim, a partir da semana que vem – e V. Ex^a é nosso comandante nessa luta –, creio ser necessário uma decisão, ao menos lá na Comissão. Do contrário, acho que devemos ficar neste plenário... Os aposentados estão em vigília já há muito tempo. Então, devemos, sim, permanecer em vigília aqui neste plenário, de manhã, de tarde e de noite, até que alguma coisa aconteça. Vamos fazer greve de fome? Não. Vamos comer, vamos nos alimentar, mas não vamos arredar o pé daqui deste plenário. Tenho certeza absoluta de que eu, V. Ex^a, o Senador Mão Santa, o Senador Mário, o Senador Flexa e vários outros Senadores vamos ficar juntos, reunidos, para provocar uma situação, seja ela qual for. Não dá mais para... É insustentável a situação. Não podemos mais continuar... O Senador Mário Couto propôs para amanhã uma sessão na qual a gente vá, acho que pela última vez tratar dessa questão, discutir essa questão aqui neste plenário, porque, a partir da semana que vem, não havendo uma decisão nesta Casa, na Comissão, vamos partir para a ignorância, vamos partir para radicalizar mesmo a situação. Acho que V. Ex^a está coberto de razão. Fico indignado, não por mim, quando recebo esses e-mails circulares, de pessoas que dizem que “o Paim fala e não faz”. Eu fico indignado quando ouço isso, porque a gente aqui é testemunha do seu empenho, da sua obstinação, do seu denodo em defender uma causa como esta, a causa justíssima dos aposentados deste País, que estão vendo o valor da sua aposentadoria se esborrar no tempo. Eles precisam ter os seus valores recompostos para que possam continuar a viver com dignidade neste País. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mesquita.

Concedo, de imediato, um aparte ao Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Também quero falar no mesmo sentido. Recentemente, na comemoração, aqui no plenário, do Dia Nacional do Aposentado, todos nós assumimos o compromisso de insistirmos nesse tema toda semana. Agora, como o Senador Geraldo Mesquita colocou, podemos nos organizar para tomar atitudes mais drásticas em relação a esse assunto. Uma delas, sem dúvida alguma, – e os aposentados contam com o apoio e a simpatia de muitos Senadores –, é a adesão de vários Senadores à idéia de não se votar nada enquanto não se decidir essa situação, porque é injusto com o aposentado que ele tenha um reajuste com um percentual muito

abaixo do percentual, por exemplo, do salário mínimo. Há pessoas que se aposentaram com três ou quatro salários mínimos e que hoje recebem um salário ou dois salários mínimos. Como as pessoas colocaram no Dia do Aposentado, daqui a pouco todo mundo estará recebendo um salário mínimo, não é verdade? Então, a inflação, para o aposentado, ao contrário do que muitos dizem, torna-se, em muitas situações, mais dispendiosa do que a vida numa idade anterior à da aposentadoria, seja em termos de saúde, de remédio, de cuidador, de necessidades, de plano de saúde. O plano de saúde, por exemplo, aumenta muitas vezes o dobro da inflação oficial – e isso aconteceu com freqüência nos últimos dez anos –, e o aposentado recebe pelo índice de inflação. Ou seja, vai ter de deixar de lado lazer, vai ter de deixar de lado saúde, vai ter de deixar de lado medicamento... No Paraná, o pessoal diz para eu apoiar o projeto do Paulo Paim. Eu digo que apoio, apoio mesmo. Estou aqui com a mensagem deixada junto com as flores no Dia Nacional do Aposentado, onde está escrito: “Contamos com você. Aprove os projetos, entre eles o 58/03”. Se olharmos só aqui, nesta discussão de agora, temos dez Senadores neste debate que, sem dúvida, aderem à idéia de aprovarmos esse projeto ou não votarmos outro projeto, porque a população mais sofrida, mais marginalizada precisa, necessita da decisão do Congresso Nacional. Conte com a gente. O aposentado, principalmente, também pode contar com a gente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Concedo o aparte ao Senador Flexa Ribeiro, ao Senador Mário Couto e ao Senador Mão Santa.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a, como tenho sempre dito, é um batalhador pelas causas sociais, em especial pela dos aposentados. No dia em que estávamos fazendo uma homenagem aos idosos, eu disse da tribuna que a maior homenagem que eu poderia fazer a eles seria, ao descer da tribuna, dirigir-me à Comissão de Assuntos Econômicos e pedir ao Presidente em exercício, Senador Eliseu Resende, que cobrasse do Senador Romero Jucá a devolução do PLS nº 58, de autoria de V. Ex^a, que está, como V. Ex^a já colocou, há cinco meses sofrendo “embargo de gaveta”. Eu, o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Mário Couto, o Senador Flávio Arns, o Senador Geraldo Mesquita, o Senador Mão Santa, o Senador Eduardo Azeredo, todos estamos dispostos a nos unir para tomarmos as ações regimentais. Eu disse hoje ao Senador Romero Jucá que ele não era obrigado a dar parecer favorável, mas era obrigado a retornar o projeto para a Comissão. Disse que, se ele não o fizer, vamos pedir a redistribuição do

projeto. Eu disse: "V. Ex^a se diz favorável ou contrário, e o Plenário da Comissão vai decidir isso. Agora, o que não é justo é V. Ex^a ficar com o projeto engavetado". Eu quero aqui dizer, aproveitando a presença do Líder do Democratas, Senador José Agripino, do Líder do meu Partido, Senador Arthur Virgílio, da Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti, e das outras lideranças – eu hoje respondo pela Liderança do Bloco da Minoria, porque sou o primeiro Vice-Líder, e o Senador Demóstenes Torres está em tratamento de saúde –, que basta que o Colégio de Líderes, com o apoio de todos, inclusive do Governo, feche questão em torno de não votarmos nada enquanto o projeto de V. Ex^a, o PLS nº 58, não for colocado em pauta e vier ao plenário para que se faça justiça com os aposentados. Não queremos nada demais. Queremos fazer justiça tão-somente. Se este Governo, que atende com o Bolsa Família, que atende agora com o Município Cidadão e com vários programas, que, segundo ele, seriam suspensos se a CPMF não for prorrogada...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a já tem dez minutos só em aparte.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Acho que V. Ex^a está com o relógio fora de...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Não, está certinho. Mas ainda vou dar mais um minuto para V. Ex^a completar 11 minutos e devolver a palavra ao orador.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Eu tenho exatamente três minutos de aparte. Mas vou concluir porque V. Ex^a me solicita como Presidente, e eu tenho a maior estima, porque, quando V. Ex^a aparteia, o faz por vinte, e não por dez. Então, quero me solidarizar. Conte conosco. Quero pedir ao Senador Arthur Virgílio, ao Senador José Agripino – hoje falo pela Minoria, mas pedirei ao Senador Demóstenes – que tomemos esta atitude na próxima reunião de Líderes: vamos cobrar o retorno do PL nº 58, para que ele possa ser discutido, votado, aprovado ou rejeitado. Vamos ver quem é a favor ou contra os aposentados. Conte comigo, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Ouço o Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Paulo Paim, vou ser rápido, mesmo porque já falei sobre isso. Eu vou muito feliz para a minha residência hoje, porque acho que encontramos um caminho. Temos duas alternativas hoje – eu ia até falar amanhã, mas, como "água mole em pedra dura tanto bate até que fura", amanhã vou tornar a falar. Temos duas alternativas, Senador Geraldo Mesquita. Primeiro, a vigília.

Vamos dar um prazo ao Relator, a partir de amanhã. Se o prazo se expirar, e o Relator não despachar o processo, os Senadores interessados em resolver o sofrimento dos aposentados vão fazer vigília aqui nesta Casa. Ou vigília ou greve de fome. Para mim, tanto faz como tanto fez. Eu quero é solução do problema. Dois: Senador Arthur Virgílio, olhe para mim, meu querido Líder; Senador José Agripino, a Oposição tem que estender a mão aos aposentados e pensionistas deste País. Já sofreram muito, Senador Arthur Virgílio. V. Ex^a me falou, hoje à tarde, da sua sensibilidade em favor dessa questão. Até me autorizou essa vigília. E disse também que faria parte de qualquer sacrifício em benefício dos aposentados deste País. Senador José Agripino, não existe nem dúvida, nem dúvida da sua sensibilidade. Nós temos duas saídas, Senador: ou votamos apenas projetos de interesse do Governo quando ele, o Líder, despachar o PL de V. Ex^a, o 58; ou os Líderes oposicionistas desta Casa dirão o seguinte: nós estamos do lado dos aposentados, pensionistas e aposentadas deste País; nós só vamos votar matéria de interesse do Governo se despacharem o PL nº 58, que regulariza o reajuste dos aposentados. Aí, sim, nós vamos ter uma definição desta causa. Ambas as alternativas estão postas. E eu tenho certeza de que nós vamos contar com a ajuda das Lideranças aqui neste plenário, como propôs o tão nobre Senador paraense, meu companheiro, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mário Couto.

Senador Mão Santa. Em seguida, Senador Azevedo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, todos nós recebemos milhares de *e-mails* sobre este assunto. Aqui há um que eu sintetizarei em respeito aos que chamo de velhinhos. Só é a síntese. Risquei o mais importante, para nos motivar nessa luta para a qual V. Ex^a nos convida: "Ao assistir um recente pronunciamento sobre a saga dos aposentados e pensionistas, carinhosamente chamados de velhinhos por V. Ex^a, pude-me convencer: faço parte desse grupo, e, apesar de tudo e de todos, nem tudo está perdido. Muito obrigado. Deus vos abençoe". A saga dele começou em 1985, Paim. Oitenta e cinco, Magno Malta. Ele conta aqui a saga. O primeiro Deputado a quem ele pediu socorro foi a Sua Excelência o nosso Presidente Luiz Inácio. Ele cita aqui "em abril", era Deputado Federal. Depois, aos então Deputados Jefferson Péres, Brandão Monteiro, José Juarez Antunes, Ulysses Guimarães, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio de novo, Presidente Sarney. Atentai bem, brasileiros e brasileiras! Começou em 1985. O velhinho a que me refiro se aposentou em 1984. Está demais, ô, Paim:

1985 a 2008, são 23 anos! Ô, José Agripino, vamos dar um basta nisso! Os velhinhos merecem respeito, merecem a nossa luta. Trata-se de Célio Manoel de Lima, Rua 756, nº 225 – Casa de Pedra, Volta Redonda, RJ. Ele dá o telefone aqui. Ele se aposentou em 1984 e, desde aí, é essa perda. Então, Paim, reviva aquele heroísmo dos lanceiros negros que garantiram a libertação dos escravos e a Proclamação da República no nosso Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Senador Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Paulo Paim, a situação dos aposentados exige uma atenção especial. É evidente que o reajuste deve ser, no mínimo, igual a inflação. Sem esquecer que os aposentados estão sujeitos a alguns custos que crescem mais do que a inflação, como a questão de remédios e outros que oneram os aposentados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Plano de saúde.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Plano de saúde. Então, esse é um ponto. Ou seja, não se pode ter essa linha de só corrigir com o índice restrito da inflação. Há que haver um índice especial, uma análise especial. Outro ponto que eu queria abordar, que diz respeito à mesma questão, é que nós temos hoje o fator previdenciário, que foi criado, inclusive, na época do Governo do meu Partido. O que acontece? As pessoas pagam sobre o limite, que era R\$3.800,00 até há poucos dias e que, agora, vai passar para R\$4.150,00, e, na hora de aposentar, ninguém se aposenta com esse valor. Quer dizer, quem paga no teto de R\$3.800,00 acaba se aposentando com R\$2.700,00 – parece que esse é o valor máximo hoje. Então, esse é o ponto sobre o qual temos que nos debruçar. Quer dizer, que haja uma relação correta entre o que é pago e o que é recebido dentro desse limite. Na prática, o limite não é hoje dez salários mínimos no início, o limite já é inferior. Então, quem se aposenta hoje já está recebendo sete, seis, apesar de contribuir sobre dez.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Azeredo. Esses dois projetos foram aprovados, por unanimidade, em todas as Comissões do Senado. Estavam para ser votados aqui. Entraram com um recurso e os jogaram para a Comissão de Economia, e, lá, estão guardadinhos. Por isso, se chega ao ponto da indignação.

Senador Valter Pereira. Daí eu já encerro. (Pausa.)

Sr. Presidente, não sei se o Senador Arthur Virgílio vai falar de um outro tema. Eu sei que ele já fez sinal de que é parceiro em defesa dos aposentados.

Encerro, então, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a, pois já ultrapassei o tempo. Amanhã, com certeza, todos os Senadores voltarão ao tema.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para relatar o diálogo que mantivemos, nós e os Senadores, com o Ministro Nelson Jobim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Arthur Virgílio, após o Senador Inácio Arruda, que além de estar inscrito, está pedindo a palavra pela ordem. (Pausa.)

S. Ex^a está dizendo que, se a informação de V. Ex^a for rápida, pode falar antes dele.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Serei rápido. Obrigado, Senador Inácio Arruda. Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, recebi hoje um e-mail – isto já foi fartamente discutido na Casa – de pessoa que repto séria, ligada, aliás, ao Governo atual, dando conta de algo que me pareceu entre grave e absurdo. Estariam programados quatro vôos secretos de uma empresa brasileira, a TAM, para transportar armamentos brasileiros para a guarda pessoal do Presidente Hugo Chávez. Seriam 34,5 toneladas de armamentos. Desses quatro, o primeiro vôo já teria sido realizado, transportando 1,5 tonelada.

Ao falar, merecendo atenção dos apartes de dezesseis Senadores, o tempo inteiro, ressalvei que preferia que não fosse verdade – e até queria acreditar que não fosse verdade –, porque seria um desastre se fosse verdade. Seria algo absolutamente absurdo e desestabilizador. Foi nessa linha que os Senadores me apartearam e foi nessa linha que cobramos aqui atitudes do Ministro da Defesa e a convocação do Ministro das Relações Exteriores para explicar essa situação.

O Ministro Nelson Jobim fala com alguns Senadores, entre os quais eu próprio, ao telefone. A mim, ele me disse o que repetiu ao Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente desta Casa: ele viria aqui ao Senado, em determinada hora, em determinado momento, para prestar informações diretas, no Gabinete da Presidência da Casa. Devo dizer que é uma posição louvável a do Ministro de ter vindo prontamente informar o que sabia.

O Ministro veio, mostrando como tinha levado a sério a denúncia, cercado do Comandante da Força Aérea, Brigadeiro Juniti Saito, de outros Brigadeiros da Força Aérea, de Almirantes, da nata da sua assessoria militar. Perguntou se eu tinha o documento. Eu disse “tenho” e o passei ao Ministro. Ele, então, argumentou que as informações seriam infundadas e disse que o Brasil teria negociado com a Venezuela insignificantes

quantidades de matéria-prima para fabricação de gás lacrimogênio, de cartuchos, aquelas balas de borracha para reprimir manifestações civis, e alguma coisa de munição Taurus. E negou a compra, pela Venezuela – assim como negou o caráter secreto dessa compra –, de material mais pesado.

Depois de elogiar o Ministro pelo seu gesto de vir ao Senado e de dizer que eu não tinha por que não acreditar no que ele dizia, eu teria que checar agora entre a opinião de uma entidade que deve ter seu peso, chamada *World Check*, e a opinião do Ministro Nelson Jobim. Eu prefiro acreditar no Ministro Nelson Jobim; eu prefiro, sinceramente, acreditar nele.

Lembrei apenas um fato e novamente elogiei o Ministro. Lembrei, Sr. Presidente, que o Ministro Tarso Genro, figura pessoalmente muito prezada por mim, esteve na Comissão de Relações Exteriores quando se discutia o caso dos boxeadores cubanos. E o Ministro Tarso Genro disse a todos os Senadores presentes que o repatriamento dos dois boxeadores, Lara e Rigondeaux, havia sido feita por avião de bandeira cubana.

Eu fiz requerimento de informações ao Ministério da Justiça e fiz outro, com teor em alguma coisa diferenciado do primeiro, para o Ministério da Defesa.

E o Ministro Jobim – por isso, repito, eu o elogiei de novo – me deu uma resposta que contrariava o que havia sido dito pelo Ministro Tarso Genro, porque, textualmente, está no documento, que é de domínio da Casa, da Liderança e do meu arquivo pessoal no gabinete, que a bandeira do avião que transportara os boxeadores cubanos não era bandeira cubana, mas bandeira venezuelana, conforme denúncia que chegara aos ouvidos e aos olhos do Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores desta Casa.

Muito bem! Nesse episódio ficou patenteado, aclarado, provado, que a repatriação dos boxeadores foi feita não por avião cubano, mas por avião venezuelano. E desta vez, o Ministro, reconhecendo que estava fazendo prova negativa e não prova positiva, disse que não havia possibilidade de vôos clandestinos ou secretos da TAM, que não havia nada vezes nada parecido com aquilo que denunciara o *World-Check*.

Repeti para o Ministro que eu ficava muito feliz com isso e que preferia, sinceramente, acreditar nisso, porque seria, repito, catastrófico não ser assim; seria desastroso, desestabilizador se fosse assim. E eu disse ao Ministro que recebi uma denúncia de fonte acreditada e tomei a iniciativa, que, a meu ver, me cabia: a de trazê-la ao debate do Senado Federal, até porque não sou baú para guardar segredo qualquer. Não estou na vida pública para nada parecido com subterfúgio. Veio a denúncia, a fonte é séria, repito, e eu a trouxe

ao debate no Senado, o que motivou a vinda do Ministro cercado de militares do maior peso para dizer aquilo que eu gostaria mesmo de ouvir do Ministro: que não era verdade; que o Brasil não se envolveria numa aventura dessas. Até porque o Brasil tem de participar dessa crise, que é grave, que é desestabilizadora, da integração regional e da geopolítica da América do Sul. O Brasil tem de participar, exercendo o papel de liderança sem tomar lado, sem *parti pris*, sem fazer opção, sem viés ideológico, sem nada que cheire a torcer por um ou por outro. O Brasil tem, neste momento, a grande oportunidade de resgatar uma liderança que o Coronel Chávez havia tomado a si próprio de maneira ilegítima, porque a liderança da América do Sul pertence, tradicional e historicamente, ao Brasil.

Sr. Presidente, são essas as explicações, levando em conta o fato de que considero abaixo de mínimas as possibilidades de o Ministro não ter falado a verdade a mim e às Sras e aos Srs. Senadores. Não teria cabimento especular acima disso. Portanto, ele cumpriu com o seu dever depois de eu ter cumprido com o meu. Ele fez o que lhe cabia depois de eu ter feito o que me cabia. Se chegar outra denúncia que diga algo parecido, a partir de pessoa que me pareça séria ou que seja comprovadamente séria aos meus olhos, repetirei exatamente o gesto: trarei a denúncia à Casa, porque o meu mandato é vivo. Ele não é um túmulo; é vivo, precisa expressar-se e o faz sempre defendendo as convicções de quem o recebeu das mãos do povo do Amazonas.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Sou testemunha...

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Arthur Virgílio, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com alegria, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Arthur Virgílio, com a permissão do Presidente, eu estava fora do plenário e apressei-me em chegar aqui para trazer a V. Ex^a a palavra de confirmação do acerto da atitude de V. Ex^a. V. Ex^a é informado num momento tenso, porque as relações Colômbia, Venezuela, Equador são tensas e estão transmitindo tensão ao continente, e a tensão nos contamina. V. Ex^a recebeu uma informação de boa fonte, acreditada, e não podia guardá-la apenas para seu conhecimento. V. Ex^a é Líder de um partido, já participou de um governo – honrado governo –, tem história e tem crédito. E tinha obrigação de fazer o que fez. E os seus Pares compreenderam a denúncia que V. Ex^a fez, tanto que dezesseis compa-

nheiros seus o apartaram. A atitude de V. Ex^a levou a que o organismo próprio do Governo, o Ministro da Defesa, reunisse elementos rapidamente e aqui viesse, numa manifestação elogiável de respeito ao Congresso. Aplausos ao Ministro Nelson Jobim, da Defesa. Mas nem por isso é demérita a atitude de V. Ex^a, que foi movida ao zelo que tem pela respeitabilidade que o Brasil deve merecer no contexto internacional. E neste momento, na hora em que o Brasil precisa exercer o papel de moderador, não poderia jamais estar atuando como elemento fomentador de discórdias pelo fornecimento de armas e munições. Fez muito bem V. Ex^a em tomar a atitude que tomou e faz muito bem V. Ex^a em vir, com a dignidade que marca o seu caráter, prestar contas da audiência que o Ministro Nelson Jobim pediu ao Senado, trazendo aqui informações, acompanhado de oficiais generais, tranquilizando as preocupações de nós, brasileiros, e de nós, Congressistas, que só queremos o melhor para o nosso País. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador José Agripino. Respondo a V. Ex^a...

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Arthur Virgílio...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ouço o Senador Eduardo Azeredo. Depois, respondo a ambos.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, participei também da reunião com o Ministro Jobim e quero cumprimentá-lo pela sua posição, que só reforça a seriedade do seu posicionamento aqui no Senado. E, ao mesmo tempo, quero dizer que recebi, há pouco, uma série de cópias de correspondências que mostram que essa questão do Presidente Chávez com as FARC e do Presidente do Equador com essa organização não é uma mera notícia que corre por aí. Existe realmente um incentivo a esse movimento, que é terrorista e fora da lei e pelo qual, volto a dizer, o Brasil não pode, de maneira alguma, ter simpatia e nenhuma posição de condescendência. O Brasil não pode concordar com alguns que querem tratar as FARC como se fossem um movimento político legítimo. Não o são. As FARC são um movimento fora da lei; estão com 700 pessoas aprisionadas. E estas cópias aqui só mostram que temos de nos preocupar mesmo com esses dois vizinhos que querem buscar a guerra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador.

Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, quero somar também as minhas palavras às dos meus Pares que me antecederam ao aparteá-lo. V. Ex^a fez, no início desta sessão, uma denúncia

da maior gravidade, mas, pela sua responsabilidade, sempre colocou que duvidava da informação que havia recebido e que esperava uma posição do Ministro da Defesa no sentido de que não confirmasse aquilo que seria por demais grave. Quero também registrar e aplaudir a presteza do Ministro Nelson Jobim e o respeito que demonstrou para com o Senado Federal, para com os Senadores e para com V. Ex^a em particular, ao vir imediatamente ao Senado Federal, acompanhado dos comandantes militares e de oficiais superiores, trazer as informações que pudessem esclarecer e trazer tranquilidade a esta Casa. O Ministro, na reunião de que tive a oportunidade de participar, declarou ser inverdida a informação de transporte de armamentos pelo avião comercial da companhia TAM. Prestou as informações aos Senadores que estavam no gabinete do Presidente Garibaldi Alves do que havia sido autorizado a ser exportado para a Venezuela. A pedido do Senador Heráclito Fortes, ficou de encaminhar à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a relação de tudo o que foi exportado para a Venezuela – munições, armamentos –, ou, como disse o Senador Heráclito Fortes, qualquer tipo de baladeira, como ele na ocasião brincou ao dizer isso, durante o ano de 2007 todo, para que tivéssemos uma visão de longo prazo e não de 15 dias, como até V. Ex^a questionou. Nos últimos 15 dias e antes ocorreu a exportação? Então, quero parabenizá-lo por voltar à tribuna para transmitir à sociedade, por meio da TV e da Rádio Senado, aquilo que nos foi dito, numa reunião reservada, no Gabinete do Presidente Garibaldi Alves. Fiquemos atentos, porque, como bem disse o Senador Azeredo, estamos passando por um processo de instabilidade em nosso Continente em face da ação belicosa e colocada sem nenhuma desfaçatez pelo Presidente da Venezuela, que incita a divergência, não só no caso das Farc, como foi dito aqui, um movimento terrorista e ilegal, como também aconteceu no caso lamentável da Bolívia no ano passado. Parabéns, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Flexa.

Senador Suplicy, por favor, e Senador Geraldo Mesquita, para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Quero pedir aos Senadores aparteantes...

O Senador Arthur Virgílio, quando fez o comunicado, ele o fez por cessão do Senador Inácio Arruda, que já está aqui há muito tempo. S. Ex^a, o Senador Inácio Arruda, foi à tribuna, saiu da tribuna. Vou prorrogar a sessão por mais 30 minutos tão-somente, Senador Eduardo Suplicy, para que possamos ouvir o Senador Inácio Arruda, que ficou em pé na tribuna e saiu de lá, para que ele possa fazer o pronunciamento. Sei que o

Senador Geraldo será compreensivo, porque é de sua natureza, e o Senador Suplicy, com a sua capacidade de síntese, certamente falará bem rapidamente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Arthur Virgílio, foi essencial que V. Ex^a tenha colocado a importância da presença do Ministro, o quanto antes, aqui. O Ministro Nelson Jobim deu hoje uma demonstração de responsabilidade e de respeito ao Senado Federal, inclusive à Oposição, vindo rapidamente. Na sala da Presidência do Senador Garibaldi Alves, houve um diálogo muito produtivo e respeitoso para com todos nós, sobretudo esclarecendo diversos pontos e tranquilizando V. Ex^a e os diversos Senadores que estavam justamente preocupados com uma ação que, felizmente, não é verdade. Ou seja, as informações dadas pelo Ministro Nelson Jobim foram de modo a nos tranquilizar, e há informações positivas sobre as ações que o Governo brasileiro vem realizando na missão das Nações Unidas que coordena no Haiti e também a ajuda que está prestando a países como a Bolívia diante de desastres climáticos que ali ocorreram. É importante que nós venhamos a colaborar com o espírito de paz, que é característico da Nação brasileira, para amainar os ânimos e fazer com que possam, as forças em conflito na Colômbia, chegar a termos de realização de paz com base na justiça. E que também isso possa ser a característica do diálogo entre Brasil, Venezuela, Equador e Colômbia.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Parabéns.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – O meu aparte, pode contar, não passará de um minuto. Senador Arthur Virgílio, eu vejo essa questão por outro ângulo. Eu já vi, nestes últimos tempos, acontecerem fatos de extrema irresponsabilidade em nosso País. Não vou aqui mencioná-los. Também não vou aqui descrever da palavra do Ministro Nelson Jobim, assim como V. Ex^a também não descreve. Creio que ninguém aqui descreve. Mas eu não descarto, em razão desse passivo de irresponsabilidade que nós temos no País, que sua fala, sua denúncia, sua postura, vindo aqui trazer algo que lhe foi passado, como diz V. Ex^a, por uma fonte fidedigna, eu não descarto, Senador Arthur Virgílio, a possibilidade de sua fala ter abortado uma operação que estaria em curso ou projetada para acontecer. Eu não descarto essa possibilidade. Digo, mais uma vez, para fixar esse entendimento, que não duvido da palavra do Ministro Nelson Jobim, mas eu também não posso descartar totalmente a possibilidade de que, com sua fala hoje da tribuna do Senado, V. Ex^a possa ter disparado um processo de abortamento

da operação. Disso também ninguém vai dissuadir-me. Permita-me ficar com essa consideração porque creio que é uma possibilidade, junto a todas as outras que foram aqui cogitadas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Geraldo Mesquita.

Sr. Presidente, encerrarei agradecendo sobremaneira ao Senador Inácio Arruda pela nobreza do gesto que não me surpreende, prezado colega de Senado, de Congresso e de Câmara por tanto tempo, meu querido amigo.

Respondo de uma vez só aos Senadores José Agripino, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro, Eduardo Suplicy e Geraldo Mesquita. Digo-lhes que vimos hoje o peso da dialéctica sobre o debate neste País. Estou cansado, Sr. Presidente, de fazer requerimentos de informação que são respondidos de maneira evasiva para, no fundo, no fundo, setores do Governo ganham tempo, deixando de responder às inquições que, como Parlamentar, legitimamente lhes faço.

No momento, o Ministro Jobim atende tão prontamente nossa solicitação. Se merece encômios, se merece elogios? Quero acreditar – e repito – na palavra do Ministro, no que S. Ex^a veio para nos dizer, de coração aberto: a verdade. Não tenho elementos para dizer o contrário. Devo dizer que ficam mal os outros ministros daqui para a frente se continuarem as negaçãs, se se faz uma pergunta e...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) –...desqualificam acusação ou questionamentos. E, daqui para frente, eu vou dizer: Puxa, mas o Ministro Jobim tão prontamente, não esperou nem o dia seguinte, acorreu ao Congresso e lá prestou as informações todas que cabiam ser prestadas. O Ministro Jobim não só estabeleceu um paradigma para o seu próprio comportamento daqui para frente, e creio que não foi diferente daqui para trás, como o passa a ser um paradigma para os demais ministros. Vão dizer: “Puxa, mas esse assunto tão grave foi tão rapidamente desmontado pelo Ministro Jobim. E agora pergunto a V. Ex^a se houve desvio ou não no ministério tal e V. Ex^a não me diz”. Então, fiquei muito feliz com o resultado, sobretudo porque quero acreditar, Sr. Presidente – e peço uma pequena prorrogaçāozinha, peço para concluir –, quero acreditar mesmo que o Ministro foi sincero e que nos respeitou.

Alguém da imprensa me perguntou, Senador Magno Malta, lá fora, antes de eu falar com o Ministro, se eu considerava que o assunto era tão grave a ponto de o Ministro ter trazido toda aquela equipe de assessores militares. Eu digo: “Não necessariamente”.

O assunto é grave, tanto que o Ministro veio para responder e, a meu ver, respondeu de maneira convincente. Mas o Ministro não necessariamente veio aqui porque, supostamente, teria algo a temer. Eu preferi interpretar como demonstração de consideração pelo Congresso; consideração que o Governo e os demais ministros devem ter pelo Congresso. Sempre, daqui para frente, porque a meu ver ficou estabelecido um padrão Jobim; daqui para frente, acusado tem de responder logo; questionado tem de vir aqui e mostrar que respeita a soberania desta Casa. Mas eu pessoalmente volto a dizer, não tenho elemento que me autorize a duvidar do que disse o Ministro. E, portanto, que bom que o debate foi feito, que a denúncia foi corroborada e o Ministro veio para dar as explicações que julgo satisfatórias.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Se me permite, Sr. Presidente, ouço ainda o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Agradecendo a gentileza do Sr. Presidente, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, eu gostaria de me congratular com V. Ex^a pela coragem de trazer um assunto dessa natureza. Assisti um pouco do pronunciamento de V. Ex^a – estava conversando ainda com o Ministro em meu gabinete. Acho que a cautela foi providencial, até porque vivemos o episódio citado aqui por V. Ex^a, envolvendo informações do Governo e não podíamos, num fato dessa natureza, não cumprir o papel que a Constituição nos assegura. Louvo o gesto do Ministro de ter antecipado o convite de vir amanhã e de ter prestado os esclarecimentos devidos. Daí por que julgo desnecessária a reunião da Comissão amanhã, mas, também,...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – ...de solicitar informações adicionais, o que S. Ex^a também se comprometeu a fazer. Por isso, congratulo-me com V. Ex^a – e agradeço porque V. Ex^a inclusive ajudou a Comissão a cumprir o seu papel – e com o próprio Ministro, por ter tido a iniciativa de vir a esta Casa prestar contas ao Congresso e à Nação. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, mostrei o documento ao Senador Heráclito Fortes, ao Senador Tasso Jereissati e a outros colegas, que julgaram um assunto de gravidade. Foi só a partir daí que decidi vir à tribuna. Acabamos nós por testar o caráter democrático do Ministro e por ver uma verdade ser restabelecida. Que bom! Que bom e que todos ajam assim daqui para frente. Agora, saibam

que denúncia é para ser feita, questionamento é para ser posto e cobrança é para ser, na verdade, indicada a quem o dever de ser transparente nos seus atos.

Fico feliz com a vinda do Ministro Nelson Jobim e repito que me senti tranqüilo com as respostas que deu ao questionamento que a ele apresentei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer e, desta vez, acho que finalmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Agradeço, Senador Arthur Virgílio.

Não poderíamos esperar uma outra atitude do nosso querido Ministro Jobim. Nós que o conhecemos, Senador Arthur, e sou testemunha, porque fui eu que atendi o telefone quando ele ligou para V. Ex^a. Imediatamente, passei o telefone a V. Ex^a, quando ele já havia falado ao Presidente desta Casa. O Ministro Jobim, quando lhe telefonou, fui eu quem passou o telefone a V. Ex^a. E não poderíamos esperar dele uma outra atitude, senão essa que tomou: transparente. Então, fica o padrão Jobim aí para ser imitado.

Senador Inácio Arruda, paciente Inácio Arruda, do Ceará.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, eu já tinha indicado para o Senador Arthur Virgílio que o assunto era o mesmo, embora o meu desejo era tratar aqui, no dia de hoje, da visita em conjunto que fizemos ao interior do Estado do Ceará, com o Presidente da República. Foi uma visita muito proveitosa, porque muitos programas sociais entraram em processo de execução; muitas obras importantes, impactantes para o Estado do Ceará; investimentos em recursos que nunca o Estado do Ceará viu: um volume de recursos para o Estado do Ceará, o Governo estadual, as Prefeituras municipais, independente de partido. Quer dizer, todos os partidos que tiveram projetos apresentados pelas suas administrações, partidos que estão dirigindo Municípios importantes, foram aproveitados no Governo de Lula e estão sendo executados, mostrando que não pode haver discriminação quando se pensa em desenvolver o Brasil.

Eu estava na Comissão Parlamentar de Inquérito louco para vir para cá porque o tema é muito investigante. A questão da geopolítica latino-americana é muito importante. Talvez alguns não tenham se dado conta ainda do que ocorre na América do Sul. Queremos fechar os olhos. Mas vamos examinar. Vivemos décadas sob uma tutela cruel: primeiro, da política de guerra fria, de intervenções ditoriais, de derrubadas de governos. O próprio Brasil foi acusado de partici-

par de ações para derrubar governos na América do Sul, principalmente organizadas pela Companhia de Inteligência Americana. Vivemos esse período inteiro de ditaduras, de investidas americanas na América do Sul, de tutela de governos, de constituição de governos fantoches na América do Sul. Há o que nós vemos ainda pelo mundo: o Oriente Médio está em chamas por essas razões.

Ocorre que, com os ventos políticos mais favoráveis, com uma maior democratização na América do Sul, com a desmoralização de muitos regimes fantoches, ascendeu aos governos na América do Sul um conjunto de forças mais avançadas, compostas por partidos do campo popular, democrático, da esquerda latino-americana.

Isso ocorreu no Chile, agora dirigido pela Presidente Michelle Bachelet; aconteceu no Uruguai, com Tabaré Vazquez; aconteceu o mesmo na Argentina, onde o partido é o mesmo, mas com muitas correntes, e aquelas mais à esquerda conseguiram conquistar a Presidência da República; aconteceu com o Equador, com Rafael Correa, e houve um episódio que todos deveriam considerar como extraordinário, excepcional, a conquista do governo da Bolívia por uma nação daquele povo que foi massacrado durante anos e anos: lá está Evo Morales, presidindo a nação boliviana. Mesmo no Peru, as forças mais à direita foram derrotadas; o centro venceu, não foi a esquerda, mas venceu o centro contra as forças mais conservadoras, que foram colocadas de lado na política peruana. Na Venezuela, houve a vitória de Chávez.

Todas essas conquistas têm grande significado para a América do Sul. Movem forças políticas conservadoras que, há décadas e décadas, só elas, mandavam e desmandavam e cumpriam uma agenda conservadora, atrasada, que afundou a América do Sul em crise, em dívida, em desastre social terrível. Todas essas nações vivenciaram essa realidade. Qual é a situação nova?

É que são forças do campo democrático, popular, de esquerda, que estão governando essas nações, que estão dirigindo essas nações. É uma situação nova.

Isso não se deu ainda com a Colômbia. A Colômbia não viveu esse movimento. Por que não viveu? Há poucos anos, Sr. Presidente, as forças populares do campo e da esquerda na Colômbia anunciaram que iriam participar do processo eleitoral. Sabem o que ocorreu, Sr^{as} e Srs. Senadores? Sabem o que aconteceu com os dirigentes das forças populares que participavam das guerrilhas insurgentes contra os governos reacionários da Colômbia quando foram para as eleições? Foram todos assassinados! Os principais dirigentes que participaram das eleições foram

massacrados pelos governantes e pelos paramilitares. Assassinados friamente. Assim, o conflito se mantém há mais de quatro décadas na Colômbia.

Qual é o nosso papel? Qual o papel de uma nação, como o Brasil, fronteiriça com a Colômbia, fronteiriça com a Venezuela, amiga do Equador, que tem buscado contribuir com o seu desenvolvimento também puxando essas economias para crescer e se desenvolver? O nosso papel, na minha opinião, não pode ser, jamais, o de fazer coro.

Ora, veja, acompanhando há anos a Colômbia, está exatamente a política do governo norte-americano. São os assessores militares americanos que conduzem aquela política. Agora mesmo, às vésperas da ocupação do Equador, que foi bombardeado pelo exército colombiano, estava lá um assessor militar norte-americano com recursos, com dinheiro, com armas, com munição, com bomba! É assim que tem sido feito aqui na nossa terra, aqui no Brasil, na América do Sul.

É assim que se têm comportado essas forças mais conservadoras para tentar manter essa região como a área de influência, a área de domínio, a área da tutela dessa política mais conservadora e mais atrasada praticada pelos governantes norte-americanos em relação à América do Sul.

Esses países, digamos assim, vão tomado em suas mãos a construção do seu projeto, do seu país, da sua nação. E há reação, reação interna, porque a direita conservadora desses países é vinculada a outros interesses: não querem esse projeto, não querem uma nação com projeto nacional, arrojado, voltado para seu povo, para seu país, para suas riquezas, para sua produção; têm impedido esse crescimento. Quando essas nações buscam desenhar o seu projeto de mais autonomia na região ou de estarem mais integradas à região e não subordinadas, há uma reação muito forte, chegando ao ponto de um conflito interno, como é o conflito na Colômbia. Temos que reconhecer: há um conflito na Colômbia.

Como vamos intermediar para alcançar a paz na Colômbia? Interessa para o Brasil a paz, interessa a paz nas nossas fronteiras para o nosso progresso, para o nosso desenvolvimento. Jamais o nosso tom pode ser o de estimular, criar embaraços para o entendimento naquela região. Creio que deveríamos tratar de fazer algumas incursões sobre este tema: a América do Sul tem condições, as nossas nações têm condições de encontrar o caminho da paz.

A interferência de uma grande potência que exige, que quer, que deseja que tudo corra segundo a sua vontade é que pode ser o maior embaraço para a paz. Talvez o maior interesse é que não tenha paz, porque a paz na nossa região, se nós conseguirmos superar

esse conflito na Colômbia, poderá abrir o caminho para, quem sabe, algumas décadas de prosperidade da nossa região, com mais autonomia, com mais interesse entre as nações pelo projeto do seu país e do seu povo, meu caro Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Inácio Arruda, quero cumprimentá-lo pela maneira com que está analisando esses conflitos na Colômbia e as diferenças de opinião entre governos da Venezuela, da Colômbia, do Equador e outros. Mas cumprimento-o também pelo enfoque na responsabilidade de nós brasileiros estarmos colaborando para que ali na Colômbia se encontre um caminho de paz, necessário obviamente, baseado em um sentimento de solidariedade e de justiça que possa existir na nação, se instrumentos de políticas públicas, de políticas econômicas vierem a construir esse sentimento de justiça e solidariedade. Por causa disso não mais persistirão as razões que levam uma parte significativa daquele povo a estar em guerra de resistência por mais de 40 anos. É nesse sentido que eu acho que o Brasil pode colaborar. É importante que, quando se coloca que os Estados Unidos da América, por seu Governo, estariam tentando realizar ações que seriam condizentes com procedimentos os mais adequados ou democráticos, faça-se uma análise severa de que, muitas vezes, os Estados Unidos da América, os seus governos, alimentam e apóiam ações – por exemplo, paramilitares no governo da Colômbia ou junto ao governo da Colômbia – que são exemplos de práticas de torturas, de desrespeito aos direitos da cidadania. Isso precisa estar muito claro. Esses episódios precisam levar em consideração que, muitas vezes, diretrizes e recomendações feitas pelo Governo dos Estados Unidos incidem em erros graves. Eu tive a oportunidade de assistir, no domingo à noite, a algo muito relevante que, felizmente, o Canal Futura apresentou. Nesse sentido, vejo um mérito na democracia norte-americana, porque os norte-americanos são capazes de fazer uma autocrítica muito importante e saudável sobre o que, por vezes, acontece. Passou no Canal Futura um dos melhores documentários, justamente indicado para o melhor documentário no Oscar, chamado “*Taxi to the Dark Side*” (Táxi para o Lado Escuro), de Alex Gibney, sobre os abusos dos Estados Unidos contra os prisioneiros de guerra, seja em Abu Ghraib, seja em Guantânamo, seja no Iraque, seja no Afeganistão, abusos que foram ordenados pela Casa Branca, por pessoas da mais alta autoridade. Foi mostrado, de maneira muito clara e bem documentada, que, por vezes, ali há erros muito graves. Precisamos estar atentos a esses erros. Portanto, com o espírito que preside o seu pronunciamento, que é o de todos nós, brasileiros, no

sentido de colaborarmos para que haja uma saída de paz, baseada em instrumentos de justiça na Colômbia. É importante que possamos colaborar, inclusive, para que haja a libertação de todos que estejam seqüestrados e presos e, ao mesmo tempo, avançar na direção da justiça para que efetiva paz possa existir num país irmão, como o é a Colômbia.

(Interrupção do som.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Sr. Presidente, nós vamos afunilando o nosso pronunciamento. Talvez precisássemos rever o que está ocorrendo. Há poucos dias, ou há poucos meses, o governo venezuelano patrocinou um episódio, que todos nós deveríamos dizer: puxa, devemos apoiar. Junto com a Senadora colombiana Piedad Córdoba, patrocinou um episódio para libertar prisioneiros que estavam sob o domínio das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as Farc.

(Interrupção do som.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Deveríamos todos nós dizer: precisamos associar-nos a esse movimento e estimular o governo colombiano a fazer a troca de prisioneiros. Há centenas e centenas de prisioneiros na Colômbia. Em seguida, um segundo movimento, quando, primeiro, dois presos e depois quatro presos foram libertados pelas Farc. Em vez de dizermos: puxa vida, é uma iniciativa excelente! Vamos apoiá-la. O que fizemos? Os grandes veículos de comunicação no Brasil quase condenaram, de forma uníssona, a iniciativa em vez de fazerem o contrário.

Precisamos associar-nos a esse movimento.

Aí veio o episódio da invasão do Equador, quando mataram os guerrilheiros que estavam dormindo, usando equipamentos de altíssima tecnologia para identificar as pessoas nas florestas e bombardeá-las. O governo colombiano pediu desculpas, mas uma vez, na reunião da OEA, reconhecendo o seu equívoco, mostrando que estava absolutamente equivocado ao invadir um país e ultrapassar completamente os seus limites.

Sinceramente, creio que precisamos tirar lições desse episódio. Uma delas é a de que devemos nos unir num esforço grandioso pela paz na América do Sul. Há um conflito na América do Sul e uma ingerência em nossa fronteira. Na chamada tríplice fronteira do Brasil com a Argentina e o Paraguai, inaugurou-se uma pista colossal feita com recursos americanos. Para quê? Será que é para defender o Paraguai, ou o Brasil, ou a Argentina? Desconfio de movimentos dessa ordem.

Talvez, Sr. Presidente, devêssemos encabeçar no Brasil uma campanha para a retirada de qualquer

base imperialista na região, não aceitar essas bases, unindo-nos a todos esses países e dizer: temos capacidade de nos defender.

Durante o discurso do Sr. Inácio Arruda, o Sr. Magno Malta, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Vicente Claudino, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria apenas saber...

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – V. Ex^a é o próximo orador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O próximo? Muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta é uma sessão das mais importantes deste ano. Penso que o tema das Farc, o tema do conflito tão debatido hoje à tarde aqui, Senador Wellington, não se esgota, mesmo com tudo o que falamos, tudo o que foi falado, não finaliza o debate. Mas, hoje à tarde, certamente avançamos. As posições foram colocadas, houve resposta imediata do Governo, diante da denúncia feita pelo Líder da Oposição, Senador Arthur Virgílio. O Ministro da Defesa, Nelson Jobim, de quem não poderia esperar outra atitude, respondeu com rapidez a todas as questões e questionamentos, Sr. Presidente. Nesta Casa, os Senadores responderam com indignação ao comportamento desse protótipo de ditador chamado Hugo Chávez, que se comporta usando como pano de fundo uma grande potência. Na verdade, sabemos que o que busca é desestabilizar a região, a geopolítica, o espaço onde vivemos. Para mim, ele só tem uma maneira de provar que é doido: declarando guerra ao Bush, porque aí quero ver quem é mais doido. Agora, essa história de ficar fazendo bravata aqui na nossa região e essa história de que a Colômbia fez uma manobra dentro de outro território atingindo pessoas, que são pessoas de bem.... Estamo-nos referindo às Farc, uma organização criminosa!

Um dia desses, Hugo Chávez fez manobras aéreas dentro do espaço da Amazônia. Invadiu o nosso espaço e fez manobras lá dentro. Exatamente na época, Senador João Claudino, em que estive – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a me auxilie aqui, porque conhece a matéria – lá nas nossas fronteiras, dentro da Amazônia, numa ação em que o nosso Exército brasileiro, ali representado pelo nosso General Hélio Ribeiro,

levou um grupo de Parlamentares, do qual tive o privilégio de participar.

Foi exatamente naqueles quinze dias que ele havia feito manobras dentro do território brasileiro, e para ele foi normal. Ele vai se armando, ele vai se armando... É preciso, de fato, que não tenhamos medo dele, mas é preciso que nos comportemos de modo a dizer a ele o tamanho que ele tem.

Na verdade, o que me traz à tribuna, Sr. Presidente, é a felicidade por ter sido lida hoje, nesta tarde, a CPI da pedofilia e a garantia dos Líderes de que, na próxima terça-feira, teremos indicados, Senador Mão Santa, os seus membros. O volume de nocividade que a pedofilia traz para a sociedade brasileira é tão tremendo que eu diria que o volume é o mesmo do narcotráfico dentro da sociedade brasileira.

Senador Wellington Salgado, o Ministério Públíco Federal, a Conamp, o Ministério Públíco Estadual e a Polícia Federal, que, graças a Deus, foi que mais avançou em crime de pedofilia na Internet, o que eles dispõem hoje – eu diria até do material de que eu disponho – é alguma coisa gritante, assombrosa, extremamente hedionda, uma coisa das mais nojentas neste País, Senador Valter Pereira, V. Ex^a que, além de pai de família, é operador do Direito. Espero que aqueles que lá estiverem e que são militantes da vida humana, que nós tenhamos a disponibilidade e a coragem, porque, como envolve tráfico de pessoas, tráfico de drogas e a corrupção está no meio de tudo isso, é uma rede criminosa, imagino que vamos correr os mesmos riscos que corremos quando Deputado Federal na CPI do Narcotráfico. Mas é preciso colocar no seu devido lugar aqueles que, de maneira acintosa, têm-se levantado contra a integridade física e moral das crianças neste País.

E quando você é acintoso contra a integridade física e moral de uma criança, é acintoso contra a integridade moral da sua família e, por via de consequência, de uma sociedade inteira. A partir daí, que construirmos mecanismos e instrumentos jurídicos, nos fortaleçamos ou venhamos a criar inserções no Código de Processo Penal, no Código Penal Brasileiro, para colocar no seu devido lugar e tipificar essa barbaridade no Brasil, Senador Heráclito Fortes.

Eu tenho três filhas, uma de 7 anos de idade, uma de 21 e outra de 22, V. Ex^a tem filha, tem filho. Temos filhos – não se trata de ser menino ou menina. Na semana passada, recebi do Ministério Públíco de Minas Gerais imagens chocantes em que o próprio crápula, um imundo, filmou com um celular; um homem de 65 anos de idade, o estupro de uma criança de 4 anos de idade. E isso não é coisa de bêbado não. Não estava doido, não! Tem muita gente boa na sociedade envolvida

com isso, tem muita gente que mora em condomínio, com muito dinheiro no banco, que tem militância religiosa, que milita politicamente envolvida com o crime de pedofilia. E aí? Como será essa CPI? Doa a quem doer, é preciso ir às últimas consequências para poder oferecer instrumentos à sociedade brasileira.

Concedo um aparte ao Senador Valter Pereira.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Magno Malta, ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a, lembro-me aqui da indignação que a sociedade brasileira tem quando vê alguém que fora condenado por um crime hediondo cumprir 1/6 da pena e ir para a rua; a indignação da população que, de repente, vai encontrar na via pública aquele ofensor que não respeitou o menor, que não respeitou a idosa, que não respeitou a família, porque há o entendimento de que o benefício da progressão deva alcançar a todos. E é nesse sentido que venho aqui aplaudir a iniciativa da convocação de uma CPI, porque é preciso efetivamente rediscutir toda essa questão da criminalidade, especialmente os atentados que se fazem contra crianças inocentes, crianças que não têm a capacidade, às vezes, de sequer se expressar, quanto mais de discernir. Um menor com 4 anos, com 6 anos, não consegue nem se expressar, mas é vítima constante desses abusos que são cometidos. Mas é preciso que essa CPI amadureça a sociedade brasileira para que apóie toda iniciativa no sentido de trancar e fazer com que aqueles que cometem abusos dessa natureza, aqueles que comete crimes hediondos, aqueles que não sabem respeitar a criança, que não sabem respeitar o idoso, que não sabem respeitar a mulher, que não sabem respeitar a família, quando condenados, cumpram a pena. Se condenados a dez anos, que permaneçam dez anos no cárcere; se condenados a trinta anos, que cumpram os trinta anos. O que não se admite é tratar da mesma forma o criminoso de menor periculosidade – aquele que fura, que comete atos ilegais, que comete infrações de menor potencial – e aqueles que cometem esses crimes tão hediondos, como V. Ex^a acaba de pontificar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Obrigado, Senador Valter Pereira. V. Ex^a, que é um operador do Direito, sabe exatamente o que fala. É pai de família, cidadão que conhece uma sociedade sofrida, de lágrimas sofridas de mães, de pais, de famílias que sofrem quando descobrem um filho violentado, uma criança mutilada, traumatizada, que cresce enclausurada, com comportamentos os mais diversos possíveis, introvertida, ou agressiva, que muda da noite para o dia. E quando se descobre que isso é fruto de um estupro, de atos de doentes, de pessoas inescrupulosas que mutilam uma criança... V. Ex^a conhece isso. Incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Encerrarei, Sr. Presidente, agradecendo aos Líderes Arthur Virgílio, ao Líder Renato Casagrande, do meu Estado, à Líder Ideli Salvatti, ao Líder João Ribeiro, do meu Partido, ao PDT, ao Líder Valdir Raupp, ao Líder do DEM, Senador José Agripino, que prontamente tiveram uma posição para que nós instalássemos essa CPI. Espero que nós respondamos à sociedade.

Sr. Presidente, abraço a população de Vargem Alta, no Estado do Espírito Santo. Vargem Alta é um Município turístico, bonito, de grandes hotéis. Só o Espírito Santo tem algo que o Brasil deu só para nós: temos a praia e a 20 minutos temos uma cidade com o clima parecido ao da Suíça. É um clima de montanha. Vargem Alta está lá onde estão os grandes hotéis, bem como Domingo Martins. Nossa área de montanha é a 20 minutos da praia. Ninguém tem isso, só o Espírito Santo. Estive em Vargem Alta. Revi o querido Prefeito Elieser e a querida população daquele Município. A partir dali fui a Burarama, um distrito de Cachoeiro de Itapemirim, de meu querido Cachoeiro. Fiquei surpreso com o que vi em Burarama: uma cooperativa de alambiques, de produtores de bebida alcoólica, produtores de cachaça. Eles me chamaram lá e eu fui. E havia um homem, chamado Gilvam, que me disse assim: "Eu nasci nisso aqui" – e eu fui ver o alambique dele – "mas não sou produtor de cachaça, sou plantador de cana". E disse mais: "Quando vejo tanto desastre mostrado na televisão, tanta gente morrendo, gente alcoolizada atropelando gente nas calçadas me dá uma dor muito grande. Então vamos mudar essa cultura". E ele disse que descobriu o foco da agroindústria integrada à vontade de migrar para subprodutos e derivados da cana-de-açúcar.

Eles querem migrar para fazer álcool hidratado, anidro, açúcar mascavo, rapadura, congregação de bioenergia, compondo assim um novo *mix* na cadeia produtiva de pesquisa dos pequenos alambiques. Fiquei impressionado com eles, com essa vontade de mudar, para a qual certamente terá o nosso apoio.

Eu e o Senador Renato Casagrande, do meu Estado, vamos nos reunir com eles, porque eles têm um projeto pronto, Senador João Cláudio, V. Ex^a que preside a Mesa e a Mesa hoje é o Piauí, Senador Hércilio Fortes. Certamente esse projeto vai beneficiar outros que vivem fazendo aguardente para vender um litro por R\$1,00, quando, na verdade, ele tem preço melhor com o açúcar, com o álcool anidro.

Vão produzir alimento energético para colocar na merenda escolar, que tem venda garantida e não tem o dissabor de ver na televisão que motorista alcoolizado atropela criança na calçada e a criança fica tetraplégica, que mata a mãe e deixa a criança órfã.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – As bebidas alcoólicas são responsáveis por 75% dos acidentes de trânsito deste País e por 70% dos órfãos deste País. Tudo isso está na conta das bebidas alcoólicas. É preciso realmente dar uma oportunidade e abrir linha de crédito para quem tem projeto e quer mudar de cultura, porque o Brasil, com tantos acidentes de trânsito promovidos por bebida alcoólica, não pode se orgulhar de ser o País da cachaça, ou de ser o País da desgraça, de ser o País das mortes ou de ser o País das lágrimas sofridas de quem hoje está numa cadeira de roda ou num colchão de água, tetraplégico, porque foi atingido por um motorista louco, alcoolizado em algum canto de rua.

Sr. Presidente, quero abraçar esses produtores de Burarama, que é um distrito de Cachoeiro do Itapemirim...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – ...e é a terra do ex-Vereador Sabadini, meu amigo, terra de gente de muito trabalho.

Encerro, Sr. Presidente, abraçando a população de Baixo Guandu, Município em que estive, ávida e atenta à TV Senado e que conhece o Brasil, conhece as suas discussões, conhece seus temas, conhece os embates e os debates.

Encerro agradecendo a Deus pela vitória deste dia com a CPI da Pedofilia e dizendo que, certamente, responderemos a este País à altura com a formação desta CPI, a partir da próxima semana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. Bloco/PTB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, para falar como Líder.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI). Pela Liderança do DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, fico muito feliz em ver esta sessão hoje presidida pelo Senador piauiense João Vicente e ter aqui na assistência o Senador Mão Santa, mas também o Senador Wellington Salgado, que é um grande investidor no Estado do Piauí -e, pelo que li na semana passada, pretende investir mais, principalmente no Município de Floriano.

Mas, Senador Mão Santa, o Piauí aguardou com muita expectativa os 15 dias de viagem do Governador Wellington Dias à Europa. Roteiro fantástico. Roteiro, Senador Valter Pereira, de fazer inveja a quem está, por exemplo, em lua-de-mel; não a quem vai trabalhar. Portugal, com direito a passeios a Coimbra. Depois,

Madri, Barcelona. Vai para a Itália. Na Itália: Veneza, Roma, Firenze.

E hoje vejo uma matéria: "Ao retornar de viagem de 15 dias à Europa, Wellington Dias anunciou investimentos estrangeiros no Piauí".

Quero lhe dizer, Senador Mão Santa, que o meu primeiro impacto foi de muita emoção. Finalmente, algo de concreto para o meu Estado. Fiquei feliz. Puxei na máquina e tive uma frustração: "O Governador Wellington Dias diz que retornou ao Piauí com grandes novidades em investimentos."

Numa entrevista coletiva, diz:

O Piauí ganhará um dos maiores campos de golfe do mundo [tudo lá é grande.] e um complexo de hotéis de luxo no litoral. As empresas espanholas que irão investir no Estado criará um complexo de *resorts* de alto padrão chamado Delta do Parnaíba. É um investimento de jovens executivos que prevê a construção de uma rede de hotéis em Luís Correia. "Serão investimentos de grife" [grife é luxo; "luxo" sou eu que estou acrescentando], afirma o Governador. Já na Itália, o Governador firmou parceria para realizar vôos do exterior para o litoral piauiense. Tão logo seja concluído o Aeroporto Internacional de Parnaíba, o local receberá passageiros deste País, da Espanha e Portugal. Ele explicou que uma viagem de Lisboa a Parnaíba, que antes era realizada com duração de 24 horas, agora será feita em seis horas. Um vôo de Madri ao litoral piauiense será feito em 7 horas, e, de Milão ou Roma, será feito em 8 horas.

O governador informou ainda que a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) irá realizar uma pesquisa sobre os impactos do programa Fome Zero no Piauí.

Depois, em outra entrevista, justificando a sua passagem por Veneza, S. Ex^a diz que está levando para o Piauí uma escola de hotelaria. Vai ver na outra encarnação o Governador foi um hoteleiro, ou então um servidor importante da Embratur.

Mas, meu caro Governador Wellington Dias, vá enganar o povo do Piauí assim na caixa prego! Quinze dias, Mão Santa, para anunciar vôo comercial, esporádico! Aliás, ele vem anunciando isso desde o primeiro ano de governo. Enquanto ele anuncia, uma empresa tipicamente local, modesta, de um avião, para fazer o turismo interno, fechou as suas operações em Parnaíba exatamente por falta de apoio de apoio do governo estadual.

Meu caro Magno Malta, fico triste ao ver o Governador anunciar essa rede de hotéis para Luís Correa, e não ter o cuidado de voltar os olhos para os hotéis que estão lá sobrevivendo a duras penas, porque temos no Piauí hoje um turismo de temporada, e a hotelaria vive em dificuldades.

Por que o Governador não prestigia, não incentiva, não estimula, por exemplo, o Rio Poty Praia, o Iberê, o Atalaia, o Hotel Amarração, o Santa Mônica, que é de um grupo português, mas que tem prejuízo, o Hotel das Araras, que está fechado, e mais uns dois ou três inacabados? Se andar alguns quilômetros, chega-se a Parnaíba, e ele vai ver o Hotel Cívico, que é de iniciativa privada, ele vai ver o Delta, que é o hotel da Federação das Indústrias, e vai ver o Recanto dos Pássaros.

O Governador deve se lembrar de que esses hotéis lotam em pequena temporada do ano. O que ele tem que fazer é criar programas de natureza especial; e que crie eventos. Criando eventos e movimentações de turistas o ano inteiro para o Piauí.

Não está claro, de maneira nenhuma, nem deu certo, as tentativas anteriores que S. Ex^a fez de vôo charter. Os aviões chegavam a Parnaíba, onde nós temos uma pista internacional, e os turistas se dirigiram para as cidades vizinhas do Ceará e do Maranhão, para tristeza nossa.

Governador, faz-se turismo é com investimento em infra-estrutura! É botando água na cidade para não faltar nas temporadas! É colocando energia, é ajudando as prefeituras a calçar e a urbanizar as cidades! Deixe os hotéis para a iniciativa privada!

V. Ex^a sabe que o Piauí tem uma experiência muito positiva do período revolucionário, que foi a criação dos hotéis da cadeia Rimo, e que estão de mal a pior. Os que estão funcionando, estão terceirizados. E nós temos exemplos – acabei de ser informado – de hotéis sobre os quais a irritação da população foi tanta com o tratamento que chegaram a destruí-los.

Governador, viagem internacional tem que ser mais ampla. Viagem internacional tem que apresentar investimentos profundos para um Estado. Se V. Ex^a quer realmente – e é sincero no seu objetivo – estimular o turismo do Piauí, por que não se preocupa, por exemplo, em criar condições de hotelaria, estimulando a iniciativa privada? A começar, por exemplo, de Cristiano Castro, onde temos um lençol freático que é um dos maiores do mundo. Aí, sim – não o seu campo de golfe –, presente da natureza. Por que não melhorar a infra-estrutura, inclusive de acesso, a São Raimundo Nonato, onde está a Serra da Capivara?

Governador, no Piauí há uma fonte de turismo para ser explorada – só precisa estímulo do Governo

– que fica em São Miguel do Fidalgo. Quero dizer a V. Ex^a que vim saber desse potencial há poucos dias, conversando com a Prefeita Sianena. É um campo, Senador Wellington Salgado, pelo qual seu xará deveria lutar. É um campo de águas termais, águas quentes, sulfurosas e que já serve hoje para acudir pessoas que têm conhecimento da sua existência e que sofrem de doenças de pele. É o local ideal para a construção de um pólo turístico fantástico. Aí, sim, S. Ex^a estará colaborando para infra-estrutura.

Por que é que não se lembra de fortalecer a infra-estrutura de Piracuruca, onde nós temos o Parque das Sete Cidades, ou de Esperantina, onde nós temos a Cachoeira do Urubu? Aliás, eu passaria a noite toda cantando as belezas do Piauí e lamentando a falta de estrutura, porque o Governo, infelizmente, está ausente.

O Governador vai passar seis meses, Senador João Vicente, tentando embromar a todos nós piauienses a contar as belezas e as maravilhas dessa viagem.

As fotos com a estátua de David, com Michelangelo, a sua tentativa desesperada de segurar a Torre de Pisa, para que ela não tombasse, evidentemente que vão ficar guardadas a sete chaves pelos seus assessores, porque não pega bem. O seu passeio pela suntuosa Ponte Vecchio, onde o artesanato italiano é profundamente difundido. Evidentemente que essas fotografias não serão mostradas. A sua participação comendo o fettuccini do Alfredo na Praça do Imperatore – S. Ex^a evidentemente que beneficiado e homenageado pelo fato de ser governador, e aí o grande mestre da cozinha italiana lhe distingue com o “talher de ouro” – jamais será divulgada.

Governador, que coisa boa é passear, às minhas custas; com o dinheiro do meu sofrido Estado do Piauí, jamais!

Fui Prefeito de Teresina, meu caro Senador João Vicente, recebi convites, fiz viagens; não aceitei, em nenhum momento, que a Prefeitura pagasse as passagens. Não era que fosse quebrar a Prefeitura, mas é porque o exemplo tem de começar de casa.

Estou querendo saber, afinal de contas, qual foi o tamanho da comitiva. Sabe-se que uma comitiva grande partiu de Fortaleza; outra, de outros pontos ou em dias diferentes, para não chamar muito a atenção. Mas, na Itália, na Europa, na Velha Europa, a união faz a força.

Só peço que S. Ex^a não queira fazer em Teresina um coliseu – não é que não fique bonito –, ou queira fazer uma Fontana di Trevi. Não é porque Teresina não mereça, mas porque é caro.

Primeiro faça, Governador, o que o senhor prometeu, anos atrás, que é a construção de um centro de convenções, para o qual até contratou a família da tradicional arquiteta Tomie Ohtake. Eu não vi ainda onde está sendo feito, onde estão fazendo essa obra de arte, que foi anunciada e cantada em prosa e verso, e que o piauiense aguarda com muita ansiedade, porque nós estamos precisando, até mesmo para quando esses seus investidores chegarem a Teresina, terem onde escutar as palestras de V. Ex^a, cantando em prosa e verso a beleza do nosso velho e sofrido Piauí.

Senador Mão Santa, com o maior prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito, vamos e venhamos: ele tem conseguido coisas que nem eu nem ninguém conseguiu; nem governador, nem V. Ex^a. Olha, eu nunca vi, em 508 anos do Piauí, tanta manchete. Nós ganhamos o Bom Dia Brasil; nós ganhamos o Jornal Nacional; ganhamos a *Época*, a *Veja* e a *ISTOÉ*. Em cinco dias. Nunca dantes... Mas tudo por corrupção! Hoje mesmo, a Líder do Democratas disse – eu pensei que tinha esgotado, não me dá prazer: “Olha aqui, Mão Santa, novas!” Tudo acusações. Rapaz, tem até retrato dele aqui. Todo dia sai. Não é só aquela que nós tínhamos visto. Todo dia sai. E tem fotografia – olhe aqui. Antes de começar o Governo, a Finatec foi para o Piauí; antes de ele tomar posse, ela já estava lá. Os aloprados, os assaltantes, naquele Hotel Metropolitan, numa reforma administrativa – depois de um ano, ele fez a reforma da reforma, com o mesmo pilantra. Antes. Ele está na Gautama, na Navalha, nos Sanguessugas... Ninguém, na história do mundo, conseguiu, em tão pouco tempo, que se falasse tanto do Piauí! Foi o Bom Dia Brasil, foi o Jornal Nacional, foi a *Época*, foi a *ISTOÉ*, todos os bichos aí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a se lembra de que o Delúbio foi recebido como Chefe de Estado, com batedores e tudo? Ele prometeu obras no Piauí que nem Ministro prometia.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sim, como Chefe de Estado. Aqueles da ambulância, o Vedoin – não sei os nomes desses aí –, tudo que é sanguessuga está aqui hoje, e ainda trouxeram mais. Eu já tinha até perdido as matérias, porque isso não interessa, não vai dar em nada. Ele só perdeu em gravação – na gravação, ouve-se a voz dele tramando corrupção: “ou eu faço logo esse negócio, ou perco a eleição” – para o Ministro que saiu, que foi 18 vezes gravado; ele foi 17, tirou medalha de prata. Quase nós somos o campeão da corrupção da Gautama. Agora, ele salvou, Heráclito. Ô João Vicente! Salvou... O rapaz é bom. Magno Malta, a justiça é simbolizada por uma mulher, a coisa mais linda do mundo, firme, vestida de branco, vendados os olhos. Ela pode ser cega, nós aceitamos – “o

essencial é invisível aos olhos”, e “quem vê bem vê com o coração” –, mas ela não pode ser ridícula. Vamos cassar o Governador de Santa Catarina. Gente boa, o Luiz Henrique, foi Ministro. Vamos cassar o da Paraíba, o compadre, amigo do Efraim Moraes. Vamos cassar o do Tocantins...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Vamos cassar tudo – ali já estava três a zero –, o da Santa Catarina. Vamos cassar o de Roraima – ele já está até no céu; cassaram o homem para pegar o vice. Vamos cassar o de Rondônia. O do Maranhão! Ô João Vicente, eu conheço o velho do Maranhão. V. Ex^a fazia parte do meu Governo; eu taquei a medalha dele no peito. Todo mundo conhece aquele velho honrado, cirurgião. É um velho de moral, um dos maiores cirurgiões que já houve na história do Nordeste. É igual a Almir Gabriel, é cirurgião de tórax. É um homem honrado. Vamos cassar o do Maranhão. Todo mundo sabe que ele foi um prefeito honrado. Aí eles viram a justiça, que pode ser cega, mas não pode ser ridícula, porque o primeiro a ser cassado é o corrupto do Piauí. E a justiça é fraca e vergonhosa. Essa é a verdade. Então, eles refletiram. Parou! Parou, porque o primeiro a ser cassado deveria ser o do Piauí, que foi blindado porque é do PT. Essa é a verdade. Repito: a justiça pode ser cega, mas não pode ser ridícula. Estão aqui as provas: 17 gravações. Por que não se fala? Por que é do PT? Por que está blindado? Essa é a vergonha. Então, ele tem serviços prestados. Heráclito, desiludi-me logo. Quis Deus estar na presidência João Vicente. Aliás, ele viajou comigo. Ele sabe o que é austeridade. Eu era Secretário, ele era Secretário de Indústria e Comércio e levou umas 200 indústrias para o Piauí. Mas vou dizer: era só um auxiliar; ele e o secretário. Em todas as viagens que eu fazia, só havia um. Agora, é uma caravana. Teve uma “passeata” de gôndola em Veneza. Lá fizeram uma “passeata”. Era gente demais.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Alguém cantando *Sole Mio*.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Ora, foi uma “passeata” de gôndola em Veneza. V. Ex^a sabe e é testemunha da austeridade. Eu só viajava com um. Ele foi em uma das vezes e trouxe muitos benefícios. Eu me decepcionei por quê? Heráclito, eu fui a São José do Peixe. Ô, João Vicente, você conhece São José do Peixe. Estava lá o Marcelo ao meu lado. É verdade. O Marcelo é um Deputado Federal. Houve uma inauguração, eles me deram um título de cidadão, e parece que deram também para o Marcelo. Aí ele discursou. Heráclito, ele disse: “Vou fazer cinco hidrelétricas”. Pronto! Aí eu digo: não tem nexo. É um mentiroso,

um doente. A gente tem de ter bom senso. Fazer cinco hidrelétricas? Magno Malta, o Piauí tem uma pela metade. Nunca foram feitas eclusas. Castelo Branco, Juscelino Kubitschek...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ... aquele nosso Deputado, que era bom como foi o Heráclito...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Milton Brandão.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Milton Brandão. Lá, faltam eclusas. Nunca foi terminada a possibilidade de... Quanto ao aeroporto internacional, ô João Vicente, quero dizer o seguinte: Magno Malta, não há mais nem teco-teco. Eu fui agora, fui de carro, vi o drama daqueles que V. Ex^a foi o primeiro a ajudar. Dr. João Silva Filho. Fez a BR ir até a Luís Correia asfaltada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Avenida Pinheiro Machado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Ali, encheu-se. São muitos quilômetros até Luís Correia. Hoteleiros, pessoas que têm restaurante, que moram, comerciantes, estão todos falidos por causa daquela medida provisória que proíbe a bebida. Pessoas que planejaram um empreendimento hoteleiro – essas é que deveriam ver – estão todas falidas. Senador João Vicente, recebi uma carta e vou amanhã...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – A apicultura está toda desgraçada – e V. Ex^a foi Secretário de Indústria e Comércio. Recebi uma carta e amanhã vou falar. Senador Heráclito Fortes, quero dar um testemunho da sua luta. V. Ex^a, até nas caladas da madrugada, lutava pelo Orçamento. João Vicente, o Deoclécio Dantas dizia: “É uma lástima”. E uma lástima com tanto esforço, porque a gente lutando, e ele diminuiu. Era um percentual de 3,5% e passou para 2,8%.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – No ano passado, foram 3,7%. Como é na média, no ano passado, foi 3,7%; o ano atrasado, 3,5%; e este ano caiu para 3,2%, Senador João Vicente, o nosso percentual no Orçamento. E, se não for viabilizado o recurso do porto de Luís Correia, vamos para 2,7%. Aí, veja bem, o Governador, tranquilo, na Europa, e todos aqui disputando. É verdade, é um absurdo isso.

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Pois é, e eu coloquei no Porto de Luís Correia todas as minhas emendas, e no anterior, porque eu tinha um resultado de estudo feito pelo Elói Portela: US\$10 milhões faziam um modelo reduzido. E eu coloquei. E se não vier? Mas pensando pelo menos num terminal de combustíveis,

que bastaria. É o combustível mais caro do mundo, e seria uma alimentação para ressurgir a ZPE. Nós temos que cuidar. Ela está com data. Um tal de Carlos, de um jornal, um site lá, coloca todo dia “faltam tantos dias”, “faltam tantos dias”, porque o prazo da ZPE do litoral vai se extinguir. Então, eu pediria o apoio de todos e de V. Ex^a. Mas, Heráclito Fortes, não tem nem teco-teco no aeroporto internacional que ele disse. Não tem mais nem teco-teco. Eu era menino e ia para o Rio de Janeiro. Isso aí eu me lembro. Eu era menino. Aero-vias... Era o Brasil. Para esse transporte aéreo que se chamava “PTA”, prepara tua alma, porque caía.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Cláudio. PTB – PI. *Fazendo soar a campainha.*) – Conclua, Senador. V. Ex^a está com vinte minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Ele, não é.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Cláudio. PTB – PI) – Peço ao Senador Mão Santa que conclua para deixar o Senador Heráclito concluir.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Então, ela saía, João Vicente. Parnaíba, Teresina, Rio Grande, Natal, Sergipe, Salvador; levava um dia, mas chegava. Agora não tem nem teco-teco no de Parnaíba. E o de São Raimundo só tem jumento na pista.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu agradeço ao Senador Mão Santa e, contando com a generosidade do Presidente, ouço o Senador Wellington Salgado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Heráclito, é claro que, perante os três Senadores do Estado do Piauí aqui, tenho que pedir licença para falar do Piauí, porque aqui estão os três Senadores do Estado. Então, acho que tempo tem que ser dado à vontade. Mas quero dizer, Senador Heráclito, que tenho um carinho muito especial por Floriano, e V. Ex^a sabe disso. Quanto mais V. Ex^a fala do Piauí, mais eu gosto do Estado. Há muito tempo não vou a Floriano, mas, quando vou, fico lá no hotel Rio Parnaíba, como um peixinho lá naquela balsa, que, com certeza, o Senador João Cláudio conhece bem!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É verdade. Ele já foi lá, viu?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Já fui, não! Eu tenho uma paixão tão grande, que plantei caju, deu problema com o caju, depois botei a casinha de abelha, e as abelhas foram embora por causa da seca. Agora meu irmão tem lá o segundo viveiro de muda de caju anão precoce, o segundo autorizado pela Embrapa. O meu irmão até me ligava aqui dizendo que está com cem mil mudas lá, e não sei o que ele vai

fazer. Mas é uma cidade por que tenho carinho. Quero abrir, um dia, uma universidade lá. Você vê que não há tanta gente lá, mas vou abrir uma universidade lá. Vou começar com uma faculdade pequena, vou investir e vou acreditar, porque tenho um carinho especial pela cidade. Mas, diante dos três Senadores do Estado do Piauí, realmente, só tenho que ficar aqui observando o que cada um de V. Ex^as fala. O Senador Heráclito é um homem que já demonstrou ter viajado bastante, o Senador Mão Santa falou de Parnaíba e V. Ex^a fala do hotel que será construído lá. E o Senador João Cláudio, da Presidência, vai dando tempo só para fazer propaganda do Estado do Piauí. Então, estou aqui me embebedando de sabedoria do Estado do Piauí. Muito obrigado, Senador! Só queria falar que também tenho um carinho muito grande e especial pelo Estado de V. Ex^as, embora não seja Senador pelo Estado e não vá fazer política no Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a, embebedando-se de sabedoria, preocupa-me bastante. Cuidado porque a embriaguez, para um Senador da República, não fica bem!

Sr. Presidente, vou encerrar. Vou encerrar, dizendo que, com fecho de ouro, o Governador do Piauí esteve na sede da FAO e trouxe uma notícia extraordinária aos piauienses. A FAO vai fazer uma pesquisa para analisar os impactos causados pelo Fome Zero no Estado do Piauí. Naturalmente, vai a Guariba, vai a Acauã, para ver se diminuiu a criminalidade, se aumentou o número de emprego. Se tudo isso foi o que S. Ex^a conseguiu nessa viagem, pobre Piauí.

O pobre Piauí, enquanto S. Ex.^a viaja, é humilhado no Orçamento da União. O Piauí foi rebaixado de maneira impiedosa e criminosa em um Governo solidário ao Estado do Piauí. O Relator, além de Deputado pelo Ceará, nasceu no Piauí. Nossa índice caiu em relação ao ano passado, como aliás está caindo todos os anos no atual Governo.

Quero fazer este registro e o meu protesto. Veja como as pessoas mudam, Senador João Vicente: o Governador está preocupado com hotel de grife para trazer os espanhóis, para trazer os italianos, a custa da fome dos trabalhadores piauienses, que, a muito custo e muito sacrifício, montaram os seus pequenos hotéis confiando no poder público, confiando no apoio do poder público, não para que o poder público derrangesse dinheiro nos seus investimentos, mas, pelo menos, para não os atrapalhar, como acontece com essas ameaças de agora.

O que o Governador tinha que fazer não era ir ao Velho Mundo atrás de investidores novos, mas ir ao BNDES, que é mais perto, pedir financiamento a preço

justo e acessível para quem tem coragem de investir no turismo do Estado do Piauí.

Lamento, meu caro Senador João Vicente, V. Ex^a estar presidindo esta sessão. Mas, de nós três piauienses, V. Ex^a é o que está em melhor situação, porque Presidente não fala, apenas ouve.

É lamentável, mas tenho que fazer este registro. Sei que ele vai ficar aborrecido, mas é isso mesmo, é função do governante.

Para terminar – é um assunto que vou trazer na próxima semana –, quero dizer que fiquei envergonhado na Comissão das ONGs. Por três vezes, espontaneamente, o Procurador citou o Piauí na trilha nociva da corrupção. E as informações estão vindo para a CPI das ONGs. Eu até brinquei com o Relator e disse: "Você está vendo: não precisou nem eu falar do Piauí, pois o próprio depoente, por três vezes, puxou o assunto e não posso, como piauiense, silenciar".

Pobre Piauí, que aparece nas manchetes não de forma promissora, não de forma futura, mas de forma a envergonhar a todos nós que queremos ver, finalmente, o nosso Estado caminhar pelo caminho do progresso e do desenvolvimento.

Sonha, Governador, sonha! É um direito que lhe cabe, mas não transforme em pesadelo a dor e o sofrimento de uma população que continua tendo esperanças de que este governo faça alguma coisa pela nossa terra.

Sonha, mas, quando acordar, acorda desperto e vai trabalhar, por favor.

Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Cláudio. PTB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador João Vicente, foi Deus quem o colocou aí para conceder esse pela ordem.

Mas, a bem da verdade, atentai bem!

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Cláudio. PTB – PI) – Senador Mão Santa, eu gostaria de prorrogar a sessão por mais quinze minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador João Vicente, foi bom Deus o colocar aí para pensar nisso. Recebi este documento. Atentai bem para o Piauí verdadeiro.

Ao Ministério Público Federal.

Procuradoria da República no Município de Picos – PI. Picos (PI).

Assunto: Representação (Faz)

Nós, abaixo assinado, do Movimento Popular de Apicultores da Grande Picos, vimos,

através desta representação, relatar, denunciar e questionar a situação em que se encontra a nossa atividade e, de modo específico, a vida do apicultor, ao tempo em que solicitamos providências naquilo que for de competência deste órgão a curto, médio e longo prazo.

Relato:

Nós, apicultores, estamos vivendo na pele uma crise que nos deixa desencantados, decepcionados, desamparados e isolados do acesso a novos créditos do FNE (Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste) e outros créditos por conta da inadimplência, consequência de vários problemas, como fenômenos da natureza, queda de preços e perseguições, travando, assim, o direito a inovar, renovar e investir para continuar crescendo na atividade.

Estamos asfixiados, morrendo à míngua, dando os últimos suspiros, como se fôssemos impotentes. O contrário do que se vê na mídia e no *marketing* daqueles que nos usam para “promover a apicultura”, mas por trás disso há uma outra realidade, outros interesses, e não a vontade em ajudar o apicultor nas suas necessidades elementares, sempre ficamos a ver navios.

Sabemos que os recursos existem. Vem muito dinheiro para investir na apicultura, mas nós, apicultores, não estamos tendo a oportunidade clara, ampla e transparente para aperfeiçoar nossa atividade através dos recursos federais. O que estamos vendo e vivendo é uma apicultura morta, se desfazendo dos bens adquiridos, como caminhão, barracões e colméias. Na tentativa de sobreviver à atividade, chegamos ao extremo de termos que vender parte das colméias habitadas para poder transportar de um local para outros as que sobraram. Isso é insuportável. É a nossa luta de anos, nossa história que está sendo destruída por falta de justiça para dar sustentabilidade à atividade.

O que nós queremos?

Saber por que toda cadeia produtiva da apicultura (bancos, governo, autarquias, marqueteiros, promotores dos eventos, diretores e presidentes das entidades que nos representam etc.) está muito bem às nossas custas, menos o apicultor? Este ficou apenas na cadeia, preso às dívidas, ao isolamento, à tortura de não poder fazer novos investimentos, à triste humilhação de não ter condições

de dar a devida assistência as suas abelhas, principalmente na hora “h” de migrar para o Maranhão, Ceará e Pernambuco.

Saber quem está tendo privilégios, regalias, onde e como estão sendo aplicados os recursos federais da apicultura em nosso Estado, de modo particular em Picos, capital do mel.

Picos-PI, 29 de janeiro de 2008. – **João Batista de Barros**, Movimento Popular de Apicultores da Grande Picos.

Eu quero dizer e esclarecer que Picos, para nós, é a São Paulo do Brasil. É um povo trabalhador e tudo! Estão todos fragilizados pela incompetência do Governo do Partido dos Trabalhadores no Brasil e no Piauí.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Em votação os **Requerimentos nºs 184, de 2008 e 198, de 2008**, de autoria, respectivamente, dos Senadores João Tenório e Eduardo Suplicy, lidos anteriormente.

As Sras e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – São sobre o quê?

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Missões no exterior.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Ok.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, nos últimos tempos, tem sido comum chegar até nós as informações mais alarmistas sobre o aquecimento global, isto é, o aumento da temperatura média calculada para todo o planeta.

Por esse motivo, temos de ter sempre em mente a responsabilidade atribuída ao Brasil no consenso das nações, pois não é novidade que temos grande parte de nosso território coberto pela imensa floresta tropical conhecida como floresta amazônica. É ela que recebeu o epíteto de pulmão do mundo e, por apresentar uma densidade populacional baixíssima e possuir uma biodiversidade riquíssima, é objeto da cobiça das mais variadas organizações internacionais e até mesmo de países poderosos.

Ora, atribui-se o aquecimento global às emissões de gás carbônico e outros responsáveis pelo efeito estufa, gases esses que são produzidos em grande quantidade nas queimadas. Em vista disso, o desmatamento na região amazônica continua preocupante, conforme matéria exibida na página da Internet Congresso em Foco, no dia 25 de janeiro passado, com o seguinte título: Desmatamento: anunciadas ações em 36 municípios.

A matéria destaca a reunião realizada nesse mesmo dia, em caráter emergencial, no Palácio do Planalto. Basta dizer que essa reunião foi convocada pelo Presidente Lula, após ter ciência dos dados divulgados no dia 23 pelo Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Na realidade, o que acendeu a luz amarela de alerta, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi a constatação de que, apenas entre os meses de agosto e dezembro de 2007, a área desmatada na região amazônica ultrapassou a cifra de três mil quilômetros quadrados.

Após a reunião, a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, informou que os 36 municípios estão proibidos de desmatar, até que os produtores rurais realizem o recadastramento de suas propriedades junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A falta de recadastramento resultará no bloqueio de empréstimos e na supressão do direito de venda da propriedade. As sanções poderão atingir também as empresas que adquirirem produtos agrícolas desses produtores, na condição de co-responsáveis pelo desmatamento. Essas empresas poderão ser multadas e ter suspensas as suas atividades comerciais.

Segundo a mesma matéria, o Ministro da Justiça, Tarso Genro, assegurou que a Polícia Federal montará 13 postos de fiscalização e controle em áreas estratégicas, onde vêm ocorrendo as principais agressões ao meio ambiente. Serão 800 homens, além de 25% do efetivo registrado na região.

Pois bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que de pouco adiantam esses rompantes motivados pela divulgação de dados desfavoráveis. O governo tem é de tomar medidas drásticas e de caráter permanente para proteger o grande patrimônio que representa a nossa porção da Amazônia.

O que se sabe é que atividades produtivas prejudiciais ao meio ambiente vêm sendo financiadas pelo Banco do Brasil, pelo Banco da Amazônia e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O que se espera é que o Governo cumpra o que foi alardeado depois da reunião emergencial e confisque a produção, aplique multas, interrompa o funcionamento das empresas envolvidas e suspenda

financiamentos sempre que houver indícios de que haverá desrespeito às normas ambientais.

Fazendo uso do sistema de monitoramento de queimadas que o Brasil possui, considerado o melhor do mundo segundo o Presidente do INPE, é possível coibir o desmatamento com ações rápidas, impedindo a utilização de queimadas para ampliação da área desmatada da floresta amazônica.

Também creio ser interessante ressaltar aqui a declaração do Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, de que a produtividade da região não é prejudicada pelas restrições ambientais. Assim se expressou o Sr. Ministro: "Não há necessidade de derrubar uma árvore sequer para aumentar a produtividade da soja. Temos terras disponíveis fora do bioma amazônico. Há quatro anos não se aumenta a área de produção de soja."

Por sua vez, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, em nota divulgada para a imprensa, afirma que os maiores responsáveis pelo corte de árvores na Amazônia são "a ausência do Estado, a falta de regularização fundiária, o aumento do número de assentamentos rurais dispensados de licenciamento ambiental e a burocracia na concessão de licenciamentos ambientais".

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, felizmente o Estado do Amapá, que tenho a honra e o orgulho de representar nesta Casa, não tem nenhum Município na lista dos que estão com a situação problemática no que se refere a desmatamentos fora de controle. Considero isso um exemplo de respeito ao meio ambiente e a comprovação de que o Estado vem demonstrando consciência no trato de sua floresta nativa.

Aliás, a estimativa do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER), para o período que vai de agosto a dezembro de 2007, divulgada pela Assessoria de Imprensa do INPE, não apresenta nenhum sinal de desmatamento no Amapá. Já para os outros Estados da Amazônia, os resultados em quilômetros quadrados são os seguintes: Mato Grosso – campeão absoluto – com 1786; Pará, 591; Rondônia, 533; Amazonas, 163; Acre, 78; Roraima, 66; e Tocantins, 18.

Permito-me sugerir, nesta oportunidade, Sr. Presidente, que o Poder Executivo, ao qual cabe tomar as medidas de proteção ao meio ambiente, utilize, além dos quadros da Polícia Federal prometidos para uma ação concentrada na região, os efetivos das forças armadas sediados nos locais mais problemáticos.

Sabemos que, por apresentar uma grande extensão de fronteiras com outros países, a Amazônia tem de estar protegida por nossas forças militares. Assim, seria bastante razoável que elas contribuíssem para a vigilância da integridade do meio ambiente amazô-

nico, patrimônio brasileiro, que já desperta a cobiça e o interesse de grupos poderosos, que pretendem transformá-lo em patrimônio internacional.

Temos de estar atentos para que a floresta não se deteriore, respeitando os níveis de desmatamento previstos em lei e fazendo o possível para garantir um desenvolvimento seguro e sustentável para os habitantes da região.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi, poucos dias atrás, o *Relatório de 2007* do Sebrae, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. E foi com grande satisfação, com muito regozijo, que concluí a leitura do referido documento.

Afinal, Sr. Presidente, pude constatar que ao longo dos últimos anos o Sebrae manteve, e em muitos sentidos até ampliou, a tradição cultivada ao longo de seus trinta e cinco anos de atuação. Uma tradição que lhe permite representar, com grande legitimidade, as micro e pequenas empresas do Brasil.

Sobre a importância dessa representação, Sr^{as} e Srs. Senadores, basta dizer que as micro e pequenas empresas constituem 99% das empresas do nosso País, ao mesmo tempo em que respondem por quase 60% da mão-de-obra ocupada e por 25% da massa salarial. De modo que, como bem aponta o relatório do Sebrae, “quanto mais pequenas empresas saudáveis tivermos, mais saudável será o Brasil, queimando etapas no seu rumo inexorável para o desenvolvimento e o bem-estar social”.

Que nossas empresas estão se tornando mais saudáveis, Sr. Presidente, disso não resta dúvida. Tome-se, por exemplo, uma pesquisa encomendada pelo Sebrae ao instituto de opinião *Vox Populi*, divulgada em agosto de 2007 e mencionada no relatório de que estou tratando. A pesquisa concluiu que a sobrevida das micro e pequenas empresas brasileiras passou de 50,6% no período de 2000 a 2002 para 78,0% no período de 2003 a 2005.

Isso significa, Sr^{as} e Srs. Senadores, que em 2002 metade dos empreendimentos fechava suas portas antes de completar dois anos; e que, em 2005, somente 22 em cada 100 tinham de encerrar as atividades no prazo de dois anos depois de iniciadas. São números que aproximam o desempenho do Brasil daquele das nações mais desenvolvidas. Na Inglaterra, dois anos após constituídos, 82% dos negócios ainda estão abertos. Na Austrália, esse número sobe para 87%. Ora, se 78% de nossas micro e pequenas empresas estão conseguindo livrar-se da chamada

“mortalidade infantil”, isso significa, volto a dizer, que estamos nos aproximando dos padrões de excelência do primeiro mundo.

E esse não foi, vejam só, o único avanço digno de registro. Também estamos vencendo a burocracia. Em 2003, o tempo médio que o empreendedor levava para fechar legalmente sua empresa era de 113 dias. Já em 2005, apenas dois anos depois, esse prazo baixou para 84 dias.

Nessas e em muitas outras conquistas, Sr. Presidente, percebe-se o dedo do Sebrae.

É evidente que os resultados derivam, e muito, do bom momento econômico vivido pelo País, e dos avanços institucionais que estamos conseguindo implementar. Mas que a atuação do Sebrae tem-se mostrado fundamental, Sr^{as} e Srs. Senadores, isso também é inegável.

Não podemos esquecer, por exemplo, que a Lei Complementar nº 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, teve por base uma proposta elaborada pelo Sebrae.

Não podemos esquecer, Sr. Presidente, as dezenas de iniciativas do Sebrae que contribuem para o fortalecimento de nossa atividade econômica. Iniciativas como o *Prêmio Técnico Empreendedor*, que estimula o desenvolvimento de projetos em escolas técnicas e tecnológicas do Brasil inteiro; o jogo virtual *Desafio Sebrae*, que já levou para mais de 400 mil estudantes a experiência de gestão de uma empresa; o *Comércio Brasil*, que aproxima pequenos fornecedores de grandes compradores em todo o País; o *Prêmio Prefeito Empreendedor*, concedido aos dirigentes municipais que se destacam no apoio e incentivo aos micro e pequenos negócios.

Hoje, somente via internet, são cinco os cursos que o Sebrae coloca à disposição de sua clientela: *Apreender a empreender*, *Como vender mais e melhor*, *Análise e planejamento financeiro*, *D'olho na qualidade* e *Iniciando um pequeno grande negócio*.

De forma que não surpreende – seguramente, não surpreende – a mudança no percentual de microempreendedores ativos que buscam orientação do Sebrae: subiu de 4% em 2002 para 17% em 2005. A esses empreendedores, a instituição tem prestado uma assessoria valiosa, em especial nas áreas de gestão empresarial, gestão financeira e gestão de recursos humanos.

Por tudo isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, por tão destacada atuação, quero transmitir meus cumprimentos à equipe do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Cumprimento, em especial, o nosso colega Adelmir Santana, Presidente do Conselho Deliberativo Nacional, e o Sr. Paulo Tarciso Okamotto,

Diretor-Presidente do Sebrae, pelo belo trabalho que vêm realizando.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA N° 395, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 395, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, duzentos e cinqüenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais, para os fins de específica.*

Parecer sob nº 99, de 2008, do Relator revisor: Senador Tião Viana, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária, e no mérito pela aprovação.

(Sobrestando a pauta a partir de: 12-11-2007)
Prazo final (prorrogado): 8-3-2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 1, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que *dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permitar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao § 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007).*

Relator revisor: Senador Francisco Dornelles
(Sobrestando a pauta a partir de: 18-11-2007)
Prazo final (prorrogado): 14-3-2008

3

MEDIDA PROVISÓRIA N° 397, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 397, de 2007, que *revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 23-11-2007)
Prazo final (prorrogado): 19-3-2008

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 2, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que *institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. (Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007)*

Relator revisor: Senador Renato Casagrande
(Sobrestando a pauta a partir de: 25-11-2007)
Prazo final (prorrogado): 21-3-2008

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *incluir o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

dania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**
(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(*Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004*)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezenas anos a idade para imputabilidade penal*.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *incluir parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal*,

para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos*.

16

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família*.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

17

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*.

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

18

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de*

junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “ad hoc”: Senador Rodolpho Tourinho.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998,*

que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator “ad hoc”: Senador Flávio Arns.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator “ad hoc”: Senador Valter Pereira.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de*

qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos*.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa)*.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Serviço Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural*.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso,*

ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

41

REQUERIMENTO N° 1302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

42

REQUERIMENTO N° 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

43

REQUERIMENTO N° 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

44

REQUERIMENTO N° 1242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

45

REQUERIMENTO N° 1494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

46

REQUERIMENTO N° 1495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 31 minutos.)

Agenda do Presidente do Senado Federal
Senador Garibaldi Alves Filho
4-3-2008 – terça-feira

• 11h Reunião de Líderes do Senado

Gabinete do Presidente do Senado Federal

• 15h Audiência do Ministro Walton Alencar Rodrigues – Presidente do TCU

Gabinete do Presidente do Senado Federal

• 15h30 Embaixador Johan Balleger da Bélgica

Gabinete do Presidente do Senado federal

• 16h Ordem do Dia – Sessão Deliberativa

Plenário do Senado Federal

• 17h O Presidente Superior Tribunal de Justiça, Ministro Raphael de Barros Monteiro

Convida para Solenidade XIV Cúpula Judicial Ibero-Americana

Plenário do Superior Tribunal de Justiça – 5h

• 22h Entrevista no Programa Tribuna Independente da Rede Vida de Televisão

Jornalistas: Monteiro Neto e Paulo Cruz – SGAS 602 Estúdio da Rede Vida

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 420, DE 2008, PUBLICADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE “Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 12.500.000.000,00 (doze bilhões e quinhentos milhões de reais), para o fim que especifica.”

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTO:

MPV 420/2008
 Mensagem 0011/2008-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

ESPAÇO RESERVADO PARA ETIQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO	MPV 420/2008	MEDIDAS PROVISÓRIAS		PÁGINA 1 DE 1
TEXTO				
<p>Dê se ao art. 2º a seguinte redação:</p> <p><i>Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2007.</i></p>				

JUSTIFICAÇÃO	
<p>A emenda visa sanar ilegalidade constante do art. 2º da MP 420/2008. O dispositivo mostra-se em desacordo com a Lei nº 4.320/1964 ao indicar como fonte de recursos para a abertura do crédito o "valor apurado com base em dados constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI". Cabe ressaltar que o art. 43 da Lei nº 4.320/1964 reconhece <u>somente</u> as seguintes fontes para a abertura de crédito:</p> <p>I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;</p> <p>II - os provenientes de excesso de arrecadação;</p> <p>III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;</p> <p>IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realiza-las.</p> <p>Com efeito, ao utilizar como fonte de recursos "o valor apurado com base em dados constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI", a Medida Provisória contraria a Lei nº 4.320/1964. Por outro lado, ao criar essa "nova" fonte de recurso, a MP acaba por tratar de matéria orçamentária, o que é vedado pelo art. 62, §1º, I, d, da Constituição Federal, reproduzido a seguir:</p> <p><i>"Art. 62 ... § 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:</i></p> <p><i>I – relativa a: ...</i></p> <p><i>d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;..."</i></p> <p>Cabe ressaltar que a ilegalidade presente no art. 2º da MP 420/2008 contraria, ainda, o art. 5º da Resolução nº 01/2002, que exige o exame da compatibilidade orçamentária e financeira das medidas provisórias, em conformidade com as leis orçamentárias e financeiras vigentes. Diante do exposto, a ilegalidade indicada no art. 2º da MP 420/2008, que afronta a Lei nº 4.320/1964, resulta na inadequação orçamentária e financeira da MP 420/2008.</p> <p>A fim de excluir a inadequação orçamentária e financeira da Medida Provisória, a emenda propõe como fonte de recursos para a abertura do crédito em análise o <i>superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2007</i>, em consonância com o que estabelece o art. 43 Lei nº 4.320/1964.</p>	

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR		UF	PARTIDO
	<i>ACM Neto / DEM BA</i>			
DATA	ASSINATURA			
<i>11</i>	<i>Alcides Neto</i>			

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
 CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

EMENDA - 00002

MPV 420/2008

Mensagem 0011/2008-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

420/2008

01 DE 01

TEXTO

Emenda de Texto:

Onde se lê:

"Art. 1º Fica aberto, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito extraordinário no valor de R\$ 12.500.000.000,00 (doze bilhões e quinhentos milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo desta Medida Provisória."

Leia-se:

"Art. 1º Fica aberto, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito extraordinário no valor de R\$ 12.500.000.000,00 (doze bilhões e quinhentos milhões de reais), exclusivamente para financiar projetos de micro, pequenas e médias empresas, à conta da programação constante do Anexo desta Medida Provisória." (NR)

Justificativa

Segundo o noticiário divulga, esses recursos seriam para que uma grande companhia de telecomunicações – *OI* – fosse financiada pelo BNDES para comprar outra grande companhia do setor – *Brasiltelcom*. Assim a *OI* tornaria-se a maior empresa do setor a operar no Brasil.

Assim sendo, a presente emenda visa garantir recursos para o financiamento de projetos de micro, pequenas e médias empresas, haja vista que essas é que realmente necessitam de fomento para se desenvolverem.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR		UF	PARTIDO
	Deputado FERNANDO CORUJA		SC	PPS
DATA	ASSINATURA			
03/03/2008				

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 367 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares e tendo em vista o que consta do processo nº 16.126/90-4.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 90, de 1991, que aposentou voluntariamente com proventos proporcionais a servidora **MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES BIRBEIRE**, Analista Legislativo, NS 45, para incluir as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994, a partir de 1/7/1994.

Senado Federal, em 04 de março de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Minoria-DEM - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Álvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na Sessão Deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	

PTB (6)

João Vicente Claudino	1.
Gim Argello	2.

PDT

Osmar Dias	1. Jefferson Peres
------------	--------------------

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
 Maioria (PMDB) e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maoria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.
2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	8. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	9. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. VAGO ⁽⁵⁾
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁴⁾	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO ⁽³⁾
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
VAGO ⁽⁶⁾	3. VAGO ⁽⁵⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Lúcia Vânia (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
6. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maoria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
1. Adelmir Santana (DEM)	
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
João Ribeiro (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maoria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. VAGO ⁽⁹⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
VAGO ⁽¹⁰⁾	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽¹¹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

10. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
 11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
 Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS DIREITOS DAS MULHERES

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁶⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽²⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. VAGO ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Fernando Collor	1. VAGO
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maoria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
 Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maoria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. VAGO ⁽⁵⁾
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
 Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. César Borges (PR)
Expedito Júnior (PR)	4. Augusto Botelho (PT)
João Pedro (PT)	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maoria (PMDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽²⁾	2. Eliseu Resende (DEM)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
6. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. João Ribeiro (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maoria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maoria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

PROCURADORIA PARLAMENTAR **(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	

Atualização: 23/11/2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **4^a Eleição Geral:** 13/03/2003

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007

3. Eleito em 30.5.2007, na 1^a Reunião de 2007 do CEDP

4. Eleita na Sessão de 27.6.2007

5. Eleito em 27.06.2007, na 5^a Reunião de 2007 do CEDP

6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.

7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007

8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

MEMBROS

PMDB

Roseana Sarney (MA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR

VAGO

PDT

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 02/10/2007

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u>
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (DEM-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 12.12.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2^a Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6^a Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENmann (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. MATTEO CHIARELLI ⁴ (DEM/RS)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSE PAULO TOFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 2.10.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: epcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Em substituição ao Deputado Gervásio Silva, conforme Ofício nº 331-L-DEM/07, de 2.10.2007, do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni. À publicação em 2.10.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 186 PÁGINAS